



O Botão na ordem mundial

do reconhecimento da sua identidade nacional à influência nas relações externas

Paulo Sérgio Ferreira Gomes

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais

ORIENTADOR: *Professor Doutor Marco António Gonçalves Barbas Batista Martins*

ÉVORA, DEZEMBRO DE 2013



À memória dos meus Pais, Cecília Soares Ferreira e Manuel Gomes, e do meu Tio Francisco Fernando Correia Ferreira, pelos princípios de vida que desde pequeno me inculcaram, e pelo constante apoio que deram na minha formação pessoal e académica. A eles deixo um agradecimento eterno e especial.

Ao meu amigo e irmão António Joaquim Amorim Santos pelo incentivo e força que sempre me dispensou, durante todo o processo de investigação e elaboração da tese, e sem os quais seria muito difícil terminar em tempo e com êxito este trabalho.

Aos meus tios adoptivos Idalina Amorim e Joaquim Carneiro pela paciência e disponibilidade que sempre tiveram para comigo durante esta fase da minha vida.

Ao Senhor Professor Doutor Marco Batista pela disponibilidade e orientação da tese, e por ter considerado que eu seria capaz de levar com êxito até ao fim a conceção de uma tese na intersecção da área da Teoria Jurídico-Política e das Relações Internacionais.

À Senhora Professora Doutora Maria João Mimoso por ter sido e continuar a ser um referencial no meu percurso académico na área do Direito.

A Deus...

O Júri

Presidente

Doutor *Helder Adegar Teixeira Dias Fonseca*
Professor Catedrático da Universidade de Évora

Vogais

Doutora *Maria Raquel de Sousa Freire*
Professora Auxiliar com Agregação da Universidade de Coimbra

Doutor *José António de Passos Palmeira*
Professor Auxiliar da Universidade do Minho

Doutora *Isabel Anunciação Ferraz Camisão*
Professora Auxiliar da Universidade do Minho

Doutora *Raquel Cristina de Caria Patrício*
Professora Auxiliar da Universidade de Lisboa

Doutor *Silvério Carlos Matos Rocha e Cunha*
Professor Associado da Universidade de Évora

Doutor *Marco António Gonçalves Barbas Batista Martins*
Professor Auxiliar Convidado da Universidade de Évora (Orientador)

Índice

Resumo.....	8
Abstract	9
Nota introdutória: da justificação do tema à pertinência do estudo	11
Objetivos do Estudo	16
Metodologia de trabalho	17
Enquadramento do tema.....	19
Apontamento teórico-concetual.....	21
1. Introdução.....	30
1.1. Geopolítica e Ordem Mundial	30
1.2. O reino do Butão	45
1.2.1. Contextualização geográfica e identidade nacional.....	45
1.2.2. Contextualização Histórica - Os primórdios, o Shabdung e a Monarquia	55
1.2.3. Contextualização Histórica - A transição - Índice de Felicidade Bruta	72
1.2.4. A Monarquia Constitucional.....	77
2. Butão Moderno	84
2.1. Diferentes visões do conceito «Democracia»	85
2.1.1. Democracia Ateniense	85
2.1.2. Democracia romana – A República	88
2.1.3. Democracia na Ásia	91
2.1.4. Caracterização do sistema democrático no Butão	94
2.1.5. O modelo socioeconómico do Butão	97
2.1.6. O reconhecimento do papel da mulher: uma condicionante da democracia?... 99	
2.2. O papel da identidade nacional.....	101
2.2.1. Grupos étnicos no Butão.....	102
2.2.2. A identidade nacional em conflito?	104
2.2.3. Ameaça à democracia?	109
2.2.4. Integração na SAARC: um passo na afirmação da identidade nacional?	111
2.2.5. Visão atual do Butão na SAARC: um caso de sucesso?	114
2.3. A importância da Descentralização.....	115
2.4. Marcas de Desenvolvimento: um caminho em aberto	122
2.5. Turismo: qualidade ou quantidade?	130
2.6. Diplomacia e Política Externa.....	131
2.6.1. De que forma se relaciona o Butão com seus vizinhos regionais?	138
2.6.2. Extradicação: que políticas?	145
2.6.3. Terrorismo Internacional e a questão dos refugiados	146
2.7. Modernização militar: opção ou necessidade?	148
3. Relações Butão-Índia.....	151

3.1. Breve enquadramento da realidade histórica indiana	151
3.2. Colonialismo britânico.....	153
3.3. Independência: novos desafios	158
3.3.1. O Butão como <i>buffer-state</i>	163
3.3.2. Relação Índia-Butão: que poder de influência poderá ter a China?	166
3.3.3. Revitalização das estruturas económicas e sociais do Butão.....	170
3.3.4. Entrada do Butão para o cenário mundial	172
3.3.5. Recentes relações de cooperação.....	173
3.3.6. Cooperação bilateral: os Mega projetos	174
3.3.7. Trocas comerciais com a Índia	175
3.3.8. Cooperação institucional: Comissões de eleição	177
3.3.9. Interação entre os dois parlamentos	178
3.3.10. Comunidade indiana no Butão.....	179
3.4. O papel da Índia no mundo global.....	179
4. Relações Butão-China: que futuro?.....	184
4.1. Breve enquadramento da realidade histórica chinesa	184
4.2. China: a questão tibetana (antes de 1949).....	187
4.3. O Butão: a questão tibetana.....	187
4.4. O fator China nas relações Indo-Butão (1949-1962).....	189
4.5. O Butão e o conflito fronteiriço sino-indiano de 1962.....	191
4.6. Política de ligação e perceções de segurança	193
4.7. A questão fronteiriça: sua evolução	193
4.8. O crescimento chinês: uma questão de Lógica	199
4.8.1. A economia socialista de mercado – a direção de Mao Tsé-tung.....	199
4.8.2. Direção Deng Xiaoping: abertura da economia ao exterior.....	201
4.9. Butão e China: em direção à normalização?	205
4.10. Relações bilaterais: que evolução?	207
4.11. Que perspetivas e desafios nas relações bilaterais?	209
4.12. A China na atualidade	213
4.13. Comparação das realidades chinesa e indiana	214
5. Conclusão: China e Índia	216
6. Butão e o Ocidente: que posicionamento?	222
7. O Butão na nova ordem mundial: que futuro?.....	224
7.1. Butão: que políticas de sustentabilidade?	253
7.1.2. Políticas de conservação	266
7.1.3. Conservação e cenários de desenvolvimento	271
7.1.4. Conservação integrada e desenvolvimento de projetos	273
7.1.5. Desastres naturais no Butão	275
7.1.6. Gestão dos desastres naturais no Butão	276
7.1.7. Um contributo butanês para um novo paradigma na Ordem Mundial?	277
8. Conclusão	280
Glossário	292

Bibliografia	295
Anexo I – Tratado de Sinchula.....	306
Anexo II – Tratado de Punakha.....	308
Anexo III – Druk Gyalpo Ugyen Wangchuck’s Twenty Points Proposal to the British India to Modernise Bhutan	309

Resumo

O crescimento económico que os países desenvolvidos vêm a experimentar nas últimas décadas não significou necessariamente um progresso social maior ou uma distribuição mais equitativa da riqueza em todo o mundo. A globalização tem produzido uma nova ordem mundial, que levou à separação dos sistemas de produção antigos e alterou os termos do comércio, dos bens, dos serviços e do capital, ao mesmo tempo que gerou novas instituições, que governam as relações económicas e políticas a uma escala global. Esta crescente integração internacional tem produzido uma série de consequências, económicas, políticas, culturais e ambientais. A chamada “aldeia global” tem comprometido a identidade nacional de alguns países e a qualidade ambiental do nosso planeta.

Neste sentido, propõe-se analisar o caso do isolado reino do Butão enquanto país que sempre rejeitou fazer parte desta lógica, ao mesmo tempo que conseguiu manter intocável os elementos distintivos da sua cultura. Procurar-se-á aferir os mecanismos protecionistas e políticas inovadoras adotados pelo reino que mereceram o reconhecimento pela comunidade internacional da sua independência, e descortinar de que forma a sua condição de *buffer state* poderá ou não influir na atual ordem mundial.

Por meio do estudo de produção escrita pertinente e fazendo uso de metodologia qualitativa, procedeu-se à revisão documental e bibliográfica de textos publicados, encerrando aqui um debate sobre a singular cultura butanesa na ordem mundial dos dias de hoje.

Ainda se abordará a questão da sua abertura ao mundo, através de valores culturais milenares, à margem dos elementos que moldam o mundo e da importância do conceito de Felicidade Interna Bruta que, aliado a princípios budistas, não só permitiu ao país um assinalável crescimento económico, como ainda o colocou na vanguarda das questões ambientais. É que, atualmente, tal conceito surge como alternativa legítima à ordem mundial globalizada, e o Butão afigura-se como um dos principais líderes na persecução da sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Butão, Identidade nacional; Ordem mundial; Globalização; Índice de Felicidade Bruta; Sustentabilidade.

Bhutan in world order: from national identity recognition to foreign affairs relations

Abstract

The economic growth known by developed countries in the last decades did not necessarily imply a social progress and a better distribution of wealth across the world. Globalization has produced a New World Order, which has separated the old production systems and trade dealings, services and capital, simultaneously creating new institutions that rule economic and political relations worldwide. This growing international integration has produced a number of consequences in economy, politics, culture and environmental issues. The so-called “global village” has compromised some country’s national identities and the environmental quality of our planet.

In this sense, our goal is to analyse the isolated case of the Kingdom of Bhutan, a country that has rejected taking part of the above-mentioned logic and at the same time has managed to keep untouched the distinctive elements of its’ culture. This study will seek to assess the protective mechanisms and the innovative politics adopted by this kingdom and uncover the way in which it may influence the global order.

Through the study of written relevant production and making use of a qualitative methodology, the documental revision and published bibliographic texts has been checked, enhancing a debate about the particular Bhutanese culture in the Global Order of our days.

In spite it’s overture to the world, Bhutan, through its millennial cultural values, kept itself away from the factors that shaped the world. At the same time and hand in hand with Buddhist virtues Gross National Happiness was inspired and not only allowed the country to experience an overwhelming economic growth but also boosted environmental matters. Today this concept emerges as an alternative to the globalized New Order and Bhutan is now one of the guiding players of environmental sustainability.

Key Words: Bhutan, National identity; World Order; Globalization; Gross National Happiness; Sustainability.

Acrónimos

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ASEAN: Association of Southeast Asian Nations

BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China

EUA: Estados Unidos da América

IFB: Índice de Felicidade Bruta

NATO: North Atlantic Treaty Organization

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU: Organização das Nações Unidas

PIB: Produto Interno Bruto

PDP: Partido Democrático Popular

PPP: Partido da Paz e da Prosperidade

SAARC: South Asian Association for Regional Cooperation

SAPTA: South Asian Preferential Trade Arrangement

SDI: Strategic Defense Initiative

UE: União Europeia

UNDP: United Nations Development Programme

UNESCO: United Nations for Education, Science and Culture Organization

UNICEF: United Nations Children`s Fund

ZEE: Zona Económica Exclusiva

Nota introdutória: da justificação do tema à pertinência do estudo

O fascínio do ocidente pela Ásia é antigo. Das especiarias ao exotismo, passando pelas paisagens verdejantes e luxuriantes, encontramos toda uma diversidade cultural, e sobretudo riqueza espiritual a que poucos ficam alheios. Se houver quem não se deixe levar por esta verdadeira ode sensorial de curiosidade aguçada, render-se-á por certo à tranquilidade e à permanente sensação de paz que só aquelas paragens oferecem.

A importância de regiões como a Índia, para as poderosas civilizações ocidentais antigas, era de tal ordem que motivou um povo, um reino a enfrentar o mar desconhecido, determinado em descobrir o caminho marítimo para a Índia. Os portugueses foram os primeiros europeus a fixarem-se lá, e através das famosas feitorias em Goa, Damão e Diu construíram um império à conta do comércio das especiarias, trocaram experiências e aprenderam com o povo nativo. As explorações portuguesas pelo oriente estenderam-se a outros domínios da Ásia, como aconteceu há 500 anos atrás quando se estabeleceram os primeiros contactos com a China. Macau foi entregue aos portugueses no século XVI, que fizeram da cidade um importante interposto comercial e, por conseguinte, uma ponte entre o mundo ocidental e o mundo asiático. Daqui resultou uma especial simbiose e intercâmbio cultural, que ainda perdura nos dias de hoje.

Desde aí, Portugal e os portugueses têm mantido laços multiseculares quer com a Índia quer com a China. Ainda hoje, naquelas paragens, resistem ao tempo importantes fortalezas, igrejas e tantas outras importantes construções refletindo os nossos estilos arquitetónicos. No entanto, de toda a diáspora lusa, nenhum vestígio encontra no distante reino do Butão. Em grande parte, esta realidade deve-se ao facto do Império Português e a sua zona de influência se ter circunscrito às zonas costeiras. No entanto, não deixaram de ser os portugueses, dessa época de epopeia, os primeiros europeus a pisar o solo butanês.

Poderá parecer estranho que de um país que se encontra encravado entre a China, a norte e oeste, e a Índia, a leste e a sul, não existam registos da presença lusa. Ao explorar a história asiática deparamo-nos com um pequeno e jovem Estado-Nação, sem litoral, que resiste como a única monarquia sobrevivente da Ásia do sul, e o único reino

budista do mundo. Não fossem estes ingredientes mais que suficientes para motivar uma pesquisa mais minuciosa, o Butão encerra em si algo de surpreendente. A ordem mundial tem-se alterado ao longo de décadas, e com ela o surgimento de novas e diferentes potências mundiais. No entanto, essa alteração nem sempre foi pacífica, culminando umas vezes na colonização de povos, outras vezes na integração de estados noutros Estados, e por vezes, ainda, no desmembramento de potências e no aparecimento de novos Estados. A sede de poder, de aumento de riqueza e de domínio do mundo tem alimentado a «roda» que faz mover a ordem mundial, muitas vezes esmagando os pequenos Estados, retirando-lhes protagonismo na cena internacional, e asfixiando-os. No entanto, a ordem mundial, que se vai alterando, encontra-se também alicerçada na existência desses pequenos Estados, porque, por um lado, enquanto países que encerram uma história e uma cultura milenar tendem a defendê-la a todo o custo. Por outro lado, porque a sua posição geopolítica é, por vezes, de tal forma interessante para os Estados poderosos que disso podem retirar benefícios. É certo que a maior parte das vezes a sua diminuta influência na ordem mundial, desenvolvimento económico e militar lhes deixa apenas uma forma de se afirmarem na ordem mundial: através do conflito, de movimentos terroristas, que culminam algumas das vezes no seu desaparecimento enquanto Estados independentes, e os remetem para simples províncias dos Estados poderosos, ou na manutenção da sua condição de Estados subdesenvolvidos, pobres e inoperantes. No entanto, não se pode concluir que o futuro dos pequenos Estados se encontre decididamente comprometido, pois tudo depende da forma como cada um deles se «encaixa e joga no xadrez mundial».

É neste grupo de pequenos países que encontramos o Butão - um país secular, com uma cultura e vivência fortemente marcada pelo budismo e que, mesmo acusando ainda um fraco desenvolvimento económico-social, tem sabido mover-se na cena internacional, trespassando as diferentes ordens mundiais, assegurando a sua independência e identidade nacional, iniciando um processo de desenvolvimento, mesmo sendo geopoliticamente um país «apetecível» pelo menos para alguns dos atores da nova ordem mundial, visto a sua condição de *buffer state*.

A história do Butão, e a sua condição de Estado-tampão, profundamente envolta no mistério do passado, está pouco explorada a nível académico pelo que, se atendermos às características particulares e indivisíveis da sua evolução recente, descortinar tal

processo torna-se simultaneamente num interesse e num desafio que encerro ao longo das páginas desta tese.

Na verdade, apesar de séculos de fechamento sobre si próprio, o Butão concentra um sem número de particularidades, que fazem do país um curioso e excelente *case study*, merecedor da atenção de todos aqueles que se interessam por política, nas suas mais estranhas e variadas dinâmicas e orgânicas funcionais. A importância geopolítica e geoestratégica do Butão é ampliada pelo facto de ser um “*buffer state*”¹ entre dois “gigantes asiáticos”, a China e a Índia. Neste contexto, a pequenez do país em termos de população torna-se praticamente irrelevante.

Os séculos de isolamento consciente e propositado afastaram o país de importantes eventos históricos à escala mundial, mantendo-o à margem das mais assinaláveis transformações que formataram o mundo, tal como hoje o conhecemos. O Butão esteve «adormecido» para o mundo durante séculos a fio, acordando repentinamente para uma realidade nova e complexa, inserida numa nova ordem mundial, que irá com certeza exigir o máximo do seu povo, da sua classe política e, sobretudo, da sua diplomacia.

Da realidade do Butão, ressaltam séculos assentes numa monarquia absolutista, de direito hereditário, liderado, ao longo dos anos, por cinco reis, que à parte das mais recentes ações revisionistas ao encontro da modernização, concentraram na gloriosa dinastia Wangchuck poderes inabaláveis e incontestáveis. Embora a sociedade butanesa, sob a teocracia estabelecida pelo Ngwang Namgyel, seja geralmente descrita como feudal, não era, no entanto, opressiva no sentido da Europa medieval, tendo sido caracterizada pela ausência de uma forte estratificação social.

Da monarquia absolutista e teocrática (apoiada numa elite reduzida), que se deteve com inúmeros desafios relativos à defesa nacional, à passagem para uma monarquia constitucional, que se afirma democrática, ao serviço do povo soberano e aberta à realidade do seu tempo, em desespero de afirmação de uma identidade própria, a que estão afetas claras influências culturais e religiosas de séculos de transições, imigrações e pretensões territoriais, o Butão apresenta uma das mais singulares histórias de evolução política no mundo. Esta realidade justificaria, só por si, um estudo aprofundado sobre uma transição, à partida, tão bem conseguida.

¹ Termo utilizado para definir um Estado que se encontra entre dois Estados rivais, cuja existência pode evitar conflito entre os mesmos, e que na qualidade de independentes poderão desenvolver uma política externa neutral.

Foi apenas em 1960 que o rei Jigme Wangchuck, perante as investidas chinesas no Tibete, iniciou o processo de abertura do Butão ao mundo moderno. Processo que contou com um apoio permanente e decisivo do seu outro poderoso vizinho, a Índia. Esta, em lugar da conquista ou da ameaça, manteve-se fiel a uma parceria democrática, e de exploração de interesses mútuos.

No entanto, a participação do cidadão nas decisões públicas é uma das condições das democracias modernas. Todavia, esta participação foi tardiamente reconhecida aos constituintes butaneses, já que se encontra fortemente condicionada pelo regime político próprio de uma monarquia. A apreensão da realidade democrática, assim como das suas instituições, e princípios básicos, só lentamente se tem sedimentando na cultura do povo butanês.

Como tantos outros países em desenvolvimento, o Butão está no limiar da transição. Notavelmente tem até agora sido um grande defensor da manutenção da sua estrutura social fortemente tradicional, embora mudanças sociopolíticas tenham sido catalisadas pelo desenvolvimento interno, e pela abertura a um mundo mais vasto. Contudo, e como veremos mais adiante, para um país que se manteve isolado durante séculos, a manutenção da identidade nacional, no mundo moderno, tem sido relativamente problemática.

O Governo de hoje faz da preservação cultural uma das suas principais prioridades, e têm sido feitos esforços no sentido da manutenção da harmonia e do equilíbrio entre a tradição e a modernidade. Contudo, o sul asiático pode ser descrito como um mosaico étnico, e qualquer conflito que se gere terá inevitavelmente uma conotação étnica, e não nacionalista. O Butão não constitui uma exceção, já que de um país conhecido pela sua serenidade pode tornar-se num caldeirão de conflitos étnicos.

Paralelamente, o Budismo é uma das forças condicionantes do reino do Butão, moldando profundamente a vida quotidiana das pessoas. Os butaneses recusam-se a relegar no passado as suas tradições seculares. Existem princípios culturais bastante distintivos dos demais, que sobrevivem geração após geração. O amor pelas coisas simples da vida, o respeito pela terra e pela natureza são características que explicam a motivação a favor da preservação da sua identidade nacional, em detrimento quer da sua modernização, quer do seu desenvolvimento.

O Butão é perspetivado como um país pacífico, amigável, estável, e pouco controverso. A história da sua unificação até aos dias hoje não deixa de ser fascinante. O país impediu notavelmente a sua colonização, e foi capaz de percorrer o seu próprio trilho na educação e modernização. Mas, o facto de um país tão pequeno ter conseguido manter e reter a sua própria identidade contra todas as probabilidades, confere a estas pessoas um forte motivo de orgulho.

Tema pouco analisado, salvo alguns estudos parcelares que passam sobretudo pelo levantamento histórico das relações seculares do país com os seus vizinhos, esta tese propõe-se analisar o Butão na essência da sua identidade e individualidade cultural, ao encontro da sua afirmação enquanto participante ativo na atual ordem mundial, na sua qualidade de “*buffer state*”, situado entre duas novas potências mundiais, principalmente numa altura em que a exploração exaustiva dos recursos naturais do planeta e a poluição assumem especial relevo.

As preocupações em torno das questões ambientais ganharam novos contornos, a partir da tomada de consciência sobre a íntima relação entre vida e ações humanas. Como é sabido, a degradação ambiental poderá provocar danos irreparáveis e o planeta tem dado vários sinais nesse sentido. O esgotamento dos recursos naturais colocam-nos numa situação sem retorno e a sobrevivência da humanidade poderá encontrar-se ameaçada. À medida que a situação se vai deteriorando, torna-se cada vez mais urgente a necessidade de conciliar a proteção ambiental e o processo de desenvolvimento económico, com vista ao desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável prevê uma distribuição racional dos benefícios e do uso da energia, defende a satisfação das necessidades básicas das populações, a estabilização dos índices demográficos, a proteção dos recursos naturais, a adoção de tecnologias limpas (que causam menor impacto ambiental) e de energias renováveis, e a incorporação de critérios ambientais na base da tomada de decisões de ordem económica. Neste sentido, a presença de ambientalistas e de países como o Butão, que sempre reconheceu e defendeu a importância da sustentabilidade na arena política, poderá exercer influência na formulação e na execução de leis de vários países, principalmente dos denominados “países industrializados”.

Objetivos do Estudo

As páginas que se seguem procuram indagar sobre o desafio pelo equilíbrio entre a conservação do orgulho nacional e o novo papel diplomático do Butão nas relações internacionais, e, essencialmente, que papel tem desempenhado na manutenção de um “clima de aparente paz” numa região dominada pela China, países que vieram reconfigurar o antigo “jogo de forças” entre as grandes potências mundiais ocidentais.

A análise que se fará terá como premissas indagar e concluir sobre (1) qual a base da identidade nacional do Butão (2) que políticas têm sido adotadas pelo país com vista à afirmação da sua identidade (3) quais as características da ordem mundial atual (4) que papel e/ou importância o Butão assume nessa ordem e, finalmente, na qualidade de *buffer state*, qual o futuro do Butão na ordem mundial atual, ou seja, saber se a identidade nacional butanesa distinta (através do conceito de felicidade bruta e da filosofia budista) e a condição de *buffer-state*, garantem ao Butão um papel de destaque na atual ordem mundial. A estas questões tentar-se-á dar resposta fazendo uma incursão pela história do país, pelas suas características, pelo seu regime político, pelas relações que mantém quer com os outros países da região onde se situa, quer com as potências que integram a ordem mundial.

Metodologia de trabalho

O estudo iniciar-se-á por uma abordagem ao conceito de geopolítica e ordem mundial, e sua evolução ao longo dos tempos, essencialmente até ao fim da guerra fria e pós guerra fria. Seguidamente, considera-se importante fazer uma breve contextualização geográfica do Butão, seguida de uma análise histórica, onde se irá verificar a sua condição de “*buffer state*” e a forma como o passado condicionou e moldou o presente do país. Pode-se já adiantar que a evolução histórica do Butão desembocou na transição para a monarquia constitucional, e na implementação de um regime democrático. Aqui deter-nos-emos com maior detalhe não só nas instituições atualmente vigentes, bem como no seu funcionamento, forças e fragilidades: a descentralização e o desenvolvimento, o caminho para a democracia, e principais marcas de sua presença. Apreendida a realidade interna e as suas condicionantes, trataremos de estudar o complexo contexto internacional do país, designadamente a sua integração em organismos internacionais e regionais, e a caracterização da política de diplomacia externa. Nesta fase serão abordadas as duas maiores influências e referências do Butão: a China e a Índia - ambas indissociáveis -, embora cada uma à sua maneira, e a forma como o Butão se tem procurado colocar no xadrez internacional. Tratar-se-á, ainda, de desenvolver as principais perspetivas para o Butão num futuro próximo, bem como se procurará perceber a posição que o país ocupará num mundo globalizado, onde potências como a China e a Índia assumem cada vez maior importância, num contexto francamente liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), mas em que influência daqueles dois países contribuiu decisivamente para a alteração da ordem mundial. De modo a se perceber a relevância do Butão na atual ordem mundial, descortinar-se-á as políticas e esforços de desenvolvimento, a que não ficam alheias a cooperação económica cada vez mais forte entre países vizinhos e as grandes potências asiáticas, bem como as fortes e determinadas dinâmicas de conservação e preservação ambiental, que duplamente definem e moldam inequivocamente a identidade nacional do país, e ocupam cada vez mais a agenda das principais potências mundiais.

Por fim, tentar-se-á apontar as razões por que o desenvolvimento do Butão, aos vários níveis, poderá contribuir para a consolidação e estabilização da nova ordem mundial, na qualidade de “*buffer state*”.

Certos de que um tema tão vasto jamais se poderá esgotar no âmbito de uma tese de doutoramento, teremos de nos bastar com a esperança de abordar os principais temas de uma forma mais aprofundada, e, assim, deixar uma visão abrangente e compreensiva sobre uma realidade que ainda se encontra praticamente desconhecida.

Em termos de metodologia, optou-se pelo levantamento de bibliografia diversa relativa às variáveis em estudo de forma encadeada e sequencial; à análise de publicações correntes: artigos, monografias, livros e revistas académicas. Por se tratar de um tema ainda não explorado, e por o Butão ser um país pouco conhecido, procurou-se afastar de raciocínios estanques e parcelares, na esperança de construir um raciocínio lógico e coerente entre as realidades tratadas, sem ignorar as premissas do tema na sua individualidade, isto é, na sua complexidade e vastidão. Importa referir que a maioria das fontes encontradas sobre o Butão reporta ao país enquanto monarquia absolutista. Sobre o Butão moderno a produção escrita é bastante escassa, a história ainda está a ser escrita, o que dificultou a investigação.

Enquadramento do tema

Atualmente, vários são os autores que avançam com a existência de uma «Nova Ordem Mundial», cujos elementos que a definem estão ainda em construção, isto é, a história ainda não está escrita, e é pela ausência de factos que a chamada «Nova Ordem Mundial» não passa para já de uma teoria, de uma ideia.

No que é possível para já observar, surge neste século um país, o Butão, que embora pouco conhecido e à mercê de um passado isolado e de disputas várias pelo seu território, avançou contra o que seria espetável, face à necessidade de construir fortes ligações e relações de amizade com o exterior, com uma forma de estar e de encarar o mundo totalmente diferente da dominante.

Analisar este país na forma como tem vindo a ser a contra corrente da globalização – talvez, para já, o elemento caracterizador por excelência, da chamada «Nova Ordem Mundial», poderá constar como contributo para o estudo desta “Ordem” ainda em desenvolvimento e formatação, e cujos atores ainda não são totalmente conhecidos.

A ordem mundial não é uma realidade estática, parada no tempo. Ao longo da história tem-se assistido a alterações na sua configuração, motivadas pela maior dimensão que o desenvolvimento económico tem assumido à escala mundial, em detrimento da maior ou menor força bélica dos diversos países, ainda que não descurando essa preocupação por parte das grandes potências. No entanto, cada vez mais se assiste à inversão do paradigma: o poderio bélico está como que indexado à expansão e domínio económico, ao acesso aos recursos naturais, e não tanto como o que se observou durante dezenas de anos: a importância de manter um poderio económico para poder desenvolver a capacidade bélica das potências mundiais, e assim poder dominar o mundo.

Diremos assim que o período da Guerra Fria ficou caracterizado pela rivalidade entre EUA e URSS. Tratava-se de uma ordem mundial definida pela disputa de poder e de influência económica, política e bélica entre as duas grandes potências. Contudo, o término da Guerra Fria, significou o colapso (o fim de certas cosmo visões como opção política) de alguns regimes, a alteração do equilíbrio quantitativo e qualitativo das forças entre as potências estratégicas, que produziu uma situação caracterizada pela unipolaridade (a importância das relações internacionais e da diplomacia ganhou também um novo fôlego) e o surgimento de novos processos internacionais, que levam autores e investigadores a falar de uma nova ordem mundial, entre os quais o mais

notório talvez seja a globalização. Hoje vivemos num mundo pautado pela liberalização. Não se trata apenas do incremento da interdependência entre países e regiões, mas também da emergência de um sistema altamente integrado de comércio, produção e finanças. Sobre as consequências produzidas por esta lógica, os debates são muitos e as opiniões dividem-se sobre se os benefícios transcendem os malefícios que dela advêm.

Especialmente ao longo do presente século, o Estado-Nação teve de adaptar-se a um sistema internacional cada vez mais complexo e interdependente e tem estado exposto a uma série de transformações. Embora tal implique uma multiplicidade de atores internacionais e de interações de diferentes naturezas e graus, tanto com outros atores governamentais, como com outros não-governamentais, o Estado-Nação é sempre a unidade básica e central da ordem internacional. Isto porque, o Estado opõe-se à fragmentação e representa uma identidade nacional única. Neste sentido, é da sua responsabilidade preservar a identidade nacional e identificar aqueles agentes de mudança no sistema internacional que poderão exercer um impacto sobre a mesma e portanto afetar o quadro geral que serve de referência à política de defesa. Isto exige que o Estado disponha de capacidade para analisar os novos fenómenos internacionais, sem deixar de considerar o papel das organizações internacionais, como as entidades promotoras e protetoras de determinados valores e propósitos.

Se para alguns a globalização tem beneficiado os países em desenvolvimento, para outros não há dúvida que tem contribuído para o aumento do fosso entre países ricos e pobres. Numa lógica capitalista de consumo, a globalização é muitas vezes apontada como a principal responsável pela exploração exacerbada dos recursos naturais dos países subdesenvolvidos e pelo perpetuar da condição desfavorável destes pela mão das grandes corporações sedeadas nas grandes potências mundiais, e que aos poucos vão destruindo ecossistemas, poluindo mares, rios e ar e assim, colocando a vida no planeta em risco.

Reconhecendo os perigos que, eventualmente resultam da globalização, o Butão lutou desde cedo pela preservação dos elementos distintivos da sua cultura, fortemente aliada ao Budismo, doutrina que defende acima de tudo a vida de todo e qualquer ser vivo. A nova ordem mundial define-se sobretudo em termos políticos. Neste sentido, o Butão tem feito consideráveis esforços por revitalizar as relações com outros países. Mas, o mais notável e talvez não expectável facto, devido sobretudo à fraca projeção internacional do país até há poucos anos atrás e à condição de *buffer-state*, é que o

Butão conseguiu não só alcançar espantosos níveis de desenvolvimento socioeconómico, como presentear o mundo com um novo conceito de vivência – Felicidade Bruta – que vem não só abalar a lógica mundial tradicional, como ainda emergir como alternativa ao modelo capitalista globalizado

Como é que este pequeno e isolado reino himalaico conseguiu proteger o seu legado histórico e tradicional, isto é a sua identidade nacional, acompanhar o ritmo de desenvolvimento moderno e ainda imprimir a sua marca no mundo, com possíveis repercussões na história que definirá a nova ordem mundial, através do Índice de Felicidade Bruto, é o que se propõe explorar e desenvolver ao longo desta tese.

Apontamento teórico-concetual

A assunção do conceito de Relações Internacionais, enquanto disciplina, área de estudo ou ciência social ou política pode ter tido, de facto, a sua origem em 1981, tendo sido Edward Lous Bernays um dos investigadores que originou o seu "nascimento", e que estabeleceu os princípios, ética e bases profissionais, que conduziram à sua aceitação e utilização por organizações das mais variadas espécies².

O estudo das Relações Internacionais tem vindo a centrar a sua reflexão em diferentes épocas e espaços, por diferentes atores no cenário académico.

Muitas das definições propostas na área das Relações Internacionais, consubstanciam-se em alguns momentos de reflexão sobre os seus fundamentos. Se tivermos em conta a realidade norte-americana, encontra-se a sua génese nos finais do século XIX e princípios do século XX, e surgem como necessidade de dar resposta a uma consciência crescente do poder da opinião pública. Esta consciência já era manifestada há muito, nas esferas públicas.

Procura-se, somente por conveniência de inteligibilidade expositiva, atribuir um conteúdo operativo ao conceito de ordem que nos possa permitir uma posterior aplicação nas Relações Internacionais entre as unidades sociais politicamente

² CABRERO, José Daniel Barqueiro e CABRERO, Mário Barqueiro - **O livro de Ouro das Relações Internacionais**, p. 13

organizadas, podendo considerar-se um padrão de comportamentos de relação intergrupala passível de verificação³.

O fim da antiga ordem internacional constitui um fenómeno novo, relacionado com as Relações Internacionais, isto porque o seu desmoronamento não decorreu de uma guerra, nem o vazio produzido foi de forma oportuna preenchido por uma nova ordem imposta⁴.

É, pois, importante ressaltar que no âmbito das Relações Internacionais o interesse nacional se encontra associado, de forma específica à teoria realista que as caracterizava, através de Hans Morgenthau e anos mais tarde por Kenneth Waltz. Para estes autores as políticas externas dos Estados são regidas pelo interesse nacional.

Para Adelino Maltez⁵ as correntes liberais consideram que os Estados mantêm relações de cooperação entre si para além das relações dos interesses egoístas. Assim, os Estados apresentam interesses comuns passíveis de associar de forma harmoniosa, através das organizações internacionais que lhes possam garantir a sua segurança, em virtude do recurso à diplomacia e à negociação fruto da participação nestas instâncias. Pode verificar-se que embora o conceito de interesse nacional varie conforme o campo de abordagem teórico, o que este pretende alcançar é a manutenção da segurança e a persecução dos fins do estado, mesmo apresentando formas diferentes de os atingir, em conformidade com as perspectivas de análise.

Os Estados não são soberanos, pois o que mais importa é o poder que os Estados possuem, e não tanto o sublinhar da soberania do Estado⁶.

Para Adriano Moreira “*a crise do estado soberano é o principal desafio político deste fim de século, e o modelo político a reinventar não afeta o valor da Nação obriga sim a rever os modelos políticos para responder simultaneamente a dois valores essenciais: respeito pelas identidades nacionais, étnicas e culturais, e a relação dos Direitos do Homem*”⁷.

³ MOREIRA, Adriano - **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra. Almedina, 1997

⁴ Moreira, Adriano, op. cit., p. 32

⁵ MALTEZ, JOSÉ ADELINO – **Curso de Relações Internacionais**. 1996, p. 196.

⁶ Moreira, Adriano, op. cit., p. 329

⁷ MOREIRA, Adriano, op. cit., p. 330

A Teoria das Relações Internacionais apresenta um arcabouço instrumental e concetual que permite fundamentar, de forma teórica, os acontecimentos da política internacional, bem como sugerir e apontar as vias alternativas aos decisores da política externa.

De acordo com a corrente realista, as relações internacionais formam um domínio de possibilidades limitadas ao permanente conflito de interesses, em que o idealismo represa assim, a liberdade do ideacional, por oposição à necessidade do material, e assenta na possibilidade de por em prática os propósitos inerentes aos ideais humanos⁸. Coloca-se, por um lado, o conservadorismo materialista e, por outro, o progressismo idealista. São conceitos uteis à compreensão da «via média». Igualmente, Vitor Marques dos Santos dedica um capítulo da recente obra “Teoria das Relações Internacionais”, caracterizando o neomarxismo como uma vertente da perspectiva estruturalista, o que teve como consequência a influência na elaboração teórica em Relações Internacionais a partir da década de 1960⁹.

Embora o carácter estruturalista do âmbito neomarxista que se iniciou nos anos 1960/70, nas Relações Internacionais a sua existência na historiografia académica fornece um ponto de apoio que auxilia a traçar as ligações genológicas deste panorama.

A cooperação internacional surge no quadro das Relações Internacionais como elemento sistémico, dinâmico e conjuntural, integrado num sistema à escala global, onde a política externa dos Estados converge na adoção de estratégias nacionais de cooperação, as quais estão implementadas em conjunturas histórico-geográficas próprias. Deste modo, e segundo Adelino Maltez¹⁰, foram sendo criadas teorias que têm mostrado um elevado destaque, e servido para aprofundar o estudo dos fenómenos sociais em torno dos fenómenos da paz e da guerra e, igualmente aprofundar a temática da cooperação internacional para a prevenção e resolução de conflitos¹¹.

⁸ FERREIRA, Marcos Farias – **Cristão & Pimenta: A Via Media na Teoria das Relações Internacionais de Adriano Moreira**. 1.ª Edição. Coimbra: Almedina, 2007, p. 197

⁹ SANTOS, Victor Marques dos, FERREIRA, Maria João Militão – **Teoria das Relações Internacionais**, pp. 217-244

¹⁰ MALTEZ, José Adelino - **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra. Almedina, 2002.

¹¹ MALTEZ, José Adelino, op. cit., p. 82

Assim, a história global ilustra que as alianças conjunturais entre os vários reinos, seja por que motivo for, são igualmente exemplo de cooperação reforçada para a segurança e defesa, servindo o propósito de os tornar mais fortes¹².

Os atores das relações internacionais

As Relações Internacionais vêm-se atualmente num novo paradigma resultante das profundas mudanças que têm vindo a verificar-se no mundo, e que nos apontam para uma nova ordem mundial, diferente da que vigorou durante o período da guerra-fria, e que se mantém ainda incerta. O novo ordenamento passa naturalmente por saber quem são os atores dessa nova ordem mundial, a par das estruturas económicas e políticas emergentes.

O conceito de ator nas Relações Internacionais relaciona-se com um das grandes questões metodológicas – o nível de análise.

A análise implica definir um padrão sobre a identificação dos objetos observáveis (unidade de análise) assim como das “fontes de explicação”¹³ para os fenómenos que são objeto de análise. Assim, o ator das relações Internacionais, como unidade de análise, deve ser perspectivado através da análise dos seus aspetos distintivos; da forma como percebe o ambiente relacional, que representa a estrutura em que determinado ator está inserido juntamente com os agentes que a compõe; e por fim, da caracterização e análise sistemática das dimensões interna e externa do seu relacionamento com o referido ambiente relacional.

Neste seguimento pode-se adiantar dois conceitos de ator das Relações Internacionais, com diferentes graus de complexidade:

Para José Adelino Maltez¹⁴, o ator internacional é concebido como “*os indivíduos ou os grupos que participam numa acção internacional e que têm objectivos ou interesses comuns no tocante à realização dessa acção.*”

¹² MALTEZ, José Adelino, op. cit., p. 85

¹³ SANTOS, Vítor Marques dos - **Introdução às Relações Internacionais**. 2007.

¹⁴ MALTEZ, José Adelino, op. cit., p.160.

Para Vítor Marques dos Santos¹⁵, esse ator “*é uma entidade contextualmente definida pels seu grau de autonomia em relação ao ambiente relacional, bem como pelo seu grau de complexidade organizacional interna, traduzida na produção de consensos e convergências decisórias em relação às suas acções exógenamente dirigidas. Esta entidade gera, desenvolve e potencia, de forma consistente, determinada, coerente e sustentada, as capacidades necessárias á satisfação dos seus interesses e projecta-as externamente no sentido de produzir alterações ambientais, quer directamente através da função homeostática adaptativa do comportamento dos outros actores, quer indirectamente através da indução de alterações transformacionais nas relações actor/estrutura e, através destas, de alterações na própria estrutura, quer ainda, e em última análise, influenciando o processo homeostático de mudança sistémica.*”

A tipologia dos atores das relações internacionais

Visto que esta tese tem como objeto, o estudo do Butão enquanto Estado cuja transformação político-institucional interna se pauta pela cada vez maior necessidade de obter o seu reconhecimento como ator da nova ordem mundial, quer pelo contributo que poderá dar a essa nova ordem, quer pela sua situação de «*buffer state*», não será despidiendo definir quais são aqueles que, no sentido mais abrangente da teoria das Relações internacionais podem ser classificados como actores das Relações Internacionais. Ora, segundo, V. M. Santos¹⁶, podem existir vários tipos de atores de Relações Internacionais, designadamente os atores estaduais e intergovernamentais que compreendem o Estado e as organizações internacionais; as organizações transnacionais, que incluem as organizações não-governamentais (ONG), as organizações internacionais com fins lucrativos e as organizações internacionais de Atividades lícitas; as forças de pressão não organizada, como o individuo, os movimentos sociais espontâneos e a opinião pública, e, ainda, as forças de pressão organizada, entre as quais os meios de Comunicação e Informação e os Movimentos Sociais Coordenados.

Na verdade, apesar dos Estados continuarem a ser os atores internacionais que mais interferem na política internacional não podemos esquecer que, como refere Peter

¹⁵ SANTOS, Vítor Marques dos, op. cit. p. 74

¹⁶ SANTOS, Vítor Marques dos, op. cit.

Spiro¹⁷, “ *O Estado pode não estar ainda para desaparecer, mas já não é o que costumava ser.*” É que se o conceito se adapta ao período clássico da política internacional, em que a mesma era tratada em termos de Estados, poderá não se adaptar à atualidade uma vez os atores não estaduais encabeçam um papel crucial nas questões económicas e conflituais, visto atuarem para além das suas fronteiras.

Por outro lado, a era da globalização e da informação obrigará certamente os Estados mais fechados e autoritários a alterarem o seu paradigma quanto aos seus processos políticos, com vista a aumentar a eficácia da sua competição, através do aumento imprescindível da sua credibilidade.

Conceito de Estado-tampão (*Buffer State*)

O conceito de Estado-tampão ou Buffer State deve ser visto como estando consubstanciado num sistema de geopolítica. Este sistema resulta do sistema de rivalidade regional e global, e evidencia a dinâmica entre poderes rivais. Neste contexto, foram sendo adiantadas diferentes definições para o conceito embora nunca tenham sido debatidas nos próprios espaços que servem o propósito.

Os diversos conceitos de Estado-tampão, adiantados por John Nicholas Spykman, (1939), Thomas Ross, (1986), Pitman Potter, (1930), Dorreh Mirheidar, (2006) Martin Wight, (1971), partem da premissa de que são Estados fracos a nível da ordem mundial, pequenos a nível territorial, provavelmente sem uma política externa própria relevante, e que se encontram entre dois ou mais Estados poderosos ou potências mundiais. O poder dos Estados envolvidos é desigual, sendo que podem ser são mantidos ou criados com a finalidade de reduzir o conflito entre os estados mais poderosos.

Para alguns autores, como John Chay (1971), Trygve Mathisen (1986) e Joseph Maila (1986) o Estado-tampão deve seguir uma política externa neutral e independente, de forma a poder desenvolver o papel de verdadeiro Estado-tampão entre os Estados rivais.

De facto, para atuar como verdadeiro Estado-tampão, e segundo Tomas Ross “*The powerful neighbors, in many cases not wishing to risk having the buffer area come under the control of na enemy state, agreed to the formation of an independent state to*

¹⁷ SPIRO, Peter J. – **New Global Communities, Nongovernmental Organizations in International Decision-Making Institutions**, pp. 45-56

act as a barrier and at the same time neutralize the strategic routes through the buffer zones. Also important is the fact that since many of these buffer areas have been frequently invaded, the population is an amalgam of different people who may have been perceived by the powerful neighbors as unable, because of their diversity, to create a nation unified or strong enough to challenge either of the neighboring powers. Thus, because of the cultural heterogeneity of the buffer area resulting, in many cases, from the region's physiography, the neighboring powers held a synoecious attitude toward the buffer area and thus, independence was, if not assured, greatly encouraged by the powers".

Os traços mais relevantes do estado-tampão prendem-se com as suas características geográficas, visto o seu caráter de Estado-tampão resultar da sua localização, e a sua localização geopolítica assumir importantes contornos. Por outro lado, jogos estratégicos para transporte e exploração de recursos naturais podem transformar um país num Estado-tampão.

O seu ambiente natural, cultural e as características do seu povo podem também contribuir para a sua condição de Estado-tampão.

No entanto, um Estado-tampão não tem de ser obrigatoriamente pequeno, podendo ser médio ou grande. O que importa é que seja sempre mais pequeno e mais fraco do que os seus vizinhos rivais mas, ao mesmo tempo, capaz de se auto-determinar e manter a sua independência.

Como refere Gerald L. Ingalls (1972) e Trygve Mathisen *"Buffer states owe their existence to the location of two or more politically or militarily powerful spheres of influence within close proximity to each other, and that these opposing powers, in an effort to maintain peace, may cooperate in the establishment of an independent state to separate their interests"*

Greenfield Partem acredita que *"One should not be concerned with defining a small (weak) state. The buffer is simply "smaller"(weaker) than at least two of its neighbors"*. Para Tornik Turmanidze *"A buffer zone is a region occupied by one or more weaker powers between two or more stronger powers; it is sometimes described as a power vacuum"*

Na verdade, e em primeiro lugar, uma das mais importantes funções do Estado-tampão é garantir que se mantem o interesse dos Estados poderosos, quer no campo mundial,

quer no âmbito regional, na sua manutenção ou existência, sendo que se o mesmo não representar um valor estratégico acrescido para os Estados rivais ou para potências mundiais não haverá qualquer interesse em transforma-los em Estado-tampão, e, por isso, haverá a tendência para serem dominados ou conquistados pelos Estados rivais ou pelas potências.

No caso do Butão parecem estar reunidas as condições para que se possa falar num Estado-tampão visto tratar-se de um pequeno Estado, encravado entre duas potências emergentes e rivais (Índia e China) e em que parte da sua fronteira se encontra ainda por delimitar (em relação à China), mas cuja identidade nacional de forte carácter, o interesse na sua existência por parte dos dois rivais, a sua transição para um sistema democrático e a evolução nas relações que tem vindo a manter quer com os países vizinhos, quer com outras potências mundiais lhe têm assegurado a sua existência pacífica e contribuído para o seu desenvolvimento e para a manutenção de paz na região.

Conceito de identidade nacional

No que se refere à identidade nacional, e conforme nos refere José Mattoso¹⁸, o conceito de identidade nacional, tal como existe hoje, resulta com certeza de um processo histórico que passou por diversas fases até atingir a expressão que atualmente conhecemos.

Nalguns casos os fenómenos culturais terão, porventura, maior peso na formação da identidade nacional, noutros serão os acontecimentos políticos os mais decisivos, noutros, ainda, os factores económicos ou sociais.

É preciso, portanto, distinguir os grupos humanos (sociais, ou mesmo profissionais) a que de facto se podem atribuir processos de consciencialização dos vínculos nacionais. No entanto, será também necessário advertir que as manifestações de consciência da identidade nacional podem ser diferentes, e até contraditórias, conforme os grupos humanos que envolvem e as épocas em que se situam.

A identidade nacional não é apenas um fenómeno mental, já que tem sempre um suporte objectivo. Seria impensável conceber uma identidade nacional sem alguma forma de expressão política, isto é, sem que em algum momento da história se manifeste através

¹⁸ MATTOSO, José – **A Identidade Nacional**.

da apropriação de um poder dotado de certo grau de autonomia (ou seja através de alguma forma de Estado). Por outro lado, é necessário que exista um polo espacial e um território determinados, mesmo que esse polo se transfira para outro ponto e que as fronteiras do território variem ao longo dos tempos. Ainda assim exige uma autonomia política e que o seu âmbito territorial permaneça de forma contínua durante um período temporal considerável. Como é evidente, a duração da autonomia política e a continuidade do território são fatores importantes para a solidez e para o aprofundamento da identidade nacional.

Acrescente-se que as áreas culturais não coincidem com os Estados, e que se organizam segundo uma hierarquia e por meio de afinidades que pouco têm que ver com as fronteiras políticas.

No caso do Butão, o próprio preâmbulo da Constituição que remete, desde logo, para a consciência de pertença a um determinado país quando inicia pela expressão «Nós - o povo do Butão». Enquanto país cujo povo se identifica com a sua história secular, enraizada em princípios decorrentes da religião budista, e que não questiona as opções políticas dos seus governantes, o Butão só pode estar no caminho do aprofundamento do sentimento de identidade nacional.

A globalização a que atualmente se assiste levará o país a prosseguir com a sua modernização mas terá sempre como resistência uma vivência secular e uma forte preocupação pelo manter os elementos que diferenciam o povo, o Estado butanês dos restantes Estados que integram a ordem mundial.

1. Introdução

1.1. Geopolítica e Ordem Mundial

De forma a enquadrar parte do tema que define esta tese - A Ordem Mundial -, importa definir a disciplina onde este se insere, a geopolítica.

A geopolítica¹⁹ é um campo de conhecimento, onde diferentes disciplinas e ciências sociais permitem uma análise multidisciplinar e interdisciplinar da relação dos seres humanos com o território. Esta é uma questão de Geografia, sobre a história e o

¹⁹ Segundo Vesentini, é frequente a confusão entre geografia política e geopolítica, que na verdade são imbricadas, se sobrepõem em grande parte, mas não se identificam totalmente. Existe uma história de cada um desses saberes que mostra suas origens, suas especificidades, embora em alguns momentos se tenham mesclado e identificado. A expressão geografia política existe há séculos e vários são os livros dos Séculos XVII, XVIII e XIX com esse título. Mas considera-se que a geografia política moderna, pelo menos tal como a entendemos hoje - isto é, como um estudo geográfico da política, ou como o estudo das relações entre espaço e poder - nasceu com a obra *Politische Geographie* [Geografia Política], de Friedrich RATZEL, publicada em 1897. Ratzel, na verdade, não criou o rótulo "geografia política"; ela apenas redefiniu o seu conteúdo, apontando para o que seria um verdadeiro estudo geográfico da política, uma conceção de política que muito deve à leitura de Maquiavel. Antes dele era comum encontrar em obras com esse título a descrição dos rios ou montanhas de determinado Estado - ou seja, qualquer fenómeno ligado ao Estado era tido como assunto de geografia política. Ratzel mostrou que o estudo da geografia política só se preocupa com o meio ambiente - as características "naturais" do território, como por exemplo a localização, formato, proximidade do mar, etc. - desde que isso tenha relações com a vida política. Ele procurou estabelecer uma série de temas pertinentes à geografia política, que continuam a ser atuais: o que é o Estado e quais as suas relações com o território, soberania e território, o que é política territorial, a questão das fronteiras, o que significa uma grande potência mundial, etc. A palavra geopolítica, por sua vez, surgiu no início do século XX, mais precisamente em 1905, num artigo denominado "As grandes potências", escrito pelo jurista sueco Rudolf Kjellén. No entanto, a palavra geopolítica é que foi criada por Kjellén, pois não há dúvida que essa temática é bem mais antiga, ou seja, as grandes preocupações geopolíticas não surgiram no início do século XX (preocupações sobre o que é e quem é uma potência mundial, como se dá a disputa mundial pelo poder entre os Estados, que estratégias seriam adequadas para tal ou qual Estado tornar-se a potência regional nesta ou naquela parte do globo, etc.). Isto é, já existiam anteriormente juízos ou análises a respeito do poderio de cada Estado, das grandes potências mundiais ou regionais, com a importância ou o uso do espaço geográfico na guerra ou no exercício do poder estatal. No entendimento de Kjellén "A geopolítica seria dinâmica (como um filme) e a geografia política estática (como uma fotografia)". Segundo o autor, e outros, "a geopolítica seria uma "nova ciência" (ou técnica, ou arte) que se ocuparia da política ao nível geográfico, mas com uma abordagem diferente da geografia: ela seria "mais dinâmica" e voltada principalmente para a ação." Ainda segundo refere Vesentini, "A geopolítica seria uma área ou campo de estudos interdisciplinar. Esta interpretação começa a predominar a partir do final dos anos 1980, sendo quase um consenso nos dias atuais. Não se trata tanto do que foi a geopolítica e sim do que ela representa atualmente. E mesmo se analisarmos quem fez geopolítica, os "grandes nomes" que teriam contribuído para desenvolver esse saber, vamos concluir que eles nunca provieram de uma única área do conhecimento: houve juristas (por exemplo, Kjellén), geógrafos (Mackinder), militares (Mahan, Haushofer) e vários outros oriundos da história, da ciência política, da economia, da engenharia, etc."

presente, tendo em conta as realidades do poder, da política, da diplomacia e da estratégia. Mas, embora próximas, as duas disciplinas não significam o mesmo.

Não obstante, o principal problema intelectual que tem perseguido a geopolítica como uma disciplina, é a sua origem e, em particular, a sua estreita associação com o projeto antissemita e expansionista do nacional-socialismo alemão na primeira metade do século XX (será erróneo pensar que preocupações de carácter geopolítico remontam apenas ao passado século, conheceu, porém, nova dinâmica sobretudo no período anterior à Guerra Fria). A «mancha nazi» com que ficou cunhada a disciplina geopolítica, a *geopolitik* como era chamada nos anos 20 e 30, não tem nada a ver com os esforços pioneiros de Rudolf Kjellén, que a partir do final do século XIX, inspirado pelas teorias evolucionistas de Darwin e por alguma filosofia idealista alemã, procuraram promover o estudo do comportamento dos grupos humanos no espaço territorial.

Da Alemanha, à Europa anteriores à Segunda Guerra Mundial, aquela geopolítica de cunho darwiniano e fascista, chegou à América Latina e às escolas militares do continente sul-americano. Assim, tal como a geopolítica serviu a Europa nos anos 20 e 30 do século XX, enquanto ferramenta ideológica para o expansionismo militar nazi-fascista, também atuou nos anos 60 e 70, na América Latina para a cruzada anti-comunista e repressiva das ditaduras militares latino-americanas.

O desaparecimento do projeto nazi-fascista, após a Segunda Guerra Mundial significou o fim de um tipo de geopolítica, de uma escola em particular, mas não significou o fim da disciplina.

Por outro lado, as grandes potências e países emergentes desenvolveram as suas próprias escolas de pensamento geopolítico. Mackinder na Inglaterra é um excelente exemplo. Havia e há uma geopolítica norte-americana, uma geopolítica francesa, uma geopolítica soviética e russa, uma geopolítica chinesa, uma geopolítica britânica, assim como há escolas de geopolítica na América Latina, no Médio Oriente, na Ásia, entre outras.

O surgimento de escolas de geopolítica nas décadas 60 e 80, resulta tanto da crise nos finais da bipolaridade Leste-Oeste, como da necessidade de um Estado moderno e da capacidade deste de se questionar sobre a sua posição na ordem global e sobre o ambiente político, geográfico, económico e espacial que ocupa.

Os grandes autores da geopolítica respondem a escolas intelectuais e a projetos políticos e ideológicos específicos. O projeto geopolítico dos EUA de Roosevelt e Truman, no final da Segunda Guerra Mundial (1945), foi gizado para impedir a expansão soviética, mas esta agenda geopolítica não corresponde hoje à realidade da Rússia nem à posição dos EUA na ordem global.

Cada escola de geopolítica nacional obedece, assim, a uma dada leitura do próprio espaço territorial circundante, bem como da ordem global como um todo, inscrevendo-se na política externa e nas relações internacionais de um Estado durante longos períodos de tempo. Segundo José. W. Vesentini, *“a geopolítica é o discurso do Estado capitalista sobre o espaço geográfico; é o conhecimento (sempre voltado para a ação) que visa assegurar e fortalecer a soberania de um Estado nacional tanto em relação aos demais Estados como sobre o seu território, no seio da sociedade onde ele encontra sua razão de existir.”*²⁰

São três os conceitos que ocupam o espaço intelectual da geopolítica, especialmente na contemporaneidade: (1) a questão do território e do espaço - mundo material e virtual das práticas sociais humanas; (2) natureza do grupo humano como ator histórico situado na história e na geografia; (3) os problemas de poder, como prática política e simbólica e forma de apropriação do território.

Do encontro entre as duas dimensões, a geopolítica surge como uma questão intelectual sobre a forma como os grupos humanos ocupam, apropriam, usam e se servem dos territórios, no exercício de seu poder. A geopolítica oferece sempre uma interrogação sobre como os seres humanos exercem o poder nos territórios, no espaço onde levam a sua vida quotidiana, onde as relações económicas, os intercâmbios culturais e formas de fazer política têm lugar. A geopolítica contém, portanto, uma visão do território.

Toda a geopolítica pode ser compreendida como uma representação racional e subjetiva das relações de poder estabelecidas entre as partes interessadas no que diz respeito ao território e recursos disponíveis.

O espaço geográfico, em função da sua extensão, posição e dos elementos que o compõe, nomeadamente recursos, população, entre outros, determina em grande medida os interesses objetivos de um Estado, o que gera uma visão do mundo que se projeta através da política internacional. Neste sentido, podemos dizer que a geografia é a fonte

²⁰ VESENTINI, José William - **A Capital da Geopolítica**. Editora Ática, 1996.

de objetividade que resolve o relativismo intelectual que prevalece atualmente nos estudos internacionais. A geopolítica aborda as relações entre a geografia e os eventos políticos, que de alguma forma sugerem relações de poder que formatam o ambiente geográfico; *“Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras.”*²¹

Porém, as críticas mais relevantes à geopolítica desafiam o excessivo e unilateral determinismo geográfico por trás de muitas escolas de pensamento geopolítico e geoestratégico, especialmente a partir do final do século XIX e da Segunda Guerra Mundial.

Contudo, a reflexão geopolítica, interroga, contextualiza e racionaliza as relações de poder que se configuram entre atores no sistema internacional, a partir da sua oposição/consenso em determinados espaços e territórios na sua complexidade objetiva, na procura de recursos, prestígio e/ou hegemonia.

O sistema internacional surge como um conceito que se encontra diretamente relacionado com a política internacional. A sua compreensão e conceito são fundamentais para o estudo das relações internacionais. Aliás, os conceitos de polaridade internacional partem desse conceito.

O sistema internacional sugere um conjunto de atores que se encontram direta ou indiretamente interrelacionados. Os objetivos prosseguidos por esses atores, e a sua alteração resultam do circunstancialismo inerente às relações mútuas por que se pautam os mesmos. As relações que estabelecem entre si podem ser de cariz diversificado, como político, económico, social, militar, ou até cultural.

Assim, pode-se afirmar que o conceito de sistema internacional exige a interação entre os diversos atores e as formas de atuação de cada um *per si*, ou seja, a estratégia adotada por cada um dos atores reflete sempre a estratégia prosseguida pelo outro, com quem se relaciona.

Para Aron Raymond, o sistema internacional é definido como o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. Para Raymond, os sistemas internacionais são constituídos por

²¹ BECKER, Bertha k - **Geopolítica da Amazônia**. São Paulo: Garamond, 2006.

Estados soberanos que se encontram integrados por relações de independência. Como conclui o referido autor *Tomemos como ponto de partida o esquema das relações internacionais: orgulhosos da sua independência, ciosos da sua capacidade de tomar sozinho as grandes decisões, as unidades políticas são rivais porque são autônomos-em última análise, eles só podem contar consigo mesmos.*²²

Para Gelson Fonseca Jr.²³, referindo-se ao período da guerra fria, as relações internacionais durante esse período, a primeira característica a realçar é precisamente a que diz respeito à rapidez com que se constituem num sistema. Para o autor, um sistema caracteriza-se por uns tantos atributos de regularidade e constância, a par de padrões previsíveis. Refere, o mesmo, que é fácil detetar quais os seus elementos fundamentais, como se relacionam entre si, como se fixa a estabilidade entre os seus elementos e quais são os seus objetivos. Acrescenta, ainda, que no campo das relações internacionais o Estado é o ator principal, as formas de distribuição do poder entre eles como fator determinante das suas condutas fundamentais, expressas em movimentos de rivalidade e cooperação entre eles. Assim, para se conhecer as etapas históricas do sistema internacional devemos desde logo procurar perceber como se estabelece a correlação de forças entre Estados, e, a partir daí, indagar sobre as circunstâncias que permitem a estabilidade e submissão ao direito e quais as que levam a conflitos, bem como as que estão na base da independência dos Estados.

Apesar dos conceitos, atrás referidos, pelos dois autores, diremos, no entanto, que se é verdade que o sistema internacional tem como ator principal o Estado não podemos esquecer que após o final do período da guerra fria os atores internacionais diversificaram-se, sendo que no sistema internacional atual para além dos Estados existem outros que não tendo o poder dos Estados podem ser relevantes para o sistema internacional.

O objeto desta tese implica que nos debruçemos um também, ainda que de certa forma menos aprofundada, sobre o conceito de ordem mundial e de ordem internacional, bem como aquilo que as distingue.

²² ARON, Raymond – **Paz e guerra entre nações**. pp. 128 e 153.

²³ Revista USP, N.º 26 (jun./ago 1993) - São Paulo. pp. 129 – 130

Desde logo, importa referir que a ordem societária se caracteriza por ser complexa e engloba variados aspetos da existência humana.

Roque Cabral²⁴ avançou com a ideia de que a *ordem quer que haja multiplicidade ou variedade, aí se põe uma questão de ordem. Com efeito, esta é a conveniente disposição dos diversos elementos de modo a constituírem; a unidade do que é múltiplo e diverso é efeito da ordem.*

Aquilo que de facto determina o desenvolvimento de um padrão relacional não é apenas a aproximação de grupos humanos, politicamente organizados e socialmente estruturados, mas um conjunto de interesses considerados essenciais e contrários. Contudo, os diversos interesses e a necessidade de os concretizar gera a necessidade de contacto e, conseqüentemente, uma relação de conflito. A interrelação entre grupos humanos dita o comportamento das diversas comunidades, e a indissociável apetência para o relacionamento recíproco. Este é o primeiro passo para a existência de uma ordem que busca a satisfação desses interesses.

Numa primeira fase, a ordem implica uma determinada orientação de ordenação no espaço terrestre mas depois reclama uma normatividade que regule comportamentos.

A ordem estabelece-se na sociedade e organiza as relações entre os seus membros segundo uma determinada sistematização de um conjunto de normativos que estabelece o quadro jurídico, ou seja, o direito²⁵. Podemos então considerar a ordem como um padrão de comportamentos de relação intergrupar passível de verificação regular ou sistemática, enquadrado por um conjunto de normas ou regras integradoras, tácita ou expressamente assumidas como referência moduladora do relacionamento, ao qual conferem durabilidade e coerência.

A ordem estabelecida está, no entanto, fortemente ligada ao poder já que este contribui para a sua existência e continuidade.

Assim, consideremos para o objeto desta tese o conceito de «ordem», adiantado por Vitor Bento, *como uma situação ou estado de coisas que pode estar presente em maior ou menor grau no sistema político internacional numa determinada janela de espaço e tempo.fundamento legal, mas terá que ser procurada na decisão que substitui o caos,*

²⁴ POLIS: Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado, colunas 835-838.

²⁵ BENTO, Vítor, Os Estados Nacionais e a Economia Global. p. 27

inicial ou resultante de um conflito desintegrador da ordem precedente por um poder ordenado e efectivo.”²⁶

Nas palavras de Adriano Moreira, «...o poder é o produto de recursos materiais (*tangible*) e imateriais (*intangibile*), que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar, congregar, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses.»²⁷

Nestes termos, o poder só é válido enquanto contribuir para que os objetivos sejam atingidos.

O relacionamento entre Estados, e a utilização do poder por cada um deles serve dois intuitos: primeiro, enquanto organização do espaço visam a defesa territorial, segundo, após se encontrarem organizados política e socialmente visam sedimentar a legitimidade do seu poder dentro dos seus limites territoriais.

As relações entre Estados prosseguem, no entanto, uma simbiose entre o exercício do poder e os normativos de direito internacional validados e interiorizados pelos mesmos atores.

A multiplicidade, e evolução, sentida no campo das relações internacionais, resultante da diversidade de atores internacionais, com poder de alterar o ambiente relacional no sistema internacional, determinam uma ordem dinâmica e progressiva.

A ordem internacional não resulta no entanto do exercício de uma autoridade ou de um poder objetivo derivado de um grupo policamente organizado, ou seja, de um Estado soberano.

Da referida simbiose entre o ordenamento das relações e o direito internacional desenvolvem-se os conceitos de ordem internacional e de ordem mundial.

Para Gonçalo Gomes, «*em sentido amplo, a noção de ordem internacional implica um certo grau de percepção comum dos interesses da sociedade de Estados e dos objetivos a prosseguir. Implica também, a aceitação generalizada de normas, regras e princípios pelos Estados. E, ainda a necessidade da existência de mecanismos e instituições que*

²⁶ BENTO, Vitor, op. cit. pp. 28-30

²⁷ MOREIRA, Adriano – **Teoria das Relações Internacionais**.p. 221.

visam assegurar a prossecução dos objectivos e o respeito pelas regras e manter o equilíbrio e a estabilidade no sistema.»²⁸

O fim da ordem internacional e início da ordem mundial resulta da alteração súbita da relação de forças que caracterizou a ordem que entretanto se extinguiu. As relações alteram-se progressivamente culminando naquilo a que se pode designar por processo evolutivo da ordem internacional.

A mudança de uma ordem internacional para uma ordem mundial prende-se com compatibilização entre os interesses dos Estados e o respeito assumido pela normatividade jurídica internacional. Como adiante se verá, a passagem de uma ordem internacional para uma ordem mundial reside na alteração de interesses subjacentes à ordem mundial. Na verdade, a ordem mundial passa a ter interesses que são transversais a todo o mundo e não se restringem a questões de território, poder económico ou político. A existência de um princípio de superioridade moral, próprio da ordem mundial, em que os interesses da humanidade deverão ser assegurados, sobrepõe-se a uma ordem internacional em que os fatores político e jurídico que a regulamentam são predominantes.

Assim, a noção de ordem internacional será vista não apenas como diferente da noção de ordem mundial mas como sendo parte integrante e moralmente subordinada à superioridade de interesses diversos da humanidade, como sendo os interesses de ordem ambiental ou ecológica.

Apesar dos conceitos adiantados, não raras as vezes, é utilizado o conceito de velha ordem mundial para se referir à ordem instituída até ao final da guerra fria, e nova ordem mundial para a ordem que surgiu após o final dos anos 80 e início dos anos 90 do século passado.

O conceito de ordem mundial é, no entanto, passível de várias interpretações. Mas entre as mais consensuais surge como um tema clássico da geopolítica, da ciência política e dos estudos de relações internacionais, e remete para o equilíbrio internacional de poderes, envolvendo em disputa as grandes potências, que gozam de diferentes graus de influência a nível comercial, político, diplomático e cultural e outros Estados mais pequenos que gravitam à sua volta.

²⁸ GOMES, Gonçalo Santa Clara – **O papel dos Estados Unidos Na Nova Ordem Internacional.**

Um dos teóricos que mais se destacou (séculos XIX-XX) neste tema foi o geógrafo e geopolítico inglês Halford J. Mackinder. O conceito de ordem mundial remete para um espaço mundial unificado, primeiramente verificado nos séculos XV e XVI, com a expansão marítima-comercial europeia. A ordem mundial é, portanto, encarada como uma situação de equilíbrio de forças entre os Estados, que não apresenta um caráter permanente ou duradouro. É ao Estado que cabe regular as relações internacionais, as políticas diplomáticas e executar a guerra.

Esse Estado, representante teórico da vontade do povo que o forma - o Estado-Nação-, procura alianças com outros Estados que com ele partilhem um “ethos” semelhante ou, pelo menos, algum interesse comum. Neste sentido, os blocos europeus que se constituíram nos séculos XVIII e XIX, através do designado “Concerto Europeu” e sob a batuta do maestro austríaco, K. W. Von Metternich, alinharam-se de modo a conterem a França revolucionária e manterem um *status quo* na ordem internacional europeia. Fruto da expansão europeia, tais entendimentos projetavam-se para além da situação geográfica do velho continente, aplicando-se às colónias e protetorados ultramarinos.

Autores clássicos do século XIX avançaram, pois, com a expressão «potência mundial», revelando que os diferentes Estados no mundo são apenas equivalentes em teoria. Sobretudo a natureza da economia e do poderio militar, não surge de forma equitativa. É aqui que o conceito de potências médias/regionais vem desempenhar um importante papel ao permitir definir ou a estabilizar a (des)ordem mundial.

Cada Estado é soberano ao desconhecer no seu território uma qualquer autoridade supra estatal. Contudo, uma certa ordem, na qualidade de agente estabilizador na ausência de um poder superior global e universal às soberanias estatais, é introduzida pela existência de grandes potências e de uma certa hierarquia entre os Estados.

A ordem mundial é assim definida pela presença de uma ou mais potências mundiais (ordem monopolar, bipolar, tripolar, etc.); de uma hierarquia que vai desde os grandes Estados/potências, aos Estados mais pequenos e de influência mais reduzida. A ordem monopolar foi por diversas vezes tentada em solo europeu, sendo Napoleão e Hitler, cada um ao seu estilo, representantes desse desígnio que, a seu tempo e com melhor sorte de armas teria ascendido à escala mundial. A bipolaridade, por exemplo, foi típica do período da Guerra Fria em que o poder era cobiçado pelos EUA e a URSS. A multipolaridade é própria da década de 1990 – o poder mundial passou a estar dividido por blocos económicos regionais.

Para Joseph Nye “ *Nenhuma hierarquia única descreve adequadamente uma política mundial que se assemelha a um jogo de xadrez tridimensional. O poder, no tabuleiro militar, é fundamentalmente unipolar, pois que aí os Estados Unidos são mais fortes. O tabuleiro intermédio económico apresenta uma distribuição do poder tripolar (Estados Unidos, Europa e Japão), enquanto o tabuleiro inferior da interdependência transnacional apresenta uma dispersão do poder.*”²⁹

Assim, ainda que a aceção da palavra possa sugerir uma certa harmonia, na verdade esta ordem é instável e atreita a tensões e conflitos. Ela encerra em si um compromisso mínimo entre os diversos atores internacionais e define-lhes um conjunto de regras que eles próprios, conforme os seus interesses, ajudaram a definir. Ao mesmo tempo, tem latente um esforço permanente dos Estados e blocos em que estes se organizam em suplantar os seus rivais daí retirando todo o tipo de vantagens.

Antes de explorar a ordem mundial surgida da rivalidade de poderes entre EUA e URSS, importa clarificar o período que antecedeu à Guerra Fria. Ao terminar a Segunda Grande Guerra, o território alemão foi repartido em duas esferas de influência, os EUA (capitalista) e a URSS (socialista), mas as divergências entre os dois países agudizaram-se sobretudo devido a diferenças de vantagens aquando do fim do conflito. Tanto a economia como a população norte americana não sofreram tantos danos quanto os soviéticos, nas duas grandes guerras. Contudo, da divisão de territórios no período do pós Segunda Guerra Mundial, os soviéticos saíram vantajosos, sobretudo na Europa Oriental, começando a delimitar a sua zona de influência económica, social, política e militar. O crescimento do poder soviético foi acompanhado pelos EUA (receosos da expansão comunista), nação que ajudou a reabilitar as potências ocidentais europeias debilitadas pela guerra. O tão esperado equilíbrio de forças caiu por terra, pois que nenhuma das duas potências abriu mão de alcançar soberania hegemónica e assim iniciou-se a Guerra Fria. O mundo passou então a estar dividido em dois blocos antagónicos: um liderado pelos EUA, e organizado pela NATO, e outro encabeçado pela URSS assente no Pacto de Varsóvia. Mas, esta “*oposição entre Leste e Oeste, ou socialismo real versus capitalismo, representou também a rivalidade entre dois tipos de economia: a planificada e a de mercado*”³⁰.

²⁹ JOSEPH, S. Nye, Jr. – **Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História**. p. 276.

³⁰ VESENTINI, José William - **A Nova Ordem Mundial**. p. 9

A natureza da ordem mundial surgida da Conferência de Ialta³¹, não obstante a sua boa vontade no que respeita a autodeterminação dos povos, definiu-se mais pelo poderio político e bélico. Na verdade, os dois blocos antagónicos acumularam um vastíssimo arsenal que nunca utilizaram no conflito direto por terem consciência que isso implicaria, pelo menos no caso das suas capacidades nucleares, uma destruição mútua garantida. Assim sendo, optaram antes pela participação mais ou menos direta em diversos conflitos à escala planetária dos quais são exemplo a Coreia na década de 50, o Vietname em 60, a América latina e a África pós-colonial em 70 e o Afeganistão em 80. Com a morte de Stalin, e seguro que a rivalidade desembocaria numa nova guerra, o líder soviético que se seguiu, Nikita Khrushchev cunhou o termo “coexistência pacífica” para se referir às relações que o seu país manteria com os EUA. No entanto, as tensões entre os dois blocos à escala planetária permaneceram.

Uma combinação de diversas personalidades (nomeadamente Reagan, Thatcher, Wojtyla e Gorbachov) e fatores (o lançamento do programa de defesa norte americano do SDI³², a incapacidade da URSS fazer face a tamanhas despesas e a subsequente necessidade de lançar mão dos programas de “Glasnost” e de “Perestroika”) levaram ao fim da ordem mundial da Guerra Fria entre 1989 e 1991. Como José W. Vesentini explica, *“podemos tomar o ano de 1989 como marco se enfatizarmos as mudanças no Leste europeu e particularmente a queda do Muro de Berlim, uma espécie de símbolo da cortina de ferro que separava as duas Europas e os dois blocos, o capitalista e o socialista. E podemos tomar 1991 como marco se considerarmos que no final desse ano houve a dissolução da URSS (...)”*³³

Durante esse tempo, ficou patente que o fator económico passara a desempenhar um papel da maior importância na definição da ordem mundial. O poder já não residia apenas no número de ogivas nucleares e blindados que cada bloco poderia utilizar

³¹ Conjunto de reuniões ocorridas entre 4 e 11 de fevereiro de 1945, na estação balneária de Ialta, nas margens do mar Negro, na Criméia. Os chefes de Estado dos Estados Unidos da América (Franklin D. Roosevelt) e da União Soviética (Josef Stalin), e o primeiro-ministro do Reino Unido (Winston Churchill) reuniram-se em segredo em Ialta para decidir o fim da Segunda Guerra Mundial, e a repartição das zonas de influência entre o Oeste e o Leste. Em 11 de fevereiro de 1945, assinam os acordos cujos objetivos eram assegurar um fim da guerra rápido e a estabilidade do mundo após a vitória final.

³² Trata-se de um projeto americano que combina sistemas de radares de longo alcance colocados em terra, combinados com sistemas de mísseis anti balísticos e uma complexa rede de satélites artificiais e que resulta na implementação de sistemas de localização e rastreamento de mísseis balísticos, sistemas com capacidade bélica múltipla ofensiva-defensiva, com capacidade para destruir mísseis balísticos no ponto máximo da sua trajetória, quando estão no espaço.

³³ VESENTINI, José William, op. cit.

contra o outro, mas também que capacidade de produção e satisfação de necessidades dos seus cidadãos dispunha.

“O declínio norte-americano foi relativo (...); conseguiram acompanhar a modernidade tecnológica das últimas décadas, ao contrário do que ocorreu com a União Soviética. Esta conheceu um declínio não somente relativo e sim absoluto, isto é, teve nos anos 80 e 90 várias taxas anuais negativas com uma diminuição do seu PBN”³⁴. Este declínio económico foi seguido de um abatimento ideológico e político que em conjunto assinalou uma crise no socialismo.

A emergência de uma Europa unida teve também influência no fim da divisão bipolarizada do mundo, demarcando-se como um terceiro centro de importância económica, política e diplomática.

Como refere Adelino Maltez *“ Aliás, o que nos anos 80 do século XX se dizia sobre o declínio americano, prenunciando a queda de mais uma grande potência (...), acabou por ser desmentido pela crise dos tigres asiáticos (...) com o desemprego a baixar e novos sectores como a biotecnologia ou a chamada nova economia a explodir sem que a Europa mostrasse mais agressividade na sua concorrência, sobretudo quando preferiu manter o essencial do seu Welfare State.”³⁵*

Assim, a nova ordem mundial nascida do pós-Guerra Fria é caracterizada *“pela aceleração do processo de (...) globalização, pela evolução da NATO, pela indefinição das ameaças existentes e uma nova tipologia de conflitos, isto é, intraestatais, étnico-religioso, os nacionalismos e os separatismos, pela reabilitação da Organização das Nações Unidas (ONU)³⁶”* e por uma multipolaridade (emergência de novas potências como a China e a Índia, ainda que se mantenha a superioridade hegemónica americana), aliando ao poderio político e bélico o poderio económico, dando origem a uma nova geopolítica. É nesta lógica que os atores e blocos mundiais vão surgindo e afirmando a sua força mundialmente. Um exemplo paradigmático desta nova realidade é o Japão, o qual edificou uma indústria e tecnologia de dimensões planetárias, mas sem dispor de forças armadas equivalentemente fortes. Semelhante, embora talvez não tão assimétrica,

³⁴ VESENTINI, José William, op. cit.

³⁵ MALTEZ, Adelino - **Curso de Relações Internacionais**. p. 136

³⁶ GOMES, Henrique; **A Nova Ordem Mundial - Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais**.

a realidade da União Europeia – igualmente segura sob a capacidade militar Norte Americana. Quanto à globalização, e como nos explica Adelino Maltez,

“Importa pois inventar algumas linhas fundamentais da chamada globalização, a que a originalidade dos teóricos franceses gosta mais de chamar de mondialisation, e a que nós, como portugueses, até poderíamos até poderíamos dar a bela designação de abraço armilar (...).”E, “Não poucos salientam a própria existência de uma revolução global, expressão que começou a ganhar contornos de estabilidade nos finais da década de 80, entre os especialistas da ciência política e da teoria das relações internacionais, acabando por ser consagrada num relatório para o Clube de Roma, em 1991, da autoria de Alexander King e Bertrand Shneider, onde se falava que vivíamos the first global revolution, a primeira revolução da história da humanidade, na qual o principal estímulo para a identificação e a sobrevivência das comunidades políticas já não viria dos tradicionais amigos/inimigos da velha pretensa essência do político, de CARL SHMITT e JULIEN FREUD, mas antes dos inimigos globais de todas as comunidades humanas.”³⁷

No entendimento do referido autor, *“A globalização (...) pode ser considerada um processo que levou a uma transformação radical na organização espacial das relações humanas e nas consequentes trocas de ideias, bens e serviços, gerando novos fluxos e*

³⁷ MALTEZ, Adelino, op. cit. p. 105.

redes de actividade, de interacção e de poder entre as várias comunidades humanas (...)”³⁸

No entanto, nem todos os principais atores desta nova ordem mundial se apresentam tão desprovidos na sua capacidade bélica. A Índia e a China são exemplos disso. Ambas as potências asiáticas crescem a ritmos económicos impressionantes, mantendo, porém, consideráveis forças armadas, as quais dispõem inclusivamente de capacidades nucleares.

A atual economia mundial é caracterizada pela globalização, em que “*a partilha do mercado mundial envolve as estratégias das grandes corporações económicas e as políticas dos Estados (...), passando o Estado, de protetor das economias nacionais a provedor do bem-estar social a adaptar-se à economia mundial ou às transformações do mundo que ela própria e a exaltação do mercado provocam*”.³⁹ O capitalismo expande-se, surgindo vários blocos e espaços económicos (América do Norte, Ásia-Pacífico, Europa, América Latina) e a rivalidade entre empresas e corporações é a ordem do dia. Paralelamente, decisões sobre a guerra já não são exclusivas do Estado, uma vez que os conflitos passaram a ser espoletados por grupos não estatais e terroristas.

A atual constelação de forças e alianças globais é muito menos clara do que nas etapas anteriores do sistema internacional do pós-guerra: está-se a perfilar uma ordem unipolar e multipolar simultaneamente⁴⁰. Aqui cabem velhas e novas potências e alianças. O mundo é unipolar na esfera militar, cuja superioridade é partilhada entre os EUA e a UE e multipolar nas demais áreas internacionais. Assim, surge uma nova ordem económica que inclui a China e a Índia, que cada vez mais se vão fazendo refletir na ordem política internacional, que ainda é dominada pelas potências tradicionais.

³⁸ MALTEZ, Adelino, op. cit. p. 113

³⁹ GOMES, Henrique; **A Nova Ordem Mundial - Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais.**

⁴⁰ Para Vesentini “a nova Ordem mundial é de fato uni-multipolar, mas com alguns importantíssimos aspectos novos: o avançar de uma globalização concomitante com a formação de “blocos” ou mercados regionais e o (relativo) enfraquecimento das soberanias estatais, que dividem uma parte do seu poderio com outros atores globais, outras instituições – desde a mídia até as ONG’s, passando pelas grandes culturas ou civilizações, pelas máfias, pelas redes terroristas, etc. – que se expandem continuamente e passam a ter um crescente papel nas decisões e nas ações ao nível planetário.”
E, ainda, “quanto à ideia de um “império mundial” liderado pelos Estados Unidos, pensamos que se trata de um clichê ou uma noção altissonante (mas sem base empírica) que tem como principal função servir como palavra-de-Ordem para determinados manifestantes anti-globalização.”

A Rússia e outras potências tradicionais (Alemanha, França, Reino Unido), estão em declínio. Ainda que registando altos níveis de crescimento económico, o Brasil quando comparado com os gigantes asiáticos é menor em tamanho, população e mercado interno.

Os três países asiáticos China, Índia e Japão pertencem ao pequeno círculo das grandes potências. Pelo seu tamanho, poder económico e militar, a China é já uma potência global, mesmo que ainda não esteja na arena da política internacional, como Jacques Martin explica, “*the United States has lost considerable ground as a major manufacturer and as a large-scale exporter of manufactured goods, having steadily ceded that position to East Asia and especially China*”⁴¹, e que desde 1978 iniciou um processo gradual de adaptação à economia de mercado, assente num sistema político socialista e unipartidário.

A posição da Índia é ainda menos definida, mas o país também está a ganhar notoriedade na hierarquia internacional dos Estados.

A Índia é o principal concorrente da China na Ásia e uma potência emergente à escala global. Aos olhos do ocidente e ao contrário da China, a Índia é vista não tanto como um *player* a nível económico, mas antes como uma potência nuclear, que por sua vez, age como um baluarte da democracia na Ásia. Em 2007, a Índia tornou-se a terceira maior economia do mundo, à frente da Alemanha e do Japão, mas atrás da UE.

Este século promete, portanto, ser asiático, sob a liderança chinesa e indiana e onde o Japão ocupará um competitivo terceiro lugar. Neste sentido, a nomeação de Ban Ki-moon, da Coreia do Sul, como Secretário-Geral das Nações Unidas, é também um reconhecimento do papel crescente da Ásia no mundo. Dado o maior peso do continente asiático, especialmente a Europa e os EUA tendem a perder relevância no panorama internacional.

A realidade da nova ordem mundial parece assim ser mais complexa. Contudo, tais observações são meras assunções, já que não existem, para já, factos históricos onde autores e especialistas possam basear as suas teorias. Não obstante, parecem começar a desenhar-se já novas tendências e caminhos de importância crescente no futuro

⁴¹JACQUES, Martin; **When China Rules the World: The End of the Western World and the Birth of a New Global Order**. pp. 451-453).

próximo. Entre estes novos caminhos está a crescente preocupação pelo meio ambiente e pelo futuro do planeta.

Trata-se de uma área que, por se reger por um conjunto de regras totalmente diferentes, está permeável a outros atores internacionais que não as habituais potências regionais e mundiais. Este caminho, ainda praticamente por trilhar, oferece também excelentes oportunidades e potenciais de visibilidade planetária que não são descuidar – tanto mais que se afiguram bem mais económicos que os tradicionais meios de afirmação. Esta oportunidade está, pois, ao alcance dos mais fracos e humildes, entre os quais o Butão naturalmente figura.

1.2. O reino do Butão

1.2.1. Contextualização geográfica e identidade nacional

Praticamente inacessível, de tal forma se encontra crivado na vertente meridional do troço oriental da cadeia dos Himalaias, estendendo-se entre o vale do Assam a Sul e a Sudeste e encontrando-se com o Tibete a Norte, o Butão⁴² encerra as suas tradições ancestrais numa existência isolada, à margem do grande panorama político. O país comporta uma área total de 46.500 quilómetros quadrados. O terreno é montanhoso e denso, coberto de neve e de glaciares a Norte. No centro, erguem-se altas montanhas e no Sul os picos dos Himalaias são caracterizados por montes e planícies subtropicais, sendo que o ponto mais alto, Kulha Gangri, atinge os 7.554 metros. Os rios que percorrem o país são numerosos, em grande parte navegáveis, fornecem água para irrigação, e geram energia hidroelétrica.

Apesar de pouco conhecido, e da ausência de cartografia suficiente, o país faz fronteira a Norte com a China (Tibete) e a Leste, a Sul e a Oeste com a Índia, sendo o território

⁴² O termo Butão é de origem indiana e só recentemente foi adotado como expressão corrente do país. Na verdade, o termo ancestral é Drukyul, ou país dos Drukpas. Drukyul; no imaginário daquelas regiões montanhosas, significa “terra do dragão trovão” e tem a sua origem na crença do fundador da facção budista drupka ter ouvido um trovão na zona onde veio a fundar o mosteiro Nam Drukgar. Em sânscrito, a expressão Butão significa “o fim da terra dos Bhots”. Bhot sendo o termo pelo qual o Tibete era conhecido na primitiva Índia., ou seja, a terra fronteira a sul do Tibete.

fisicamente dividido em três faixas principais, que de Sul para Norte incluem as colinas da margem setentrional do Assam, o Médio Himalaia e o Grande Himalaia. Do ponto de vista geológico, a faixa meridional montanhosa é constituída por solos recentes dobrados e sulcados por vales, pelo que se trata de uma região de clima tropical húmido, pouco favorável ao povoamento humano. O Médio Himalaia é uma cadeia de montanhas e planaltos que não ultrapassam geralmente os 3000 metros de altitude. Os vales, que nalguns casos ocupam bacias de antigos lagos glaciais, são os eixos principais do povoamento humano. O Grande Himalaia estende-se ao longo da zona de fronteira com o Tibete, e forma uma cadeia montanhosa cujos pontos mais elevados atingem entre os 6000 e os 7000 metros. Os vales superiores dos numerosos cursos de água abrem caminhos profundos nestes montes. Destaca-se a Leste o grande sulco do Kuru, que nasce no Tibete e atravessa o país por completo, de Norte a Sul. A capital do país é Thimphu. Situa-se no vale do rio Raidak, a 25km a Sudoeste de Punakha. A cidade, fundada à volta de importantes mosteiros budistas, foi capital estival do país até 1962, e, posteriormente, tornou-se a sede permanente do Governo. Em finais do Século XX iniciou-se uma urbanização rápida mas ordenada. Thimphu, ligada por estradas de difícil acesso ao resto do país e à Índia, é o centro comercial da produção agrícola dos vales circundantes, bem como sede de um fascinante artesanato têxtil, e de pequenas indústrias alimentares e da madeira.

O clima do Butão varia conforme as regiões e altitudes. Tal como a maioria da Ásia é afetado pelas monções. O Butão ocidental não é exceção, sendo responsável por cerca de 60% a 90% da precipitação na região. Nas planícies do Sul, o clima é húmido e subtropical, mas temperado nos vales interiores das regiões Sul e central dos Himalaias e frio no Norte, com permanência de neve nos principais picos da mesma cadeia montanhosa.

Thimphu, está localizada a 2.200 metros acima do nível do mar, no centro-oeste do Butão, regista temperaturas médias de 15 ° C a 26 ° C durante a estação das monções, de Junho a setembro, e -4 ° C a 16 ° C em Janeiro. A faixa central do país apresenta um clima temperado. No Sul, o clima quente e húmido mantém as temperaturas entre 15 ° C e 30 ° C durante todo o ano, embora possa atingir os 40 ° C nos vales durante o verão.

A precipitação anual é muito variável de acordo com as diversas partes do país. No do Norte, o clima severo, essencialmente sob a forma de neve, contribui apenas para 40 milímetros de precipitação anual. Nas regiões centrais, de clima temperado, é comum

verificar-se uma média anual de cerca de 1.000 milímetros. Nas localidades subtropicais registam-se cerca de 7.800 milímetros por ano, o que garante a permanência de floresta tropical e de savanas. Thimphu sofre a influência de meses secos no Inverno (Dezembro a Fevereiro). Até Março, a precipitação é mínima, e de uma média de 20 milímetros por mês aumenta progressivamente para 220 milímetros em Agosto, perfazendo um total de precipitação anual de cerca de 650 milímetros.

Iniciando-se em Março, a Primavera no Butão é geralmente seca, e dura até meados de Abril, a partir daí o Verão faz-se acompanhar de chuvas ocasionais, as chamadas “pré-monções”. A monção de Verão, com as fortes chuvas, estende-se até ao sudoeste, desde o final de Junho até ao final de Setembro. A barreira natural que os Himalaias constituem para as monções origina chuvas, forte humidade, inundações, deslizamentos de terra, e neblina cerrada. Os finais de Setembro/inícios de outubro, até finais de novembro, marcam o Outono, seguindo-se a estação chuvosa, caracterizada por dias claros e ensolarados, e pelos primeiros nevões em altitudes mais elevadas. A partir dos finais de Novembro até Março, o Inverno instala-se, originando geada e neve, nas regiões acima dos 3.000 metros de altitude. A monção de Inverno, a nordeste, provoca ventos fortes nos picos das montanhas, dando ao Butão o nome “Drukyl”, que na língua Dzongk significa Terra do Dragão do Trovão.

No Butão existem quatro sistemas fluviais principais: Drangme Chhu, Puna Tsang Chhu, (também conhecido por Sankosh), Wang Chhu, e Amo Chhu. Todos correm para Sul, para lá dos Himalaias, via Duars, juntando-se ao rio Brahmaputra, na Índia e, após passarem pelo Bangladesh, chegam ao Brahmaputra (ou Jamuna em Bangladesh), acabando por desembocar no poderoso Ganges (ou Padma, em Bangladesh) que afluem para o Golfo de Bengala. O maior sistema fluvial, o Drangme Chhu, corre a sudoeste do estado de Arunachal Pradesh, na Índia, e possui três afluentes principais: Drangme Chhu, Mangde Chhu e Bumthang Chhu, que no conjunto formam a bacia Chhu Drangme, drenando os vales Tongsa e Bumthang.

No Duars, oito afluentes juntam-se ao Drangme Chhu, a que se dá o nome de Manas Chhu. Com 320 km de extensão, Puna Tsang Chhu sobe ao noroeste do Butão, tal como Mo Chhu e Pho Chhu que são alimentados pelas neves que assolam os Himalaias. Estes rios afluem a sul de Punakha, onde se juntam para formar o Puna Tsang Chhu, que desemboca a sul, no estado de Bengala Ocidental, na Índia. O afluente Wang Chhu com 370 km de extensão sobe o Tibete, e pelo sudeste, que constitui o centro-oeste do Butão,

drena os vales de Ha, Paro e Thimphu, estendendo o seu leito ao longo do Duars, por onde abre passagem para Bengala Ocidental, já como Raigye Chhu.

O sistema fluvial mais pequeno, Torsa Chhu, conhecido como Amo Chhu, na região norte, aflui fora das margens do Tibete, no vale do Chumbi, passando pelo Butão ocidental, antes de desembocar em Phuntsholing, para finalmente afluir na Índia. Um dos mais importantes recursos naturais do Butão, nos finais do Século XX, foram sem dúvida as suas ricas florestas e vegetação natural. A localização do Butão, nos Himalaias oriental, com suas planícies subtropicais e terreno alpino, é mais favorável à ocorrência de chuvas do que os seus vizinhos a oeste, fator que facilitou inegavelmente o crescimento da floresta. As florestas contêm numerosas espécies perenes e de folha caduca, caracterizada predominantemente pelos carvalhos e pinheiros.

A reduzida população, e o parco desenvolvimento do Butão, contribuíram para a preservação da floresta. Se as florestas mais acessíveis foram derrubadas, as mais remotas mantiveram praticamente o seu estado natural. A política de conservação florestal, patrocinada pelo Governo progressista, geriu equilibradamente as necessidades de receita com as preocupações ecológicas, nomeadamente no que concerne a água e à preservação do solo. O sucesso na gestão dos recursos florestais foi fundamental para o meio ambiente local e para a economia.

A literatura sobre a identidade nacional tem-se focalizado nas origens históricas da nação e nas suas orientações políticas, mas remete para a representação de um país como um todo, englobando igualmente a cultura, língua, religião, tradições, território, símbolos nacionais e etc., “*Although all nations possess, to some degree, a national identity, these identities vary greatly in their intensity and origin. Nations may derive their sense of identity from common language, religion, geographic location, collective memory, cultural practices, or a myth of common ancestry, one can hardly imagine the emergence of an Italian national identity without Dante’s Divine Comedy (...)*”⁴³ Assim, a identidade nacional diz respeito a todos os elementos comuns que unem um povo, uma nação, que podem ser de diferentes tipos e que no fundo são o que permite distinguir os países uns dos outros, viabilizando que se façam referências ao conjunto de características de um indivíduo ou de uma comunidade. Ou seja, a identidade nacional é o que individualiza as nações no contexto mundial – “*National identity serves not only as the primary link between the individual and society, but between a society and the*

⁴³ PRIZEL, Llya - **National identity and foreign policy: nationalism and leadership in Poland**. p. 19

world”⁴⁴ - tornando-se numa projeção qualificada das identidades individuais, pelo que também está ligada à consciência que uma pessoa tem sobre si mesma. Na ausência de um desses elementos unificadores, a identidade nacional fica comprometida, sendo portanto a base para a existência do sentimento transversal, que liga os integrantes de determinado território.

A identidade nacional é, em parte, uma condição social, cultural e espacial; engloba características que apresentam afinidades ao ambiente político uma vez que, em geral, as nações estão associadas a um Estado (embora nem sempre seja o caso).

A nacionalidade é um conceito próximo do de identidade nacional, mas não significam a mesma coisa.

É importante ressaltar que uma das «nuances» fundamentais da identidade nacional é a visão que uma pessoa tem sobre as suas próprias características, como percebe a forma como os outros a veem, quando a ouvem e quando lidam com ela. É precisamente este aspeto tão particular que afeta a rigidez da identidade nacional.

A preservação das tradições e da cultura butanesa está prevista na Constituição do país. O rei Jigme Singye concordou com a abertura política do Butão ao mundo, mas foi sempre sua preocupação travar a ocidentalização dos costumes e a modernização descontrolada do país. Foi desejo do monarca manter incólume a identidade butanesa a todo o custo.

A forte ligação ao Budismo e às questões ambientais são elementos que definem inequivocamente a identidade nacional do país, como veremos mais à frente. A maioria do território butanês está coberto de floresta e é crime atentar contra os espaços verdes, sobretudo contra as áreas protegidas. É por esta razão que o turismo no Butão foi durante, muito tempo, quase inexistente. Outra das mais importantes características da identidade nacional butanesa e que a distingue como nenhuma outra da dos demais países no mundo, é o Índice de Felicidade Bruta (conceito que desenvolveremos com detalhe nas páginas mais à frente). O plano do quarto monarca passou sobretudo por transformar o poder absoluto do rei numa monarquia constitucional e incluir a felicidade como objetivo primordial da sua nação. Inspirado nos princípios budistas da compaixão e da harmonia, Jigme Singye cunhou, nos anos 80, o conceito de Felicidade Interna

⁴⁴ PRIZEL, Llya, op. cit., p19.

Bruta. O Índice de Felicidade Bruta pretende ser uma medida alternativa ao conhecido Produto Interno Bruto e ir além do total de serviços e mercadorias produzidos por um país - *“The concept of Gross National Happiness (GNH) was articulated to indicate that development has many more dimensions than those associated with Gross National Product, and that it should be understood as a process that seeks to maximise happiness rather than economic growth.”*⁴⁵

O principal símbolo do Butão é o dzong, um tipo de castelo de paredes brancas, coroados de telhados dourados e vermelhos. Cada um dos 20 distritos possui uma dessas fortalezas, exemplo típico da arquitetura nacional. O seu interior alberga dois importantes poderes: o corpo monástico e a administração pública. As notas de 1, 10 e 100 ngultrum, a moeda local, têm no verso um desenho de um dzong.

A religião budista não está presente somente nos imponentes dzongs. Todas as aldeias possuem o seu próprio templo e as montanhas abrigam centenas de mosteiros, cuja visita só poderá ser feita via pedestre. O corpo monástico desempenha um papel vital no país e é extremamente respeitado pela sociedade. Como os monges recebem uma boa educação, alguns participam ativamente no desenvolvimento social. Nas zonas rurais, são os responsáveis pelas orações e pela organização de cerimónias, ao mesmo tempo que apoiam iniciativas de saúde pública, planeamento familiar e prevenção da sida. Cerca de 5 mil monges são sustentados pelo Estado; outros 3 mil recebem apoio de instituições privadas.

Baseado numa música folclórica, o hino do país foi adaptado em 1953 e chama-se *Druk tsendhen* ("Reino do Dragão do Trovão").

A bandeira do país é talhada de amarelo e laranja (poucas bandeiras nacionais fazem uso do laranja com tamanho destaque). No centro, encontra-se um dragão branco, voltado para o batente da bandeira (a par com o País de Gales, nenhum outro país usa o dragão nas suas bandeiras) e representa o nome do Butão em tibetano – Druk (a terra do dragão). As jóias que ornamentam as garras do dragão, representam a abundância, o amarelo a monarquia secular e o laranja a religião budista. Poucas alterações têm sido

⁴⁵ CHOKI, Lhamu; RHODES, John Jigme; RAI, D. B. - **Integrating economy and environment: The development experience of Bhutan. Growth, Poverty Alleviation and Sustainable Resource Management in the Mountain Areas of South Asia.**

introduzidas na bandeira, que é utilizada desde o século XIX, tendo assumido em 1960 a forma que se conhece hoje.

A língua nacional oficial é o Dzongkha, recorrendo ao uso da escrita tibetana, o Chhokey, o Ngalopkha (de onde o Dzongkha é baseado) e que é falado sobretudo no oeste, o Sharchopkha falado no leste, e o Nepali falado no Sul. O inglês é contudo amplamente compreendido em todo o sistema escolar. “*The official language of Bhutan is Dzongkha (literally ‘language of the Dzong’), which is a dialect of Tibetan that has developed certain distinct characteristics of its own over the past centuries.*”⁴⁶

Culturalmente, o Butão tem inúmeros feriados, a maioria dos quais relacionam-se com os festivais religiosos seculares, que acontecem sazonalmente. Seguindo a tradição, incluem o solstício de inverno, a 01 de janeiro, (dependendo do calendário lunar), o novo ano lunar, em janeiro ou fevereiro, o aniversário do Druk Gyalpo, bem como o aniversário da sua coroação, o início oficial da temporada das monções, em 22 de setembro, e o dia nacional do Butão, em 17 de dezembro, contando ainda com várias celebrações budistas e hindus. Estes feriados seculares têm quase sempre conotações religiosas. Danças religiosas e orações caracterizam os dias das festividades. Os dançarinos usam madeira colorida na composição das suas máscaras, e envergam trajes especiais, que juntamente com a música apropriada servem para representar uma panóplia de heróis, demónios, animais, deuses e caricaturas de pessoas comuns. As danças gozam de patrocínio real, numa tentativa de preservar não só os antigos costumes religiosos populares mas também a arte de confeção das máscaras.

A população apresenta uma composição étnica diversificada: existe o grupo dos bothe (50%), o dos nepaleses (35%) e o dos indianos e birmaneses (15%). Um primeiro recenseamento oficial da população, realizado em 1969, atribuía ao Butão 1 035 000 habitantes, com uma densidade média de 22 habitantes por km². Em 2003, o país albergava 2 257 000 habitantes. No entanto, em 2012 o número de butaneses decresceu para apenas 716 896 habitantes, motivado pelas políticas de recenseamento adotadas em 2008, e que resultaram dos critérios de reconhecimento da identidade butanesa pelo governo. Os valores apresentados tinham por base uma taxa de natalidade muito elevada, indexada a uma taxa de fecundidade bastante significativa.

A taxa de mortalidade, por seu lado, tem decrescido graças à melhoria dos serviços de saúde. O nível de vida da população do Butão, apesar de estar em vias de

⁴⁶ ROSE, Leo E. - **The politics of Bhutan**. P. 42

melhoramento, é um dos mais baixos de toda a Ásia, registando-se ainda uma elevada taxa de analfabetização e um reduzido valor do PIB por habitante.

Acresce que apenas 8% da população vive em localidades que podem ser definidas como urbanas, destacando-se Thimphu, que sendo sede do Governo desde 1982, desempenha importantes funções religiosas mais do que económicas, Punakha que até 1955 era a capital invernal do país, e Paro Dzong que se desenvolveu sobretudo com a abertura do aeroporto. O restante povoamento humano concentra-se ao longo dos vales, nas altitudes menos elevadas do país, de forma dispersa, e em localidades de dimensão reduzida, muitas vezes construídas em redor de fortalezas-mosteiros. A construção de estradas no século XX e o início do desenvolvimento económico permitiram, no entanto, o crescimento de algumas aldeias mais favorecidas.

O setor primário, mesmo continuando a ter um carácter de subsistência, continua a ser fundamental na economia do país, contribuindo para 34% do PIB nacional. O maior recurso do país é a energia hidroelétrica, produzida maioritariamente pela central elétrica Chukha.

Os títulos inerentes a estatutos sociais continuam a ser bastante importantes no país. Todas as pessoas de estatuto devem ser tratadas pelo respetivo título seguido do nome próprio ou do nome completo. Os membros da família real são tratados por *Dasho*, se forem homens, e por *Ashi* se forem mulheres. Um ministro tem o título de *Lyonpo*. O título *Dasho* é concedido àqueles que são homenageados pelo rei, e que recebem também um lenço vermelho. Mesmo que não tenham recibo o título é comum que os membros mais velhos do Governo sejam tratados por *Dasho*, embora oficialmente seja incorreto. Os monges de idade avançada e os professores são chamados *Lopon* ou *Lam* se receberam o título. Um *trulku* (Lama reincarnado) é tratado por *Rinpoche* e as freiras por *Anim*.

Sempre que nos dirigirmos a um homem devemos usar *Aap*, a um rapaz *Busu*, a uma mulher *Am*, a uma rapariga *Bum*. Se for o caso de se desconhecer o nome das pessoas, os homens são tratados por *Aapa*, os rapazes *Alou*, as mulheres *Ama*, as raparigas *Bumo*.

Quando os butaneses se referem a um estrangeiro, cujo nome desconhecem, usam a palavra *Chilip* e no Butão oriental *Pilingpa*. Seguindo a velha tradição, ninguém, à noite, deve gritar o nome de alguém, pois acredita-se que atrai fantasmas.

Lenços de seda branca, chamados *kata* são trocados entre oficiais como saudação, e são oferecidos aos Lamas mais importantes como sinal de respeito. Estas trocas não acontecem, no entanto, tão frequentemente como no Nepal ou no Tibete.

O vestuário tradicional butanês é um dos mais distintivos aspetos visuais do país. “*A non Bhutanese coming into contact with a bhutanese in this typical dress might get frightened in the first go. But it takes little time to discover that the Bhutanese are peace-loving and violence generally does not fit into their psyche.*”⁴⁷ É obrigatório que todos os butaneses usem o traje nacional nas escolas, nos gabinetes governamentais e nas ocasiões formais. Homens, mulheres e crianças usam roupa tradicional confeccionada com têxteis butaneses numa variedade de padrões coloridos.

Os homens usam um *gho*, um robe longo similar ao *choba* tibetano. O *gho* é usado até à altura do joelho, segurado com um cinto de pano chamado *kerā* que é apertado à volta da cintura, e integra uma bolsa para transportar uma tijela e dinheiro. Ainda, de acordo com a tradição, os homens devem andar com uma faca (*dozum*) na cintura. O calçado tradicional são as botas de pele bordadas, que são apenas usadas nos festivais. A maioria dos homens usa sapatos de pele, ténis ou botas para caminhadas. O *gho* existe numa grande variedade de padrões e muitos assemelham-se ao tartan escocês. Padrões florais são tabu, e cores sólidas como o vermelho e o amarelo são evitadas por serem usadas pelos monges. O vestuário formal dita que as pernas não estejam cobertas até ao inverno, estação definida pela altura em que os monges se mudam para Punakha. As visitas aos dzongs requerem a utilização de um lenço, chamado *kabney*, para identificar o estrato social da pessoa. Nos dzongs, e em ocasiões formais, os indivíduos com autoridade, os dasho, usam uma espada longa - *patang*.

As mulheres usam um longo vestido, o *kira*. É uma peça retangular de cores vibrantes que ata à volta do corpo como a *wonju*, blusa de seda tibetana. Na zona dos ombros são colocados botões de prata (*koma*) e a cintura é ornamentada por um cinto. Por cima do *Kira* é usado o *toego*, ou seja, um pequeno casaco aberto. As mulheres usam frequentemente grandes quantidades de joias. O *kira*, confeccionado em algodão ou seda, pode ter padrões num ou em ambos os lados. Para o dia-a-dia, as mulheres usam um *kira* de pano listrado com um *design* de dupla face, e nas ocasiões formais usam por cima um padrão de embelezamento. Os *kira* mais dispendiosos chamam-se *kushutara* (vestidos brocados). As mulheres Laya são conhecidas pelos seus peculiares chapéus

⁴⁷ PARMANAND - *The politics in Bhutan – retrospect and prospect*. p. 19

cónicos feitos de bambu e pelos vestidos longos de lã preta. Quando visitam dzongs, as mulheres usam uma faixa chamada *rachu* por cima dos ombros ou simplesmente por cima do ombro esquerdo.

Historicamente, o Butão é conhecido pela terra das ervas medicinais, que exportava para o Tibete. Os butaneses eram experientes em medicina sob o nome de *So-Ba Rib pa*. A medicina tradicional butanesa decorre de uma mistura entre a Ayurveda da Índia e a medicina chinesa (leitura dos pulsos). Os trabalhos médicos, mais remotos, datam dos Séculos XVII e XVIII, e acredita-se que os ensinamentos médicos (contidos em quatro volumes, chamados *gyuzhi*) tenham sido transmitidos pelo buda da medicina, Sangye Menlha.

Quando o Zhabdrung Ngawang Namgyal foi para o Butão, levou consigo um físico, Tenzin Drukey, que espalhou pelo país os ensinamentos sobre *So-Ba Rig pa*. E embora os textos básicos sejam os mesmos, a tradição butanesa de *So-Ba Rig pa* desenvolveu-se de forma independente das origens tibetanas. Desde 1967, a tradição butanesa tem sido formalmente incorporada no sistema de saúde nacional.

Segundo a tradição, o diagnóstico médico é feito essencialmente pela leitura dos pulsos. Ao contrário da medicina moderna que apenas usa esta técnica para detetar anomalias do coração e do sistema circulatório, com o método *So-Ba Rig pa* butanês é possível detetar doenças dos órgãos através dos pulsos. Os olhos, a língua e a urina também são utilizados como auxiliares no diagnóstico.

São inúmeros os tratamentos previstos pela medicina tradicional butanesa, e existem centenas de plantas, minerais e partes de animais que são usados pelos profissionais nas curas de males. Estes ingredientes básicos são processados e misturados em diferentes combinações para fazer 300 medicamentos em forma de comprimidos, xaropes, pílulas, pós e loções. O profissional pode opinar sobre a dieta e estilo de vida do paciente.

Existem, ainda, procedimentos que incluem o *gtar* (sangramento), *bsregs* (cauterização através de compostos de ervas), *gser bcos* (acupuntura com agulhas douradas), *tshug* (cauterização com instrumentos de diferentes materiais), *dugs* (aplicar quente ou frio no corpo), *byugs pa* (óleo de massagem), *smam chu* (pedras quentes), *tsha-chhu* (termas) e *lum* (tratamento com vapor).

1.2.2. Contextualização Histórica - Os primórdios, o Shabdung e a Monarquia

O Butão é um pequeno estado de civilização antiga, inserido num ambiente que se manteve em níveis muito primitivos, de uma forma geral, até ao século XX, motivado pelo isolamento da montanha. Sabe-se muito pouco do seu passado, pois foram perdidos os antigos testemunhos escritos. Mesmo aquilo que se conseguiu salvar do incêndio de Punakha de 1832 ficou irremediavelmente perdido durante o terramoto de 1897. Na ausência de registos quer tibetanos, quer butaneses, a origem do povo que habita o país é incerta, caindo no obscurantismo. As primeiras notícias históricas fiáveis remontam apenas ao século VII, e são atribuídas às crónicas de um viajante chinês, Hsuantsang, que visitou o país por volta de 640. Historiadores defendem, no entanto, a presença primordial de aborígenes, os Monpa, que idolatravam a natureza, em nome da religião praticada (Bon), indissociada da crença em espíritos benignos e malignos.

O registo historiográfico ancestral do espaço físico onde atualmente se insere o Butão é, pois, nas palavras de Leo Rose⁴⁸ - académico destacado em matéria de política Himalaia da Universidade de Berkley, Califórnia -, extremamente sombrio. Na verdade, sabemos apenas que no Século VIII, quando o Tibete, na forma do Império Kamruppa, era uma potência militar, as forças tibetanas terão invadido o Butão aí se fixando, nomeadamente na parte ocidental do país. Este fator foi determinante para a evolução do Butão, e para a sua realidade moderna, posto que, desde então, o Budismo passou a ser a religião principal do Butão. *“The eastern Himalayas, in contrast, were better insulated from political and cultural influences from south. This allowed the development of Mahayana Buddhist political systems in Bhutan and Sikkim, and enable them to retain their traditional character intact long after Buddhism had disappeared as a significant force in the plains area to the south.”*⁴⁹ Por outro lado, a importação de um sistema de culto estrangeiro levou a que o Tibete fosse considerado um local sagrado aos olhos dos antigos butaneses. Em todo o caso, não deixa de ser curioso, sobretudo considerando as relações entre o atual Butão e o Tibete, que a rudimentar historiografia tibetana não preserve quaisquer registos destes acontecimentos. Do Tibete, o Butão importou não só estruturas religiosas, como também sociais e económicas. No entanto, foi essa estrutura religiosa, mais que qualquer outra, que determinou a posterior conceção política e

⁴⁸ ROSE, Leo E., op. cit. p. 55

⁴⁹ ROSE, Leo E., op. cit. p. 19

constitucional do país. É que, foi essa estrutura religiosa que permitiu uma primeira unificação do país sobre o primeiro Shabdrung⁵⁰. Seguiu-se a introdução sucessiva de diferentes escolas budistas, nomeadamente o Nyingma e o Kagyupa, o que, em meados do século XII, arrastou toda aquela região para um período de completa anarquia. Consequentemente, diversos Lamas budistas buscaram refúgio na zona do atual Butão.

É no século XII, altura em que o Butão era Druk Yul (terra do dragão), que surge documentada a idealização do rei tibetano Songtsan Gampo da construção dos primeiros templos budistas. Uma vez cristalizado o Budismo, a religião Bon diluiu-se, motivo que promoveu a unificação do país. A partir de então, passou-se ao registo da informação graças à literatura, e a história do Butão assim permaneceu preservada. Seguem-se séculos de diferendos e disputas entre as principais famílias budistas. A ausência de governo central deu lugar a monarquias autónomas, cada uma devidamente representada pelos seus reis, Deb, personalidades também respeitadas na sua condição divina. Por esta altura, o Butão tornara-se permeável também à cultura budista, enquanto as forças tibetano-mongol afluíam aos vales do país.

Atualmente, a religião do Butão deriva da corrente budista Mahayana a que é normalmente chamada de “igreja nacional do Butão”. A história do país começa verdadeiramente com a introdução do Budismo no século VII. Desde então, o Budismo influenciou inequivocamente a história e o modo de vida do Butão⁵¹.

No Tibete, o Lama Tsongpa Gyareym Yeshe Dorji (1161-1211) fundou, em 1180, um mosteiro na cidade de Ralung, a este de Gyantse. O mosteiro foi chamado Druk (dragão). A linhagem budista nomeada depois do mosteiro ficou conhecida por Drukpa Kagyu. Nos Séculos XI e XII houve um grande fluxo de tibetanos para o Butão. Muitos Lamas Drukpa abandonaram o Tibete por serem perseguidos pelos seguidores da ramificação budista Gelug. Com o poder nas mãos rei Langdarma, no norte do Tibete, uma onda de perseguições e tumultos políticos atingiu o país. Por consequência, os monges de Kham foram forçados ao êxodo para o leste tibetano e butanês.

Este último destino foi inclusive batizado pelo Guru Rimpoche de *Balyul*, ou seja, a terra secreta e escondida dos tesouros espirituais. De entre os monges e outras figuras da

⁵⁰ Ou Shabdrung – sistema político baseado nos princípios e na crença da reencarnação e cujo título poderá ser traduzido como “aquele a quem cujos pés todos se prostram”.

⁵¹ Apesar do Budismo ser a religião predominante do Butão, há que ressaltar a presença do Hinduísmo no sul do país.

religião tibetana, que encontraram abrigo no Butão, alguns subiram hierarquicamente na estrutura religiosa através dos seus rituais místicos, e contribuíram para a construção de várias escolas na região dos Himalaias. Entre estas figuras estavam Kadampa, Kagyupa, Sakyapa e Gelugpa, que emergiram com a renovação da religião no Século XI. Muitos destes Lamas fixaram-se no Butão ocidental, e criaram ramificações da ordem monástica Drukpa. O ocidente butanês unificou-se graças ao forte contributo dos seus ensinamentos. Lamas carismáticos emergiram como líderes em boa parte do ocidente do país, enquanto os vales isolados do este e do centro permaneceram como Estados feudais separados.

Um dos mais importantes Lamas foi Gyalwa Lhanangpa, fundador da linhagem Lapa Kagyu, e que construiu o mosteiro Tango Goemba, numa colina, acima dos limites do norte de Thimphu, bem como criou o sistema de fortes, similares aos dzongs no Tibete. O Lama Phajo Drukgom Shigpo (1124-1251), discípulo do Lama Tsangpa Gyarey foi para o Butão de Ralung e derrubou o Lama Lhanangpa. Ele e os seus seguidores construíram o pequeno dzong Dho-Ngen na margem oeste de Wang Chhu, e tomaram controlo de Tango Goemba. Ao Lama Phajo deve-se a cristalização da perspetiva butanesa budista, ao converter muitas das pessoas à escola Drukpa Kagyu.

Ressentidos com o seu sucesso, outros Lamas tentaram matá-lo, através de poderes mágicos. Phajo retaliou, destruindo muitos dos seus mosteiros. Entre os séculos XIII e XVI, a linhagem Drukpa Kagyu floresceu no Butão e o país adotou uma identidade religiosa independente e separada. Outros Lamas foram convidados para ensinar e construir mosteiros no Butão, e muitos nobres butaneses de hoje são descendentes do Lama Phajo. No Século XIII chega ao Butão Phajo Drukgom Zhigpo, percussor das tradições Drukpa Kargyu que ganharam um papel de relevância no país.

Entre os visitantes do Butão, desta altura, estava o Lama Ngwang Chhogyel (1465-1540), que fez várias viagens, frequentemente acompanhado pelos seus filhos, que procederam ao estabelecimento de vários mosteiros. A estas figuras deve-se a construção do templo Druk Choeding em Paro e dos goembas Zampa e Hongtsho, próximos de Thimphu. Outro dos visitantes foi o Lama Drukpa Kunley, que construiu Chime Lhakhang, próximo de Punakha.

Entre os Séculos XI e XVI foram descobertos numerosos *terma* (textos sagrados) escondidos nas grutas e lagos pelo Guru Rimpoche, como havia sido profetizado por Lamas tântricos, chamados *tertons*. Os *tertons* eram importantes figuras religiosas, de

entre os mais conhecidos Pema Lingpa, que recuperou o primeiro *terma* do lago Membartsho, próximo de Bumthang em 1475. Pema Lingpa construiu vários mosteiros em Bumthang, e tornou-se numa das mais importantes figuras da história butanesa.

No século XV, o Butão era ainda um país dividido, povoado por agricultores e monges sob a influência de poderosas famílias.

No século XVI, a organização política estava ainda fragmentada, por muitos chefes locais, cada um controlando o seu próprio território e rivalizavam uns com os outros por pequenos feudos. Havia inúmeros mosteiros a competir pela sua superioridade, e os Lamas do Butão ocidental tentavam estender a sua influência ao leste do país.

Contudo, tudo mudou, em 1616, quando Ngawang Namgyal chegou ao Butão de Ralung, a casa original de Drukpa Kagyu, no Tibete. Nos primeiros anos estudou religião e arte. Mais tarde foi descendente de Tsangpa Gyarey, o fundador de Ralung. Aos 12 anos de idade foi reconhecido como a reencarnação de Pema Karpo, o príncipe do mosteiro de Ralung. Este reconhecimento foi desafiado pelo líder de outro principado no Tibete, tendo Nagwang Nagyul visto a sua posição em Ralung ameaçada.

Quando tinha 23 anos, a divindade protetora Yeshe Goempo (Mahakala), apareceu-lhe na forma de um corvo e orientou-o para o sul do Butão. Nagwang viajou por Laya e Gasa, e passou algum tempo em Pangri Zampa (Thimphu). À medida que Nagwang viajava pelo ocidente butanês ensinando, viu a sua força política aumentar. Cedo estabeleceu-se como chefe religioso do Butão com o título de Zhabdrung Rinpoche (também conhecido por Padmasambhava), tornando-se o primeiro da linhagem Zhabdrung. Leo Rose refere que *“The political system founded by Shabdung Ngawang Namgyal bore a strong resemblance in certain critical respects to the political system headed by the Dalai Lama which emerged in Tibet at approximately the same time. This is not surprising, of course, given the dominant influence of similar religious establishments in both countries in this period.”*⁵²

Fundador da escola Tibetana converteu um reino no vale Bumthang, a partir de onde a religião se espalhou para outras regiões do Butão. A unificação do país (séculos XVII e

⁵² ROSE, Leo E., op. cit. p. 26

XVIII) foi iniciada, então, em 1616 pelo Lama Drukpa Ngawang Namgyal⁵³, através do seu próprio Shabdung. Segundo ensina Ardussi⁵⁴, o nascimento do Butão tem por base, justamente, uma «questão constitucional». Segundo o autor, colocou-se nesta altura a questão de saber “*who had the mandate to provide continued leadership of the sect and control its material patrimony, the descendants of gTsang-pa rGya-ras or his reincarnation*”.

É que, em 1592, à sucessão do líder da região de Ralung, apresentaram-se o seu herdeiro carnal, e reencarnação (Ngawang Namgyal), e um contendor (Pagsam Wangpo), que se afirmaram como a autêntica reencarnação espiritual de Pema Karpo. O Governo de Zhabdrung foi, portanto, alvo de oposição por parte de líderes de linhagens budistas rivais, que formaram uma coligação de vários Lamas sob a liderança de Lama Palden. O diferendo precipitou a fuga de Ngawang Namgyal para a região do atual do Butão, por Pema Karpo ter garantido o apoio de uma corrente budista rival.

Uma vez instalado na região do presente Butão, mais concretamente na zona da atual capital Thimphu, Ngawang Namgyal promove a construção de um mosteiro e de um poderoso Dzong (fortaleza), o mítico Simtokha Dzong, onde se preparou para resistir à perseguição do seu rival. O referido dzong foi atacado em 1629 e, ainda que repelida, a coligação aliada a um grupo de tibetanos continuou a exercer oposição. A milícia Zhabdrung derrotou os tibetanos em várias ocasiões, tendo a influência de linhagens rivais diminuído. Finalmente, em 1634, na decisiva “Batalha dos Cinco Lamas”, Ngawang Namgyal saiu vitorioso, derrotando os tibetanos e a coligação aliada, e iniciou um processo, o referido processo de unificação, através da construção de novos

⁵³ Posteriormente também conhecido como o Shabdung Rimpoche ou Padmasambhava, a quem Paramanand atribui o título de fundador do Butão, in **PARAMANAND - The Politics of Bhutan – Retrospect and Prospect**, Pragati Publications, Dehli, 1992, ISBN 81-7307-000-8. Padma, em sânscrito, significa flor de lótus; sambhava significa “nascido de”. Rimpoche é a figura histórica do Século 8 e o seu nascimento foi predito por Sakyamuni, o famoso Buda. É considerado o segundo Buda e tinha poderes milagrosos, incluindo a capacidade de dominar demónios e espíritos malignos. É uma das figuras mais importantes do Butão e a sua visita a Bumthang é reconhecida como a verdadeira introdução do Budismo ao Butão. Deixou a impressão do seu corpo numa rocha onde meditava perto do Vale de Bumthang. Neste sítio, o templo de Kurjey Lhakhang foi construído e a impressão do corpo de Rimpoche ainda hoje pode ser vista. A sua estátua aparece em praticamente todos os templos construídos depois da sua visita ao Butão. Viajou em inúmeras manifestações pelo Tibete, Nepal e Butão meditando em várias grutas que hoje são tidas como importantes sítios de poder. O seu local de nascimento é Uddiyana no Vale Swat, onde hoje é o Paquistão. Segundo se crê, terá operado uma profunda remodelação administrativa e política na região, tendo, porém, morrido ainda novo – mas cuja morte terá sido ocultada durante dezenas de anos ao seu próprio povo, que o acreditava ainda vivo em provecíssima idade, fruto do seu poder espiritual.

⁵⁴ ARDUSSINI, John, - **Formation of the state of buthan (Brug Gzhung) in the 17th century and its Tibetan antecedents.**

mosteiros e vários Dzong (entre os quais Simtoka, Wangdiphodrang e Tashichhodzong).

É durante esta fase de unificação que o Butão terá sido visitado pelos primeiros dois europeus: os missionários Jesuítas portugueses Estevão Cacella⁵⁵ e João Cabral⁵⁶, aos quais Ngawang Namgyal se terá mostrado extremamente hospitaleiro.

Em 1639 chegou-se a um acordo e Tsang Desi no Tibete reconheceu Zhabrung Nagwang Namgyel como a autoridade suprema no Butão.

Um dos aspetos mais curiosos da política religiosa de Guru Padmasambhava foi a incorporação de divindades Bon no panteão budista, ligando-os através de preces e juramentos não só com o intuito de servirem a fé Budista, como também na qualidade de protetores, o que exerceu forte impacto psicológico, uma vez que dava a sensação de continuidade às crenças dos mais recentes aderentes ao Budismo.

Os primeiros dzongs butaneses eram meramente fortalezas, mas o dzong Simtokha foi também casa monástica e instalação administrativa. A combinação de funções civis, religiosas e defensivas tornou-se um modelo para todos os dzongs do Butão. Até ao século XVII, a religião e os poderes seculares não estavam claramente separados, altura em que Shabdrung Ngawang Namgyal, estabeleceu um sistema de Governo dual.

O Zhabdrung estendeu o seu poder ao estabelecer relações com os seus vizinhos, incluindo Rama Shah, rei no Nepal e Raja Padmanarayen de Cooch Behar. Foi por esta altura que o rei de Ladakh cedeu a Zhabdrung um certo número de locais no Tibete ocidental, que incluíam Diraphuk, Nyamri e Zuthulphuk, para o propósito de meditação e veneração. A administração butanesa, nestes mosteiros, continuou até à colonização chinesa do Tibete em 1959. Outros mosteiros tibetanos que ficaram sob a administração foram Rimpung, Deba, Khochag e De Dzong, todos próximos de Gartok. Um Lama butanês foi enviado como representante do Nepal e mosteiros butaneses foram construídos em Bodhnath e Swayambhunath – Catmandu (Nepal). O Butão administrou o mosteiro Swayambhunath até à guerra entre o Nepal e o Tibete em 1854-56, quando, por suspeita de que o Butão tinha ajudado os tibetanos, Nepal procedeu à sua retoma.

⁵⁵ Nascido em Avis em 1585, é integrado na Companhia de Jesus aos 19 anos onde vem a embarcar para a Índia em 1614. Aqui conhece o seu correligionário João Cabral com quem prepara a expedição ao Butão e ao Tibete, onde veio a encontrar a morte em 1630. Crê-se ter sido o primeiro.

⁵⁶ Natural de Celorico da Beira, onde nasceu em 1599. Ingressa nos Jesuítas em 1615, ao serviço de quem parte para o oriente. Após a expedição ao Butão e ao Tibete, onde vê morrer o seu companheiro de viagem, ruma ainda ao Japão, Malaca e Macau espalhando a fé cristã.

Durante o seu reinado, Zhabdrung ordenou a construção de vários mosteiros e dzongs ao longo do Butão. Destes, os dzongs de Simtokha, Paro, Wandur Phodrang, Punakha e Trongsa ainda se mantêm. Ele criou também o primeiro sangha – comunidade de monges em Cheri Goemba, perto de Thimphu.

Depois de 1694 poucos líderes concluíram o seu período de liderança, sendo que 22 deles foram assassinados ou depostos por rivais.

A situação política tornou-se, então, tão instável que algumas das facções rivais apelaram ao Tibete a sua assistência. Em 1729 e 1730, o Tibete tirou vantagem da instabilidade butanesa, e invadiu o país por três vezes. Os Lamas no Tibete iniciaram o processo de tréguas que eventualmente ditaram o fim das hostilidades. As facções butanesas rivais submeteram o caso ao imperador chinês em Pequim. Mas a questão só conheceu um verdadeiro fim quando vários protagonistas butaneses morreram, fazendo com que a reencarnação de Zhabdrung constituísse o líder. Ao mesmo tempo, relações formais diplomáticas foram estabelecidas entre o Butão e o Tibete, o que ajudou a garantir a independência do Butão.

Hoje em dia, ainda é facilmente visível que Je Khenpo, autoridade religiosa máxima do país, preserva um papel cultural e social proeminente. Segundo Parmanand, *“Apart from the monarchy, the core of the state in Bhutan, to some extent, is represented by the lamas or the clergy, Bhutan being primarily a religious state. The clergy in Bhutan is headed by the Je Khenpo (chief Abbot), who is equivalent in status to the king. The je Khenpo is assisted in his functions by 4 Lopons (Masters), who are equivalent in rank to Ministers.”*⁵⁷ Os templos budistas com maior significado histórico e sagrado no Butão ainda são Kyerchu e Byampsa, construídos no século VII. No período em que não existia uma Constituição escrita, o núcleo do Estado era representado pela monarquia e pelo Budismo.

Na estrutura religiosa do reino, cerca de 5000 Lamas dedicaram as suas vidas às preces e à meditação, sem meios próprios de subsistência, vivendo da generosidade das pessoas. Contudo, O Governo Real do Butão também contribui para a preservação dos Lamas que persistem em inúmeros mosteiros da igreja nacional. Frequentemente, os Lamas ficam alojados nos Dzongs (centros administrativos, religiosos e políticos).

⁵⁷ PARMANAND, op. cit. p. 52

Quase todas as cidades butanesas têm um mosteiro e os Lamas mais experientes participam em vários festivais ao longo do ano, e estão livres do pagamento de quaisquer impostos.

Não obstante o triunfo sobre as pressões exteriores, e o estabelecimento de um novo Estado, o sistema político instituído por Ngawang Namgyal mostra-se em tudo semelhante ao do Tibete. Assim, o Butão adotou um sistema político teocrático em que a sucessão do mais elevado líder (político e religioso) é definida através da determinação da reencarnação do mesmo.

A instituição deste sistema de Governo mostrou-se, porém, extremamente insegura na medida em que o Shabdung reencarnado levava vários anos até se mostrar capaz de exercer o seu poder e a sua influência. Este importante fator, aliado ao facto de por diversas vezes terem surgido mais do que uma reencarnação⁵⁸ levaram a incertezas e disputas que minaram o carisma do instituto do Shabdung – eventualmente substituído, como veremos, em 1907, pela instituição da monarquia hereditária.

Ngawang Namgyal instituiu igualmente a nomeação de dois Lamas Drupkas, que o acompanharam desde o seu exílio do Tibete, como adjuntos para os assuntos religiosos⁵⁹ (Je Khempo) e para os assuntos civis⁶⁰ (Druk Desi). Este último ofício foi ganhando, ao longo do tempo, uma autonomia progressiva, ao ponto de, em vésperas da monarquia, o Shabdung se manter completamente afastado dos assuntos da administração civil do Butão. Nas palavras de Leo Rose “*The Shabdungs, consequently, rarely exercised effective authority, yet they continued to play a critical role in the Bhutanese political system as the acknowledged spirituals leaders of the country and as the source of legitimation for both secular and temporal officials.*”⁶¹ Esta situação foi geradora de inúmeras tensões, uma das quais relatada por George Bogle, enviado da coroa britânica ao Butão, em 1773, que presenciou uma rebelião patrocinada pela família do Shabdung, ainda menor, contra o seu Druk Desi, o qual se viu forçado a fugir para o vizinho Tibete, ancestralmente interessado na desestabilização do seu vizinho, onde ainda procurou organizar uma contra rebelião com pouco sucesso.

⁵⁸ Por vezes ultrapassado através da reencarnação repartição, como por exemplo com a morte de Ngawang Namgyal, em 1652, em que foram encontradas reencarnações do seu corpo (Ku-Tulku), da sua fala (Sung-Tulku) e da sua mente (Thu-Tulku).

⁵⁹ Mas a quem, curiosamente, ficava confiada a regência do Butão na menoridade do Shabdung.

⁶⁰ Um mandato conferido, em regra, através de uma nomeação para o exercício de três anos.

⁶¹ ROSE, Leo E., op. cit. p. 27

Ao primeiro Shabdung butanês é igualmente atribuída a divisão do território do país em três regiões diferentes. Em cada uma foi nomeado um alto representante do Shabdung, os Chilas ou Ponlops. Inicialmente exercido exclusivamente por monges, este cargo de cariz essencialmente prestigiante e de pouca autoridade, veio a ser exercido por dirigentes civis. O referido autor refere *“In the eighteenth century there were several officers who were entitled to use Ponlop title, though their areas of jurisdiction and general influence in the country varied widdely. By the early nineteenth century, however, there were only two Ponlops of any consequence- the Tongsa Ponlop who administrated all of Bhutan, the Dzungpons of Punakha, Thimphu, and Wangdiphodrang eventually achieved an autonomous status in their own districts (...).”*⁶² Numa das referidas regiões, Tongsa, o cargo de Ponlop veio a ser exclusivamente exercido por uma família que viria a ter um papel de destaque na história do Butão. A família Wangchuck.

A estabilidade da transição do poder do Ponlop de Tongsa na família Wangchuck levou, inclusivamente, à sua intervenção e nomeação dos Ponlops das outras regiões, sempre muito mais sectárias. Por outro lado, o facto da região de Tongsa ser a mais populosa e a mais vasta projetou nos Wangchuck uma dimensão de poder que em breve iria rivalizar com o próprio Shabdung.

Entretanto, temendo a crescente presença e influência da Companhia Britânica das Índias Orientais na região, as difíceis relações entre o Butão e o Tibete ganharam um novo fôlego, tendo-se aproximado num esforço de cooperação. Não obstante, o peso do Império Britânico acabou mesmo por se fazer sentir na região. Na verdade, a propósito das difíceis relações entre os diversos Ponlops (e talvez sobretudo por estes se terem constituído em fações pró-britânicas e pró-tibetanas, em termos de estratégia de política externa), o referido Império Ocidental enviou ao Butão um alto representante, Ashley Eden, oferecendo a mediação no conflito naquele Estado vizinho e um tratado de paz e amizade.

O tratado foi, no entanto, rejeitado, pelo que o Reino Unido declarou guerra ao Butão. Desprovido de um exército regular digno desse nome, o Butão ainda obteve alguns sucessos iniciais, nomeadamente em Deothang, mas acabou por se vergar ao peso da tecnologia, e no espaço de cinco meses foi obrigado a pedir tréguas. Em 11 de

⁶² ROSE, Leo E., op. cit. p. 32

Novembro de 1865 foi então assinado o Tratado de Sinchula⁶³, através do qual o Butão cedeu parte do seu território a Sul ao Império Britânico na Índia.

O impacto da assinatura do Tratado de Sinchula foi considerável na estrutura sociopolítica do Butão que jamais conseguiu afastar-se da influência do poderoso império a Sul da sua fronteira. Tanto mais que, no esplendor da era do imperialismo, o vice-rei da Índia Britânica, Lord Curzon, agindo com base num rumor que relatava a alegada intenção do Tibete ceder parte da sua zona fronteiriça Sul a outra potência ocidental, concorrente à influência na região, o Império Russo, organizou uma expedição militar até Lhasa, comandada pelo Brigadeiro James Macdonald e pelo Coronel Francis Younghusband.

Assim, e não obstante o Império Russo ter oferecido garantias formais de que não teria qualquer interesse na região⁶⁴, a força militar imperial britânica entrou no Tibete para, supostamente, estabelecer laços diplomáticos mais estreitos com aquele país. A caminho de Lhasa a expedição britânica deparou-se com uma força tibetana rudimentarmente armada, e a qual não apresentou qualquer intenção de atacar a coluna britânica, mas simplesmente de resistir pacificamente à sua passagem.

No entanto, os acontecimentos precipitaram-se e o fogo das metralhadoras europeias “Maxim” acabou por provocar o massacre de Chumik Shenko. Seguiu-se a assinatura da Convenção do Tibete, nos termos da qual o Tibete autorizou o comércio britânico no seu território, reconheceu as disputadas fronteiras de Sikkim e aceitou não manter relações diplomáticas com qualquer outra potência estrangeira. Ou seja, na prática, o Tibete transformou-se um protetorado britânico.

Como quase sempre aconteceu na história da região, os acontecimentos do seu vizinho e referência religioso-cultural, acabaram por ter repercussões no próprio Butão. Assim, a expedição de Younghusband ao Tibete e o consequente Tratado levou a que o Ponlop de Paro, rival da família Wangchuck, fosse destituído do seu cargo e substituído por um apoiante dos Wangchuck. Consequentemente, e pela primeira vez em mais de século e meio, o poder em quase todo o Butão passou a ser exercido de forma centralizada, na forma da família Wangchuck.

⁶³ Vide Anexo I.

⁶⁴ Pese embora o seu agente no Tibete, Agvan Dorjiyev, a pedido do Dalai Lama, ter mantido encontros com o Czar Nicolau II, em 1900 em Peterhof e em 1901 em Yalta, na qual terá sido efetivamente abordada a possibilidade de estender a influência russa até aquelas paragens e oferecer o apoio solicitado.

Cimentada esta influência por todo o território do Butão, Ugyen Wangchuck decidiu então tentar institucionalizar o seu poder. Desta forma, e com o apoio expresso do Império Britânico, interessado na estabilidade que a unificação centralizada do poder no Butão poderia criar nesta zona tampão entre a Índia e a China, o sistema Shabdung foi abolido, e foi instituído em seu lugar uma monarquia hereditária. Em 17 de Dezembro de 1907 Ugyen Wangchuck foi aclamado Druk Gyalpo, isto é, líder supremo do Butão. Para o efeito, foi realizada uma assembleia de líderes monges budistas, funcionários do governo e chefes de importantes famílias, para acabar com o sistema governamental dualista de 300 anos, a fim de estabelecer uma nova monarquia absoluta. Ugyen Wangchuck foi eleito primeiro herdeiro Druk Gyalpo (rei dragão, tendo reinado de 1907 a 1926). A família Dorji tornou-se a legítima herdeira da posição do Gongzim, o posto mais elevado e notável do governo.

Terminada a era Shabdung⁶⁵, a monarquia procurou ganhar forças e alcançar reconhecimento na principal potência regional. A emergência de Ugyan Wangchuck como líder nacional coincidiu com a tomada de consciência do caráter ineficaz e obsoleto que caracterizava o regime político dualista da altura. No entanto, e nas palavras de Leo Rose, a essência do sistema político e a sua estrutura constitucional não sofreram grandes mudanças. Mantiveram-se os cargos de Ponlops, embora o seu poder efetivo se tenha enfraquecido em resultado de uma maior centralização no Druk Gyalpo.

A forte influência e presença do Império Britânico no Butão tiveram, porém, repercussões inesperadas em Lhasa. Temendo que os ingleses abordassem o Tibete, em 1910, a China invade o país, afirmando autoridade política. Perante a ocupação militar chinesa, o Dalai Lama fugiu para a Índia. Neste seguimento, a República Popular da China reivindicou também o Butão, o Nepal e Sikkim, o que promoveu uma cooperação ainda mais estreita entre a Grã-Bretanha e o Butão.

Um novo acordo anglo-butanês, o Tratado de Punakha⁶⁶ assinado em 8 de janeiro de 1910, veio alterar dois artigos do anterior tratado de 1865: os ingleses passaram a dobrar o seu salário anual de 100 mil rúpias, comprometendo-se a não interferir na administração interna do Butão e por contrapartida, o Butão começaria a ser orientado

⁶⁵ Cujo último representante reconhecido pelas autoridades butanesas faleceu em 1931, mas cujas reencarnações têm surgido no Tibete – embora nunca reconhecidos pelo Butão. Em todo o caso, a questão da reencarnação desta liderança passada é ainda vista atualmente com preocupação pelas autoridades butanesas.

⁶⁶ Vide Anexo II

pelo conselho do governo britânico, no que diz respeito as suas relações externas – segundo Babu Yadvav, “*The home Government, therefore, proposed a fresh treaty with Bhutan and the treaty of Punakha, 8th January 1910 was its result. The previous provisions given in Articles IV and VIII of the British Government would pay to Bhutan subsidy of Rs. one lakh annually from 10th January, 1910 and desist from interfering into internal affairs of Bhutan. On the other and Bhutan agreed to be guided externally by the government of India.*”⁶⁷ O Tratado de defesa de Punakha garantiu a proteção necessária ao Butão. Por sua vez, a China, sem posição de contestar o poder britânico, interrompeu a partir daquela altura o jugo de milénios de influência sobre os tibetanos. Este pacto foi, portanto, decisivo para acalmar as intenções imperialistas chinesas.

Historiadores butaneses têm atribuído ao primeiro Druk Gyalpo grande parte do desenvolvimento moderno do Butão. Sua Majestade Ugyen Wangchuck, primeiro Druk Gyalpo, escreveu em 1921 a Rufus Isaacs, governador-geral, e vice rei da Índia, solicitando uma proposta, composta por vinte itens, para a modernização do país. Em 18 de Novembro, Major FM Bailey, respondeu favoravelmente ao seu secretário em Delhi, acreditando que este seria o passo necessário para melhorar as relações comerciais entre os dois países.⁶⁸

As diversas reformas internas incluíram a introdução de escolas de estilo ocidental, a melhoria das comunicações internas, o incentivo ao comércio e às transações comerciais com a Índia e a revitalização do sistema monástico budista. Já perto do fim da sua vida, Ugyen Wangchuck, preocupado com a continuidade da dinastia da sua família, apoiou-se, em 1924, nas relações com a Grã-Bretanha para que a família mantivesse a sua posição de destaque no Butão. O estatuto jurídico do Butão esteve, no entanto, debaixo de uma investigação britânica, a fim de averiguar a legitimidade da suserania do país e a ambiguidade da relação indo-butanesa. No entanto, daí não resultou qualquer alteração das estruturas do país.

A monarquia hereditária do Butão estabeleceu-se, pois, em 1907, após 300 anos de um duplo governo teocrático-civil. Druk Gyalpo, o rei, é ao mesmo tempo chefe de estado e chefe de Governo. O primeiro Druk Gyalpo, Ugyan Wangchuck, que reinou de 1907 a 1926, foi o responsável pela união do país, pelo estabelecimento das primeiras relações com o Império Britânico e por definir a agenda política da sua dinastia. Depois de

⁶⁷ YADAV, Lal Babu - **Indo-Bhutan relations and China interventions**. Pp. 55-56

⁶⁸ Vide Anexo III

Ugyan Wangchuck seguiram-se outros monarcas hereditários: Jigme Wangchuck (1926-1952), Jigme Dorji Wangchuck (1952-1972), Jigme Singye Wangchuck (1972-2006) e Jigme Kheser Namgyel Wangchuck (desde 2006). O dia nacional do Butão passou a ser comemorado na data de aniversário de Ugyen Wangchuck, ou seja, a 17 de Dezembro.

Implementado por Ugyen Wangchuck, “penlop de Tongsa” (primeiro Druk Gualpo, rei do Butão), o sistema monárquico absolutista prosperou de 1907 a 1952. Jigme Dorji Wangchuck ascendeu ao trono em 1952. O monarca foi educado na Inglaterra e na Índia, e falava fluentemente inglês, tibetano e indiano. Durante os vinte anos do seu Governo, as estruturas institucionais do Butão evoluíram no sentido da modernização, começando pela fundação de uma Assembleia Nacional, Tshogdu em 1953, segundo Parmanand, “(...)constitued on the principle of partylessness. (...) it comprises both elected and nominated elements”.⁶⁹ Embora lhe fosse reconhecida legitimidade para vetar todas as decisões na Assembleia Nacional, este foi, de facto, o primeiro grande marco na transição de uma monarquia absolutista para uma monarquia constitucional. Refere o mesmo autor que “*The main functions of the National Assembly are to enact laws, approve senior appointments in the government and advise on all matters of national importance.*”⁷⁰

Daqui, importantes medidas foram tomadas, tais como: a abolição da escravatura, a separação dos poderes judicial e executivo, a criação do cargo de 1º ministro, a diminuição da autoridade da monarquia absoluta, a redução da centralização da autoridade política entre líderes regionais, a fortificação do papel do governo central nos programas sociais e financeiros, a construção de estradas que ligam à Índia, de estádios, museus e bibliotecas nacionais, a edificação da Assembleia Nacional e a consolidação da identidade nacional com a oficialização da língua Dzongkha. Contudo, uma certa instabilidade política viria novamente a sentir-se entre 1952-65, pois era vontade e intenção do 1º ministro, familiar do rei, diminuir o poder das instituições religiosas. Por outro lado, o assassinato do chefe do Governo empolou o clima de tensão familiar, e o clima de instabilidade generalizou-se pelo país.

Para melhorar as relações com a Índia, o monarca convidou o Primeiro-ministro indiano, Jawaharlal Nehru e a sua filha, Indira Gandhi, a visitar o país em 1958. Quando

⁶⁹ PARMANAND, op. cit. p. 58

⁷⁰ PARMANAND, op. cit. p. 59

os chineses tomaram o Tibete em 1959, tornou-se óbvio que a política de isolamento não era mais apropriada ao mundo moderno. O rei sabia que para preservar a independência do país, o Butão teria de se tornar membro da comunidade mundial. Em 1961, o Butão emergiu de um auto imposto isolamento e embarcou num processo planeado de desenvolvimento. Em 1962, o Butão integrou o Plano Colombo, o que promoveu o acesso a assistência técnica e instrução a partir de países membros oriundos do sudeste asiático.

A partir de 1963, o título monárquico transitou de “sua alteza” para “sua majestade o Druk Gyalpo”, num esforço por firmar a distinta identidade butanesa. O monarca manteve o poder de veto sobre as ações da Assembleia Nacional até 1969. Daqui em diante, e seguindo o decreto de 1968, esta tornou-se a instituição soberana do reino. A partir de 1969 a mesma assembleia tinha autoridade para destituir Druk Gyalpo através de um voto de uma moção de censura, retirando-lhe o poder de veto. Contudo, e de forma a garantir a dinastia Wangchuck, se o monarca fosse afastado pela referida moção, o trono seria concedido ao membro da família Wangchuck mais próximo na linha de sucessão. Pela insistência do próprio Druk Gyalpo, no mesmo ano uma monarquia mais democrática esteve para ter sido implementada, através de votos de confiança trianuais.

A eficiência da máquina administrativa passou por um conjunto de ajustamentos: em 1966 Thimphu tornou-se a capital do Butão e em 1968 os preceitos da Assembleia Nacional foram reavaliados e, conseqüentemente, alterados passando, segundo a nova legislação, a ser constituída por 150 membros. Os ministros deixaram de estar imunes a destituições de cargo e o Druk Gyalpo mudou a sua residência para a Assembleia Nacional. Alterações no alcance da soberania do próprio Druk Gyalpo foram sentidas: se 2/3 do poder legislativo não votasse uma moção de confiança, o monarca seria obrigado a renunciar ao poder de governar. A Assembleia podia, assim, destituir o rei através de uma moção de censura.

Em 1965, o voto trianual de confiança foi instaurado no regime para renovar o mandato de Druk Gyalpo e o próprio rei renunciou ao direito de nomear o Conselho de Ministros, delegando esta função à Assembleia Nacional. Neste seguimento, o Butão alterou a sua conduta diplomática, apresentando-se mais aberto ao exterior, tendo sido aceite, em 1971, como membro das Nações Unidas. Depois de Jigme Dorji Wangchuck, que reinou até 1972, o seu sucessor Jigme Singye Wangchuck conseguiu melhorar a

qualidade das relações familiares, sendo com este rei que surge a maior inovação do Butão: o índice de felicidade bruto^{71 72}.

Em 1972, Jigme Singye Wangchuck sucedeu ao seu pai, Jigme Dorji Wangchuck, que havia envolvido o jovem príncipe nos assuntos do reino, agraciando-o com o título de príncipe herdeiro de Tongsa, alguns meses antes de morrer. Tal como o pai, Jigme Singye Wangchuck fora educado em Inglaterra e na Índia, mas também no Butão, na Academia Ugyen Wangchuck em Paro. Depois da sua ascensão ao trono, em 1972, o novo Druk Gyalpo foi auxiliado pelo seu tio, Dasho Namgyal Wangchuck e pelas suas irmãs mais velhas, Ashi Sonam Chhoden Wangchuck, que mais tarde se tornou Ministra das Finanças, e Ashi Wangmo Dechen Wangchuck, ambas em exercício de funções no Ministério das Finanças e Desenvolvimento, e na qualidade de representantes do Druk Gyalpo. Em junho de 1974, Jigme Singye Wangchuck foi formalmente coroado. Em 1979, Jigme Singye Wangchuck casou secretamente com quatro irmãs, descendentes de dois dos Shabdrung, governantes do antigo sistema governamental dualista. A fim de legitimar a sucessão ao trono do seu filho mais velho, Dasho Gesar Jigme Namgyal Wangchuck, Druk Gyalpo e as suas quatro rainhas casaram-se novamente, desta feita numa cerimónia pública em Punakha. Aquando do anúncio do casamento, foi noticiado que o monarca vivia numa pequena casa de frente para

⁷¹ Símbolo do esforço pelo progresso do país (processo que deve garantir um ambiente favorável para as pessoas, enquanto seres individuais e sociais poderem desenvolver o seu máximo potencial e terem a possibilidade de construírem vidas com sentido, ao encontro das suas necessidades e aspirações), o conceito de índice de felicidade bruta (IFB) tem fortes raízes no Budismo, traduzindo-se na busca pela plenitude emocional e espiritual e no respeito pela Ordem natural das coisas. Gizado pelo quarto rei Singye Wangchuck, o IFB assenta em quatro pilares fundamentais: o desenvolvimento económico, a preservação natural, a promoção da identidade cultural e a boa governança. A necessidade de aplicação universal do IFB pode ainda ser entendida se atendermos às clivagens na sociedade butanesa, assentes nas desigualdades e conflitos étnicos.

⁷² No Fórum Mundial de Istambul - Junho de 2007: Medindo e Encorajando o Progresso das Sociedades, em que estiveram representadas a OCDE, Comissão Europeia, Organização Para a Conferência Islâmica, Nações Unidas e o Banco Mundial foi reconhecida a urgente necessidade de noções mais compreensivas e equilibradas sobre o que é progresso. Do Fórum saiu uma DECLARAÇÃO CONJUNTA CONFIRMADA que determinou: “Comprometimento para medir e encorajar o progresso das sociedades nas suas dimensões, e de apoiar iniciativas ao nível do país. Instamos para que IPOBE, organizações públicas e privadas, e especialistas académicos trabalhem junto com os representantes das comunidades para produzir informações de alta qualidade, baseadas em fatos, que possam ser usadas por toda a sociedade, para formar uma visão compartilhada do bem estar da mesma, e sua evolução ao longo do tempo. Convidamos tanto as organizações públicas quanto privadas para que contribuam com esse ambicioso esforço de fomentar o progresso do mundo, e damos as boas-vindas às iniciativas em níveis local, regional, nacional e internacional”. In Dasho Karma Ura explica o FIB Felicidade Interna Bruta. <http://felicidadeinternabruta.blogspot.pt/2008/11/dasho-karma-ura-explica-o-fib.html> [Consul. em 25-07-2012]

Tashichhodzong (fortaleza da religião gloriosa)⁷³ decorada com simplicidade e sem grandes luxos, a qual fora o complexo governamental central em Thimphu.

A mãe de Druk Gyalpo, a rainha viúva Pemadechen (Ashi Kesang Dorji), continuou a residir no palácio real em Dechencholing, vivendo como uma freira budista. Depois de chegar ao trono em 1972, Jigme Singye Wangchuck tornou-se cada vez mais entusiasta do desenvolvimento económico, e viajou extensivamente por todo o país e para fora do Butão, participando em reuniões internacionais e representando pessoalmente com frequência o seu país em Nova Deli. Este monarca rompeu com a clausura dos seus domínios na qualidade de líder. As suas viagens para o campo promoviam a imagem de estar “ao serviço do povo” e com isso uma monarquia progressista, símbolo de unidade nacional.

O Butão é dos países menos desenvolvidos do mundo, mas não se podem ignorar os esforços graduais canalizados na reforma política e nas estruturas sociais tradicionais. É de tal forma significativa ao ponto de consistir um caso isolado na região dos Himalaias, onde a política local quando confrontada com novos desafios, como verificado em Sikkim, e mais recentemente no Nepal, nunca fora capaz de se sagrar vencedora na necessidade de alguma modernização, sem que o mesmo não significasse fraturas nas estruturas sociais e políticas⁷⁴. A singularidade do caso butanês está precisamente no processo pacífico de modernização, ao ser capaz de manter incólume o sistema monárquico do país. Embora a política butanesa, segundo os parâmetros ocidentais, possa ser vista como conservadora, o reinado do quarto rei do Butão foi do ponto de vista social, político e diplomático decisivo nesta marcha progressista. Jigme Singye Wangchuck anunciou um plano de autossuficiência económica

Apesar do plano contar com vantagens para a sua implementação como a baixa densidade populacional, terra e recursos naturais abundantes, no que respeita à reforma do país, um dos principais entraves foi sempre a impermeabilidade das pessoas às mudanças introduzidas pela monarquia. Se a sociedade butanesa é essencialmente

⁷³ Estrutura de pedra e madeira, possui grossas paredes caiadas de branco, sete torres cobertas de telhados vermelhos e uma série de pátios interiores. Toda a estrutura é ricamente ornamentada. A estrutura Tashichhodzong atual, que tem mais de 100 quartos, foi concluída em 1969, após sete anos de construção no local de um dzong mais antigo do mesmo nome. Originalmente construído no século XII, o Tashichhodzong tinha sido reconstruído no século XVIII e sofreu reconstruções de 1962-1969 devido a incêndios e terremotos. Foi também a residência do líder espiritual do Butão, Je Khenpo, durante o verão.

⁷⁴ As preocupações do monarca integraram sempre a possibilidade de desintegração do país, cuja herança cultural e social fora sempre pautada pelo consenso. No caso nepalês, a monarquia tradicional revelou-se incompetente em instalar uma reforma gradual e consensual.

conservadora, a verdade é que poucos foram os esforços no sentido da alteração de mentalidades, como clarifica Aim Sinpeng: “*Bhutan’s economy in recent years, (...) it has neither created critical mass of middle class nor developed political consciousness among the mass to push for political change*”.⁷⁵ A necessária abertura no pensamento do povo foi, porém, uma das grandes preocupações do monarca. Importantes reformas entre 1952 e 1972 tinham já sido introduzidas durante o reinado do terceiro rei, e nenhuma das mudanças sentidas nos últimos 30 anos poderiam ter vingado sem este período.

A coroação do monarca como quarto Druk Gyalpo em 1974 foi um importante marco na abertura butanesa ao mundo, uma vez que foi a primeira vez que a imprensa internacional foi autorizada a entrar no país. Um total de 287 convidados viajaram até à capital para o evento e muitos hotéis foram construídos para o mesmo propósito, que mais tarde se tornaram na base do desenvolvimento turístico butanês.

O rei teve em especial atenção a modernização da educação, saúde, serviços e comunicações, mas foi sobretudo o arquiteto da política de preservação ambiental, dando prevalência às questões ambientais em detrimento de interesses comerciais. Ao mesmo tempo deu continuidade às reformas introduzidas pelo seu pai nas áreas da administração, trabalho e justiça incluindo a introdução do voto secreto e o fim do trabalho forçado. Promoveu a identidade nacional e os valores tradicionais.

Contudo, o impacto pessoal e individual de cada um não era ainda internalizado como essencial, entre a generalidade da população (na qualidade de atores sociais), enquanto fator determinante para a modernização, facto potenciado pela parca consciência política. E se o processo de politização teve significado na população de outros países do Sul da Ásia, não fora no entanto capaz de contaminar a população butanesa com exceção para nepaleses-butaneses dos distritos do Sul. Muitos foram os fatores que contribuíram para esta realidade.

Por um lado, os butaneses lutaram sempre por se manterem à margem da influência política e social que dominava o Sul asiático, por outro, o nível de educação da esmagadora maioria da população era bastante baixo. A existência de uma elite que sempre tomou as rédeas no que respeita à modernização preveniu a emergência de

⁷⁵ SINPENG, Aim, - **Democracy from above: regime transition in the Kingdom of Bhutan**. p. 27

fações políticas organizadas. O consenso político, característica da sociedade tradicional butanesa, nunca contou com a participação popular no processo de decisão.

Nenhumas das reformas levadas a cabo pelo quarto rei teriam qualquer significado se afastadas do contexto social e político em que se inserem. Dois fatores afetos a qualquer processo de democratização devem ser tidos em consideração: ideologia e mobilização social. Embora consideráveis desafios continuem à frente das preocupações respeitantes a estas duas importantes matérias, a contribuição do quarto rei tem sido preponderante na consolidação de uma nova era política no Butão.

1.2.3. Contextualização Histórica - A transição - Índice de Felicidade Bruta

A tradição teocrática que prevalecia antes da instituição da monarquia em 1907, conferiu diminuto suporte ideológico no que concerne a outros princípios que não os religiosos.

Antes do Butão se abrir ao mundo exterior, em 1960, a retórica oficial evidenciava-se modernista no contexto, por influência do estrangeiro, nomeadamente da Índia e devido à cada vez mais urgente necessidade de desenvolvimento. O Butão nunca classificou a sua política como sendo socialista ou liberal, no entanto, o igualitarismo foi ocasionalmente exaltado nos discursos públicos. Ao país pesava a ausência de um conceito capaz de simbolizar tanto as aspirações da população como os esforços e diligências governamentais.

O quarto rei foi capaz de preencher esta lacuna ao promover um novo conceito: o Índice de Felicidade Bruto (IFB)⁷⁶. O monarca fez um esforço por preservar a herança cultural do país e o próprio contexto natural, ao mesmo tempo que gizava novos objetivos

⁷⁶ His Majesty said: “Our generation of Bhutanese have been gifted a strong, dynamic nation by our forefathers. I am confident that as long as we are willing to work with their commitment and dedication and follow their example we can bring greater peace, happiness and prosperity to our country. I am confident because I know the worth and character of our people. You are the true jewel of this nation. As citizens of a spiritual land you treasure the qualities of a good human being – honesty, kindness, charity, integrity, unity, respect for our culture and traditions, love for our country and for God. Throughout our history our parents have upheld these values and placed the common good above the self. My deepest concern is that as the world changes we may lose these fundamental values on which rest our character as a nation and people. It is critical that we are able to recognise Bhutanese character irrespective of how far we look back into the past or into the future. The Bhutan we see is vastly different - unrecognisable even – when compared to the Bhutan in the time of our first King. Yet, the character of our people and the nature of our fundamental values have remained unchanged. Henceforth, as even more dramatic changes transform the world and our nation, as long as we continue to pursue the simple and timeless goal of being good human beings, and as long as we strive to build a nation that stands for everything that is good, we can ensure that our future generations for hundreds of years will live in happiness and peace.” EVANS, Steve - **Bhutan National Values Assessment**. pp. 95-96.

nacionais e políticos não só no que respeita ao progresso socioeconómico e ao aumento do valor do produto interno Bruto, como também, aos fatores espirituais e ao bem-estar das pessoas. Segundo as palavras de Aim Sinpeng: “*King Jigme Singye Wangchuck was careful to modernise the state without “westernising” it – ensuring that the preservation of their rich cultural heritage was regarded as the most important.*”⁷⁷

Ao monarca coube-lhe, ainda, a tarefa de proceder à politização das massas.

De conteúdo filosófico, o IFB ganhou um cariz ideológico. De alguma forma, influenciou a progressiva maturação política e a modernização de crescimento económico passou a ser sinónimo de desenvolvimento humano sustentável. Para Jeffrey Sachs

“(...) chegou a altura de repensar as origens básicas da felicidade na nossa vida económica. A implacável procura de rendimentos mais elevados está a provocar uma desigualdade e ansiedade sem precedentes, em vez de gerar mais felicidade e satisfação. O progresso económico é importante e pode melhorar, de forma significativa, a qualidade de vida mas apenas se for acompanhado pela busca de outros objectivos. Neste aspecto, o Reino do Butão tem vindo a destacar-se. Há quarenta anos, o quarto rei do Butão, novo e acabado de chegar, fez uma escolha notável: o Butão deve preocupar-se com a “felicidade nacional bruta” e não com o produto interno bruto (PIB). Desde aí o país tem seguido uma visão alternativa e holística do desenvolvimento que dá ênfase não apenas ao crescimento económico mas também à cultura, à saúde mental, à compaixão e à comunidade.”⁷⁸

⁷⁷ SINPENG, Aim, - **Democracy from above: regime transition in the Kingdom of Bhutan**. p. 29

⁷⁸ Jeffrey D. Sachs é o diretor do “The Earth Institute”, Professor de Desenvolvimento Sustentável, e professor de Política de Saúde e Gestão da Universidade de Columbia. Ele é conselheiro especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, para os Assuntos de Desenvolvimento do Milénio, tendo ocupado a mesma posição do ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan. É diretor da Rede Soluções de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. É, ainda, co-fundador e Estrategista Chefe da

Esta nova abordagem inspirou-se nos princípios de conciliação, pragmatismo e compaixão. O bem-estar geral faz parte da versão moderna da doutrina budista. (onde a harmonia nas relações humanas é fundamental). A explicação do conceito assente na cosmologia budista traz à luz uma clara conotação ideológica. Entre os principais preceitos ideológicos, a preservação da natureza é algo inerente aos valores budistas.

A função de um estado social é o prolongamento da organização feudal que prevaleceu nas comunidades locais tradicionais e autossuficientes. Este conceito impregnou a ideologia nacional, e por sua vez tornou-se num fator de legitimação do sistema monárquico, ao mesmo tempo que preparou as bases para aquele que pode ser o futuro da política do país. O desenvolvimento de uma ideologia nacional foi o primeiro passo para a consolidação de um processo de caráter mais amplo, que já começou a influenciar todos os setores da sociedade, incluindo os butaneses de origem nepalesa, que haviam mostrado algum ceticismo sobre alguns aspetos da promoção cultural.

Em 1980, alguns sectores minoritários dos lhotshampa (nepaleses) acreditavam na ação destruturante da sua própria identidade por via do processo de integração nacional e a tentativa de homogeneização, resultante das políticas de modernização, estava a fortalecer o domínio dos drukpa⁷⁹. A promulgação do dzongkha enquanto única língua nacionalmente reconhecida, o fim do ensino do nepalês nas escolas, a decisão por um código de etiqueta (driglam namzha) e a identificação de imigrantes ilegais através de censos foram tudo ações a favor de um processo de “butanização”, cujo grande propósito passava por favorecer culturalmente e politicamente o grupo dominante.

A partir de 1988, o país é dilacerado pelos confrontos entre a maioria drukpa (tibetana e budista) e a minoria nepalesa (Hindu, grande parte da qual emigrou para o Nepal)⁸⁰, a que se veio juntar, desde 1990 a repressão (com centenas de mortos) dos movimentos estudantis que visavam o estabelecimento de uma democracia plena. A hostilidade para com os estrangeiros culminou, em meados dos anos noventa, com a expulsão de cerca

Millennium Promise Alliance, e é diretor do Projeto Aldeias do Milénio. Sachs é também membro da Comissão de Banda Larga ITU / UNESCO para o Desenvolvimento.

⁷⁹ Na verdade, os ativistas anti-drukpa, no sul do Butão, pressionaram desde cedo o governo real a integrar os drukpa, receando a potencial desunificação nacional. Esta questão teve um considerável impacto social, sobretudo no aumento consciencial das pessoas, não só entre os lhotshampa, mas também entre o resto da população alarmadas pelos tumultos a sul.

⁸⁰ O agravamento da crise étnica (1989) levou ao abandono de centenas de pessoas do lado sul do Butão para o Nepal oriental.

de 100.000 butaneses de língua nepalesa, receando-se o fim da monarquia, e eventuais pedidos de anexação à União Indiana. Em 1998, porém, o soberano deu provas de um ato político iluminado aprovando mais um conjunto de reformas políticas destinadas a limitar o poder monárquico e a dar mais destaque à Assembleia Legislativa e ao Conselho Real. Em 2003-2004, o exército interveio contra as bases de alguns movimentos separatistas a atuar na Índia ocidental e localizadas no Butão.

Embora mitigado o problema, a presença de uma grande número de minorias continuou a ser para o regime uma questão a ter em atenção. De qualquer das maneiras, o problema com os lhotshampa pode ser interpretado como o primeiro grande desafio da ideologia do IFB.

A educação sofreu drásticas mudanças e reformas, passando a estar acessível a um maior número de pessoas (o ensino passou a ser gratuito) e os jovens estudantes passaram a estar mais informados tanto sobre o cenário nacional como sobre o panorama internacional. Na verdade, Parmanand refere que *“the kingdom initiated the development of a comprehensive education system in 1961. Prior to 1961, there were virtually no modern education facilities inside Bhutan, apart from the traditional education given in the monasteries.”*⁸¹ O desenvolvimento dos *media* foi outra assinalável novidade: Kuensel, o jornal bissemanal, que começara na forma de um folheto governamental em 1965, foi formalmente desvinculado do governo, ganhando autonomia em 1992. A televisão e a internet foram introduzidas no país em 1999.

Em menos de um ano a internet e os telemóveis tiveram um grande impacto nas vivências da capital. A potencialização do turismo foi de tal forma tida em consideração que passou a ser o segundo setor mais rentável da economia do país, a seguir à produção de energia hidroelétrica. O setor privado mereceu igualmente as atenções do monarca e a iniciativa privada tem sido encorajada em todos os setores, embora se continue longe de conseguir oferecer as colocações necessárias ao crescente número de jovens butaneses instruídos.

Se a ancestral elite butanesa se baseava nos valores culturais tradicionais, um número cada vez maior de jovens butaneses estão a ser influenciados por tendências estrangeiras, vindas da Índia ou do Oeste⁸², significando um novo desafio para a

⁸¹ PARMANAND, op. cit. pp. 34-35

⁸² Os valores tradicionais ora coexistiram bastante bem com as novas tendências e influências, ora foram bastante prejudicados pela modernização.

ideologia nacional. A própria influência da religião tem decrescido especialmente entre as gerações mais novas.

Socialmente sublinha-se a emergência da classe média, que influi ativamente na política e nas estruturas tradicionais.

Apesar dos esforços, a consciência política (alguns) continua baixa, por comparação com outros países vizinhos, de que é exemplo a intenção do rei em abdicar do trono, e em que a maioria da população, incluindo a elite burocrática, demonstrou uma grande confusão durante o processo.

As reformas institucionais iniciadas pelo quarto monarca foram organizadas sob três grandes separadores: descentralização, abdicção dos poderes e boa governança. Uma descentralização organizada foi praticamente uma novidade no Butão. Inicialmente, o objetivo dos dois primeiros reis era garantir a força da monarquia via centralização. A reorganização dos poderes locais ficou a cargo do terceiro rei. Contudo, o verdadeiro processo de descentralização deve-se a Jigme Singye Wang, ao procurar envolver as pessoas no planeamento e implementação das atividades necessárias para o efeito.

Entre 1976 e 1981 comités de desenvolvimento distritais (Dzongkhag Yargye Tshogchung ou DYT) foram desenvolvidos, e atualmente existem cerca de vinte com mais de 560 membros eleitos. Em 1991, outros comités foram implantados, os Gewog. Embora altamente dominados pelas elites locais, tanto os Dzongkhag Yargye Tshogchung como os Gewog provaram ser poderosas plataformas em matéria de consulta informal, ao mesmo tempo que têm sido usados pelos seus membros como fóruns, onde as necessidades e problemas locais são apresentados. Em 2002, os líderes dos comités Gewog foram reeleitos por sufrágio universal, e a partir de então os representantes passaram a ser eleitos, o que melhorou a resposta às necessidades de desenvolvimento de cada distrito.

Na mesma linha, o quarto rei constituiu em 1998 uma comissão de planeamento, essencial ao sistema administrativo butanês; transferiu os poderes executivos para um gabinete eleito, cuja autoridade era definida pela Assembleia Nacional (1999) e, a partir de então, passou a responder por si mesmo. Os ministros butaneses deixaram de ser escolhidos pelo rei, ficando antes à mercê da Assembleia Nacional, conceito nada

familiar entre os demais butaneses. Esta decisão contribuiu para introduzir um maior sentimento de responsabilidade entre os seus membros.

O princípio da boa governança encerra em si as ideias de eficiência, transparência, responsabilidade e profissionalismo. Para Aim Sinpeng, *”when he [Jigme Singye Wangchuck] announced his abdication, he clarified that democracy was not necessarily Bhutan’s goal, but a point of good governance”*⁸³. A definição clara de hierarquias, a construção de uma linha de carreira para os funcionários públicos e a luta pelo fim da corrupção foram importantes passos dados pelo monarca. A atenção dada ao setor privado e ao sistema judiciário é também de se sublinhar. A criação de um gabinete de assuntos legais independente e autónomo foi também proposto em 1999, de forma a aliviar o sistema judicial, o que combina de forma assinalável fatores tradicionais com os esforços de modernização.

1.2.4. A Monarquia Constitucional

Em dezembro de 2006, Jigme Singye Wangchuck cedeu o trono ao seu filho Jigme Khesar Namgyal Wangchuck⁸⁴. Este foi o derradeiro passo para a constituição de um Governo totalmente democrático, pela inviabilidade do poder absoluto (mas não absolutista) face à concessão ao povo do direito de voto, mas não necessariamente pela insustentável tensão social ou pelo colapso iminente das instituições. Na verdade, o Butão tradicional e profundo (o que se poderá afirmar com segurança representar praticamente todo o país) não exigia liberdade, democracia ou modernidade. Dir-se-ia até, na esteira da recente análise da teoria da correlação de poderes de Fukuyama⁸⁵, que o fato de nunca ter existido um Estado forte, onnipresente e impondo ao povo um modelo societário espartilhado levou à inexistência de um contrapoder igualmente forte no seio da sociedade. O poder centralizou-se, mas nunca se radicalizou por não ter tido necessidade de o fazer.

⁸³ SINPENG, Aim, - **Democracy from above: regime transition in the Kingdom of Bhutan**, p. 37

⁸⁴ Quando Jigme Singye Wangchuck aos 51 anos anunciou abdicar do trono a favor do filho Jigme Khesar Namgyal Wangchuck, registou-se pela primeira vez na história o abandono voluntário de poderes absolutos por parte de um monarca por nenhuma outra razão que não a sua própria dedicação às necessárias reformas políticas.

⁸⁵ FUKUYAMA, Francis - **As Origens da Ordem Política**. 1ª Edição: Dom Quixote, 2012.

Esta observação conhece contornos ainda mais vinculados no caso do Butão quando se leva em conta o papel fundamental da religião e das tradições locais. Isto é, a uma sociedade já de si pouco interventiva e reivindicativa há que somar ainda o papel particularmente apaziguador e conformista do Budismo. Sublinhando-se, neste sentido, a particularidade do Shabdung ter fundido, durante uma fase considerável da história do Butão, que por certo terá deixado raízes profundas no seu povo, o poder temporal com o espiritual. Facto, este, que a primeira monarquia não susteve, mas também pouco empenho dedicou a clarificar as águas e a assumir uma separação inequívoca das duas esferas de poder.

Em todo o caso, um ano volvido desde o anúncio de Jigme Singye Wangchuck, a população começou a ser envolvida em ações de simulação de voto. Desejada ou não, a democracia iria ser imposta de cima para baixo (por vontade e desapego ao poder do soberano) e não de baixo para cima (por conquista do povo através de um processo de conflitualidade social), o que constitui um caso certamente raro em toda a história da humanidade. As primeiras eleições oficiais para lugares no Conselho Nacional e na Assembleia Nacional aconteceram respetivamente em 2007 e em 2008. Em 18 de julho de 2008, o Butão transformou-se efetivamente numa democracia parlamentar. Mas, para perceber o real impacto da transição para a democracia parlamentar, face à recente qualidade dos acontecimentos, é no entanto necessário esperar⁸⁶.

Recuando-se ainda a 17 de dezembro de 2005, dia (também Nacional) em que o Rei Jigme Singye Wangchuck, no poder há 32 anos, anunciou que iria abdicar a favor do seu filho, Jigme Khesar Namgyel Wangchuck, há que destacar ainda outro aspeto: o papel dos *media* no processo. É que, essa declaração histórica, perante um povo atónito, só provocou um verdadeiro impacto por ter sido difundida pela televisão e pelo rádio, veículos recentes ao serviço da modernidade no Butão. A simbologia não poderia ter sido mais intensa e significativa. Nas palavras de Susan M Walcott, “*Promulgation of a first-ever constitution and elected parliament along with the accession of a new king represented a huge, decentralizing shift in Bhutan’s power structure (...)*”.⁸⁷ O monarca mostrava-se não só confiante de que o seu povo seria capaz de ultrapassar uma transição

⁸⁶ Em 2013, as eleições para a Assembleia Nacional deram uma vitória esmagadora ao partido PDP, que assegurou 32 lugares dos 47 lugares da Câmara baixa do Parlamento. Esta foi a segunda experiência de eleições parlamentares registadas no país e denota, pelos resultados expressivos, uma certa tendência para a unanimidade e conformismo tão típicas da sociedade butanesa.

⁸⁷ WALCOTT, Susan M., - **One of a kind: Bhutan and modern challenge, National Identities.** Routledge, 2011, pp.253-265.

tão profunda quanto esta na maior tranquilidade e unidade, mas também que, através deste seu ato voluntário⁸⁸, saía de cena com a admiração nacional e internacional, e ainda com um lugar de destaque nas melhores páginas da história do seu país.

No dia 8 de maio de 2008 o primeiro Parlamento democraticamente eleito do Butão iniciou a sua sessão inaugural. Os 47 membros da Assembleia Nacional e os 25 membros do Conselho Nacional reuniram-se perante o novo Rei do Butão, que proferiu um discurso no qual reafirmou a sua determinação e a determinação do seu pai no sucesso do novo regime democrático. Fiel às suas palavras, o monarca que contava então com uns meros 25 anos de idade, assinou, ratificou e mandou publicar o texto em 18 de julho do mesmo ano. Caía por terra o decreto real de 1953 nos termos do qual era concedido ao Druk Gyalpo o poder absoluto do Reino do Butão.

Não obstante o imenso significado e simbolismo que estas datas encerram em si, importa porém recordar que as mesmas não seriam possíveis se não se tivessem estribado em sucessivos e recentes anos de esforços de modernização de um país praticamente isolado do mundo. Na verdade, até desembocar no importantíssimo ano de 2008, o Butão viu fluir em si uma corrente de dinamização materializada através de um gigantesco esforço para a construção de estradas, escolas, hospitais, meios de comunicação e outras infraestruturas capazes de projetar o país para um regime de cunho mais livre e menos paternal e, no fim de contas, capaz de sustentar o embate associado a uma súbita democratização.

Este embate teria sido tanto mais considerável quanto se atentar no facto de o Butão ser um país iminentemente rural, fechado sobre si mesmo, praticamente desde a sua origem, e em que os seus nacionais, para além de extremamente conservadores, serem bastante desconfiados do mundo exterior, e depositarem uma enorme confiança no seu monarca e na sua família real. Ou seja, não fora o substancial esforço para preparar o país para a mudança, esta dificilmente teria ocorrido de forma tão natural, e mal teria aguentado o choque da notícia do seu monarca ter abdicado. O Butão saltara, no espaço de poucos anos, as quatro grandes vagas de René Rémond⁸⁹ que sedimentaram as modernas democracias ao longo de diversos séculos. O país acordou, de repente, no século XXI.

⁸⁸ Este ato significaria o renunciar à posição social, económica e política da condição de monarca

⁸⁹ Liberalismo, democracia, socialismo e nacionalismo, in RÉMOND, René, - **Introdução à História do Nosso Tempo**. Gradiva, 2009.

Refira-se ainda que o próprio texto da atual constituição do Butão foi um dos principais legados do quarto rei do Butão, no sentido da referida modernização e reformas das instituições daquele país. Na verdade, a iniciativa do projeto foi do monarca que, logo em 2001, determinou voluntariamente a elaboração de um texto inicial. Finalmente concluído o projeto, em 2003, o rei presidiu a diversas sessões de debate e esclarecimento, um pouco por todo o seu reino, do texto constitucional proposto.

Composta por 35 artigos, a Constituição do Butão define todo um novo sistema político, pese embora a permanência da estrutura monárquica. No entanto, a monarquia apresenta-se agora de uma forma completamente diferente, substancialmente limitada nos seus poderes. Assim, importa destacar desde logo que, numa estatuição constitucional única em todo o mundo, qualquer monarca (agora também do sexo feminino) é obrigatoriamente deposto do seu cargo aquando da celebração do seu sexagésimo quinto ano de idade. Prevê-se igualmente a destituição de qualquer monarca que de alguma forma atente contra a Constituição.

Estas limitações ao anterior poder absoluto da monarquia do Butão visam, confessadamente, a implementação de um regime democrático estável e próspero. Neste sentido, foram pela primeira vez previstos diversos direitos constitucionais, tais como os da liberdade de expressão e da liberdade de associação. Consequentemente, os partidos políticos foram legalizados e autorizados a concorrer a uma de duas Câmaras, ou à Assembleia Nacional ou à Câmara Baixa. Influenciado pelos sistemas políticos anglo-saxónico e americano, a representação a esta Assembleia Nacional é dominada por apenas dois partidos.

Como está bom de ver, esta constituição constitui uma rutura espantosa na milenar tradição Shabdung, e na mais recente monarquia hereditária de cunho absolutista. Assim sendo, valerá a pena determo-nos agora um pouco na análise do próprio texto constitucional.

O Preâmbulo da Constituição do Butão surpreende logo pelo facto de, ao contrário de uma ancestral tradição de domínio de grandes famílias, declarar “nós, o povo do Butão”. Trata-se de uma novidade absoluta num país que, quase se diria, ter pela primeira vez descoberto o seu próprio povo e não apenas os seus Lamas, Ponlops e Shabdungs. Segue-se uma referência, aliás justa, à figura do monarca Jigme Wangchuck, outorgante da Constituição, para de seguida serem expostas as traves mestras do escopo

constitucional butanês: reforçar a soberania, a liberdade, a justiça, a tranquilidade, a unidade, a felicidade e o bem-estar do povo.

O Artigo 1.º estabelece que a soberania do Butão reside no povo e que a forma de Governo a adotar será a da Monarquia Constitucional. É afirmada a inviolabilidade das fronteiras do Butão (não obstante ser prevista a sua alteração por via de uma maioria de três quartos do Parlamento⁹⁰) e atribuído ao Supremo Tribunal a autoridade para guardar e interpretar a Constituição. Mais significativamente, especialmente considerando o passado de unidade de todos os poderes temporais e espirituais, esta disposição prevê, por fim, a separação dos poderes executivo, legislativo e judicial.

No Artigo 2.º define-se o carácter hereditário da monarquia e as regras de sucessão desta. Prevê-se igualmente um conselho consultivo do monarca e as prerrogativas não só do Druk Gyalpo ou Rei do Butão (o seu carácter sagrado, a impossibilidade de responder em tribunal pelos seus atos e a possibilidade de apresentar leis ao Parlamento para deliberação), mas também da família deste (nomeadamente o direito de isenção de impostos sobre a pensão anual prevista).

Já no Artigo 3.º, com a epígrafe de “Herança Espiritual”, determina-se que o Budismo é a herança espiritual do Butão (mas não a religião de Estado, que se deverá manter independente de qualquer religião, não obstante as instituições e personalidades religiosas estarem “acima da política”) e que o Druk Gyalpo é o protetor de todas as religiões do Butão. Compete ao Rei, mediante proposta de um conselho de sábios, nomear a ancestral figura do Je Khenpo ou líder espiritual máximo do Butão. Ou seja, pese embora a aparente laicização do Estado, existe a previsão, no próprio texto constitucional, da forma como o Rei nomeia a entidade religiosa máxima do país.

Seguem-se previsões constitucionais sobre a cultura (Artigo 4.º), o meio ambiente (Artigo 5.º) e a cidadania (Artigo 6.º). Neste último importa sublinhar que só pode ser cidadão a pessoa cujos pais sejam já cidadãos do Butão, e que tenha nascido dentro das fronteiras do Reino. Mais, quem quiser obter a condição de cidadão do Butão terá de ter residido no país há pelo menos 15 anos, saber falar e escrever Dzongkha fluentemente, renunciar a qualquer outra nacionalidade⁹¹, e prestar um juramento solene de aliança à constituição. Ou seja, existe uma exigente sobreposição dos dois critérios classicamente

⁹⁰ A referência ao Parlamento deverá ser entendida como a globalidade das Câmaras Alta e Baixa.

⁹¹ Por outro lado, o cidadão do Butão que tenha obtido uma outra qualquer nacionalidade, passa automaticamente, e por esse mesmo facto, a deixar de ser cidadão butanês.

utilizados (*ius sanguine* e *ius terretorialis*), acrescidos ainda de outros critérios, o que se justifica com as dificuldades sentidas com as populações de origem nepalesa no Butão.

Seguidamente, uma longa lista de direitos (Artigo 7.º) e deveres (Artigo 8.º) dos cidadãos do Reino do Butão, experiência única naquele país, quer em termos de constituição formal, quer em termos de constituição material. Já no Artigo 9.º, com a epígrafe “os princípios da política do Estado”, encontramos os deveres do Estado para com o seu povo, e que vão desde as garantias de justiça até à original figura do “Gross National Happiness”. Neste artigo, destaque, ainda, para as garantias de um mercado livre e concorrencial, de um sistema de segurança social, e de uma escola básica genericamente acessível a todos, mas sujeita a restrições de mérito.

Nos Artigo 10.º e seguintes vêm regulados os poderes do Parlamento (conjuntamente considerado), do Conselho Nacional e da Assembleia Nacional, assim como a forma de funcionamento do poder legislativo. Os partidos políticos encontram previsão no Artigo 15.º e estão constitucionalmente vinculados a assegurar que providenciarão soluções políticas baseadas nos valores e nas aspirações do povo. Como supra se referiu, a Constituição do Butão aceita a multiplicidade de partidos políticos, no entanto, limita o acesso ao governo e à oposição apenas aos dois partidos mais votados. De forma a assegurar a estabilidade e a autenticidade da escolha democrática, são vedadas as passagens de parlamentares de um partido para o outro durante as legislaturas.

O chefe de governo, primeiro-ministro e líder do partido vencedor das eleições, é empossado pelo Druk Gyalpo, estando-lhe vedado o exercício do cargo por mais de dois mandatos. O primeiro-ministro, uma vez empossado, indica ao Rei quais os parlamentares do seu partido que entende deverem ser nomeados como ministros, cabendo ao monarca dar-lhes também posse. Quanto ao partido da oposição, reserva-lhe a lei fundamental do Butão (no Artigo 18.º) as obrigações de desempenhar um papel construtivo quanto às políticas a implementar, de promover a unidade nacional e de apoiar o governo em casos de crise.

O poder judicial merece previsão no Artigo 21.º da Constituição, na qual encontram estatuição as diversas instâncias jurisdicionais do Butão, a sua composição e as formas de nomeação. Para além da nomeação de diversos juízes do sistema judicial, cabe ainda ao Druk Gyalpo, ouvida uma comissão consultiva, instituir novos tribunais com poderes a definir. Ou seja, ainda talvez de forma mais evidente do que no poder legislativo, verifica-se uma certa intromissão do monarca no poder judicial. Isto é, não obstante a

declarada separação de poderes, existe, pelo menos à luz dos modernos padrões ocidentais, uma certa promiscuidade entre os poderes na Constituição do Reino do Butão.

O Artigo 22.º estatui sobre o poder local no Butão, o qual é assegurado de forma a garantir uma participação mais direta e ativa por parte dos cidadãos. Sublinhe-se que este poder local está vedado aos partidos políticos, sendo apenas exercido por candidatos individuais, também democraticamente eleitos.

A partir do Artigo 24.º da Constituição encontramos igualmente previstos alguns órgãos de importância central no Reino do Butão, nomeadamente a Comissão Eleitoral, a Auditoria Real, a Comissão Real do Serviço Público, a Comissão Contra a Corrupção e a figura do Procurador-Geral. As Forças Armadas, as Forças Policiais e a organização de milícias têm assento no Artigo 28.º da Constituição.

No Artigo 32.º, sob a epígrafe da figura consagrada no sistema vigente nos Estados Unidos “Impeachment”, vem prevista a destituição de qualquer titular de cargo público mediante o procedimento aqui estatuído. Por fim, a Constituição do Butão prevê ainda a figura do referendo (Artigo 34.º) e do aditamento ou revisão constitucional (Artigo 35.º).

Desta breve descrição da Constituição do Butão resultam diversas conclusões, algumas de sinal bem diferente. Na verdade, se por um lado não deixa de ser impressionante o facto do Butão ter inaugurado o seu regime constitucional com um texto com inúmeras garantias e democrático, que se afasta consideravelmente do passado (distante e recente) do país, por outro lado, não se poderão ignorar as fortes amarras que ainda ligam este corpo normativo constitucional ao passado tradicionalista e centrado na figura do Shabdung ou, posteriormente, do monarca absoluto, como explicita Aim Sinpeng: “*The entire economy is wholly dependent on directives from the government (and the king) to introduce any social and economic changes*”⁹².

Lado a lado, numa mesma constituição, convivem os mais modernos direitos, liberdades e garantias e as alusões ao carácter sagrado do Druk Gyalpo, as restrições consideráveis

⁹² SINPENG, Aim - **Democracy from above: regime transition in the Kingdom of Bhutan**. p.30.

de acesso à cidadania e uma certa promiscuidade entre o poder legislativo, executivo e judicial, fruto da figura omnipresente do monarca. Mais ainda se ressalva que para alguns estudiosos não existe oposição real na arena política, perpetuando-se, assim, o protagonismo monárquico nos assuntos da nação. Em todo o caso, levando em conta o facto desta Constituição ter sido outorgada de forma voluntária, sempre se fará um saldo globalmente positivo à luz dos modernos padrões ocidentais.

Apesar desta primeira meia dúzia de anos em democracia terem confirmado o otimismo do último dos monarcas absolutos do Butão, na medida em que a passagem se fez de uma forma extremamente tranquila e pacífica, subsistem algumas dificuldades sistémicas no reino, e que representarão sempre uma ameaça latente ao regular funcionamento do novo modelo agora em vigor. Na verdade, para além das tensões étnicas intra-fronteiriças sobre as quais nos iremos deter pormenorizadamente mais adiante, há que registar que a taxa de analfabetismo é ainda extremamente elevada no Butão e os índices de desenvolvimento extremamente modestos.

Ora, como é sabido, a democracia tem tendência para ser tanto mais avançada e funcional quanto letrado, esclarecido e desenvolvido for o povo que a adota. Assim, o caso em apreço mostra-se particular no sentido em que a construção do edifício democrático se iniciou pelo seu telhado (a outorga de uma constituição formal e materialmente democrática) e não pelas suas fundações (a determinação consciente de um povo em chamar a si a sua própria governação). Haverá, portanto, o risco dessa democracia se mostrar ainda “alienígena” ao povo butanês, o qual não se sentirá particularmente vinculado e afeto à mesma, na eventualidade desta ser de alguma forma ameaçada. No entanto, a aceleração do progresso e o desenvolvimento real do país poderão reforçar esses laços ainda ténues.

2. Butão Moderno

O processo histórico que acabámos de descrever permite-nos melhor alicerçar o país em todo esse longo percurso em que desembocou. Ultrapassado o Shabdung, e afastada a monarquia absoluta, o Butão entrou numa nova fase que tem por base a recente Constituição, já analisada. No entanto, não basta observar o documento em si. Importa, mais que isso, constatar a forma como o mesmo vem sendo implementado. Isto é,

teremos de traçar o perfil do atual Butão com o pano de fundo que já lhe conhecemos. Segue-se, pois, uma abordagem ao Butão moderno, o Butão constitucional. Aqui iremos identificar quatro aspetos que julgamos ser fundamentais para a presente caracterização deste reino: a sua democracia, o seu percurso de descentralização, o seu mais recente desenvolvimento e a sua orientação diplomática.

Quanto ao primeiro aspeto a caracterizar, iremos tentar fazer uma breve descrição do presente sistema democrático do Butão, identificar os seus atores, verificar as suas vicissitudes e os seus perigos. No que respeita à descentralização, importa abordar a evolução que representa a difusão da concentração de todo o poder num único pólo para diversos pontos. Como consequência dos dois aspetos anteriores, prosseguiremos com uma apreciação do impacto efetivo dessa democracia e dessa descentralização na estrutura económica e social do Butão. Por fim, procuremos estudar a forma como este Butão moderno se insere no seu contexto geoestratégico e de que forma orienta a sua diplomacia.

2.1. Diferentes visões do conceito «Democracia»

Antes de nos debruçarmos sobre os aspetos referentes às marcas mais relevantes de democracia existentes no Butão, importa fazermos uma viagem pelos principais períodos da história – Grécia e Roma em que democracia deixou fortes marcas, e configurou o regime político, fazendo, ainda, uma abordagem à perspetiva democrática asiática *versus* democracia do mundo ocidental.

2.1.1. Democracia Ateniense

A palavra democracia tem origem na língua grega e significa “governo do povo” (demos = povo; cracia = governo, domínio).

No século V a.C., Atenas (localizada em Ática) emergiu como a mais inovada e sofisticada cidade-Estado (*polis*) entre várias comunidades gregas rivais.

O súbito florescimento da civilização urbana na Grécia, em muito se deve ao crescente número de cidadãos que viram alargado o alcance das suas atividades, graças à

expansão da escravatura, em muito devido à incapacidade dos agricultores de pagarem os empréstimos contraídos. Dava-se início à economia escravagista, praticada na exploração mineira, na agricultura e em certas indústrias de artesanato. Foi o período da chamada oligarquia.

As comunidades gregas ganharam um sentido de identidade e solidariedade cada vez maior, e com o tempo passaram a existir demarcações entre os cidadãos por direito e os estranhos ou forasteiros (escravos e outras categorias de pessoas incluindo aqueles que embora respeitáveis, provinham de outras comunidades - *metecos*). Este sentido de identidade foi reforçado pelo aumento da literacia, o que também ajudou na administração e no controlo de pessoas e recursos.

Inovações nas “constituições” das cidades-Estado também foram aplicadas, transformando os códigos legais escritos e não escritos, que tinham sido transmitidos ao longo das gerações. Ao que parece, durante os meados o século VI a.C. emergiu a primeira política democrática em Chios, a partir da qual se estendeu para outras cidades, ainda que com as suas particularidades e idiossincrasias.

Enquanto Atenas aparece como o pináculo deste desenvolvimento, a nova cultura política espalhou-se pela civilização grega, emancipando a totalidade dos cidadãos livres. Importa sublinhar que o advento destas primeiras democracias não estão afetadas a um único conjunto de eventos, foram antes formatadas por um processo de mudança contínuo, ao longo de várias gerações. Entre os vários fatores que contribuíram para esta realidade está a emergência de uma cidadania militar e economicamente independente, no contexto de uma comunidade relativamente reduzida e compacta capaz de alimentar um estilo de vida democrático. Em comunidades próximas umas das outras, de reduzida população, e com um único centro urbano, a comunicação era relativamente fácil, as notícias corriam depressa e os impactos sociais e económicos eram praticamente imediatos. Questões de responsabilidade e culpabilidade política eram quase inevitáveis e o tipo de obstáculos, na participação política, próprios das sociedades mais complexas, não eram ainda significativos. Contudo, a fim de evitar qualquer ataque à democracia criou-se o ostracismo, a forma grega de exílio. Estes fatores, tamanho, complexidade e grau de heterogeneidade assumem grande importância na teoria democrática. A cidadania era apenas concedida a homens adultos descendentes de atenienses.

O desenvolvimento da democracia em Atenas tem sido a principal fonte de inspiração para o pensamento político moderno. Ideais políticos de igualdade, liberdade, respeito

pela lei e justiça foram absorvidos pelo ocidente. No entanto, não podem ser diretamente encontradas em Atenas ideias centrais tais como a noção moderna liberal em que os seres humanos são indivíduos com direitos.

A democracia ateniense era marcada por um comprometimento geral ao princípio de virtude cívica, dedicação à cidade-Estado, e de subordinação da vida privada aos assuntos públicos e ao bem comum. Nesta comunidade, os cidadãos tinham direitos e deveres. Não obstante, estes direitos e deveres não eram particulares, mas sim públicos, provinham da condição de cidadãos.

As distinções modernas entre Estado, sociedade, funcionários especializados, povo e Governo, não fazem parte da filosofia política da cidade-Estado de Atenas. Todos os cidadãos se reuniam para debater, decidir e decretar a lei. Havia participação direta e igual liberdade de expressão. A antiga *polis* democrática pode ser vista como uma tentativa de conceder aos homens de diferentes *status* e atributos a liberdade de expressarem e a possibilidade de transformarem o seu entendimento de “bom”, através da interação política. Decisões e leis eram firmadas pela força da convicção, através do melhor argumento, e não por via do hábito ou da violência. A lei do Estado era a lei dos cidadãos.

A *polis* era marcada pela unidade, solidariedade, participação, deliberação pública e cidadania altamente restritiva. O Estado penetrava a vida dos cidadãos, mas abraçava uma reduzida porção da população. A cultura política ateniense era dominada no masculino, pois apenas os homens maiores de 20 anos eram elegíveis para o ativo da cidadania. As mulheres não tinham direitos políticos e os seus direitos cívicos estavam bastante limitados. Os imigrantes também estavam afastados da vida política, mas os mais marginalizados eram os escravos. A Atenas faltava um controlo burocrático centralizado, especialmente importante se atendermos que o Estado ateniense assentava num sistema produtivo altamente dependente dos escravos. Esta estrutura económica estava assim vulnerável a conflitos, a que não ficou alheia a influência da natureza radicalista da democracia da cidade-Estado.

A igualdade política era uma forma de igualdade entre aqueles de *status* homólogos: homem e nascido em Atenas, mas ainda assim *status* idênticos não conferiam igual influência política. Na verdade, a política da antiga Atenas assentava numa base antidemocrática. É verdade que a democracia garantiu a Atenas um período de estabilidade social, que a fez crescer económica e culturalmente. Porém, a democracia

ateniense excluía quase 90% da população das decisões políticas, mostrando que o governo do povo não era assim tão amplo.

Se a democracia moderna foi encontrar inspiração na forma de democracia grega, a similaridade nos ideais políticos entre os dois tipos são questionáveis, especialmente quando no meio de ambos se encontra a experiência do cristianismo, do humanismo, da reforma, da condição jusnaturalista dos direitos naturais e do liberalismo.

2.1.2. Democracia romana – A República

Do outro lado do Adriático nasceu uma potência militarmente sofisticada, que viria a conquistar todo o mundo helénico, e a aproveitar-se não só da cultura e da religião gregas como também das suas tradições políticas. Os romanos, que desde 519 a.C. já tinham afastado a monarquia de Traquínio, e tinham no Senado um embrião de democracia, vieram a absorver a cultura política helénica, conferindo-lhe uma nova dimensão.

Sobre as diferentes formas de Governo, Roma era bastante rica: houve uma monarquia desde 753 a.C. a 510 a.C., uma república de 510 a.C. a 27 a.C., um principado desde 27 a.C. até aos fins do século III d.C. e, finalmente, um dominado (ou monarquia absoluta de tipo heleno-oriental), que vigorou de 284 até ao século V. Em 395, o império romano foi dividido em império do Ocidente e império do Oriente. O primeiro caiu em 476 e o segundo em 1453. Politicamente, Roma define-se como uma cidade-Estado, que remete para o conjunto de homens livres, estabelecidos num pequeno território, todos dispostos a protegê-lo de qualquer ameaça estranha, e, principalmente, onde todos são detentores de uma fração do poder. Esta última característica é distintiva da cidade-Estado, por oposição ao Estado-território, onde o poder parte exclusivamente de um só homem, uma forma de Governo absoluto.

Na cidade-Estado, os diferentes elementos que a constituem participam equitativamente na tomada de decisão sobre assuntos de interesse comum. Contudo, tal não significa que os membros, no seu conjunto, constituam um único órgão político. As cidades-Estado concentram, na verdade, três estruturas políticas fundamentais: um ou vários chefes, vitalícios ou não (conforme se trata de uma monarquia ou república), uma Assembleia de nobres ou de homens experimentados na vida e uma Assembleia do povo.

Roma permaneceu uma cidade-Estado durante a república, e até ao período do dominado – século III d.C.

O regime monárquico de Roma concentrou três órgãos distintos: rei, senado e povo. Tarquínio fora destituído por um movimento liderado pelos patrícios⁹³ de forma a assegurar os seus privilégios. O declínio da civilização etrusca⁹⁴, ao mostrar-se incapaz de proporcionar uma intervenção pronta e eficaz em Roma, contribuiu para o surgimento da república romana.

Nos primeiros tempos da república, a constituição política de Roma não sofreu particulares alterações. Contudo, e a fim de evitar o ressurgimento da monarquia, procurou-se bipartir o outrora poder do rei por cônsules que permaneciam apenas um ano no cargo e que eram eleitos pelo povo e não nomeados pelo antecessor ou pelo Senado.

Em rigor, se a monarquia termina em 510 a.C., a república só principiou em 367 a.C., através de uma verdadeira divisão dos poderes pelas diversas magistraturas, tais como, a dos cônsules, a dos censores, a dos pretores, a dos questores e a dos *edis curúis*. No entanto, para além das magistraturas, a Constituição Republicana integra outros dois importantes elementos, o Senado e o povo. Cada um destes substituía respetivamente os elementos monárquico, aristocrático e democrático.

Na antiga Atenas, a cidadania para homens adultos significava a participação nos assuntos públicos, sugerindo que nas democracias modernas os gregos teriam dificuldades em integrar os seus cidadãos em cargos que não os representativos e titulares. O alcance limitado no envolvimento ativo dos cidadãos seria tido como antidemocrático entre a política contemporânea. A ideia grega de cidadania repercutiu em algumas comunidades, durante e após a sua elaboração inicial. Contudo, as democracias antigas são regimes bastante atípicos na documentada história política.

A crença que os seres humanos poderiam ser cidadãos ativos numa ordem política – cidadãos do seu Estado – e não meros objetos obedientes de um governante, teve poucos defensores e apoiantes desde o advento das primeiras associações humanas, passando pelo início do Renascimento até ao fim do absolutismo.

⁹³ Considerados chefes, são descendentes das famílias mais antigas de Roma e formavam a aristocracia da cidade. Concentravam vários privilégios e eram proprietários das maiores porções de terra.

⁹⁴ Povo originário da península Itálica, atualmente Toscana.

As razões para o eclipsar dos ideais de cidadania ativa, firmada na ação política, no ocidente são difíceis de penetrar. Mas, é suficientemente claro que a antítese de *homo politicus* é o *homo credens* da fé Cristã, em que a essencial capacidade crítica do cidadão é desvirtuada pelo verdadeiro crente. Muito embora seja enganoso sugerir que a ascensão do Cristianismo anulou considerações seculares acerca da vida dos governantes e governados, é inquestionável que substituiu a fonte de autoridade e sabedoria dos cidadãos para representantes de outros mundos.

A cosmovisão Cristã transformou a lógica de ação política da *polis* num quadro teológico. O interesse helénico sobre como os homens estão formatados para viver numa comunidade foi substituído pela preocupação com a forma como os seres humanos poderiam viver em comunhão com Deus. Em forte contraste com a crença grega na personificação da *polis* no bem político, a perspectiva Cristã insistia que o bem era submisso à vontade de Deus.

Em termos políticos, a queda dos impérios do ocidente e do oriente significou a pulverização de diversas realidades e de povos como os suevos, os alanos, os vândalos, ou os visigodos, cuja diversidade e primitivismo poderiam ter feito desaparecer a cultura helénica e romana. Isto porque, na verdade, estes povos não estavam preparados para as subtilezas da cultura romana. Contra todas as expectativas, surge porém uma realidade comum, suportada num elo de ligação entre esses povos, e que viria a mudar o curso da história. Assim, e apesar da cultura e da política greco-romana se terem praticamente esfumado da Europa e do mundo, em termos práticos os mosteiros cristãos conseguiram conservar as traves da tradição escrita e grande parte desse legado cultural, através de escrituras, o mesmo se diga relativamente ao direito romano, preservado através do direito canónico, nomeadamente pela adaptação do *corpus juris civilis* no *corpus juris canonici*, ou seja, apesar da aplicação prática helénica e romana se terem apagado do continente europeu, os princípios foram preservados graças à Igreja de Roma.

Desta forma, quando no norte de Itália surgem as primeiras sementes do Renascimento foi possível visitar toda essa tradição greco-romana, por exemplo, em Veneza, ao contrário de qualquer outra estrutura política europeia, surge uma Assembleia de iguais/pares (não um príncipe ou um rei) que decidia sobre os assuntos da Sereníssima República.

O advento da universidade permitiu a proliferação do conhecimento e das ideias um pouco por todo o continente europeu, onde os estudos canónicos mereceram especial atenção e destaque. Esta foi, portanto, a via que difundiu novamente grande parte do legado cultural da Grécia e da Roma antiga, herança essa que chegou também às ilhas britânicas, onde em 1215 a nobreza se revoltou contra o rei João “sem terra” e lhe impôs a Magna Carta. Este documento veio mostrar-se fundamental para a limitação do poder do rei, bem como para o estabelecimento de um Parlamento forte. A ideia de um Parlamento poderoso tornou-se mais evidente a partir do momento em que a Inglaterra se constituiu como um império à escala mundial, permitindo a difusão do liberalismo económico a todos os povos do mundo que a mesma dominou, e mesmo depois do fim do imperialismo, das estruturas políticas e, nomeadamente, das tradições do Parlamento inglês. No caso da Índia, a partir da sua independência estabelece-se igualmente um Parlamento sólido imbuído num espírito democrático igualmente forte, e que, eventualmente viria a ser transmitido ao Butão.

Tal como refere Nitasha Kaul⁹⁵, os estudos que defendem a democracia como sendo originária do ocidente, primeiro na Grécia antiga e depois com o advento do Parlamento britânico, de onde partiu para o resto do mundo, sofrem algum abalo quando por vezes se defende que a Grécia clássica tem raízes afro-asiáticas.

Hoje, a forma mais usual de democracia é a representativa, em que os todos os cidadãos adultos, com direito de voto participam no ato de eleição, a fim de escolherem os seus representantes no Parlamento, cuja maioria forma o Governo. O alargamento do voto a todos os cidadãos foi um processo gradual, perante o esbatimento das hierarquias e a abertura dos sistemas por pressão das massas, enquanto motor de transformação social, e é relativamente recente. Assiste-se a uma maior mobilidade social, rompendo com velhas estruturas, o que possibilitou um alargamento na intervenção política. Um verdadeiro sistema democrático define-se pela existência de alternativas para os eleitores, a renovação do poder deverá ser sistemática e contínua e portanto um imperativo.

2.1.3. Democracia na Ásia

⁹⁵ KAUL, Nitasha – **Democracy in the Non-West: Facts, Fictions and Friction**. p. 115

O advento da revolução industrial na Inglaterra desencadeou uma onda de expectativa no ocidente acerca da mudança entre a política e a economia. A consciência de que as economias da Ásia oriental e meridional foram as que por três décadas consecutivas apresentaram o crescimento mais rápido, reavivou a seguinte questão: como é que o crescimento económico afeta o processo de democratização?

A Ásia meridional não gozou do mesmo crescimento económico da China e de outros Estados da Ásia oriental. Na verdade, os países da Ásia oriental conheceram sólidos Estados-nação, e reformas mercantis de sucesso debaixo de regimes autoritários. A ideia de valores asiáticos deriva de uma posição contrária àquela focada e centrada no ocidente. A mensagem subjacente a isto é simples: a democracia liberal, especificamente o sistema valorativo ocidental, é muitas vezes estranha à cultura asiática. Contudo, é também verdade que para alguns casos da Ásia oriental, a descolonização foi seguida por uma abertura à democracia. Os Governos asiáticos encontraram um ambiente favorável de crescimento económico até à crise de 1997/98, o que dotou as novas democracias dos meios necessários para expandirem o papel do Estado providência.

Por seu turno, os países europeus lidaram com a abertura gradual dos seus mercados, assentes numa democracia liberal. Mas, na altura em que optaram pela liberalização, já eram Estados-nação. Mudanças introduzidas na economia e a emergência de uma classe média possibilitaram o florescer da democracia na Europa.

Para os países da Ásia oriental a experiência foi diferente, pois combinou-se a democratização com o desenvolvimento económico e a consolidação do Estado, onde a democratização é definida como um processo de pactos e barganhas entre o Estado e as suas partes, através da oposição a eleições livres e justas.

No período pós colonial, cada país do sul asiático apresentou uma resposta distintiva aos desafios enfrentados durante a última metade do século XX. Na verdade, a Índia poderá ter adotado a democracia devido a vantagens herdadas, como a longa história de luta nacionalista, a existência de um partido político coerente, e de alcance subcontinental, e de uma falange de liderança nacionalista central e regional, comprometida com a democracia liberal. Outros rejeitam este argumento, defendendo que o advento da democracia num país é determinado pela distribuição dos poderes políticos e económicos. Com a exceção de interrupção do *habeas corpus*, por dezanove meses, em meados dos anos 70, a Índia permaneceu empenhada nas eleições.

No Nepal e no Paquistão, protestos em massa pavimentaram o caminho para breves mas potentes experiências de democracia. Experiências rapidamente abortadas, mas onde o sabor do poder popular dificultou a capacidade de elementos autoritários do Nepal e do Paquistão de ignorarem a opinião pública. Qualquer consideração sobre a Ásia meridional estaria incompleta sem a inclusão dos esforços na construção de modernos Estados-nação. Este empenho fora motivado pelo desejo de proteger os privilégios da elite, mas também impulsionado pela vontade de construção de um Estado-nação atual. A persecução de tal objetivo levou a que diferentes opções tenham sido escolhidas entre a elite paquistanesa e os líderes indianos.

No Nepal, a monarquia representa o Estado. O rei nepalês soube combinar o antigo com o novo, as bases tradicionais do seu poder com a promoção do desenvolvimento moderno. Mas certas condições biológicas ditaram os destinos do Estado-nação, e da democracia em várias instâncias: fronteiras comuns, territórios não consolidados e sobreposição étnica que foram muitas vezes o motivo de guerras, exigindo intervenções transfronteiriças.

O desejo de modernização e os seus iníquos efeitos produziram três tipos de conflitos na região: o primeiro, deriva do esforço por combinar as identidades nacionais - o Paquistão, o Nepal e a Índia são Estados-nação heterogéneos, onde a identidade é fortemente contestada; o segundo, foi o conflito por causa do poder entre diversas regiões etnolinguísticas e o Estado central - frequentemente, a constituição das regiões destes três países reclama o direito à autodeterminação; o terceiro, envolveu a distribuição de recursos, serviços, políticas e cargos pelos países.

A democracia liberal não é a única forma de democracia. Na verdade, existem diferentes tipos de democracia e, mesmo em países que partilham a mesma forma de democracia, é possível verificar especificidades e idiosincrasias próprias.

Quanto à relação entre a democracia e a construção de uma nação, é uma prioridade do Estado basear-se na cultura da maioria. A democracia para funcionar em pleno, necessita a partilha de uma língua e a existência de uma identidade nacional comum e coesa. Ao mesmo tempo, defende-se que as minorias devem ser absorvidas pela maioria, de maneira a alcançar confiança e entendimento mútuos. Contudo, não nos podemos esquecer que, frequentemente, entre as fronteiras de um Estado existem diferentes grupos culturais e, tal como aconteceu no Butão, as minorias durante o século

XX têm lutado para serem reconhecidas tal como são, e por proteger as suas identidades distintivas.

A Índia é um excelente paradigma de como a tolerância e a liberdade foi experienciada em tempos antigos, o que mostra como um país asiático pode ser democrático sem necessidade de tensões e problemas. A tradição indiana inclui argumentos a favor da tolerância, apoiando a igualdade e a defesa da liberdade. Relativamente à Índia moderna, a democracia não tem sofrido reveses, apesar de estarmos perante um país de grandes diversidades culturais e linguísticas.

Paralelamente, os intelectuais budistas deram sempre importância aos debates públicos e à comunicação. Sendo a argumentação pública o cerne da democracia é legítimo defender que algumas das características mais importantes da democracia podem ser encontradas na Índia e na China, uma vez que as suas tradições foram influenciadas pelo Budismo. Reuniões sobre matérias seculares e religiosas foram mantidas na Ásia oriental e meridional e os famosos “conselhos budistas” ganharam relevância ao proporcionarem debates abertos, tendo por base diferentes pontos de vista.

Desde meados dos anos 80, a democracia tem-se espalhado pela Ásia do Pacífico. Taiwan seguiu a Tailândia, a Coreia do Sul e as Filipinas nas suas revoluções pela conquista da democracia. E a história democrática destes países é um sucesso. Taiwan é um ótimo exemplo de como uma sociedade confucionista pode adotar um regime democrático. O primeiro ponto de viragem democrática do poder da história da China foi a eleição do presidente Chen Shui-bian, em 2000, e a sua reeleição quatro anos depois, consistindo numa institucionalização do regime democrático em Taiwan. Desde então, a imprensa é livre e a liberdade de reunião foi estabelecida, o que torna Taiwan num exemplo para a China continental de como a democracia pode ser alcançada. Uma vez alçados todos estes passos positivos, torna-se praticamente impensável para Taiwan retornar ao outrora regime autoritário.

Tendo por base as origens da democracia no mundo, e em especial na Ásia, as páginas seguintes tratarão pormenorizadamente dos acontecimentos que marcam a implementação de tal regime político no objeto de estudo em causa.

2.1.4. Caracterização do sistema democrático no Butão

As primeiras eleições democráticas do Butão, as eleições legislativas ocorridas a 24 de Março de 2008, contaram com a presença de apenas dois partidos: o PPP (Partido da Paz e da Prosperidade) e o PDP (Partido Democrático Popular)⁹⁶. Os resultados, que registaram uma afluência de cerca de 80% dos eleitores inscritos, ditaram uma maioria esmagadora do Partido da Paz e da Prosperidade, com 67% dos votos, face aos 33% do Partido Democrático Popular. Em consequência, o Partido da Paz e da Prosperidade obteve 45 dos 47 lugares da Assembleia Nacional, relegando a oposição para uns meros 2 parlamentares.

Este desnível dos resultados eleitorais pode ser explicado pela atitude mais pro-monarquia do Partido da Paz e da Prosperidade em função de uma posição mais distanciada do Partido Democrático Popular, isto não obstante o então líder do Partido Democrático Popular ser inclusive o tio do rei do Butão, e bastante próximo das instituições monarcas. Ou seja, o voto popular acabou por refletir um conservadorismo extremo. Sem prejuízo da soberania da vontade dos butaneses, a Constituição de uma Assembleia com apenas 2 deputados da oposição faz pensar que o conceito e alcance da democracia não terão sido inteiramente apreendidos pelos eleitores.

As eleições seguintes, em 2011, para a eleição dos representantes do poder local, registaram igualmente uma elevada afluência. Como já antes se referiu, decorre da Constituição que os candidatos a estas eleições estavam impedidos de integrarem qualquer tipo de estrutura partidária. Assim, todos os candidatos concorreram por si próprios, e sem o apoio das máquinas partidárias já instaladas. À imagem do escrutínio de 2008, verificou-se um elevado sentido de civismo e de respeito pela diversidade e pelo sentido dos sufrágios eventualmente contados.

Este aspeto, a tranquilidade com que não só as eleições decorreram como também a forma como a democracia se introduziu no Butão, causou espanto em grande parte da comunidade internacional. Foi de facto impressionante verificar como uma mudança tão profunda quanto a passagem de uma sistema absolutista para um sistema democrático pôde ocorrer de forma tão ordeira. No entanto, a própria sociedade e cultura butanesas são baseadas num escrupuloso respeito pela ordem e pela harmonia. Isto é, à imagem de outras culturas asiáticas (mas talvez nunca de forma tão vincada quanto aqui), o povo acabou por destacar o seu apreço por essa mesma harmonia em lugar da liberdade.

⁹⁶ Foi ainda criado um terceiro partido político, o Partido Nacional do Butão, o qual não conseguiu, porém, reunir os requisitos legais para poder concorrer às eleições.

Entretanto, e já em 2013, foram criadas outras duas forças políticas butanesas que ainda se registraram a tempo de se poderem apresentar às eleições de 23 de Abril de 2013. Tratou-se, aliás, de um facto político da maior importância para o Butão. Na verdade, entre ambos, estes dois novos partidos obtiveram ainda cerca de 21% dos votos na primeira volta, tendo o Partido da Paz e da Prosperidade registado 44.52% dos votos e o Partido Democrático Popular 32.53%. Ora, como nos termos da Constituição do Butão o sistema político é necessariamente bipartidário, procedeu-se a uma segunda volta. E, desta vez, registou-se uma enorme surpresa. Capitalizando nos votos dos dois pequenos partidos derrotados, o Partido Democrático Popular acabou por assegurar 54,88% dos votos da segunda volta, em face dos 45,12% do Partido da Paz e da Prosperidade. Ou seja, na medida em que o Partido da Paz e da Prosperidade registou apenas um aumento de cerca de 1% da primeira para a segunda volta, o Partido Democrático Popular acabou por vencer as eleições graças à transferência dos votos das novas forças partidárias.

Para além da mudança de Governo, estes surpreendentes resultados permitiram ainda uma distribuição de votos mais equitativa entre os dois partidos e, em consequência, a composição de uma Assembleia Nacional mais equilibrada – 32 deputados para o Partido Democrático Popular e 15 deputados para o Partido da Paz e da Prosperidade. Assim, decorridos apenas cinco anos, desde as primeiras eleições legislativas, o Butão parece agora apresentar resultados eleitorais mais consentâneos com a normalidade democrática, no sentido em que já não existe uma esmagadora maioria do partido do Governo, à imagem de um autêntico poder absoluto no país.

Importa ainda registar que uma das principais propostas do novo partido vencedor, o Partido Democrático Popular, foi justamente o intensificar das relações com a Índia. Na verdade, durante a campanha eleitoral Nova Deli tinha colocado maiores dificuldades na venda e escoamento de combustíveis para o Butão em retaliação a uma aparente tentativa de aproximação de Thimphu à China nos tempos mais recentes. Em resultado dessas restrições, o preço dos combustíveis triplicou em vésperas das eleições, acabando por ser o principal tema de toda a campanha. Aqui, o Partido Democrático Popular soube capitalizar o descontentamento dos butaneses e retirar o poder ao Partido da Paz e da Prosperidade.

Se dúvidas existissem em relação à dependência e influência da Índia no Butão, estas mais recentes eleições dissiparam-nas. Aliás, o Primeiro-ministro da Índia, Manohan

Singh, apressou-se a enviar as felicitações ao líder do Partido Democrático Popular e a reiterar-lhe que a Índia lhe iria prestar “todo o apoio”.

Outra das grandes bandeiras da campanha do Partido Democrático Popular foi o acelerar da descentralização, numa tentativa de procurar uma distribuição do poder que permita a maior proximidade do povo.

2.1.5. O modelo socioeconómico do Butão

Para alguém que tenha visitado recentemente o Butão será difícil imaginar quão diferente possa estar de há quatro décadas atrás. Na verdade, e como vimos, exceto para uma porção da elite butanesa, a estrutura social, o sistema de valores e o estilo de vida não diferiam muito da dos seus antepassados de 1500. A maior parte das pessoas continuam a viver da agricultura de subsistência. E, como não existiam até há pouco tempo estradas alcatroadas, os bens tinham de ser transportados por mulas. A rede hospitalar era diminuta e a oferta de cuidados de saúde insuficiente, já que só existiam quatro hospitais e dois médicos experientes. Em resultado, a esperança média de vida, em 1960, estava nos 38 anos. O mesmo panorama se verificava ao nível do ensino já que a educação era vista como um luxo, acessível só a alguns.

No entanto, é inegável que os esforços desenvolvidos no sentido da modernização alteraram profundamente o Butão.

Se o processo de modernização do Butão aconteceu muito mais tarde do que nos países vizinhos, talvez tenha sido mais fácil de gerir devido à menor densidade populacional. Este processo passou por procurar garantir o bem-estar da população, e a preservação da cultura e das tradições, bem como dos recursos naturais. E é aqui que o papel do já mencionado Índice de Felicidade Bruta assume especial destaque. Não se trata de uma construção intelectual, separada da experiência e da prática, mas antes de uma tradução da consciência cultural e social indissociável das prioridades de desenvolvimento.

Recentemente, o Butão introduziu várias políticas de liberalização económica para incentivar o setor privado. À medida que o setor público já não é capaz de absorver ativos cada vez mais habilitados, o desenvolvimento do setor privado torna-se urgente, mais ainda se atendermos aos emergentes desafios relacionados com o desemprego e com a urbanização. Contudo, à parte da agricultura, o setor privado é praticamente

inexistente no país. O conceito de setor privado e as medidas necessárias à sua implementação são, porém, alheias ao Índice de Felicidade Bruta. E, ainda mais importante, é que são também contraditórias aos vários pressupostos da cultura butanesa. Conforme os preceitos próprios de uma economia de mercado, um setor privado requer um clima propício, totalmente diferente daquele que prevalece no Butão.

Em vez de um Estado paternalista, que interfere em todos os domínios, o desenvolvimento do setor privado reclama a ausência de monitorização por parte Estado, apoiada num quadro legal. Por outro lado, o Governo é obrigado a repensar as suas prioridades, no sentido de uma maior centralidade económica, ao mesmo tempo que exige uma mudança nas consciências relativamente à economia, consumo, trabalho, tempo e lucro, bem como a mudança da perspetiva assente em valores tradicionais para outra regida pelas regras do mercado. Independentemente da capacidade do Governo para corrigir potenciais falhas da lógica de mercado, estas pressões estruturais poderão comprometer os objetivos não-económicos do desenvolvimento do Butão, tais como a preservação ambiental e cultural.

Essencialmente, os dois paradigmas ocidentais concorrenciais poderão constar como fontes de inspiração para sintetizar o conceito de felicidade bruta nacional: o modelo americano de economia de mercado, com as suas variantes asiáticas, e o modelo europeu de Estado-providência. Acontece que o atual *zeitgeist* a favor do liberalismo, adotado com sucesso pelos "tigres asiáticos", faz do modelo americano uma opção persuasiva. Não obstante, o paradigma de estado-social é estruturalmente bastante mais compatível com os ideais butaneses.

O modelo europeu tende a ser mais sensível e flexível a objetivos que não os de índole económica, ao contrário do homólogo americano que se centra estritamente no domínio económico. Há quem acredite que o legado budista/hindu será mitigado pelas externalidades negativas das forças de mercado. Para incorporar conceitos como o desenvolvimento do setor privado, o Butão não poderá deixar, certamente, de assumir por mais tempo uma atitude face aos contextos estruturais tanto nacionais como internacionais. Mas será uma ilusão acreditar que a adoção de uma lógica de mercado em larga escala não irá resultar em mudanças significativas na estrutura social do país.

2.1.6. O reconhecimento do papel da mulher: uma condicionante da democracia?

As mulheres no Butão constituem cerca de 48% da população. Perante a lei butanesa, as mulheres gozam de total liberdade, e são tratadas de forma igual aos homens. Não existe discriminação com base no género. Na verdade, muitas desempenham importantes funções na economia rural e urbana, mas poucas têm cargos administrativos nos setores público e privado. Este quadro evidencia que entre as aspirações/o ideal e a realidade de todos os dias existe uma grande diferença. No Butão, as mulheres continuam a ser discriminadas em todos os níveis da esfera social. A pobreza e a iliteracia agravam a situação. Curiosamente, o Budismo, a religião predominante no país, na doutrina do *karma* confere à mulher um *status* elevado, chegando a assumir em termos de importância uma posição superior à dos homens. É, por exemplo, dito que são dotadas de melhores capacidades de discernimento e de bom senso, e que o pensamento feminino é mais clarividente.

No entanto, o Butão está entre os países asiáticos com menor índice de literacia quanto às mulheres. Esta realidade está, contudo, a ser combatida através da construção de escolas próximas das zonas de residência para que estejam ao alcance de mais crianças. Alguns pais consideram a educação formal como sendo irrelevante e até mesmo um luxo, especialmente para as mulheres. E, portanto, não será de estranhar que o abandono escolar no feminino seja também mais elevado. A taxa de literacia para as mulheres continua a ser inferior à taxa prevista para os adultos. Esta realidade tem repercussões ao nível da comunicação, dos cuidados de saúde, de saneamento e higiene. Paralelamente, as mulheres comem menos, deixam os estudos mais cedo que os homens, aprendem menos, ganham menos, casam cedo e são as mais afetadas pela pobreza.

Numa tentativa de inverter a situação, o departamento da educação informou que a admissão para licenciaturas terá como critério uma questão de mérito. E, de forma a encorajar a participação das mulheres, as autoridades escolares estão a prepararem-se para acomodar um maior número de candidatas. Não obstante, são raras as mulheres que frequentam, por exemplo, o politécnico butanês.

A importância do programa de literacia feminino tem sido, contudo, reconhecida pelo Governo.

As mulheres detêm poucos cargos de autoridade no país. Embora não haja discriminação no pagamento e na atribuição de benefícios entre os dois sexos, os subsídios de maternidade não são encorajados pelo Estado (estão previstos três meses de licença de maternidade apenas para os dois primeiros filhos). Contudo, quando falamos de pessoal menos habilitado e apto existem consideráveis diferenças na remuneração, quando se estabelece uma comparação com homens na mesma situação.

Nas áreas urbanas, as mulheres só exercem profissões no setor imobiliário e no comércio. Nas áreas rurais, a alternativa à agricultura é praticamente a tecelagem, e esta é a atividade principal daquelas que vivem nas regiões centro e oriental do país, durante os meses de Inverno, quando há menos trabalho na terra.

O Governo do Butão tem-se mostrado preocupado com a posição injusta das mulheres na sociedade, bem como na ausência de equidade em termos de oportunidades sociais, económicas e políticas. Nesse sentido, tem procurado desenvolver estratégias, criando programas de incentivo à melhoria da qualidade de vida das mulheres. Em 1981 foi criada a Associação Nacional da Mulher, a primeira organização não-governamental do Butão. Esta organização propõe-se a identificar os constrangimentos que as mulheres enfrentam, e promove a melhoria das condições socioeconómicas. A associação conta sobretudo com voluntários e tem trabalhado em conjunto com o Governo, de forma a garantir que as mulheres são incluídas em projetos e atividades relevantes, de que são exemplo os programas de promoção à higiene e à saúde, e de sensibilização e consciencialização do seu papel no desenvolvimento no país.

Segundo a referida Associação, as mulheres têm de ser integradas em planos de desenvolvimento em todos os setores da sociedade, em vez de fazerem delas meras beneficiárias, à margem das estratégias delineadas. Enquanto for negado o acesso à propriedade e ao crédito tal como aos homens, o mais provável é ficarem presas a posições subalternas, sem nunca conseguirem chegar a posições administrativas e de supervisão. A Associação parece ser um passo importante nesta direção, mas há que salvaguardar a sua autonomia e evitar que se torne em mais uma organização governamental manipulada, e afastada dos seus reais objetivos e propósitos. No entanto, a emancipação da mulher enquanto membro da comunidade deverá emanar dos seus próprios ideais, da perceção da sua condição e do seu papel como parte do motor na mudança política e socioeconómica do país.

Do exposto, poderemos concluir que o processo de democratização no Butão não estará completo enquanto não se reconhecer às mulheres o direito à igualdade de tratamento e de oportunidade de realização no seio da comunidade.

2.2. O papel da identidade nacional

A identidade nacional é um projeto mental, um imaginário, construído em determinado contexto temporal, e que portanto não existe na natureza. No entanto, se não palpável, a nação é tida como um objeto real, tornando-se numa realidade histórica, e, por conseguinte, entendida como identidade coletiva. Trata-se de um processo de interpretação construído pelos seres humanos, daí ser socialmente extensível, e o conhecimento representar um importante fator de ligação neste contexto. Ou seja, significa um conhecimento socialmente obrigatório e compartilhado, transmitido através de algumas instituições.

Jens Schneider, explica:

“A análise das identidades nacionais obriga-nos a procurar e isto é, de fato, muito interessante o locus social e cultural onde a formação identitária realmente ocorre não apenas enquanto representação simbólica, mas também enquanto dispositivo extremamente poderoso para a reprodução contínua e quotidiana, entre os membros de uma dada nação, dos princípios básicos que a fundam e estruturam. (...) a identidade é poderosa o suficiente para mobilizar rapidamente milhões de pessoas para ‘morrer pela nação.’”⁹⁷

⁹⁷ SCHNEIDER, Jens - **Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional**. 2004.

Segundo alguns estudiosos, a identidade deve ser considerada como um processo dinâmico e a palavra identificação deveria substituir a palavra identidade⁹⁸. Embora o conceito se baseie no equilíbrio entre a continuidade e a mudança, a sensação de continuidade deve prevalecer entre as partes. Sem isto, as probabilidades de uma crise são grandes. Correntes ligadas à Psicossociologia defendem que o sentimento de identidade nacional não acontece por acaso, apesar das inúmeras explicações não psicossociais disponíveis. Contudo, é impossível pensar no conceito sem procurar perceber o que representa para o indivíduo, enquanto ser singular, na sua própria aceção de valor. Se um sistema social não for capaz de gerar um sentimento positivo de identidade nacional, os especialistas explicam que poderá surgir a vontade dos indivíduos se livrarem desse estado negativo e, conseqüentemente retirarem-se para um sistema social de dimensões menores.

2.2.1. Grupos étnicos no Butão

Os sharchops foram os primeiros habitantes do Butão, eram originários do nordeste indiano e do norte de Burma. Os ngalops vieram do Tibete e foram os responsáveis pela introdução do Budismo. Os nepaleses chegaram ao país muito tempo depois, nos finais do século XIX, inícios do século XX. Cada um destes grupos étnicos tem características culturais e religiosas distintas. Os ngalops tornaram-se o povo dominante, contudo, misturaram-se e fundiram-se com os sharchops através do Budismo, e de casamentos entre os dois grupos.

Os sharchops fixaram-se no Butão oriental, os ngalops no oeste e no centro, e os nepaleses no sul. A organização das estruturas económicas não permitia que se estabelecessem muitas interações entre as várias regiões e grupos étnicos, pelo que estes povos estavam confinados à sua própria maneira de viver.

Há quase um século atrás, a região sul era profundamente ocupada pela floresta e pouco dada ao cultivo, pelo que as populações imigrantes tenderam a fixarem-se no norte.

⁹⁸ O conceito de identificação diz respeito à relação que o indivíduo estabelece com o meio social e a internalização de atitudes sociais; inclui: sentimentos, atitudes e lealdade do ponto de vista psicológico, sem marginalizar fatores políticos e socioeconómicos.

Muitos nepaleses foram trabalhar no cultivo de chá, pela mão dos britânicos, para Assam e Darjeeling, e o Butão foi encorajado a aceitar imigrantes nepaleses.

A imigração de nepaleses para o Butão em grande escala começou depois do Tratado de Sinchula, em 1865, entre a Índia britânica e o Butão, o que significou o fim da guerra no Duars e o estabelecimento da paz na região. Os nepaleses não perderam tempo a devastar a floresta e a substituí-la por plantações. O Governo butanês começou a cobrar taxas aos imigrantes e muitos dos nepaleses foram empregados nas plantações com este grande propósito. Estes povos organizaram-se como cultivadores, o que lhes valeu conflitos com os pastores butaneses.

A imigração nepalesa foi banida em 1958, mas o fluxo de nepaleses continuou. Contudo, os nepaleses não estavam autorizados a fixarem-se na região centro dos Himalaias, estando-lhes destinada apenas a região sul do país – segundo Leo Rose, *“Their initial policy was to isolate the nepali Bhutanese as completely as possible from the rest of Bhutan’s society by restricting them to southern Bhutan. This had the desired social and political effect, as there was little interaction.”*⁹⁹ A maior concentração verifica-se ao longo da fronteira contígua às planícies indianas. A interação entre estes e os drukpa no norte era mínima, a não ser anualmente pela altura do pagamento dos impostos, junto das autoridades centrais. Todavia, depois do assassínio do Primeiro-ministro Jigme Dorji, em 1964, a administração do sul foi abolida pelas autoridades centrais, e um novo comissário foi designado para a região.

Os lhotshampa, que significa “povo do sul”, representam, portanto, uma população migrante (não raras vezes olhados como inferiores), de língua nepalesa. Vivem junto à fronteira com a Índia, estando próximos da região de Duars, e são parte integrante da comunidade social, mas encontram-se também espalhados pelo Nepal e pela Índia, e estão divididos entre várias castas e comunidades, muitas delas com línguas diferentes. Nas palavras de Rose, *“The Nepali Bhutanese who make up the vast majority of the population in southern Bhutan come from a wide variety of communities in Nepal, most of which have their own language or dialect.”*¹⁰⁰ Os longos séculos de vida no Butão, e o contato com nepaleses, conferiram aos dois grupos uma identidade comum contra os drukpa, o grupo dominante.

⁹⁹ ROSE, Leo E., op. cit. 47

¹⁰⁰ ROSE, Leo E., op. cit. p. 43

Influências provenientes do contato com os nepaleses são possíveis de se verificar nos tabus alimentares (especialmente em relação à carne), na recitação do Bhanubhakta Ramayan e outras mitologias hindus, e nos lugares sagrados escolhidos para visitar. Embora tenha havido alguma identificação com o Nepal, no contexto butanês, os lhotshampa emergiram como uma comunidade sociocultural distinta, apesar das suas divisões internas.

Ao longo dos tempos, os governantes butaneses mostraram-se cada vez mais hostis a qualquer forma de organização entre os lhotshampa, em parte a partir do momento em que se descobriu que em 1932 os lhotshampa constituíam cerca de 20 % da população do Butão. O acadêmico himalaico Michael Hutt sublinhou que os lhotshampa foram sempre considerados como mais conservadores, mais submissos à autoridade, mais datados na moda do que os vizinhos nepaleses ou que os gorkha do outro lado da fronteira, na Índia e no Nepal. A razão é histórica, pois as comunidades migrantes, quando fora do seu contexto, tendem a ser mais zelosas quanto às suas heranças culturais.

Além disso, na ausência de contato com a pátria, as práticas religiosas, a língua e a cultura tendem a "fossilizarem-se", mesmo que o país de origem continue a prosperar. Desta forma, a comunidade lhotshampa de hoje evoluiu, em grande parte, a partir de um conjunto distinto de indicadores culturais. Apesar de décadas de casamentos entre os lhotshampa e os drukpa, e de uma língua em comum, estes dois grupos são cultural e socialmente diferentes. Os lhotshampa estão culturalmente mais próximos dos seus primos étnicos do Nepal e da Índia, mas aceitam ambas influências como parte das suas fundações sociais e culturais. Contudo, a história, a geografia, a estrutura social, as experiências e práticas culturais, as lutas no Butão, as performances religiosas, a visão de mundo e do futuro tornam a cultura lhotshampa distinta das demais.

2.2.2. A identidade nacional em conflito?

Para Parmanand, *“The problem of nation building refers to the problem of loyalty and commitment. This problem in fact, stresses the cultural aspect of the political development. It refers to the process whereby people transfer their commitment and*

loyalty from smaller tribes, villages, or pretty principalities to the larger central political system.”¹⁰¹

O Governo butanês procurou adotar uma abordagem liberal relativamente a estes imigrantes. Eles estavam autorizados a integrar os postos mais baixos do exército e da polícia, o casamento entre lhotshampas e drukpas era encorajado, sendo mesmo concedidos incentivos para o efeito, e a propriedade de terras e impostos foram liberalizados. Dasain, um importante festival nepalês foi declarado feriado nacional em 1980. Os nepaleses passaram a fazer parte da Assembleia Nacional, assim como passaram a serem nomeados para outros órgãos governamentais. Foi criado um comité de integração por um membro da família real com o objetivo de envolver e absorver diferentes segmentos da cultura butanesa na cultura dominante. O referido autor refere *“It is true that until 1950s, the Bhutanese government made no serious attempt to integrate the Nepalese into the country’s political system.”*¹⁰²

Porém, em meados dos anos 80, o impulso para a integração dos lhotshampa, que na verdade teve origem na década de 1950, começou a desacelerar. A Lei da Nacionalidade de 1958 foi substituída por outra promulgada em 1977, sendo esta última, por sua vez, revista dando lugar à Lei da Cidadania de 1985. Por esta altura, para alguém adquirir cidadania teria de ter os seguintes requisitos: os pais serem cidadãos do Butão; ter domicílio permanente no país anterior a 1958, com nome registado no recenseamento; 15/20 anos de residência no Butão; saber ler e falar dzongkha; bom conhecimento da cultura, dos costumes, tradições e história do Butão; ausência de atos impróprios contra o rei do Butão e os seus cidadãos. Considerando-se que a Lei da Nacionalidade de 1958 concedia a cidadania a todos os lhotshampa instalados no Butão antes de 31 de dezembro de 1958, no censo de 1988 muitas destas pessoas deixaram de ser consideradas verdadeiros cidadãos butaneses¹⁰³.

¹⁰¹ PARMANAND, op. cit. p. 113

¹⁰² PARMANAND, op. cit. p. 120

¹⁰³ Neste censo, cada indivíduo foi categorizado de F1 a F7. F1: verdadeiro cidadão do Butão; F2: imigrantes que deixaram o Butão e mais tarde regressaram; F3: casos abandonados; F4: mulheres estrangeiras, casadas com um homem do Butão; F5: homens estrangeiros casados com uma mulher do Butão; F6: casos de adoção (filhos legalmente adotados); F7: estrangeiros, imigrantes e colonos ilegais. Nas fases iniciais da operação censitária, muito poucos lhotshampa foram registados como F7. Mas à medida que as equipas de recenseamento entre 1988 e 1990 iam repetindo o procedimento, muitos passaram a ser recategorizados.

As novas políticas relativas à forma de vestir¹⁰⁴ e à língua levaram à resistência e à tensão política no sul. Driglam Namza, um antigo código de etiqueta social do Butão ocidental que dita como comer, como se sentar, como falar, como se vestir ou como se curvar perante a autoridade e que estilo de cabelo adotar tornou-se obrigatório para todos os butaneses apesar da sua diversidade cultural. A ideia por trás deste decreto real era fortalecer a cultura butanesa no sentido da unificação. Tornou-se, contudo, motivo de controvérsia porque os imigrantes nepaleses encararam-no como uma tentativa de “butanização” – *“According to the opinion of the bhutanese refuges and human right organizations, Bhutan’s crisis is shrouded in issues like democracy, human rights, ethnic cleansing, greater Nepal, cultural invasion, Gorkhaland and racial discrimination (...) Thimphu argues the Bhutanese problem should be put into proper historical, geographical and political perspective”*¹⁰⁵.

Os recenseamentos começaram a ser usados contra as famílias dissidentes, e, por isso, estavam sujeitas a uma nova inspeção. O caráter temerário destas ações levou a que muitos lhotshampa e outros fugissem para o Nepal¹⁰⁶ – Debamitra Mitra refere que *“Bhutan’s concern for independent identity in the community of states shows the concern for the regime’s security and territorial integrity. Its policy of flushing out of the unwanted population has directly affected its relations with Nepal”*¹⁰⁷.

Fora do Butão, organizaram vários movimentos, um dos quais o Partido do Povo do Butão, e alguns ativistas adotaram táticas violentas, que motivaram discursos sobre "terroristas antinacionais" por parte do Governo do butanês.

No Outono de 1990, vários militantes (a maioria deles a viver fora Butão) iniciaram manifestações públicas organizadas e marchas no sul. Cada marcha apresentou uma lista de 13 exigências, como por exemplo, a mudança da monarquia absoluta para a monarquia constitucional, a alteração do ato de cidadania, o direito à liberdade cultural, a forma de vestir, liberdade de imprensa, de expressão, de língua e escrita. Em 1991, a língua nepalesa foi proibida de ser ensinada em todas as escolas do sul.

¹⁰⁴ Um código de vestuário, chamado Kasha, baseado na cultura Drukpa, foi introduzido em todo o país.

¹⁰⁵ MITRA, Debamitra - **Indo-Bhutan Relations - Political Process, Conflict and Crisis**. p. 262.

¹⁰⁶ Alguns dos grupos afetados eram nepaleses a viver no Butão. Esta comunidade respondeu com manifestações a favor da democracia, que foram rapidamente cessadas pela polícia e muitos dos manifestantes acabaram presos. A Amnistia Internacional informou que muitos estavam a ser alvo de tortura. Centenas de pessoas foram exiladas.

¹⁰⁷ MITRA, Debamitra, op. cit., p. 263.

Em 2003, cerca de 111 mil pessoas viviam em campos de refugiados no Nepal e na Índia. Muitos afirmam terem chegado do Butão e serem cidadãos butaneses, e que a sua migração foi consequência da Lei da Cidadania e, especialmente, dos censos que começaram em 1988.

Durante o último quarto de século, esta comunidade tem estado em crise. No início de 1990, mais de 75 mil refugiados lhotshampa foram obrigados a refugiarem-se no Nepal, eventualmente, em vários campos de refugiados das Nações Unidas no leste do país. Nos anos seguintes, enquanto a agência de refugiados da ONU, o Alto Comissariado para as Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), se mobilizou, no sentido do repatriamento deste povo para o Butão, Thimphu e Kathmandu envolveram-se em negociações. Em 2008, não se tinha ainda encontrado uma solução e, entretanto, alguns dos 108.000 refugiados, cujo número aumentou significativamente desde a expulsão inicial, continuaram a definhar nos campos de refugiados do Nepal.

Foi neste contexto que o Governo dos EUA propôs receber um mínimo de 60.000 lhotshampa, e vários outros países ocidentais (Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, Dinamarca, Suécia e Holanda) seguiram o exemplo. Este movimento levou a um debate acirrado entre os refugiados, que tinham como primeira prioridade voltar ao Butão. E, embora desde o início de 2008 cerca de 40.000 tenham de facto deixado os campos para viverem no ocidente, o que significou alguma euforia inicial perante uma mudança tão significativa, com o passar do tempo alguns começaram a sentir um novo problema: o que iria acontecer à sua cultura perante o novo contexto? O que iria acontecer à sua língua, às suas cerimónias religiosas, como é que iriam cremar os seus mortos? Tal agitação tem crescido entre os lhotshampa, principalmente entre aqueles mais habilitados, e que se encontram no exílio, mas ainda não existem respostas claras para o problema. Hoje a identidade cultural lhotshampa está em perigo.

Atualmente, as preocupações da comunidade lhotshampa sobre o seu futuro coletivo são exclusivamente suas. Ainda que possam beneficiar da simpatia dos primos étnicos no Nepal e na Índia, estes não poderão compreender o problema na sua plenitude. Isto levanta novas questões sobre a integridade cultural e étnica dos lhotshampa no mundo ocidental. Em grande medida, o que acontecerá com este grupo no ocidente está dependente do futuro dos restantes lhotshampa no Butão. Serão verdadeiramente absorvidos pelos drukpa dominantes, ou conseguirão manter uma identidade distinta e própria? Ou serão mesmo forçados pelo regime a deixar o Butão definitivamente?

Um dos problemas mais importantes enfrentados pelos lhotshampa resistentes no Butão é a falta de suporte confiável vindo do outro lado da fronteira. A comunidade nepalesa na Índia é politicamente muito fraca, e encontra-se imersa nos seus próprios problemas, para conseguir dar apoio significativo. Por seu lado, os políticos indianos parecem sentir que a integração económica dos drukpa no Butão serviria os seus próprios interesses, a longo prazo, e que não há nenhum benefício imediato no resgate dos lhotshampa.

Em relação à Índia, a comunidade lhotshampa tem pressionado Nova Deli para permitir a criação de um centro, de preferência em Varanasi, onde possam envolver-se na educação sobre as escrituras hindus, treinar os seus sacerdotes e cremar os mortos. Até agora, a aprovação ainda não aconteceu. O grupo indiano Vishwa Hindu Parishad¹⁰⁸ tem pressionado o Governo do Butão para a construção de um templo hindu em Thimphu, mas tal não foi pensado no sentido de favorecer os lhotshampa. Contudo, as solicitações deram os seus frutos e um templo hindu já foi construído, embora no sul do país e não em Thimphu. As autoridades de Thimphu continuam a não permitir que as escolas de língua nepalesa funcionem como outrora.

O destino dos lhotshampa será igualmente influenciado pelo desenrolar dos eventos no Nepal, ou seja, se haverá uma solução para o atual impasse político no Nepal, assim como para o problema no distrito de Darjeeling: Será que a agitação no novo Estado de Gorkhaland terá resolução próxima? Se sim, haverá um Estado Gorkhaland na fronteira ocidental do Butão? Esta questão terá influência significativa na capacidade do Nepal em influenciar a opinião nacional indiana sobre o Butão, e no tratamento do Butão relativamente à minoria lhotshampa. Ao mesmo tempo, serão os lhotshampa no ocidente capazes de pressionar e desviar a opinião pública internacional para a sua causa? Durante a próxima década, o futuro desta comunidade distinta vai depender do fluxo de eventos no Butão, na Índia, no Nepal e nos países ocidentais que receberam os lhotshampa.

Em todo o caso, e como clarifica o professor e historiador José Mattoso:

“A base da autonomia nacional é a existência de um poder constituído num território determinado, ao passo que a base da comunidade cultural

¹⁰⁸ Fundado em 1964 e consiste numa organização político-religiosa hindu fundamentalista.

*resulta da adoção das mesmas categorias de interpretação do mundo, do mesmo sistema de valores e das mesmas práticas culturais; ora estas não têm fronteiras definidas: além disso só por si não resultam de nenhuma imposição política; finalmente não supõem nenhum centro difusor único (pelo contrário suscitam normalmente uma pluralidade maior ou menor de centros culturais de várias ordens e de capacidade de influência diferenciada). É justamente por isso que as áreas culturais não coincidem com os Estados, e que se organizam segundo uma hierarquia e por meio de afinidades que pouco têm que ver com as fronteiras políticas”.*¹⁰⁹

2.2.3. Ameaça à democracia?

Como fora explicado, o povo dominante no Butão são os drukpa, provenientes do norte do país (habitam-no desde 1907) e têm uma cultura totalmente diferente (língua e religião), da dos lhotshampa. As políticas instauradas no país derivam, pois, da cultura drukpa, o que desafia e ameaça a identidade dos lhotshampa. Estes últimos não podem sentir segurança, sendo antes diminuídos por símbolos culturais que associam a um Governo centralizado. Embora os lhotshampa possam beneficiar da educação gratuita, dos serviços de saúde, oportunidades de emprego e dos subsídios para a agricultura, as políticas ao encontro de uma cultura estandardizada põem em risco a sua própria identidade e provocam a reação de a proteger e defender. Essencialmente, o Estado é entendido como o oposto de benfeitor, o que cria as condições necessárias para a emergência de líderes periféricos. A noção de Estado-nação é eliminada e substituída pela noção de etnicidade.

As bases culturais dos drukpa e dos lhotshampa divergem substancialmente: o primeiro tem raízes no Budismo, o segundo no Hinduísmo, pelo que o sistema cultural entre os dois povos é bastante diferente. Os nepaleses não foram capazes de se integrarem na

¹⁰⁹ MATTOSO, José, op. cit.

estrutura social do Butão, pois sempre se demarcaram e mostraram orgulhosos das suas próprias tradições. Ainda mantêm afinidades com o Nepal e com a Índia e, em vez de procurarem inspiração cultural no norte do Butão, encontram-na naqueles dois países. Os butaneses sempre se identificaram com o Budismo e com as raízes tibetanas. O apego emocional de ambas comunidades às suas culturas parece estar profundamente crivado na psicologia de cada uma. A elite governativa do Butão é da opinião que o fluxo de nepaleses no país poderá instaurar uma crise na cultura drukpa.

Este fator vem sendo identificado por praticamente todos os estudiosos da política interna e externa do Butão, nomeadamente Leo E. Rose, para quem a minoria nepalesa sempre representou uma ameaça à “política sossegada”, tranquila e sem agitações, dominante no Butão. Para este autor, “*one potentially dangerous exception to the «quiet policy» was the Nepali Bhutanese minority in Southern Bhutan which by 1948 had had a limited exposure to the radical political process thriving across the border in India*”¹¹⁰.

Apesar das reformas introduzidas nas estruturas políticas do Butão, como vimos atrás, o país não pode ser apelidado de democracia nos termos ocidentais. Contudo, é de constatar no Butão uma franca evolução a nível dos direitos e liberdades individuais. A existência de uma Constituição escrita, que permitiu a emergência do Butão enquanto monarquia constitucional, com alguma forma de democracia parlamentar, é um projeto em construção, e em contínuo aperfeiçoamento.

Este desenvolvimento gradual pode ser entendido como parte de uma modernização estrutural cautelosa, especialmente se atendermos à sua localização geográfica e à estratégica política, adotada ao longo dos demais desafios no campo das relações internacionais. Estas reformas são, no entanto, encaradas por alguns como uma ameaça à singular identidade butanesa. Uma forte identidade nacional é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento ser possível. A prossecução pela soberania, independência e segurança nacionais pode ser resumida à frase “uma nação, um povo”. Denota-se aqui a defesa total da identidade butanesa¹¹¹.

¹¹⁰ ROSE, Leo. E., op. cit., p. 109.

¹¹¹ O surgimento do Butão como um Estado-nação está intimamente relacionado com a manutenção de uma identidade distinta, ou seja, tem sido baseado nas crenças e valores budistas e na promoção de uma só língua; elementos que não só possibilitaram a homogeneidade nacional (através da coesão entre os vários grupos étnicos e linguísticos), como também a unificação da nação.

As políticas introduzidas na afirmação da identidade do Butão têm tido, até agora, alguns problemas. A identificação e a identidade nacionais são importantes referências para a construção da identidade de cada indivíduo. O Estado-nação deve ser tido como um sistema interpretativo da identidade e assumir um caráter de benfeitor. Se o Estado não conseguir assumir essa responsabilidade, e procurar apenas homogeneizar a cultura, corre o risco de perder a nação, na medida em que partes dela se vão re-identificar com um sistema social menor.

Apesar do possível benefício económico, não haverá sucesso na construção da nação, uma vez que o Estado-nação ameaça a identidade dos povos periféricos, sendo natural a proteção dessa identidade à margem. Por isso, é essencial repensar sobre a identidade nacional. A promoção e o fortalecimento da identidade nacional não estão errados, mas devem ser prosseguidas uma a uma. O Butão é um país culturalmente pluralista, uma identidade baseada numa cultura singular não pode ser considerada nacional no seu verdadeiro sentido. Casos como a cultura pluralista da Suíça mostram que é possível gerar a identidade nacional por meio de instituições e procedimentos políticos. Um sistema político baseado no consenso e partilha de poder é altamente valorizado, o objetivo é a verdadeira integração política, que é a forma essencial de fazer do Estado-nação um sistema interpretativo de identidade e de segurança.

2.2.4. Integração na SAARC: um passo na afirmação da identidade nacional?

A partir do final da década de 1950, o Butão presenciou alguns acontecimentos que o fizeram suspeitar das reais intenções da China quanto à política a seguir quanto à sua definição territorial. Por outro lado, o conflito desencadeado entre a Índia e o Paquistão culminou num ambiente de inquietação resultante das ameaças à sua integração territorial, à destabilização interna e a uma possível crise política.

Na verdade, a integração da província de Sikkim como um estado da União Indiana, em 1974, intensificou o desejo do Butão de proteger a sua identidade como Estado soberano e budista dos Himalaias.

Nesse sentido, o Butão decidiu aderir ao grupo dos países que formavam a SAARC¹¹², por considerar que ao ingressar naquela organização iria mais facilmente afastar as ameaças externas através do fortalecimento das suas relações com os países da Ásia do sul. Nas palavras de Parmanand *“In 1985, it joined the South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC) along with other South Asian States. In fact, Bhutan had been involved in this movement from the outset and was also a member of the SARC (South Asian Regional Cooperation) from the beginning”*¹¹³

Tendo como ponto de partida o seu fraco desenvolvimento económico, o Butão considerou vantajoso e interessante expandir o seu comércio na região, através da cooperação económica com os países vizinhos, pois poderia afirmar-se, dessa forma, na região.

Também a intervenção da União Soviética no Afeganistão, em dezembro de 1979, e a subida da Senhora Indira Gandhi ao poder, em 1980, despoletou preocupação e ansiedade na região. A situação era de tal importância que os Estados Unidos da América considerou necessário enviar imediatamente para a Índia e para o Paquistão emissários ao mais alto nível com vista a convencer os líderes a iniciar abordagem regional para aquela nova situação.

No mesmo sentido, o presidente Bangladesh Zia-ur Raman enviou em 2 de maio de 1980, cartas oficiais aos chefes de Estado dos sete países, ou seja, aos cinco chefes de Estado que integram a SAARC e aos chefes de Estado da Índia e do Paquistão, alertando para a necessidade imediata de cooperação regional para debaterem a nova situação.

Configurando um pequeno Estado, com uma força militar limitada e fraca capacidade económica, o Butão foi entusiasta da ideia de cooperação regional. Na verdade, existem alguns relatos de que o terceiro rei antes da guerra Indo-Paquistão de 1971 já tinha equacionado o conceito de SAARC. Para aquele seria de toda a conveniência formar

¹¹² South Asian Association for Regional Cooperation – Trata-se de uma associação de países do sul asiático, e que visam desenvolver a cooperação essencialmente nas áreas da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Telecomunicações, Ciência, Tecnologia e Meteorologia, Saúde e actividades da população, Transportes e Desenvolvimento dos recursos humanos. Atualmente encontra-se muito limitada a reuniões e palestras entre os seus membros.

¹¹³ PARMANAND, op. cit. pp. 152

uma aliança entre a Índia, o Bangladesh e o Butão que poderia ser depois estendida aos outros países da região que quisessem cooperar

A proposta de criação de uma organização regional ocorreu num período de forte apreensão na região, e embora o Butão tivesse desde logo aprovado a proposta a Índia e o Paquistão manifestaram inicialmente algumas reservas.

Para o Butão integrar a SAARC era uma forma de contribuir para o clima de paz, de cooperação que tinha por base um entendimento mútuo, a confiança e a boa vontade das partes. Evidentemente, a diversidade da dimensão económica e física, a perceção política e de segurança dos diferentes membros gerou algumas dificuldades para a prossecução da paz regional e cooperação, no entanto para o Butão sempre considerou que a homogeneidade geográfica dos diversos Estados poderia dar consistência ao SAARC, e servir as suas finalidades.

Para o Butão a intensificação do armamento nuclear na região constitui uma preocupação, e por isso, na qualidade de país membro da SAARC, foi um defensor de que os países membros deveriam trabalhar no sentido de alcançar um acordo de desarmamento nuclear na região. A SAARC seria também uma forma dos países menores adotarem uma política única quanto ao desarmamento nuclear, e assim apoiarem os vários organismos internacionais que defendem a mesma solução.

O desenvolvimento de relações fortes entre os países mais poderosos e os mais fracos poderia contribuir para encontrar soluções para os problemas da região. A cooperação económica regional seria, assim, uma estratégia alternativa e viável para assegurar a autossuficiência económica e prosperidade mútua de todos os pequenos países da região. Como país sem litoral, para o Butão era de todo o interesse implementar entre todos os Estados membros ligações aéreas e telecomunicações como forma de facilitar o comércio e os projetos económicos, lançando mão das riquezas naturais e da mão-de-obra de cada um dos países.

O modelo económico existente nos países de economias poderosas poderia constituir um desafio para os pequenos países, e a SAARC poderia contribuir para a liberalização e privatização das economias mais débeis.

2.2.5. Visão atual do Butão na SAARC: um caso de sucesso?

O entendimento sobre a integração do Butão na SAARC não é vista por todos os autores de forma igual. Assim, enquanto alguns consideram que a formação da SAARC foi bem-sucedida, outros continuam a achar que a pretendida cooperação entre os países que o integram não passou de um modelo teórico. Segundo o documento que constitui a monografia, de 12 de abril de 2004, da CBS e IDE/JETRO¹¹⁴, “*South Asia has a greater desire for cooperation outside the region than within. Constant bilateral differences and conflicts between India and Pakistan continue to affect the regional cooperation within the context of SAARC. Smaller nations’ quest for peace is marred when the big powers are in constant strife. India is often seen as being dominant in the SAARC region*”.

A criação da referida organização contribuiu para dar uma identidade à região mas não foi tão eficaz quanto ao desenvolvimento das relações económicas entre os seus membros nem quanto à resolução de discórdias políticas. No entanto, para o Butão a integração naquela organização foi vista como uma forma de prosseguir os seus objetivos estratégicos - expansão socioeconómica e segurança. É que na verdade, o maior parceiro comercial do Butão continua a ser a Índia, representando os outros membros uma pequena expressão nas suas transações comerciais.

Por outro lado, embora o Butão tenha colocado a sobre a “mesa” a questão do seu problema a sul, bem como a questão dos refugiados, a verdade é que a organização não teve grande papel nessa matéria. E, mesmo tendo apoiado a convenção da SAARC quanto à condenação do terrorismo, as formas de lidar com as ameaças de militantes indianos, em território butanês, continua a ser visto como uma responsabilidade apenas do próprio país.

E, como nos explica Adelino Maltez, “*Mas os problemas como os (...) do terrorismo (...) demonstram que há um vazio de Ordem global, dado que nem o acordo das potências teve, pelo quantitativo da soma, suficiente poder para os resolver. Daí que tenha surgido a chamada globalização, definida por ANTHONY GIDDENS, em 1990, como the intensification of worldwide social relations which link distant localities in a*

¹¹⁴ In Monograph 12 April 2004 - **Economic and Political Relations Between Bhutan and Neighbouring Countries**, A Joint Research Project of The Centre for Bhutan Studies (CBS) and Institute of Developing Economies, Japan External Trade Organization (IDE/JETRO), p. 67.

such way that local happenings are shaped by events occurring miles away and vice versa.”¹¹⁵

Contudo, excetuando alguns problemas que permanecem sem solução, o Butão têm sido um membro ativo da SAARC, conseguindo reforçar a sua identidade nacional e o espírito de amizade e desenvolvimento económico regional. Ainda assim, a sua integração na referida organização não constitui um motivo para o Butão ter obrigatoriamente de se alinhar com qualquer Estado da região mas sim para ampliar suas relações na base da confiança e de benefícios mútuos, visto que mesmo sendo um país pequeno, o Butão tem muitas coisas para oferecer, bem como para ganhar com a sua qualidade de membro da organização. E como refere Fernando Alcoforado “ *O desenvolvimento que se traduz no aumento da renda e da riqueza de um país ou de uma região resulta do processo de acumulação do capital. Para haver essa acumulação são necessários poupança e investimentos que incrementem a atividade produtiva e a reposição do estoque de capital depreciado ou obsoleto.*”¹¹⁶

2.3. A importância da Descentralização

As políticas de centralização, sobretudo entre os países em desenvolvimento, nas décadas de 50/60 foram, largamente baseadas nos legados coloniais, como forma de reforçar o poder político e administrativo. Por oposição, na aposta por uma política de descentralização, as estruturas governamentais ganham solidez, ao mesmo tempo que a democracia local é promovida, a burocracia diminui e a participação e o envolvimento das pessoas é maior, significando um comprometimento de todos no planeamento de projetos vários, e na prossecução das necessidades mais prementes.

Apesar de estar à vista de todos a existência e de até se compreender a necessidade de alguma centralização de poderes, a expansão da jurisdição governamental está intimamente ligada à conceção de Estado-social. Especialmente para os países desenvolvidos tem sido muito difícil desempenhar todas as funções partindo de um único e isolado centro de poder. As tarefas que se impõem às estruturas governamentais são de tal monta, que da descentralização é expectável um aumento considerável da

¹¹⁵ MALTEZ, Adelino, op. cit. p. 106

¹¹⁶ ALCOFORADO, Fernando – **Globalização e desenvolvimento**. p. 95.

eficiência administrativa, juntamente com uma maior capacidade de resposta perante as solicitações das populações locais, e uma melhoria geral na qualidade dos demais serviços administrativos, isto porque a descentralização oferece ao Governo informações mais detalhadas e responsáveis sobre as necessidades locais de cada região. Assim, é suposto promover a estabilidade e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os países em fase de desenvolvimento necessitam de adotar padrões socioeconômicos mais equitativos, de forma a satisfazer as necessidades básicas das suas populações.

Também os melhoramentos nas infraestruturas podem ser melhor alcançados sob o comando de poderes locais. Quando há centralização, o alcance dos serviços e a execução de determinados projetos tornam-se mais difíceis e limitados. A descentralização pode ser entendida como instrumento essencial de desenvolvimento nacional, já que responde ao interesse público e às demais necessidades sociais, pois encoraja grupos, comités e centros de gabinetes administrativos a projetarem atividades de desenvolvimento.

Contudo, o entendimento sobre a definição do que é/deverá ser a descentralização não é consensual entre autores e países. Mas à parte de diferentes abordagens à questão e de pensamentos filosóficos, a descentralização é entendida em sentido lato como o processo de transferência de funções e poderes de unidades e organizações governamentais centrais, para unidades locais, regionais, que podem incluir até agências e organizações não-governamentais.

Os objetivos de um Governo descentralizado são, porém, claros. Em primeiro lugar, e como já foi referido, promove o desenvolvimento local e por conseguinte nacional, estimula a partilha equitativa de responsabilidades ao nível do desenvolvimento, tanto para as autoridades centrais como locais e, por fim, permite o alargamento da capacidade governamental na criação de melhores serviços e no aumento das competências técnicas daqueles que diretamente se relacionam com as organizações públicas, privadas e com organizações governamentais. A descentralização significa também menos burocracia e mais autonomia local a nível financeiro para a mobilização de recursos e respetiva responsabilidade no seu uso e gestão, e até a nível de investimentos é concedida soberania de decisão, tal como no estabelecimento de prioridades e no uso da tecnologia.

A descentralização pode ser dividida em duas formas: vertical e horizontal. A primeira permite que alguns dos poderes centrais sejam delegados de cima para baixo, assumindo a existência de uma ou várias autoridades. A segunda prevê que a distribuição do poder seja feita a um mesmo nível. Sendo multifacetada, a descentralização pode acontecer nas dimensões administrativa, política e financeira.

As raízes ancestrais do Butão encontram-se até aos dias hoje crivadas na estrutura político-social do país, mas moldadas ao contexto moderno em que vivemos. Esta foi, no entanto, uma sociedade onde a fé religiosa se sobrepunha a qualquer outro aspeto da vida. Antes de 1907, existia uma conceção de Governo totalmente diferente da fase que se lhe seguiu, estabelecida sob a forma de um sistema dual, pelo líder dos drukpa, Shabdrung Ngawang Namgyal, sistema descentralizado, baseado no modelo tibetano (1651), de nome Chhosid.

Em parte, a descentralização passou pelos poderes administrativos e pela autoridade. Dois dos mais leais seguidores (Lamas drukpa) do Shabdrung foram distinguidos na qualidade de chefes religiosos na administração pública. O primeiro, apelidado de Jekempo, estava encarregue da supervisão de todos os estabelecimentos religiosos, e era também regente das minorias de Shabdrung, o segundo, Druk Desi, estava à frente da administração pública. A hierarquização da administração pública foi pensada como forma de devolver ao Estado poderes e autoridade.

O país estava dividido em regiões e distritos – refere Parmanand *“the kingdom of Bhutan is divided into 18 districts or dzongkhags each of which is under a district administrator or dzondag”*¹¹⁷, e os poderes administrativos distribuídos da seguinte forma: a parte oeste e sudoeste pertenciam a Paropenlop, a parte este e sudoeste a Tongsa Penlop, o sul e centro a Daga Penlop. Punakka Dzong pertencia a Punaka Dzongpon, Thimphu Dzong era pertença de Thimphu Dzongpon e, finalmente, Wangphodrang Dzong pertencia a Wangphodrang Dzongpon.

A autoridade religiosa estava a cargo de um Conselho Monástico, constituído por 30 membros, que eram na sua maioria seguidores tibetanos mas ao mesmo tempo os mais recentes devotos do Shabdrung. Este Conselho ajudou o Shabdrung a espalhar a religião pelo país. O Shabdrung combinava funções monásticas, estratégicas e administrativas

¹¹⁷ PARMANAND, op. cit. p. 55

no Dzong, e foi peça fundamental na descentralização. Antes desta estrutura, impulsionada pelo Shabdrung, não havia descentralização financeira. Este sistema durou quase 250 anos, tendo 55 Druk Desis governado o Butão.

Para os diferentes níveis de oficiais governamentais estavam reservadas diferentes remunerações. O dinheiro do Governo provinha essencialmente dos impostos (receitas da região de Duar), das trocas comerciais entre o Butão e o Tibete, entre o Butão e a Índia, e dos subsídios pagos ao Butão pela Índia Britânica em meados do século XIX, e depois do tratado de 1949.

As estruturas altamente descentralizadas foram, no entanto, desmanteladas pelo poderoso Tongsa Ponlop, que optou por um sistema monárquico altamente centralizado e hereditário.

Os primeiros Druk Gyalpo estabeleceram um sistema mais centralizado que desagradava às elites. O objetivo era proteger o país, mantendo a lei e a ordem. Para os camponeses e outros trabalhadores, a centralização significava mais impostos e serviços forçados. A estrutura política mostrava-se primitiva, ao concentrar todas as funções num órgão singular, sendo que a fronteira entre a política e a sociedade era muito ténue.

Os dois primeiros reis saíram vitoriosos ao sobrecarregar o país com um sistema fortemente centralizado, e sobretudo absolutista, possível numa sociedade tradicional e de bases feudais como a do Butão. À medida que o controlo governamental crescia, a ordem monástica que sempre participou na tomada de decisões foi gradualmente perdendo força e influência. Em 1907, os poderes dos oficiais distritais passaram a estar sob o controlo e supervisionamento das autoridades administrativas.

Com a subida ao trono do terceiro rei dão-se os primeiros passos na mudança das estruturas políticas e administrativas do país. Para o monarca, um Governo centralizado podia comprometer a independência do Butão. Os anos 50/60 são caracterizados pelos esforços do Butão em moldar o seu sistema político medieval à realidade das estruturas políticas modernas.

O primeiro grande plano de descentralização aconteceu em 1953 com o advento do Tshogdu¹¹⁸. A sua composição compreendia categorias de membros diferentes: representantes monásticos, representantes governamentais e representantes do povo. Esta novidade no sistema permitiu garantir o equilíbrio entre as elites administrativas

¹¹⁸ Parlamento do Butão versão unicameral vigente até Julho de 2007.

(pouco agradadas com as mudanças introduzidas) e os representantes do povo. Em 1961, uma secretaria autónoma para o desenvolvimento, chefiada por Gyelon Chichop, foi criada para separar o desenvolvimento de atividades na administração pública. Quatro anos depois, criou-se o Lodey Thodey, com oito membros: cinco representantes do povo, dois membros da ordem monástica e um representante do Governo – para Parmanad “(...) *is a unique Bhutanese institution. It was established in 1965. It consists of 9 members – 6 representatives of the people, 2 representatives of the clergy and 1 nominee of the king.*”¹¹⁹

O Druk Gyalpo recomendou ao Tshogdu, em 1968, que todos os governantes, incluindo o rei pudessem ser forçados a renunciar aos cargos se merecessem uma moção de censura, o Thogdu. No mesmo ano, o Butão conheceu uma mudança significativa na esfera governativa e na administração, quando Lhengyyel Tsok foi obrigado a alargar o poder administrativo. Foram indicados três ministros, e constituiu-se o primeiro Conselho de Ministros, com um papel importante no processo de tomada de decisão.

O Shungstog foi formado para políticas mais complexas. Incluía a presença do rei e de todos os ministros, e, até mesmo, dos deputados, representantes do exército e de todos os membros do Lodey Tshogdu.

Resolver o problema de autoridade nos Dzongkah¹²⁰ foi o primeiro grande esforço institucional patrocinado pelo quarto rei. Em 1981, formou-se um comité de desenvolvimento distrital, o Dzongkhag Yargye Tshogchung (DYT) para devolver o poder às autoridades locais de participarem no processo de eleição. A partir daqui, parte da descentralização passou por se estabelecer comités de desenvolvimento distrital em todos os vinte distritos do reino (entre 1976 e 1981), de forma a garantir um maior envolvimento de todos. A ideia era que o futuro do Butão estaria nas mãos das pessoas comuns, e, portanto, faria todo o sentido contar com a sua cooperação e suporte. A descentralização passou também por estabelecer em todos os Gewog (bloco de aldeias) comités de desenvolvimento geográfico, os Gewog Yargay Tshogchung (GYT), de forma a tornar as pessoas desses sítios mais conscientes. As responsabilidades dos Gewog Yargay Tshogchung cobriam funções sociais e políticas, religiosas e culturais.

¹¹⁹ PARMANAND, op. cit. p. 53

¹²⁰ É um distrito administrativo e judicial. Os 20 Dzongkhag estão divididos em 205 Gewogs. De 2002 a 2007, o Parlamento aprovou legislação relativa ao *status*, estrutura e liderança dos Governos locais, incluindo os Dzongkhad. A mais recente legislação sobre estes distritos administrativos passou a estar em vigor em 2009.

Em 1972 criou-se uma Comissão de Estudo que tinha como maiores responsabilidades formular o plano quinquenal, coordenar e mobilizar recursos internos e externos para financiar o plano e garantir o cumprimento do calendário, de acordo com objetivos e prioridades.

Relativamente às zonas administrativas, não havia um sistema regional administrativo separado para os oficiais com postos de nível regional, respondendo todo o grupo a um único órgão de soberania, ainda que territorialmente afastados. A reorganização desta estrutura nasce, contudo, na quinta fase do plano quinquenal (1981-87). O sistema administrativo por região dividia-se da seguinte forma: zona este – Yangphula, zona ocidental – Chukka, zona central – Gaylegphu

O Governo propôs também o funcionamento de uma delegação de autoridade fiscal, e comités de finanças passaram a fazer parte do Ministério das Finanças.

Considerando que o desenvolvimento de uma sociedade de liberdade tem no seu âmago a descentralização do poder, o primeiro passo para permitir que o povo tome consciência de si mesmo, eliminando formas de domínio, alienação e pobreza é justamente o reforçar dessa descentralização.

A realidade do Butão constitui, quanto a este aspeto, um paradoxo: pode uma sociedade tradicionalmente centralizada mas com um sistema moderno de direitos humanos e de democracia providenciar uma descentralização participativa? O problema, mais crítico, do Butão é que não existem instituições democráticas que possam ser descentralizadas. Isto torna-se claro pela persistência de um sistema autoritário, personalizado e hierarquizado, pela ausência de partidos políticos fortes, pela opinião pública pouco interveniente e pelo poder da burocracia. Ou seja, o Butão tem as suas raízes e o seu ADN na centralização administrativa e na promoção de forças centrífugas. Uma vez que o meio político é primitivo e feudal, as fronteiras entre a sociedade e esse meio político são extremamente ténues. A administração foi erigida para suportar um Estado centralizado e não um poder descentralizado.

No Butão, as infraestruturas chave da sociedade civil, ou seja, os partidos políticos, os grupos de interesse, os media e os tribunais independentes ainda são incipientes. Na verdade, existiu apenas uma tímida tentativa por parte do terceiro rei durante a monarquia absoluta em atribuir o poder a essas mesmas instituições.

O seu sucessor, o quarto monarca absoluto do Butão, iniciou um programa de descentralização em 1979, no entanto, verificou-se que nas décadas de 80 e 90, o poder encontrava-se ainda mais centralizado.

O princípio da responsabilidade coletiva encontra-se ainda em fase embrionária, as reformas, entretanto, introduzidas parecem começar a dar o seus frutos mas ainda existirá um longo caminho a percorrer.

O quarto monarca foi igualmente responsável pela criação do plano quinquenal de implementação pelas diferentes zonas administrativas. O propósito base desta medida era descentralizar o poder. No entanto, esta experiência revelou-se incapaz de vingar, em grande parte devido à crise dos refugiados da década de 90.

A descentralização económica, através do estabelecimento de mecanismos de mercado tão fundamentais para a asserção da soberania dos cidadãos é igualmente nova no país. Assim, embora o Governo do Butão esteja a promover alguns esforços no sentido da privatização e da criação de um sector privado mais forte, a verdade é que o poder económico ainda se encontra em grande medida também ele centralizado. Neste sentido, importa sublinhar que até há pouco tempo 15% da população do Butão concentrava em si a grande maioria da riqueza do país, enquanto os restantes 85% da população se encontravam no limiar da pobreza. A forma de descentralização económica escolhida pelo Governo do Butão não parece estar a conseguir esbater estas assimetrias.

Em termos de conclusão, poderemos dizer que se verifica que desde o período dos Shabdrung até ao fim da monarquia absoluta, foi feito um esforço considerável no sentido da descentralização no Butão. O advento da monarquia constitucional acelerou substancialmente esta realidade. No entanto, subsistem ainda questões de orientação relativamente à forma ideal de promover esta descentralização.

A descentralização e a participação popular são fundamentais para a evolução da sociedade civil no Butão. Trata-se da questão nuclear do contrato social entre o Estado e o povo, a partir da qual o poder e a riqueza são distribuídos. Se até ao fim da monarquia absoluta as sucessivas tentativas de descentralização se mostravam nas palavras de Dhurba P. Rizal, “*uma mera operação de cosmética*”¹²¹, com a implementação da

¹²¹ RIZAL, Dhurba P., **Bhutan – decentralization and good governance**. Delhi: Adroit Publishers, 2001,

monarquia constitucional e com a fundação da democracia no Butão verifica-se uma aceleração da descentralização do poder, e com isso maior participação cívica, uma economia de mercado mais forte e a capacidade de decisão mais perto do povo, segundo Susan Walcott “*Promulgation of a first-ever Constitution and elected Parliament along with the accession of a new king in 2007 represented a huge decentralizing shift in Bhutan’s power structure, despite the lopsided landslide of one party which won all but two seats*”¹²².

2.4. Marcas de Desenvolvimento: um caminho em aberto

O nível de desenvolvimento da população do Butão, pese embora os recentes avanços permitidos pela democracia, mantém-se de certa forma baixo. Contudo, este reino dos Himalaias que apresentava um dos valores mais baixos no que respeita a esperança média de vida tem, com o passar do tempo, conseguido inverter tal tendência. Por outro lado, e uma vez mais sem embargo das políticas dos primeiros anos de democracia, as taxas de analfabetismo mantinham-se ainda elevadas, situação que entretanto conheceu uma admirável transformação, graças aos últimos esforços feitos na construção de escolas. O rendimento escolar *per capita* registou alguns avanços, ultrapassando o de alguns países vizinhos.

Relativamente à demografia, em 2010 o total da população do Butão era 695.822 e em 2012 passou para 720.679. O número de homens é superior ao das mulheres. Em 2012, por exemplo, existiam 375.554 homens contra 345.125 mulheres. Em 2012, entre os grupos etários [0-14], [15-64], [+65], é o grupo etário [15-64] que concentra a maior parte da população – 469.450, contra 216.972 no grupo etário [0-14] e 34.257 no grupo etário [+65]. A densidade populacional por km² aumentou de 2010 para 2011 de 18.1 para 18.4 pessoas.

Em 1993, a esperança média de vida dos butaneses era de 55 anos em comparação com os 60 anos na Ásia do sul. Ao longo dos anos a esperança média de vida dos butaneses foi aumentando, graças aos maiores cuidados na saúde e higiene, até que em 2008 o Butão conseguiu atingir a mesma esperança média de vida que a da Ásia do sul,

¹²² WALCOTT, Susan M. - **One of a kind: Bhutan and modern challenge**, National Identities. Routledge, 2011.

chegando mesmo, a partir daí, a ultrapassá-la. Em 2011, a esperança média de vida butanesa já atingia os 67 anos, contrapondo-se aos 66 anos na Ásia do sul. Por seu lado, em 2005, a média da mortalidade infantil era de 40.1 crianças em 1000, e nas idades inferiores a cinco anos era de 61.6 em 1000 crianças. Para o mesmo ano, a média da mortalidade materna foi de 255 em 1000 mães.

Até à introdução do modelo educacional ocidental, na década de 60, pelo terceiro rei, a única via de educação disponível no Butão eram os mosteiros. Anteriormente, alguns estudantes viajavam até Daejeeling para receber uma educação secular. A educação baseada no modelo ocidental expandiu-se e cobriu o país na totalidade. Segundo as palavras de Leo Rose *“the decision to introduce a mass education system was probably the most significant change in public policy proposed by the third Druk Gyalpo in the early years of his reign”*.¹²³

A estrutura educacional prevê onze anos de ensino básico, um ano de escola pré-primária, seis anos de escola primária, dois anos de escola secundária de nível mais básico e outros dois anos de escola secundária de nível mais elevado. Os estudantes submetem-se a um exame para transitar da escola primária para a secundária de nível básico e desta para o nível a seguir.

O sistema escolar tem como objetivo garantir a alfabetização e o conhecimento sobre a história, geografia e tradições do Butão. A maior parte das povoações estão dotadas de uma escola primária e não é incomum que estas crianças frequentem as escolas secundárias. A educação e os livros são gratuitos até ao nível três. As crianças começam o dia com orações e cantando o hino nacional. Com vista uma maior alfabetização da população, o Governo tem impulsionado a frequência de aulas pelos adultos.

O número de escolas primárias aumentou de 95 em 2010 para 353 em 2012, o mesmo acontecendo para as escolas secundárias: as escolas de ensino secundário básico em dois anos passaram de 52 para 59, e as escolas de ensino secundário de nível mais elevado passaram de 43 para 48. Os centros não oficiais conheceram também um crescimento, de 714 para 953. Já os institutos foram os únicos a decrescer em número, perdendo-se cinco destas instituições de ensino, já que em 1995 existiam 26 e em 2010 decresceu para 21.

¹²³ ROSE, Leo. E., op. cit., p. 131

O número de mulheres e de homens nas escolas tem vindo a aumentar. Em 1995, o número de homens a frequentar as escolas era 84.950 e em 2010 era 88.189. Já para as mulheres, e para as mesmas datas, o número de mulheres transitou de 85.434 para 88.450. Se aparentemente o número de mulheres que frequentam as escolas é superior ao dos homens, esta situação reverte-se quando se analisa a frequência nos institutos: em 1995 o número de homens neste estabelecimento de ensino era 2.640 e em 2010 19.640; em 1996 existiam 3690 mulheres e em 2010 5.436.

Através dos dados do Banco Mundial, em 1993 apenas 56% dos butaneses frequentavam a escola em comparação com os 89% da população. Em 2002, e para a mesma relação, passou-se para 84% relativamente aos 91% na Ásia do sul, e, em 2009, o Butão espantosamente ultrapassa a Ásia do sul com 110% contra 107%, taxa que tem mantido até 2012 (dados do Banco Mundial). A taxa de alfabetização em 2012 era 63%.

Um ponto-chave do plano de desenvolvimento do Butão envolve a formação de médicos, engenheiros e outros profissionais. Formações em canalização, construção e eletricidade estão a ser dadas tanto a homens como mulheres. Em 2003, a Universidade Real do Butão passou a formar profissionais com vista ao sector terciário, e todas as instituições do setor terciário, já existentes, foram lá incorporadas.

De 2009 a 2011, o número de empregados aumentou de 325.700 para 334.100. No geral, a taxa de desemprego decaiu entre 2009-2011 de 4.0% para 3.1%. A taxa de desemprego é maior nos centros urbanos do que nas zonas rurais, apesar de ter conhecido um decréscimo: em 2009 era de 7.5% e em 2011 de 5.8%. Para as zonas rurais, e no mesmo período, a taxa diminuiu de 3.0% para 2.1%. A pobreza em 2012 atingia 12% da população.

Na saúde o país conseguiu alcançar um significativo progresso, com a construção de instalações de saúde para cuidados básicos, e tornando o seu acesso gratuito a todos os cidadãos. Hoje, os serviços de saúde chegam a 90% da população. O hospital principal é o de Thimphu e existem outros dois hospitais de referência regional. Cada distrito está dotado de hospital. De 2009 a 2011, o número de hospitais (31) manteve-se. O número de médicos por cada 10.000 habitantes aumentou de 2.6 em 2009 para 3.0 em 2011, o mesmo tendo acontecido com o número de enfermeiros que aumentou de 556 em 2009 passou para 723 em 2011.

Os serviços de saúde nas áreas rurais são garantidos através de unidades básicas. A vacinação chega a todas as crianças e a carência de iodo foi eliminada. A mortalidade infantil e entre as grávidas diminuíram. De acordo com dados oficiais de 2011 cerca de 96% dos butaneses tinham acesso a água potável. Embora o Butão tenha conseguido combater problemas endêmicos, e hoje cerca de 90% da população tenha acesso aos serviços de saúde, está, no entanto, a enfrentar elevados casos de sida/HIV. Nesse sentido, as autoridades butanesas têm enfatizado a importância da prática de sexo seguro, consciencializando as pessoas sobre o vírus do HIV. Monges e freiras têm recebido formação para aconselharem e acompanharem os indivíduos infetados. Em 2004 o rei, num comunicado, abordou esta questão, sublinhando a necessidade de compaixão pelos que estão infetados.

Outro dos fatores que espelha bem o atraso relativo em que o Butão ainda se encontra é a reduzida população urbana que o país regista. Sinónimo de fraco desenvolvimento dos sectores secundário e terciário, o tecido social cidadão do Butão ainda mal atinge os 10% do total da população. Por outras palavras, cerca de 90% dos butaneses ainda se dedicam à pastorícia e à agricultura, praticadas nos mesmos moldes rudimentares de há centenas ou milhares de anos.

A balança comercial do Butão pende sobretudo para as importações: no período de 2008/09, o valor das importações foi de 28.980.0 Nu¹²⁴ e o das exportações de 24.657.5 Nu, tendência que se manteve no período de 2010/11: as importações registaram-se na ordem dos 53.705.0 Nu e as exportações fixaram-se em 30.160.1 Nu.

O Butão apresenta, portanto, uma balança comercial deficitária. Em 2008/09 o país conheceu um *deficit* de 4.3224 Nu, tendo aumentado brutalmente em 2010/2011 para 23.544.9 Nu. Em 1993, o rendimento nacional Bruta (segundo dados do Banco Mundial) *per capita* em US\$, estava bastante próximo da Ásia do sul: os butaneses tinham um rendimento de 486\$ em comparação com os 341\$ nos países do sul asiático. À medida que os anos passaram o rendimento para ambas as regiões aumentou, sendo que em 2012 os butaneses apresentavam um rendimento *per capita* de 2.420\$ e os vizinhos do sul asiático de 1.422\$. Estes números representam um aumento brutal no poder de compra dos butaneses.

¹²⁴ Ngrultum - moeda do Butão. Está ligada à rupia indiana.

Em 2009, o produto interno Bruto estava na ordem dos 61.223.5 Nu, e em 2011 aumentou para 85.580.6 Nu. Para este cenário contribuiu o desenvolvimento dos setores secundário e terciário, já que a agricultura, setor de grande relevância para o país, em 2009 representava 18.2% e em 2011, curiosamente, desceu para 15.7%, o que revela o crescimento e o desenvolvimento dos outros setores de atividade.

Em 2009 a taxa de inflação estava na ordem de 4.1% e em apenas um ano aumentou para mais do dobro, 9.1%. Em 2011 registou-se um ligeiro decréscimo e a taxa fixou-se na ordem de 8.9%.

No que se refere ao desenvolvimento das vias e meios de comunicação, e nas palavras de Debamitra Mitra *“Before the plan period there was no vehicular traffic, not any motorable road to Bhutan. From India one had to approach Bhutan through Sikkim via Nathula Pass touching Yatung in Tibet on the way. Travel was done by foot, horse, yak. There were foot tracks leading to Bhutan though the several Dooars but they were used sparingly because of the difficult terrain. In 1959, India offered to build Bhutan’s first motorable road from Phuntsoling near indian border to the country’s capital Thimphu, a distance of 175km”*¹²⁵.

Mais recentemente, o número de estradas aumentou consideravelmente no Butão: em 2009 existiam 5.982km de estradas e em 2011 o número passou a ser 9.492km. O número de pontes cresceu igualmente durante o mesmo período, de 274 passaram a existir 292 pontes. E impressionantemente, o número de veículos que em 2009 era 49.300 conheceu um acréscimo de mais 13.397 novos veículos em 2011. Estes números refletem bem a abertura do Butão ao mundo e os esforços no sentido da modernização.

O desenvolvimento teve efeito nos níveis de CO² emitidos (per capita) para a atmosfera. Em 1993 a emissão de CO² estava nos 0.4% em comparação com os 0.8% na Ásia do sul. A altura em que o Butão mais se aproximou dos seus vizinhos foi em 1997 apresentando 0.8% em comparação com 0.9%, respetivamente. Em 2010, o país conseguiu diminuir um pouco os níveis de emissão em relação a 1997, em 0.1%, mantendo-se atrás da Ásia do sul que registou 1.4% de emissões.

O consumo de energia aumentou significativamente de 2009 (1.202.7 Mu¹²⁶) para 2011 (2.830.0 Mu), energia esta que na sua maioria provém das centrais hidroelétricas. A

¹²⁵ MITRA, Debamitra, op. cit., p. 124.

¹²⁶ Mu: million units of energy – termo utilizado na Índia, equivalente a 1GW/H.

geração de energia em 2009 representou 6.960.8 Um, e em 2011 7.066.5 Mu, motivado pela criação de novas centrais hidroelétricas.

Relativamente ao turismo, em 2011, os países da Ásia do Pacífico foram os que mais visitaram o Butão, com 15119 pessoas, seguindo-se os europeus com 13.886, os EUA com 8.056, o Médio Oriente com 326 e por fim a África com 92 pessoas. Segundo Parmanand *“The tourism industry has been an important source of hard currency to Bhutan since the kingdom was first opened to tourists in 1974. The potential of tourism in terms of foreign exchange earning is very high, though strategically the Royal Government has been following a policy of restricting tourists’ number to the kingdom. In fact, Bhutan is following an undeclared policy of restricted tourism to protect the natural environment and keep the Himalayan kingdom evergreen”*¹²⁷

Destes dados resulta que, a economia e o nível de desenvolvimento do Butão conheceram um avanço significativo. A evolução foi permitida pelos sucessivos planos quinquenais, e o Butão tem conseguido, ano após ano, recuperar do atraso em que mergulhou sem comprometer, para já, os valores de bem-estar e de felicidade que sempre colocou à frente de qualquer possibilidade de modernização. Os mais recentes planos de desenvolvimento passaram a contemplar o desenvolvimento do setor industrial e energético, e já não apenas a agricultura e as infraestruturas mais básicas. O setor primário por ter um caráter de subsistência, continua a ser, no entanto, fundamental no atual Butão. Em 2006, este setor era responsável por 23.7% do PIB do país.

Os cultivos, que são muito diversificados em função do clima e da altitude, abrangem, surpreendentemente, uma pequena parte da totalidade do território do Butão. As principais produções são o arroz, o milho, o trigo, a cevada, as batatas e alguma fruta (nomeadamente alperces). Os recursos florestais, que abrangem bem mais de metade do território do reino butanês, apresentam-se também como um dos principais setores do país.

O maior recurso do moderno Butão é a energia hidroelétrica, a qual é produzida em grande parte pela Central de Chukha. Esta central, maioritariamente financiada por capitais indianos, ao abrigo dos sucessivos acordos de auxílio, permite não só satisfazer

¹²⁷ PARMANAND, op. cit. p. 37

as necessidades do Butão como também produzir energia suficiente para ser exportada para o seu vizinho do sul. Existem algumas jazidas de carvão e cobre, mas cuja quantidade não representa uma mais-valia significativa para o desenvolvimento do país.

Como decorre do cenário que se apresenta, o Butão praticamente não tem indústria ou qualquer atividade de transformação ou manufaturação. Existe uma importante fábrica de cimento, algumas pequenas indústrias alimentares e centros de transformação madeireiro. Praticamente todas estas indústrias se situam na fronteira sul com a Índia, país responsável pela esmagadora maioria das exportações (e importações) do Butão. A contribuição do setor secundário para o PIB do país advém sobretudo das centrais hidroelétricas, que por exemplo já exportam energia para a Índia.

O advento da democracia, com maior participação popular e *media* mais ativos, trouxe um considerável incremento nas comunicações. Ainda assim, o Butão registava em 2011 pouco mais de 9.400 quilómetros de estradas alcatroadas, pese embora o reduzido tamanho do país e a enorme área florestal que cobre cerca de 70% do território. O aumento destas vias tem permitido o substancial avanço de um outro sector económico no Butão: o turismo. Na verdade, graças às majestosas paisagens Himalaias e à tranquilidade ancestral dos seus hábitos e cultura, o Butão tem vindo a conseguir atrair um número cada vez maior de turistas.

Em face do que antecede, importa sublinhar que o Butão apresenta uma balança comercial sucessivamente deficitária. Isto é, as importações do país excedem sistematicamente as suas exportações. O Butão sente ainda necessidade de importar, praticamente, tudo o que consome, desde combustíveis a bens alimentares, como o arroz, conseguindo apenas exportar outros bens alimentares, cimento, madeiras e energia. A Índia é, naturalmente, o principal parceiro comercial do Butão.

Assim sendo, é, igualmente, natural que a Índia se mostre particularmente interessada em auxiliar e promover o desenvolvimento deste seu vizinho, na medida em que, para além de assim poder contar com paz nas suas fronteiras, pode ainda usufruir de um mercado emergente para onde canalizar muitos dos seus produtos, desde os mais sofisticados aparelhos eletrónicos até aos mais básicos, como vestuário e calçado.

Importa ainda recuperar aqui outro elemento que assume um carácter da maior importância na economia e desenvolvimento do Butão, o “Índice de Felicidade Bruta”. Este índice, desenvolvido como uma ponte entre o progresso e a tradição, um sistema de

travagem capaz de proteger o país perante o impacto de toda a modernidade, a aplicar, tornar-se-á uma particularidade única do Butão. Através dele, o monarca butanês pretendeu preservar os princípios “Bodhisattva”. Ou seja, procura-se levar o país para uma nova era, fazê-lo entrar na modernidade, mas sem perder o seu próprio caráter, a sua cultura e as suas tradições. Trata-se, no fundo, de assegurar que o presente Butão mantenha o equilíbrio entre o seu passado e o seu futuro.

Em suma, o Butão parece estar a emergir em praticamente todos os índices que monitorizam o desenvolvimento de um país. Desde o aumento da esperança média de vida, ao decréscimo da taxa de analfabetismo, ao aumento do produto interno Bruto, todos os dados parecem indicar que a recente democracia butanesa estará no bom caminho. Não obstante, talvez ainda se mostre prematuro atribuir todo este desenvolvimento à mudança do sistema de Governo.

É que, existente há apenas cinco anos, a democracia é ainda demasiado jovem para poder ter gerado todos estes frutos. Assim, embora até os tenha potenciado, a verdade é que os ligeiros progressos do Butão terão de ser ainda imputados ao esforço da monarquia absolutista e aos seus sucessivos planos quinquenais, e não apenas à democracia. Este esforço tem procurado salvaguardar a identidade do país, oferecendo-lhe apenas pequenas doses de modernidade que permitem manter intacto o legado cultural do Butão.

Não obstante este cenário promissor, o desenvolvimento do Butão conhece igualmente dificuldades e resistências que se mostram difíceis de suprir e ultrapassar. Possivelmente a mais premente destas dificuldades prende-se com o facto de existir um reduzidíssimo número de investidores e, ainda menos, empreendedores. É que, fruto de uma sociedade imobilizada, fechada sobre si mesma e vocacionada, até há pouco e de forma exclusiva, para o sector primário, poucas ou nenhuma iniciativas privadas de origem butanesa têm dinamizado a economia local de forma digna de registo.

No entanto, parece ser óbvio que o Butão está a trilhar um caminho que poderá levá-lo a um desenvolvimento económico mais consistente que vá ao encontro do defendido por Fernando Alcoforado, e segundo o qual “ *Um país ou uma região pode alcançar níveis elevados de desenvolvimento económico se existirem recursos humanos e naturais de qualidade em quantidade; infra-estrutura económica e social compatível com as necessidades; mercados interno e externo para os produtos e serviços; economias de aglomeração que assegurem produtividade e competitividade para os produtos e*

serviços; redes de empresas que possibilitem a constituição de cadeias produtivas de elevada competitividade; e incentivos fiscais financeiros dados pelo governo para atrair investidores.”¹²⁸

2.5. Turismo: qualidade ou quantidade?

Até aos inícios dos esforços de modernização em 1960, pelo rei Jigme Dorji Wangchuck, a maioria das pessoas que entraram no Butão, excluindo indianos, eram exploradores britânicos. Apenas a alguns estrangeiros era permitida a entrada no país, durante a década de 60, e só a família real tinha autoridade para formalizar convites, pelo que a maioria dos visitantes eram convidados reais. Entre os exploradores encontrava-se Desmond Doig (1961), amigo da família real, em 1963, o professor Augusto Gansser, que estudou a geologia do país, e em 1964, um grupo de físicos britânicos, Michael Ward, Frederic Jackson e R. Turner que organizaram um expedição à remota região Lunana.

Com a coroação do quarto rei, em 1974, e pela primeira vez que um grande número de visitantes estrangeiros entrou no país. Depois da coroação, pequenos grupos de turistas foram autorizados a entrar no país e a visitar os dzongs de Thimphu e Paro. A partir daqui, a indústria turística do Butão evoluiu consideravelmente.

O primeiro grupo de turistas que pagaram para conhecer o Butão chegou em 1974, liderado por Lars Eric Lindblad, um pioneiro no turismo em excursões, tal como hoje conhecemos. Contudo, Lindblad encorajou o reino a limitar o turismo e a cobrar taxas altas.

O aeroporto de Paro foi aberto em 1983, e a companhia aérea nacional começou a operar voos a partir de Calcutá. A pista de descolagem do aeroporto foi aumentada em 1990, e a companhia começou a operar jatos, com ligações internacionais diretas. Até 1991, os turistas eram atendidos pela corporação de turismo butanesa, uma agência governamental. O turismo foi privatizado naquele ano, e rapidamente foram abertas novas empresas, a maioria pertencentes a ex-empregados da antiga agência governamental.

¹²⁸ ALCOFORADO, Fernando, op. cit. p. 97

O período entre Maio e Setembro por apresentar temperaturas mais elevadas, é considerado como a melhor época para visitar o país. No Butão, o número de turistas é ainda bastante controlado pelo Governo, consciente do impacto que tal atividade pode ter no ambiente. Desta forma, garantem também padrões mais altos na qualidade do turismo. Na chegada é necessário pagar uma taxa referente aos dias de estadia. O valor inclui hospedagem, refeições, passeios guiados e transporte. A maioria dos visitantes procura o país para conhecer a sua riqueza cultural, religiosa e tradições milenares. Os roteiros turísticos mais procurados incluem a capital Thimphu e a cidade de Paro (próxima da Índia), o mosteiro comumente conhecido por “ninho do tigre” (localizado numa ravina), e que representa um templo bastante sagrado para os budistas, os trilhos nas montanhas do Himalaia, e as visitas a outros mosteiros budistas e aos parques nacionais.

No entanto, a presença de militantes da United Liberation Front of Assam ao longo das fronteiras no sudeste do país, tornou aquela região perigosa quer para butaneses, quer para os turistas, daí que existam restrições às visitas ao Parque Nacional Manas e ao Pemagatshel.

2.6. Diplomacia e Política Externa

A política externa refere-se ao leque de objetivos políticos que dado país deseja alcançar nas relações que estabelece com outros; é uma estratégia implementada pelos Governos como forma de proteção dos interesses nacionais (segurança nacional; riqueza; valores); estipula linhas de orientação sobre a interação de um dado país com outros, seja nas trocas comerciais, seja na economia, na imigração, na aplicação de leis, etc. Traçada pelo chefe de Governo, através de processos de tomada de decisão de alto nível, a política externa conta ainda com as orientações do Ministro dos Negócios Estrangeiros, existindo países onde o legislativo assume a responsabilidade de controlar tais assuntos também.

Com o advento da globalização tem aumentado o número de países forçados a formular políticas de relações internacionais para propósitos de paz e cooperação e muitas vezes com atores não-estatais.

No caso do comércio e da economia, as políticas implementadas formularam certas regras e diretrizes para controlar a importação e exportação de produtos. O objetivo básico é beneficiar com a troca de bens entre países. Um país pode, por exemplo, permitir a importação de certas matérias-primas de outros países sem a imposição de impostos e tarifas em troca da exportação de bens e serviços próprios; fala-se, pois, de medidas protecionistas ou de estímulo às relações comerciais com o exterior, de forma a equilibrar a balança de pagamentos.

Em matéria de imigração, os Governos nacionais seguem igualmente alguns princípios por uma variedade de razões. Nalguns países, a entrada de estrangeiros é relativamente fácil, sem muita burocracia e impostos. Há países que, no entanto, estabelecem acordos especiais com outros para atender às necessidades dos possíveis emigrantes. Países como os EUA têm regras específicas sobre o número de pessoas que podem entrar no seu país enquanto imigrantes. O número de vistos e de autorizações de trabalho pode ser limitado, de forma a proteger os próprios cidadãos de perderem os seus empregos para os imigrantes.

O conceito de política externa remonta, na verdade, a tempos remotos. A Europa do Séculos XVII já conhecia transações e negociações entre os países para a cooperação e para o comércio. A Sociedade das Nações foi criada em 1919 após a Primeira Guerra Mundial, tornando-se o primeiro grupo de cooperação internacional para as muitas nações envolvidas.

A segunda Grande Guerra, e a devastação que provocou, representou uma grande ameaça e desafio para a humanidade, revelando a todos a importância das relações internacionais. Embora a política externa não conhecesse ainda o devido destaque, o trabalho académico, porém, colocava as relações internacionais num estruturado quadro de ciência política. Cursos vários foram desenvolvidos nesse sentido, a pesquisa foi estimulada, e as relações internacionais tornaram-se, gradualmente, numa disciplina académica pelas universidades de todo o mundo.

Segundo Leo Rose *“Bhutan’s vulnerable geopolitical location between vastly, larger, richer, stronger, and occasionally antagonistic neighbors has made external relations crucial not only to its survival as an independent state, but also to its internal politics.*

Like other buffer area societies, the Bhutanese have often sought security by a withdrawal from the surrounding world – when this was possible and necessary.”¹²⁹

O Butão foi por séculos um país fechado para o mundo. Por culturalmente estar mais próximo do Tibete, historicamente a política externa butanesa foi primeiramente influenciada por aquele país. Nas palavras de Parmanand *”Bhutan formed a department of foreign affairs in 1970 and it was accorded ministerial status in 1972. Thereafter started the process of establishing diplomatic relations with a number of countries.*”¹³⁰

Os anos de 1949 e 1959 são os que mais moldaram a orientação da política externa do Butão. Seja por necessidade de ajuda económica ou por razões de segurança, não há dúvidas que o Butão desenvolveu estreitas relações com a Índia. Contudo, nas décadas de 70/80, o Butão procurou aprofundar as relações diplomáticas com outros países e organizações regionais e internacionais¹³¹.

A localização geoestratégica, os poderes militar e económico e os sistemas de Governo são, normalmente, as variáveis que influem nas escolhas da política externa de um Estado. Esta regra não ficou alheia ao Butão. Na verdade e como já referido, o país encontra-se encravado entre duas economias emergentes, a China e a Índia. De facto, devido à sua localização, o Butão procurou gerir as relações com a China devido à questão fronteiriça e equilibrar as preocupações de segurança indianas. Ao mesmo tempo, foi capaz de construir uma identidade cultural distinta. O fator cultural no país tem assumido um papel relevante na afirmação de uma cultura política única, imprescindível para determinar a identidade nacional butanesa. A segurança nacional é outro elemento a ter em consideração na política externa do país, orientada de acordo com duas preocupações fundamentais: proteger a sua fronteira territorial e preservar a sua soberania.

A preservação da cultura está ligada a preocupações de segurança nacional, uma vez que se trata de estabilidade interna. A segurança nacional integra três elementos

¹²⁹ ROSE, Leo E., op. cit. p. 55

¹³⁰ PARMAND, op. cit. 54

¹³¹ Note-se que no entanto, até 1991, o Butão não mantinha relações diplomáticas com os Estados Unidos da América. O Butão era uma das únicas sete nações em todo o mundo com quem os EUA não mantinham relações diplomáticas. Porém, mantinha-se uma espécie de contacto informal, entre ambas as embaixadas em Nova Deli e a missão butanesa junto das Nações Unidas em Nova Iorque tinha jurisdição consular nos Estados Unidos.

distintos: a soberania, a integridade territorial e a preservação cultural. Fatores determinantes na postura adotada pelo país nas decisões relativas à política externa.

O grande motor da diplomacia econômica do Butão são os recursos naturais de que dispõe. Estima-se que os quatro rios principais, Ammochu (Torsa), Wangchu (Raidak), Punatsangchu (Sankosh) e Manas-alone têm o potencial para gerar 23.760 MW de energia hidroelétrica. O índice de Felicidade Interna Bruta é um importante fator da política econômica do Butão, mas tem sido igualmente a razão que explica a tardia adesão à organização Mundial do Comércio: a conservação do meio ambiente tem sido a principal prioridade política do Butão.

A liderança exercida pela dinastia Wangchuk tem desempenhado um papel importante na abertura seletiva do Butão ao mundo. Nos últimos cinco anos, não há dúvidas que o Butão revelou-se bastante ativo no desenvolvimento da sua política externa, aumentando as relações diplomáticas de 22 países em 2008 para 52, juntamente com a União Europeia, nos dias que correm. Os grandes apoiantes do Butão são a Índia, o Japão, a União Europeia e a Austrália, que têm fortalecido o perfil internacional do país como também têm concedido ajuda no desenvolvimento de programas vários. Para a 11ª fase do plano quinquenal serão estes os países que darão a assistência necessária. Os 31 novos países com quem o Governo butanês passou a estabelecer relações são pequenos *players* na arena mundial e nenhum deles irá apoiar o Butão na persecução da nova fase do plano quinquenal. Muitos, precisam também de ajuda.

O Butão mantém, ainda, relações diplomáticas com dez nações europeias: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Noruega, Sérvia, Espanha (com quem estabeleceu relações em 2011), Suécia e Suíça, que juntos formam o grupo dos “amigos do Butão” em conjunto com o Japão, o que contribui para o desenvolvimento de projetos no Butão.

Juntamente com o Bangladesh¹³², a Índia, o Japão e o Nepal¹³³, o Butão mantém relações diplomáticas com outras nove nações asiáticas: Afeganistão, Bahrein, Kuwait, Maldivas, Paquistão, Singapura, Coreia do Sul, Sri Lanka, Tailândia e Vietname; assim como com a Austrália, Brasil, Canadá e Colômbia.

¹³² O Bangladesh é um dos dois países (o outro é a Índia) a ter uma embaixada no Butão. Este último foi o primeiro país a reconhecer a soberania do Bangladesh após ter conquistado a sua independência do Paquistão.

¹³³ O Nepal e o Butão estabeleceram relações em 1983. Contudo, desde 1992 as relações com o Nepal ganharam um caráter tenso devido à repatriação de refugiados do Butão.

O Butão mantém relações com outras nações em questões transnacionais, como a extradição, o terrorismo e os refugiados. Até certo limite, a lei butanesa prevê cooperação neste sentido com países com quem não tem relações formais.

O Butão tem embaixadas nos seguintes países: Bélgica, Bangladesh, Índia, Kuwait, e Tailândia.

Como refere Parmanand *“Bhutan’s role in global politics can be seen and assessed in terms of its membership of various regional international organizations and establishment of diplomatic relations with various states of the world. It can also be seen in adoption of various independent stands on several issues of importance:”*¹³⁴

Através da filosofia que envolve o Índice de Felicidade Bruta, o Butão encontrou o seu lugar na Assembleia Geral das Nações Unidas e é agora o coordenador responsável pelo desenvolvimento de um novo paradigma no mundo. Na verdade, o Índice de Felicidade Bruta tem sido a grande bandeira da política externa butanesa de 2008 a 2013, advertindo os países industrializados sobre os seus objetivos e prioridades.

Fazendo uma comparação com 2008, o Butão é muito mais conhecido agora pelas pessoas e pelo mundo. Contudo, a política externa butanesa foi sempre bastante influenciada pela Índia. A décima fase do plano quinquenal terminou em Junho do corrente ano e a Índia comprometeu-se a dar continuidade ao mesmo.

Nos próximos anos, e com o novo impacto que o país tem tido no mundo, espera-se conseguir aumentar o número de embaixadas e consulados no país. Contudo, o Butão tem falhado no objetivo de estabelecer relações com nações como a Alemanha, França e Reino Unido, que poderiam consistir num apoio significativo. O Reino Unido avança que não mantém relações diplomáticas com o Butão, mas que por princípio estão dispostos a iniciarem-nas uma vez que existem relações bilaterais entre os dois países e os negócios entre o Reino Unido e o Butão acontecem através da alta comissão em Nova Deli e por via do cônsul honorário butanês.

O Butão não mantinha relações diplomáticas com os EUA até 1991. O país era uma das sete nações soberanas no mundo com quem os EUA não mantinham relações formais. O contacto informal foi, porém, estabelecido entre as embaixadas dos dois países em Nova Deli. Foi especulado que devido à relação próxima que a Índia mantinha com a União Soviética, o Butão decidira manter-se equidistante das duas superpotências. Contudo,

¹³⁴ PARMAND, op. cit.

durante uma visita com um senador dos EUA em 1985, o Druk Gyalpo expressou o seu apoio aos EUA, enquanto principal opositor da União Soviética na Ásia do Sul. O contacto do Butão com a União soviética e outros países comunistas era nulo.

Durante anos, o Butão não mantinha relações diplomáticas com a China. Não obstante, um acordo assinado em 1998 (o primeiro acordo bilateral entre a China e o Butão), permitiu a viragem nas relações sino-butanesas. O acordo assentava na manutenção da paz e da tranquilidade nas zonas fronteiriças entre o Butão e a China. Ao mesmo tempo, foi nessa altura que a China pela primeira vez reconheceu oficialmente o Butão enquanto país soberano, afirmando o respeito pleno pela sua integridade territorial e independência. O acordo contemplava ainda que ambos os lados concordavam em manter a paz e a tranquilidade nas zonas fronteiriças na pendência de uma solução definitiva sobre a questão dos limites territoriais. Apesar da praticamente inexistente relação diplomática, o Butão manteve um cônsul honorário em Macau desde 2000, e em Hong Kong desde 2004.

No final de 2005, o Butão afirmou que soldados chineses estavam a construir estradas e pontes no território butanês. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Butão, Khandu Wangchuk, levou o assunto às autoridades chinesas, após a questão ter sido levantada no Parlamento butanês. Em resposta, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, porta-voz Qin Gang da República Popular da China, afirmou que a fronteira permanece em disputa, e que os dois lados continuam a trabalhar no sentido de uma solução pacífica e cordial. O Kuensel, jornal butanês, entretanto, avançou que a China poderia utilizar as estradas de possessões do seu próprio território ao longo da fronteira.

Em 2008, o Ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou que as questões fronteiriças eram uma importante plataforma para a cooperação mútua entre os dois países. Paralelamente, a China já está a tentar investir nos serviços de saúde e educação do Butão. Principalmente, desde 2000 a relação entre os dois países foi-se expandindo para outras áreas. Em 2009 Ugyen Tshering, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Butão, anunciou em Calcutá que os laços diplomáticos e comerciais entre o Butão e a China eram bastante prováveis no futuro.

Historicamente, e ao contrário do que sucede com a China, os laços com a Índia são muito fortes. Mais recentemente, a 8 de Fevereiro de 2007, o Tratado de Amizade Indo-Butão foi substancialmente revisto pelo rei do Butão, Jigme Khesar Namgyel Wangchuck. No Tratado de 1949, artigo 2 ° pode-se ler: "*O Governo da Índia*

compromete-se a não interferir na administração interna do Butão. Por sua parte, o Governo do Butão compromete-se a ser guiado pelo conselho do Governo da Índia em relação à sua política de relações internacionais". No Tratado revisto lê-se "*de acordo com os laços cumpridores de amizade e de cooperação entre o Butão e a Índia, o Governo do Reino do Butão e o Governo da República da Índia devem cooperar estreitamente um com o outro sobre questões relacionadas com os seus interesses nacionais. Nenhum dos Governos deve permitir o uso de seu território para atividades prejudiciais à segurança e aos interesses do outro*". O Tratado sublinha, ainda, o seguinte: "*Reafirma-se o respeito pela independência do outro, a soberania e a integridade territorial*", elemento que estava ausente na versão anterior. O Tratado de Amizade Indo-Butão de 2007 reforça o *status* do Butão como uma nação independente e soberana.

A política externa do Butão é baseada nos princípios da paz, prosperidade, cooperação e amizade para com todas as nações. De forma a garantir a paz e a segurança dos cidadãos, o país está comprometido com um sentido de lealdade, enquanto nação integrada num todo. Ao mesmo tempo, o país compromete-se a respeitar as leis e tratados internacionais e encoraja que as disputas internacionais sejam resolvidas de forma pacífica, de maneira a promover a paz e segurança internacional.

Enquanto objetivos da política externa, o Butão deseja manter a segurança nacional; promover a paz e segurança mundial e internacional através do diálogo com a comunidade internacional; promover e contribuir para o entendimento e cooperação internacional, com base no princípio da coexistência pacífica. A nível económico e comercial, espera poder desenvolver e expandir benefícios regionais, multilaterais, económicos e cooperação no comércio; contribuir para o desenvolvimento de uma economia sustentável e dinâmica através da mobilização de recursos externos.

Para tal, o Governo Real do Butão tem procurado desenvolver e manter as relações de amizade com todos os países e regiões. Ao mesmo tempo, o Butão considera que assume um papel ativo enquanto membro responsável da comunidade internacional. Os objetivos da política externa têm sido cumpridos ao manterem-se os parceiros informados sobre os desenvolvimentos do país via missões diplomáticas e embaixadas. O Governo Real do Butão organiza ainda visitas a vários níveis, seminários internacionais e conferências, bem como exposições culturais e religiosas sobre o país, ao mesmo tempo que participa em reuniões bilaterais e multilaterais ao mais alto nível.. Há

ainda a preocupação por cooperar com os *media* regionais e internacionais de forma a promover um maior conhecimento sobre o país.

Na atualidade, o Butão conserva relações diplomáticas com 52 Estados, e com a União Europeia. O país desenvolveu relações internacionais sobretudo após a sua admissão (patrocinada pela Índia) nas Nações Unidas em 1971, não tendo, no entanto, qualquer relação diplomática com nenhum dos membros permanentes do Conselho de Segurança que constituem a mesma organização. Em 1981 passou a fazer parte também do FMI (Fundo Monetário Internacional), da Organização Mundial de Saúde e, em 1982, da UNESCO. O Butão é igualmente membro ativo do SAARC e, na globalidade, é membro de 45 organizações internacionais. Nos termos do artigo 20º da Constituição do Butão promulgada em 2008, as relações internacionais do Butão estão sob a alçada da Druk Gyalpo no aconselhamento do Executivo ao Primeiro-ministro e outros ministros do Zhungtshog Lhengye, incluindo o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

2.6.1. De que forma se relaciona o Butão com seus vizinhos regionais?

Para além das relações diplomáticas com a Índia, o Butão mantém relações de cariz diplomático com outros seus vizinhos, partindo sempre da premissa que no centro das mesmas se encontra a política de expansão económica, através do alargamento das trocas comerciais, bem como a preocupação em conceder aos seus profissionais um elevado nível de conhecimento nas mais diversificadas áreas, bem como a modernização técnico-científica do país.

2.6.1.1. Relações com o Bangladesh

Desde logo, o Butão mantém relações com o Bangladesh que resultam quer da vertente comercial, onde as trocas com Bengala permitem o escoamento dos seus produtos para sul, quer da vertente religiosa visto Bengala continuar a inspirar os butaneses através da hierarquia de Drukpa Kagyu.

Por outro lado, o Butão foi um defensor e simpatizante do movimento de independência do Bangladesh. O rei despojado da sua ostentação visitou pessoalmente o campo de

refugiados em Calcutá, tendo manifestado a sua simpatia e apreço pelos refugiados indefesos.

Como prova disso, o rei assim que regressou ao seu país mobilizou-se no sentido de constituir fundos de apoio aos refugiados bem como procedeu a donativos. Aliás, a 7 de dezembro de 1971, após um dia da Índia ter reconhecido o Bangladesh como independente, o Butão seguiu-lhe os passos e reconheceu-lhe também a independência. A transformação do Bangladesh como estado independente e seu vizinho foi um passo positivo para Butão.

Logo após, o ministro dos negócios estrangeiros butanês visitou o Bangladesh, em 1972, tendo emitido um comunicado em que anunciou o estabelecimento de relações diplomáticas, ao nível da embaixada, concretizando os pontos de vistas que os dois países partilhavam.

Os representantes de ambos os países foram aceites por Nova Deli, e, em 1973, foram designados embaixadores. O rei visitou em 1974 Daca onde foram discutidos assuntos sobre os benefícios mútuos da cooperação económica e comercial entre ambos os países.

Para além da Índia, o Bangladesh é o único país em que o Butão mantém uma embaixada fixa.

Em 1980, estabeleceu-se entre os dois países um acordo de comércio bilateral, facilitado pela posição da Índia em facilitar a utilização das suas vias de comunicação para o desenvolvimento do comércio entre o Butão e o Bangladesh. A partir daí, o volume comercial entre os dois países aumentou significativamente. O porto de Chittagong no Bangladesh passou a constituir uma importante ligação para o comércio ultramarino butanês. Nos termos do acordo comercial celebrado permitiu elevar a quantidade de produtos do Bangladesh autorizados a entrar no Butão enquanto as exportações do Butão poderiam constituir até 50% das necessidades do Bangladesh. Nestes termos, o Bangladesh tornou-se o maior mercado de exportação do Butão, designadamente quanto a fruta. Por seu lado, o Bangladesh torna-se um importante fornecedor de alimento, medicina, fertilizantes, peixe seco, celofane, utensílios da casa e de automóvel e peças para máquinas, entre outros.

A partir de 1980, as relações entre ambos os países intensificaram-se ao nível quer do apoio do Bangladesh no desenvolvimento da rede de transportes aéreos, quer ao nível da educação superior nas áreas da medicina, engenharia e agricultura.

Poderemos assim concluir que desde 1980 se celebraram acordos bilaterais entre os dois países que englobaram o acordo de comércio de 1980, e o protocolo ao acordo de comércio em 1984; o acordo de cooperação económica e técnica em 1984; o acordo de serviços aéreos e o acordo de cooperação Cultural.

“Besides these formal ties, relations between the two countries have benefited from, among others, Bhutan’s enthusiastic response to the formation of SAARC as proposed by Bangladesh’s former President Zia; the support extended to Bangladesh’s candidatures in several international bodies; the provision of material support to Bangladesh in the aftermath of natural disasters, etc. Besides geographical proximity, there are economic and other reasons for Bhutan establishing bilateral relations with Bangladesh. For Bhutan, Bangladesh provides an alternative market, and a source as well as outlet for Bhutanese goods through its major seaports. Over the years, its relation with Bangladesh has reduced exclusive dependence on India and helped Bhutan diversify its trade and political relations.”¹³⁵

2.6.1.2. Relações com as Maldivas

A ilha das Maldivas possui uma área de 1.566.500 quilómetros quadrados. Em 1968 transformou-se numa república e o seu presidente foi indigitado em 1978.

¹³⁵ In Monography 2004 - **Economic and Political Relations Between Bhutan and Neighbouring Countries**, A Joint Research Project of The Centre for Bhutan Studies (CBS) and Institute of Developing Economies, Japan External Trade Organization (IDE/JETRO).

As relações diplomáticas formais entre Bhutan e a república das Maldivas estabeleceram-se em 20 de julho de 1984, através da indigitação do embaixador butanês no Bangladesh para exercer funções de embaixador nas Maldivas e do embaixador das Maldivas, colocado no Sri Lanka, para exercer funções no Butão.

Em 1987, durante a visita do presidente das Maldivas Maumoon Abdul Gayoom ao Butão foi celebrado um acordo de cooperação cultural. Foi também acordada a livre circulação de pessoas entre os dois países.

Ao nível da cooperação técnica, foram celebrados acordos de formação de recursos humanos de enfermagem através do real Instituto de Ciências do Butão, com o patrocínio do World Health Organization (WHO).

A partir de 1987 foram desenvolvidas várias visitas entre representantes oficiais do Butão e das Maldivas.

O rei King Jigme Singye participou na quinta e nona cimeiras do SAARC realizadas em Male, e o presidente Maumoon Abdul Gayoom visitou o Butão em 1987 para além das visitas que fez em 1991 e 1998 na qualidade de presidente da SAARC.

Já anteriormente, em 1987, o representante do rei para o ministério das finanças do Butão, em representação do rei, Ashi Sonam Choden Wangchuck visitou o Male, tendo como missão prestar uma contribuição de um milhão de Nu para as operações de socorro resultantes do desastre provocado por um maremoto.

2.6.1.3. Relações com o Nepal

Como dois países situados nos Himalaias, o Butão e o Nepal partilham vários aspetos em comum, tais como o facto de constituírem dois Estados-tampão entre a China e a Índia, designadamente após a tomada do Tibete pela China.

Embora as relações entre os dois países tenham sido estabelecidas em 1983, ainda que não a nível da existência de uma embaixada, a questão dos acampamentos de refugiados no Nepal culminou no cancelamento das relações bilaterais a partir de 1990. Apesar disso, existe potencial a desenvolver, designadamente a nível da cooperação nas áreas de comércio, dos serviços, da técnica, da cultura, entre outras.

Em 7 agosto de 1990, o Bhutan e o Nepal assinaram um acordo de serviços aéreos, em que a companhia aérea Druk passou a efetuar dois voos semanais a partir de Kathmandu.

Ao longo dos anos, os butaneses beneficiaram das relações de amizade por parte do Nepal para a cooperação na produção animal, bem como nos ensinamentos e *workshops* patrocinados pela Nações Unidas, pelo SAARC, e por outras organizações regionais e internacionais.

A cooperação estendeu-se também ao desporto em que o Nepal se encontra mais avançado.

Apesar do comércio entre os dois países não ser muito representativo, as exportações do Butão consistiram principalmente no carvão, pelo menos até 1987, altura em que os preços dos produtos indianos passaram a ser mais competitivos. As importações do Nepal incidem essencialmente em calçado, roupa, sabão e cerveja.

Apesar disso, não existe nenhum organismo oficial que regule o comércio entre os dois países, sendo certo que ambos se regem pelos acordos de comércio e livre circulação de bens que celebraram com a Índia.

Em 14 de março de 2003, a Câmara de comércio e indústria do Butão bem como a Federação Nacional de Comércio e Indústria do Butão assinaram um memorando de entendimento realçando os benefícios comuns da cooperação económica.

De igual forma, a Associação de Construção do Butão encontra-se num processo de assinatura de um memorando de entendimento com a Federação da Associação de Contratantes do Nepal no sentido de promover a cooperação e entendimento entre os setores privados dos dois países.

No intuito de promover o turismo entre os dois países, foi assinado um memorando de entendimento, em 3 de maio de 2003, entre a Associação de Operadores Turísticos do Butão e a Associação de Agentes de Viagens do Nepal. O memorando prevê o desenvolvimento concertado do turismo na região dos Himalaias, estreitando a aliança e alteração de programas turísticos, através do estabelecimento de Kathmandu e Paro como destinos comuns.

Na verdade, o Nepal continua a representar para os butaneses um destino de peregrinação pelos imensos locais sagrados budistas, bem como o local onde terá

nascido o Deus Buda. A forte componente cultural budista do Nepal constitui uma referência para os butaneses que regulam vários aspetos da vida em sociedade no Butão. As visitas oficiais, por representantes dos dois países, têm-se mantido constantes ao longo dos anos, com incidência em 2003.

2.6.1.4. Relações com o Paquistão

As relações diplomáticas não residentes entre os dois países foram estabelecidas em 1988. O Paquistão foi o último país do SAARC com quem o Butão estabeleceu relações diplomáticas.

Depois de 1994, o embaixador do Bhutan para o Bangladesh foi indigitado como o embaixador não residente para o Paquistão

Enquanto não existir um elevado grau de cooperação bilateral entre os dois países, as interações ocorrem através do SAARC e de organizações internacionais. Os butaneses têm frequentado vários programas, ensinamentos e cursos no Paquistão. Além dos programas financiados pelo SAARC e pelo governo paquistanês. A UNICEF, a UNDP, a UNESCO, o Banco Mundial e a organização suíça de desenvolvimento – Helvetas - têm, até à data, feito esforços para proporcionar ao Butão a frequência de seminários e *workshops* no Paquistão.

Com o passar dos anos, foram feitas visitas oficiais a vários níveis entre os dois países através dos embaixadores acreditados, que apresentaram as respetivas credenciais, e em relação a assuntos do SAARC, assim como ao nível das reuniões levadas a cabo pelas agências das Nações Unidas.

2.6.1.5. Relações com o Sri Lanka

O Butão tal como o Sri Lanka, como membros do SAARC, partilham das mesmas preocupações. As relações diplomáticas não residentes entre os dois países foram estabelecidas em 1987, através do embaixador do Sri Lanka acreditado em Nova Deli, e indigitado para o Butão e o embaixador butanês em acreditado em Daca e indigitado para o Sri Lanka.

Os dois países têm mantido interação modesta e cooperam desde 1985, altura em que Thimphu serviu de mediador nas conversações entre os representantes do governo de Sri Lanka e seis grupos de Tamil, incluindo a Frente Unida para a Libertação de Tamil.

Sob a égide do Programa de Ação SAPTA (South Asian Preferential Trade Arrangement), o Sri Lanka tem concordado em conceder ao Butão uma taxa tarifária especial para a importação de maçãs, bem como feito concessões para o comércio de laranjas, produtos processados de fruta, e produtos de madeira. Do mesmo modo, Butão tem concordado em fazer concessões na importação de pneus, chocolates e pedras semipreciosas do Sri Lanka.

Ao nível da educação inúmeros butaneses (cerca de 200 até em 2004) têm desde 1982 usufruído de oportunidades de fazer formação a curto, e alguns, a longo prazo, bem como oportunidades de estudo no Sri Lanka, e cujo financiamento é feito por agências multilaterais, bem como pelos governos do Butão e Sri Lanka. O governo do Sri Lanka tem patrocinado formação a cidadãos butaneses, nas áreas de Planeamento e Gestão, Técnicas de Radiodifusão, Estatísticas Sociais, Gestão de Escolas, Gestão de Recursos Humanos, e Pós-Graduação em Medicina.

Do exposto poderemos concluir que a estratégia de desenvolvimento do Butão reflete o reconhecimento dos benefícios da globalização¹³⁶ e o aumento da participação no

¹³⁶ Ainda assim, em 2001, o ministro dos negócios estrangeiros do Butão, considerava que no campo económico, a globalização passou a significar a supremacia das forças de mercado através de um conjunto de regras. Segundo ele, estes são estabelecidos na premissa de que os governos nacionais são ineficientes, e seus regulamentos um obstáculo à livre circulação de bens, serviços e capital, que trazem consigo a promessa de crescimento e prosperidade. O objetivo principal dessas regras é, portanto, invalidar e dismantelar as leis e regulamentos nacionais e promover a liberalização do mercado. A Organização Mundial do Comércio - a ideia do mundo industrializado - foi criada para o efeito, com viata a presidir o livre comércio.

Na visão do mundo em desenvolvimento, os países industrializados lideram o processo de estabelecimento destas regras - apenas para não as seguir. A fim de manter a sua liderança contra a concorrência internacional em áreas cruciais, eles resistiram aos movimentos de liberdade de circulação de trabalhadores; insistiram em universalizar padrões trabalhistas e instituíram práticas anti-dumping. Eles fixaram quotas de vestuário e restringiram a transferência de conhecimento e tecnologia. Isto levou os críticos da globalização alegar que a liberalização é unilateral. O Centro do Sul observou que, enquanto a liberalização é amplamente aceite entre os países industrializados com tarifas muito baixas sobre a maioria dos bens fabricados, os países em desenvolvimento continuam a ser confrontados com tarifas mais altas, especialmente no que diz respeito às suas exportações mais valiosas - agricultura e os têxteis.

Acrescentou, ainda, que demorou 30 anos para os países ricos concordar em abrir os seus mercados às exportações de têxteis e vestuário dos países do sul. Mesmo que o acordo ainda precise de ser implementado. Por isso, o clichê muitas vezes repetido acerca da existência de um "level playing field". Para o referido ministro, isso evoca uma imagem do pequeno Davi a enfrentar a ira do poderoso Golias. Além disso, é comum e válida a acusação de falta de transparência no que diz respeito à maneira como as regras são negociadas. Normalmente, os países em desenvolvimento reagem a esta situação com

comércio internacional, no entanto, a primeira advertência contra liberalização impulsiva, o que demonstra que o caminho a trilhar em direção à abertura a sua economia foi gradual e que teve sempre em consideração a preservação da sua herança cultural. Nos últimos 40 anos, as relações bilaterais e multilaterais do Butão aumentaram significativamente. Diferentemente da relação que o Butão estabeleceu com a Índia, caracterizada pela sua consistência e progressividade, as relações comerciais com o Bangladesh e com o Nepal têm sido graduais mas com perspectivas de expansão nos próximos anos. O comércio com os países fora da região tem merecido também a atenção do Butão. Por sua vez, a formalização das relações comerciais com a Tailândia poderá contribuir para facilitar a expansão comercial na região.

O desenvolvimento do setor externo do Butão continua a ser crucial, já que dele depende o desenvolvimento socioeconômico do país. Os ganhos econômicos poderão aumentar e consolidar-se através do alargamento e aprofundamento das suas relações comerciais dentro e fora da região.

No entanto, as duas principais fontes de desenvolvimento, ou seja, a ajuda externa e o aumento dos lucros resultantes da exportação de energia elétrica, sugerem uma dependência ainda elevada da economia nacional dessas fontes e, assim, a sua vulnerabilidade. Assim, o Butão não pode ignorar os benefícios que poderão advir da expansão e diversificação das suas relações comerciais.

Para tal desiderato, o papel das organizações internacionais será de extrema importância, visto existirem limitações ou entraves à fruição desses benefícios, por parte do Butão, tais como mão-de-obra pouco desenvolvida, necessidade de adquirir novos conhecimentos técnicos (*know-how*), implementação de um centro de gestão de dados, entre outros, que poderão ser colmatados com o potencial dos países que integram essas organizações.

2.6.2. Extradução: que políticas?

discórdia, frustração e submissão. Disponível em http://www.opendemocracy.net/globalization-vision_reflections/article_280.jsp [Consul. em 07-12-2013]

Em matéria de extradição, o Governo do Butão tem legislação sobre que versa a extradição de criminosos, dentro e fora do país. Qualquer nação com ou sem relações formais com o Butão pode solicitar a extradição de fugitivos escondidos no país. A lei da extradição reclama todas as provas e informação relevantes sobre o acusado, para depois serem remetidas para o Supremo Tribunal do Butão. O Tribunal pode, em seguida, emitir uma intimação, inquirir e recolher provas, retendo o acusado por um máximo de 30 dias. Como alternativa, o Governo Real pode remeter a questão para os tribunais para julgamento dentro do Butão. O país impõe punições para crimes cometidos em geral e por crimes cometidos noutros Estados. As ofensas são consideradas de acordo com a gravidade. Os casos de extradição incluem o homicídio, roubo, falsificação e contrabando. Todos os crimes no Butão são puníveis com um mínimo de três anos de prisão.

O Governo do Butão prepara-se, no entanto, para recusar pedidos de extradição, se o Governo Real ou os seus tribunais determinarem que a pessoa se encontra indiciada pela prática de um crime político.

2.6.3. Terrorismo Internacional e a questão dos refugiados

No que respeita à questão do terrorismo internacional, nas palavras de Gunter Rudzit,

“ O terrorismo não é um fenómeno recente no cenário internacional, ele é quase tão antigo quanto a humanidade. No ano três a.C. já tivemos um exemplo claro do fenómeno quando um grupo de judeus assassinou aleatoriamente transeuntes em Jerusalém com o intuito de tentar promover uma revolta da população contra a ocupação romana. Contudo, somente com a Revolução Francesa é que surgiu o terrorismo com os contornos políticos que conhecemos hoje (Cronin, 2002-03, p. 34). Nos primeiros doze anos do pós Guerra Fria (de 1990 a 2001), cinquenta e sete grandes conflitos aconteceram em quarenta e cinco países. Na primeira metade desse período, o

número de conflitos em qualquer ano esteve entre vinte e oito a trinta e três. Desde 1998 o número de conflitos se manteve ao redor de vinte e cinco por ano. No ano de 2003, conflitos estavam ocorrendo em lugares tão díspares como: Afeganistão, Argélia, Burma, Burundi, Colômbia, Costa do Marfim, Filipinas, Índia, Indonésia, Iraque, Israel, Paquistão, República Democrática do Congo, Rússia, Somália, Siri Lanka e Sudão, dentre outros (Eriksson, Sollenberg e Walesteen, 2002, p. 63-76). Portanto, quase todos os mais sangrentos conflitos nesse período foram intra-estatais ou intra-estatais com implicações regionais, sendo que somente quatro podem ser chamados de conflitos interestatais convencionais: Guerra do Golfo de 1991, a guerra fronteiriça entre Etiópia e Eritreia, entre 1998 e 2000, o conflito de Kargil, entre Índia e Paquistão, em 1999, e a Guerra do Iraque, em 2003. Portanto, o predomínio de conflitos intra-estatais é significativo”¹³⁷.

Quanto às questões de terrorismo, o Butão mantém uma cooperação estreita com a Índia, no que respeita à expulsão de indígenas separatistas de Nagaland. Os movimentos separatistas Nagalang apareceram após a independência da Índia, em 1947, e reivindicam a sua independência e soberania.

Em matéria de refugiados, vários são os países que têm tentado contribuir para resolver a questão dos refugiados butaneses de origem nepalesa. Assim, os EUA ofereceram-se para acolher 60 mil dos 107 mil refugiados butaneses de origem nepalesa que agora vivem em sete campos de refugiados das Nações Unidas, no sudeste do Nepal. Seis outras nações: Austrália, Canadá, Noruega, Holanda, Nova Zelândia e Dinamarca ofereceram-se para receber, cada um, 10 mil refugiados. A Noruega instalou 200 refugiados butaneses, e o Canadá concordou em aceitar no máximo 5.000 refugiados até 2012.

¹³⁷ RUDZIT, Gunter - **O debate teórico em segurança internacional - Mudanças frente ao terrorismo?**, pp. 316-317.

Em todo o caso, esta análise do Butão moderno não se mostra completa se não se tomar em linha de conta o contexto internacional em que o país se insere. Ora, a realidade internacional do Reino do Butão é indissociável da análise das suas relações com os seus poderosos vizinhos, China e Índia ou das relações destas duas potências entre si. Assim, no capítulo que se segue, procurar-se-á estudar a forma como o país se relaciona quer com a Índia quer com a China, e estes entre eles, de forma a melhor poder situar o Butão na atual ordem mundial.

2.7. Modernização militar: opção ou necessidade?

Não obstante a forte preocupação pelo desenvolvimento das relações económicas e diplomáticas entre os países da SAARC, e ainda, o forte pendor religioso e pacifista que caracteriza o povo butanês, o Butão continua a surpreender a comunidade internacional ao anunciar um grande programa de modernização e desenvolvimento das suas capacidades militares.

O comandante das forças militares terrestres, General Mekash Suljiny, confirmou que as forças militares do país estão a ser inteiramente revista, reestruturada e modernizada, com vista a aumentar a sua capacidade de resposta, tanto em termos de números como em termos de qualidade. E, apesar do país não ter litoral, desejam constituir uma marinha militar.

Segundo o referido comandante "*We can't defend the entire country with the 19 catapults and 36 ballistas that we have now as our only equipment(...)*". "*Our elite horsebowmen regiment, the pride of our army, gets laughed at by the Indian soldiers when we participate in joint military exercises with them. They should be feared! It is time our country's existence stops lying entirely on our neighbor's good will*".¹³⁸

A expansão da capacidade militar do Butão não tem passado despercebida às grandes potências mundiais. O próprio Comitê de Inteligência Militar do Pentágono está cada vez "extremamente preocupado" com a crescente dimensão da frota ofensiva de submarinos por parte do regime do Butão, que pode chegar a números tão elevados

¹³⁸ Disponível em <http://worldnewsdailyreport.com/tag/military/> [Consul. em 05-12-2013]

como 80 navios de combate de propulsão nuclear antes do final do ano, de acordo com fontes da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Segundo o mencionado Comitê,

*“Considering the country is entirely landlocked, we don’t see how these subs could be considered defensive” says Senior Pentagon Intelligence Advisor, Rick O’Leary. “We used to see this tiny country as a pacifist trading partner, but they recently took a 180-degree turn that is rising a lot of alarms. They reinforced their links with North Korea and launched a great military development program that seems to have no limits!”*¹³⁹

Ainda assim, os países vizinhos não se têm mostrado preocupados com o assunto, visto considerarem que não tendo acesso ao mar, não será possível proceder ao lançamento de qualquer navio.

As preocupações ao nível da modernização e desenvolvimento da capacidade militar do Butão parecem demonstrar que, por um lado, o país pretende cada vez mais defender uma identidade própria, por outro, precaver-se quanto a futuras ações dos grupos separatistas que se encontram ativos na Índia¹⁴⁰, que, designadamente, em 2003-2004 estabeleceram bases no sul do Butão, tendo feito desafios e ultimatoss para saírem do

¹³⁹ Disponível em <http://worldnewsdailyreport.com/bhutans-growing-submarine-fleet-raises-alarm-in-u-s/> [Consulta em 05-12-2013]

¹⁴⁰ Sinal da existência de movimentos ou grupos separatistas é a criação pela Índia de de cinco novos postos avançados de fronteira, ao longo da fronteira indo-Nepal e de 18 novos Border Out Posts BOP), ao longo da fronteira Butão, em julho de 2013. A criação desses 23 novos postos de fronteira e a colocação de tropas adicionais ao longo de suas fronteiras com o Nepal e o Butão visam verificar de forma eficaz a entrada de criminosos e coibir o contrabando de armas. A proposta esteve em projeto durante algum tempo e a decisão sobre a proposta foi tomada em 7 de julho de 2013 após os atentados de Bodh Gaya, em Bihar. Um contingente armado de pessoal paramilitar, oriundo das forças armadas da polícia central - Sashastra Seema Bal (Special Service Bureau) - foram colocados nesses novos postos. A força total de tropas em ambas as fronteiras é de aproximadamente 21.500 pessoas, o que representa cerca de 22 batalhões. Com a criação desses postos, a Índia tem agora um total de 455 postos de fronteira ao longo da fronteira com Nepal, e um total de 160 de centros de vigia ao longo da fronteira com o Butão. Os postos de fronteira foram equipados com dispositivos de vigilância. Disponível em <http://www.dnaindia.com/india/report-india-creates-23-new-border-posts-along-nepal-bhutan-1876109> [consulta em 05-12-2013].

país, e que acabaram por abandonar o país com o apoio das forças armadas indianas, numa operação denominada de “All Clear”. É que na verdade, desde a independência da Índia, em 1947, vários têm sido os conflitos que têm surgido naquela região, encabeçados por movimentos separatistas que defendem a sua independência da Índia, com incidência na questão de Caxemira (conflito entre a Índia e o Paquistão), nas reivindicações da Frente de Libertação de Assam, entre outras¹⁴¹ ¹⁴². Como refere Gunther Rudzit,

“Assim, as vulnerabilidades internas dos Estados não desenvolvidos são as principais causas para o elevado número de conflitos em diversas partes do globo abrangidas por esses países. As fissuras internas destes países têm ajudado na transformação desses conflitos internos em disputas interestatais, pois elas provêm as oportunidades e justificativas para Estados intervirem em disputas de seus vizinhos. Portanto,

¹⁴¹ Segundo Rajesh Kharat, desde o início da década de 1990, muitos militantes de Assam, especialmente oriundos da Frente Unida de Libertação de Assam (ULFA) e da National Democratic Front of Bodo (NDFB), refugiaram-se no Butão. Atualmente, esses militantes representam alguns milhares de quadros e incluem membros do “Bodo Liberation Tigers Force” e da “Kamatpuri Liberation Organization” (KLO). A localização geoestratégica e o relevo montanhoso do Butão proporciona-lhes um local seguro. A exigência básica dessas organizações é conseguir a independência da Índia. Para enfrentar o desafio separatista dos militantes de Assam e os seus esconderijos na zona da fronteira indo-Butão, Nova Delhi propôs-se a iniciar uma operação conjunta do exército Indo- Butão para expulsar esses militantes do Butão.

A reação de Thimphu à ameaça de militantes anti-Índia tem sido irregular. A sessão 78 da Assembleia Nacional do Butão realizada em junho de 2000 aprovou uma resolução que contém um plano de ação de quatro pontos para expulsar os rebeldes do Território butanês: cortar o fornecimento de ração para os militantes; punir todos os grupos e indivíduos que ajudem os militantes, invocando a Lei de Segurança Nacional; prosseguir com o processo de diálogo com os militantes fazendo com que saiam pacificamente e no caso de todos os esforços falharem, tomar como última medida a intervenção militar. No entanto, o Butão receia que as operações militares indianas para banir esses militantes possam vir a dificultar as relações sino-butanesas. Qualquer assistência militar ao Butão, a partir de Nova Deli, poderá fazer com que a China exija que suas tropas protejam não só o fronteira com o Butão, mas também que prestem ajuda à Guarda Real Butanesa, com vista a evitar a entrada ilegal de pastores tibetanos no Butão. Para Thimphu seria difícil dizer não a Pequim, se permitiu anteriormente que forças indianas no Butão para lidarem com a ULFA.

Essa situação pode representar para o Butão um sério revés para a proteção da sua integridade territorial, soberania e qualidade de Estado independente na região.

Na verdade, a ULFA, e outras organizações anti Índia, também representam uma ameaça direta para o Butão.

¹⁴² KHARAT, Rajesh - *Bhutan's security scenario, Contemporary South Asia*. 13:2, pp. 171-185, 2004

a principal causa dessa situação ocorre em decorrência das debilidades desses Estados.”¹⁴³

Ora, numa região onde a qualquer momento afloram conflitos de índole étnica, religiosa ou territorial, ao Butão resta acautelar-se, tentando conservar a sua identidade como país independente, aos olhos da comunidade internacional, desenvolver as suas relações económicas e contribuir para alguma paz e equilíbrio na região, no entanto, sem esquecer que também deverá olhar para as questões da segurança nacional¹⁴⁴ como uma das prioridades estratégicas do país. As decisões tomadas pelo Butão, nesta matéria, poderão também significar que o país pretende e sente a necessidade de fazer diminuir o grau de dependência militar que têm com Índia, quanto à repressão de grupos de insurgentes que utilizam o seu território, como forma de retaliação contra a Índia, ao mesmo tempo evitando que a China pretenda seguir o exemplo da Índia, e coloque tropas suas no território butanês, com vista a controlar entrada de tibetanos ilegais no Butão, colocando em causa a sua soberania e independência territorial e política.

3. Relações Butão-Índia

3.1. Breve enquadramento da realidade histórica indiana

Antes de nos determos sobre o tema concreto das relações indo-butanesas, e após termos efetuado uma contextualização histórica e moderna do Butão, teremos de compreender também e um pouco melhor a contextualização histórica da Índia. Embora sem a minúcia emprestada à busca das raízes do atual Butão, importa compreender a origem, os objetivos e a realidade política e diplomática da Índia.

¹⁴³ RUDZIT, Gunther - **O debate teórico em segurança internacional: Mudanças frente ao terrorismo?**, p. 305

¹⁴⁴ Para Gunther Rudzit os prolemas de segurança dos países não desenvolvidos “ (...) são a falta de legitimidade das suas fronteiras, instituições e regimes; coesão social inadequada e ausência de consenso da sociedade em assuntos sociais, económicos e organização política. Portanto, os países não desenvolvidos tendiam a se sentir mais ameaçados do que os de primeiro mundo, já que para eles as maiores ameaças partem muitas vezes de dentro do seu próprio território, sendo que para os desenvolvidos, normalmente, elas só vêm de fora de suas fronteiras.”, op. cit., p. 306

O atual território indiano compreende toda a península do Decã, entre o Golfo de Bengala, a este, e o mar Árábico, a oeste, boa parte do Indostão, a planície anglo-gangética, limitada pela China, Nepal, Butão, a norte, pelo Myanmar e pelo Bangladesh, a nordeste, e pelo Paquistão, a oeste. A dimensão territorial e, sobretudo, a dimensão geográfica, com quase um sexto do total da população mundial, fazem da Índia um autêntico subcontinente, quer pela sua história plurimilenar, quer pela extraordinária variedade geográfica.

A diversidade de línguas, culturas, religiões, etnias, que existem na Índia muito se deve a uma série de invasões e incursões que se deram neste território muito antes da chegada dos britânicos. A Índia estaria, desde o paleolítico, ocupada por uma civilização que se dedicava ao cultivo e à domesticação animais. Ainda antes das pirâmides serem construídas no Egito, a Índia estava habitada pelos Drávidas¹⁴⁵, um povo civilizado, construtor de cidades ao longo do Vale do Indo.

Por volta de 1500 a.C. foi invadida pelos arios, vindos da Ásia Central. A divisão do território entre o norte drávido e o sul ario, ainda hoje se mantém. As conquistas do macedónio Alexandre “o Magno” e do persa Dário, permitiram o estabelecimento de contactos entre o mundo grego e o indiano. No século IV a.C. Chandragupta subiu ao trono de Maghada, formando o primeiro império Índio, o de Maurya, que os seus sucessores estenderam pelo Deccán.

Com a morte de Asoka, o império fracionou-se em vários reinos independentes. Uma vez findo este império, os Gregos da Bactriana invadiram o território e instituíram o reino de Sangala. Seguiu-se um período de anarquia, que terminou por via de inúmeras guerras e matrimónios. A dinastia Gupta veio revigorar a política e a cultura da altura, colocando todo o norte da Índia debaixo da sua influência. Contudo, o império foi derrubado pelos Unos brancos ou Eftalistas.

O ano de 711 marca o começo do primeiro intento militar do Islão na Índia. Uma vez mal organizados e governados pelos príncipes, uma série de invasões sucederam-se com o culminar do domínio Mongol. No Século XI, o norte da Índia foi conquistado pelos turcos, que introduziram o Islamismo. No Século XIII, os afegãos fundaram um reino muçulmano em Bengala. Nos princípios do Século XVI, constituiu-se, graças a Babar, o império do grande mongol com a capital em Delie Agra.

¹⁴⁵ Grupos étnicos que falam qualquer dos idiomas de uma grande família linguística não indo-europeia no sul do subcontinente indiano

Jahangir e Shan terminaram a conquista territorial da Índia, apesar dos conflitos com os rajputs, os mahrattas e os persas. Paralelamente, as companhias europeias, mediante as suas campanhas comerciais criaram feitorias e estabelecimentos ao largo da costa, penetrando cada vez mais para o interior. Primeiro Portugal¹⁴⁶ e, posteriormente, a Grã-Bretanha, a França e a Holanda. Estas potências lutaram pelo monopólio do comércio hindu, apesar de fracassarem na cristianização da península.

3.2. Colonialismo britânico

A história colonial da Índia começou no século XVIII e estendeu-se até ao século XIX. A independência resultou na divisória territorial pelo Raja britânico em três Estados: Índia, Paquistão e Bangladesh.

Nos finais do século XVIII, os ingleses começaram a colonizar a Ásia, apossando-se da Índia. Em 1766/67, James Rennel¹⁴⁷ pesquisou parte da fronteira do Butão, ao mesmo tempo que se mapeava Bengala. Em 1727 registou-se o primeiro envolvimento dos ingleses com o Butão. Um dos primeiros contatos que os britânicos estabeleceram com o Butão deu-se quando os pretendentes ao trono de Cooch Behar¹⁴⁸ apelaram ao apoio da Companhia das Índias Orientais para expulsar os butaneses do território que haviam raptado o rei.

Uma vez que a iniciativa da referida companhia era meramente comercial, os oficiais decidiram ajudar apenas quando o líder deposto de Cooch Behar se ofereceu para pagar metade dos gastos do Governo britânico. Em 1772, o Governador britânico de Bengala, Warren Hastings, enviou tropas indianas e armamento para Cooch Behar e, apesar das severas baixas, expulsou os butaneses, devolvendo o trono ao rei. Contudo, Cooch Behar pagou um preço demasiado alto pela assistência pois não só foi obrigado a pagar 50.000 rupias, como em 1773 teve que assinar um tratado onde cedeu poderes substanciais e receitas futuras à Companhia das Índias Orientais.

¹⁴⁶ O colonialismo europeu na Índia iniciou-se em 1498, com o desembarque de Vasco da Gama na costa de Malabar. Goa transformou-se na mais importante base portuguesa na Índia, no entanto, os holandeses e franceses rivalizaram pelo controlo comercial da região até serem afastados pelo Império Britânico.

¹⁴⁷ James Rennel, de origem inglesa, foi um geógrafo, historiador e um pioneiro da oceanografia.

¹⁴⁸ Principado a sul do Butão, no leste indiano, onde atualmente está o Estado de Bengala.

Os britânicos empurraram os butaneses para as colinas e seguiram-nos até ao Butão. Os britânicos ganharam uma das mais importantes guerras em 1773 na guarnição de Chichacotta (atualmente Khithokha) nas colinas orientais que agora é Phuentsholing. Uma segunda batalha foi travada perto de Kalimpong, em Abril do mesmo ano. As tropas butanesas eram lideradas pelo 16º desi, que foi deposto após a segunda derrota. Ao desejar chegar a acordo com os britânicos, o novo desi apelou por assistência ao Lama Panchen no Tibete. O Lama escreveu uma carta, que os britânicos descreveram como sendo amistosa e inteligente, e que foi enviada para Calcutá por um peregrino indiano.

Por sua vez, os britânicos mais interessados em estabelecer relações com o Tibete do que em resolver a querela com o Butão, concordaram aceitar o pedido tibetano. Como consequência, o Butão e os britânicos assinaram um tratado de paz em Calcutá em 1774. Neste tratado, o desi comprometeu-se a respeitar o território da Companhia das Índias Orientais e permitiu que a companhia cortasse madeira das florestas do seu país. Os britânicos devolveram o território que tinham conquistado aos butaneses.

Por seu lado, a Companhia das Índias Orientais não perdeu tempo a enviar comerciantes ao Tibete. Em Maio de 1774, o escocês de 28 anos de idade George Bogle (fazia parte da companhia há apenas cinco anos),¹⁴⁹ organizou uma expedição ao Tibete, através do Butão. O grupo passou algumas semanas no Butão à espera de permissão para entrar no Tibete, até finalmente terem reunido com o Lama Panchen em Tashilhunpo. O encontro foi uma jogada ousada, que resultou em eventuais e promissoras trocas comerciais.

A missão de Bogle era de extrema importância e raramente se viajava com tão pouca proteção por uma região sobre a qual tão pouco se sabia. A missão deixou a Índia a 9 de junho de 1773, sem mapas concluídos e depois de algum tempo no Butão, chegou ao Tibete. Nos anos seguintes, duas pequenas expedições viajaram até ao Butão. Em 1776, o Dr. Alexander Hamilton liderou um grupo até Punakha e Thimphu e outra no mesmo ano para discutir as reivindicações butanesas sobre Ambari Falakati, e para consolidar os direitos de livre-trânsito entre o Butão e o Tibete, que já tinham sido negociados aquando da visita de Bogle.

No final do século XVIII, o acesso marítimo à China pelos comerciantes europeus havia sido negado pela xenófoba dinastia Manchu, tendo o Tibete feito o papel de “porta dos

¹⁴⁹ Em 1974, G.Bogle liderou uma missão ao Tibete e ao Butão e semeou batatas no solo butanês.

fundos”. Na verdade, para os mercados da China Ocidental era a única alternativa viável. A derrota dos franceses na Batalha de Plessey, em 1757, permitiu que os interesses da Companhia das Índias Orientais se estendesse aos Himalaias, à independente monarquia butanesa, a Sikkim e ao Nepal e, eventualmente, às riquezas do Tibete. No entanto, bloqueado no Nepal pelo líder Gurkha, Prithvi Narayan, a Companhia voltou-se para o Assam e para o Butão, como rotas alternativas para o Tibete.

Uma terceira expedição, em 1777, chefiada por Hamilton Keptthe abriu espaço para a comunicação. A quarta missão, em 1783, por Samuel Turner, Samuel Davis e Robert Saunders, trouxe de volta uma riqueza de informações sobre Butão. No entanto, em 1792, essas perspectivas brilhantes foram destruídas pela guerra entre o Nepal e o Tibete. O Tibete e a sua aliada China suspeitavam que os ingleses apoiavam secretamente o Nepal, fechando as passagens por todo os Himalaias. Nos anos que se seguiram, as relações com o Butão foram afetadas por disputas na fronteira ao longo de Duars.

As intrigas políticas e guerras civis continuaram no Butão, tendo ocorrido inúmeros incidentes por causa das fronteiras e dos direitos comerciais. Os ingleses estavam envolvidos na guerra birmanesa (1825/26), ganhando o controlo sobre Assam, território que forma a metade oriental da fronteira do sul do Butão. As planícies do Brahmaputra, incluindo as colinas mais baixas, eram conhecidas por Duars, que significa porta ou portão. A parte ocidental deste território, chamada Duars de Bangala tinha sido anexada pelo terceiro desi Mengyur Tenpa, nos finais do século XVII, sendo que os butaneses consideravam esta região parte do seu território. O lado oriental de Assam Duars foi durante muito tempo administrado conjuntamente pelo Butão e por Assam.

Depois da guerra birmanesa, os britânicos apossaram-se de um pedaço de terra de Assam Duars, o que motivou discórdias com o Butão. Em 1826, os ingleses e os butaneses entraram em conflito por causa de Duars. Para além da sua posição estratégica, os ingleses estavam interessados na região por ser forte na plantação de chá. Era também, no entanto, uma zona onde a malária proliferava, o que dificultou a permanência das tropas inglesas. O acordo já existente entre ambas as partes, previa a ocupação britânica de julho a novembro, ficando os restantes meses aos cuidados butaneses, em troca de pagamentos em facas, cavalos, ouro, cobertores, almíscar e outros artigos.

Contudo, os butaneses foram acusados de enviarem cavalos malhados e objetos com defeito. Desentendimentos por causa dos pagamentos assumiram maiores proporções e em 1836, os britânicos atacaram Dewangiri (agora Deothang) para forçar a rendição de fugitivos que tinham cometido crimes em território britânico. O dzongpen recusou render-se e atacou o destacamento britânico. Os britânicos ganharam a batalha e anexaram Dewangiri e Banska Duar.

No ano seguinte, a pedido do desi, decidiram devolver o controle de Duar aos butaneses e a missão de Pemberton 1837-1838 enriqueceu o conhecimento topográfico do centro butanês, mas causou alguma irritação e ressentimento. Os britânicos ocuparam a parte mais oriental da região em 1840, e o resto de Assam Duars, acordando pagar ao Butão uma compensação anual de 10.000 rupias.

Neste período os britânicos estavam ocupados com a guerra afegã e Sikh, pelo que não tinham tempo para se preocuparem com o Butão, pelo que os conflitos ao longo da fronteira continuaram. E embora tivessem planos para invadir Duars de Bengala, não foram capazes de os levar adiante. As tropas estavam ocupadas a suprimir a revolta indiana de 1856, movimento contra o Governo britânico na Índia. Perante tal cenário, o Butão tirou vantagem da instabilidade da região e preparou numerosas incursões em Duars de Bengala. Para compensar as suas perdas, os britânicos reduziram grandes somas do pagamento que deviam ao Butão. Em 1861, os butaneses retaliaram e invadiram Cooch Behar, onde capturaram elefantes, raptaram vários residentes, incluindo alguns britânicos. A fricção continuou e a missão de Eden (1863-1864) foi um total fracasso. Eden chegou mesmo a ser ameaçado com o arremesso de pedras, prisão e morte. Mais tarde, em 1865, o tratado de Sinchula foi assinado e o Butão viu o seu território bastante reduzido.

A missão de 1903/4 para Lhasa providenciou a oportunidade necessária para melhorar as relações com o Butão. O Tongsa Ponlop Ugyen Wangchuk, que mais tarde se tornou o primeiro rei da dinastia Wangchuk, deu assistência diplomática e acompanhou Younghusband na sua missão a Lhasa. Mais tarde Wangchuk tornou-se amigo de J. Claude White, quando este se tornou oficial em Sikkim (com responsabilidades no Tibete e no Butão). White visitou o Butão em três ocasiões distintas e atravessou os Himalaias por uma passagem a norte do Dzong Lingzhi e também por Bod La a leste, mais conhecido por Mon Ka Chung La, no sul do Tibete.

O domínio britânico manifestou-se através da Companhia das Índias Orientais e mais tarde mediante o controlo direto da coroa do reino, contudo e como avança a *Scottish Geographical Magazine*: “*British frontier policy, of the nineteenth century, was based on the principle of never forcing the communities of the peripheric buffer-zone with central Asia into British-India sovereignty if this could be avoided*”¹⁵⁰. Os ingleses tinham como alvo o desenvolvimento das comunicações, ferrovias e das zonas portuárias, por forma a acelerar as trocas comerciais. A construção das primeiras fábricas têxteis lançaram as bases para a moderna economia indiana.

Contudo, o colonialismo utilizou o desenvolvimento para o seu exclusivo proveito, abrindo a colónia ao comércio apenas com o objetivo de explorar a produção de matérias-primas indianas a preços concorrenciais e de garantir um mercado protegido para as suas produções industriais. Na verdade, os ingleses não enfrentaram os problemas centrais do país, não incidiram no setor-chave da agricultura, e não intervieram na pesada herança das tradições sociais e culturais. A maioria da população dependia quase exclusivamente do cultivo da terra.

Nos últimos dias do colonialismo britânico na Índia, o Butão, ainda que não totalmente subjugado ao imperialismo inglês era visto como um protetorado do Império Britânico, que nunca permitiu, por exemplo, o desenvolvimento da sua própria defesa. Na verdade, como supra referimos, a 18 de Novembro de 1921, o Major FM Bailey, respondeu favoravelmente ao seu secretário em Deli, aceitando os 20 pontos apresentados pelo soberano do Butão, com vista o desenvolvimento deste país e ao melhoramento das relações comerciais entre os dois espaços¹⁵¹.

É que, o Butão é composto por densas florestas que devidamente exploradas significariam receitas consideráveis para o país e um benefício para a Índia. Neste sentido, o rei Ugyen Wangchuck (1862-1926) escreveu ao vice-rei da Índia. A carta é datada de 5 de Setembro de 1921, e referia que na altura as florestas estavam longe do seu potencial, e que aquelas adjacentes às planícies da Índia tinham sido em grande parte destruídas pela ausência de supervisão ou por se desconhecer os corretos métodos de conservação. Assim, o monarca mostrava interesse em conseguir o apoio de técnicos especializados na área.

¹⁵⁰ KIRK, William, - **The Sino-Indian frontier dispute: a geographical review**. Routledge: Scottish Geographical Magazine, 2008.

¹⁵¹ Vide Anexo III.

Este é o nono ponto dos vinte da carta, em que solicita um sem número de pedidos de ajuda ao desenvolvimento do país. Nela ficam expressas as bases para uma política ambiental e revelou-se consciência ao procurar favorecer e proteger os recursos naturais. Para o rei, a implementação de tais atividades de desenvolvimento teriam um custo de 130 mil Rupias, que, no entanto, o Governo britânico se recusou a financiar. Como contraproposta os ingleses sugeriram cortar partes da exuberante floresta para gerar a receita necessária. Em 1923, foi feito pelo inglês Chas E. Simmondes, para trabalhar nas florestas do Butão voltadas para Duars. A candidatura foi apoiada pelo Brigadeiro-General, mas o monarca Marajá do Butão, após ter analisado o pedido, recusou-o.

Todavia o amigo do rei, o médico Dr. Graham, aconselhou-o a cortar as árvores para gerar a receita necessária. Em Junho de 1925, o médico escreveu ao rei para convencê-lo a permitir que uma empresa britânica colhesse as florestas butanesas. Apesar da necessidade urgente de receita para financiar o desenvolvimento do país, o monarca preferiu esperar. Mais tarde, o rei conseguiu enviar três alunos para Dehra Dun, uma escola florestal na Índia, tendo os três concluído os seus estudos, em 1927, e trabalhado como guardas florestais nas florestas estaduais de Darjeeling, durante alguns meses, com o intuito de ganharem experiência, antes de regressarem a casa, e assim poderem, por eles mesmos, assumir cargos de responsabilidade, aliás o que fizeram com sucesso.

3.3. Independência: novos desafios

A Índia alcançou a independência em 1947¹⁵², após uma longa luta, tendo herdado uma multiplicidade de legados que influenciaram de maneira complexa o seu futuro pós-independência. Entre as várias heranças não se podem ignorar as ideias, políticas, estruturas institucionais e outras decorrentes do domínio britânico que compreendeu dois séculos. Será de sublinhar que em variados aspetos a Índia rompeu com o passado britânico, mas não com as práticas políticas estabelecidas pelos ingleses.

Em primeiro, a Constituição adotou na totalidade a forma do Governo Parlamentar de Westminster, em vez de abraçar um sistema autoritário e burocrático, que existira na

¹⁵² Após a independência, o Nordeste indiano foi bastante afetado por mais de 70 grupos armados com diferentes motivações políticas, a maioria reivindicando soberania étnica.

Índia anterior à ocupação britânica. Aqueles que defendem que a independência indiana não significou um corte abrupto com o passado, apontam também para a preservação de elementos próprios de um Governo autocrático. Porém, um dos maiores desafios colocados à “nova” Índia, Segundo William Kirk “(...) *was the assumption of responsibility for the maintenance of the land ward frontier defensive screen erected by British military and political action during the preceding hundred years.*”¹⁵³”

Segundo a Constituição, o presidente é eleito pelo Parlamento e pela Assembleia dos Estados para um mandato de cinco anos, e nomeia para Primeiro-ministro o líder do partido da maioria. O Parlamento é composto por duas Câmaras: o Conselho dos Estados (Rajya Sabha), formado por 245 membros (233 eleitos por um período de seis anos pela Assembleia dos Estados em proporção aos seus habitantes, mais 12 nomeados pelo Presidente da República) que se renovam, num terço, de dois em dois anos; e a Câmara do Povo (Lok Sabha), constituída por 543 membros eleitos por sufrágio direto, por um período de cinco anos (mais dois membros nomeados pelo presidente em representação da comunidade anglo-indiana). A União Indiana compreende 28 Estados, cada um dotado de Assembleia Legislativa e Governo próprio, e sete territórios administrativos do Governo central.

A base da proximidade entre o Butão e a Índia, agora independentes, vem a ser o tratado de amizade e cooperação assinado em 1949. Este Tratado foi assinado apenas dois anos após a independência da Índia, mais concretamente em 8 de Agosto de 1949. Trata-se, genericamente, de um acordo de paz e de não ingerência na vida interna entre os dois países. No entanto, o Butão, país mais pequeno e menos desenvolvido dos dois, acordou em permanecer sob a influência da Índia em matéria diplomática e política de defesa. Por outro lado, o Tratado estabeleceu igualmente alianças em matéria de tarifas e de extradições. No fundo, este Tratado de 1949 manteve a linha orientadora do que houvera sido a relação Butão-Índia do período colonial. Ou seja, a inclusão do Butão na esfera de interesses privilegiados da Índia.

A invasão do Tibete pela China Comunista provocou uma maior aproximação entre o Butão e a Índia. Na verdade, a proximidade e os laços históricos de Lhasa com o Butão fizeram soar os alarmes butaneses, na perspectiva de vir a experienciar um destino igualmente brutal. Por sua vez, a Índia viu com preocupação o aproximar do seu

¹⁵³ KIRK, William, op. cit.

poderoso vizinho e, mais ainda, a perspectiva de vir a partilhar uma fronteira mais vasta com a China por via de um eventual desaparecimento do Butão, à imagem do que acontecera com o Tibete.

Assim, em 1958, o Primeiro-ministro Jawaharal Nehru visitou o Butão, reiterando o empenho da Índia na manutenção da soberania butanesa. Este ato veio a ser ainda reforçado pela declaração do Parlamento Indiano em que considerou que um eventual ataque ao Butão configuraria um ataque à própria União Indiana.

Não obstante as relações entre estes dois países independentes, o Butão jamais assumiu uma característica de protetorado, como no passado recente entre os dois vizinhos. Tanto mais que, por volta desta altura, a Índia inicia a sua afirmação no plano mundial através da liderança do movimento dos não-alinhados, cujo programa incluía, justamente, a rutura com o legado colonial e a afirmação de uma relação de fraternidade entre os países mais pobres do mundo. Ainda assim, apenas um ano decorrido, em 1959, perante uma alegada ameaça chinesa para invadir o Butão, a Índia declarou-se responsável pela manutenção das fronteiras do Butão, facto prontamente protestado por Thimphu.

A década de sessenta trouxe um incremento extraordinário das relações indo-butanesas. Na verdade, a partir de 1961, o Reino do Butão abraçou um planeamento estruturado da sua economia, com vista a um desenvolvimento mais acelerado. Através de planos quinquenais, a monarquia absoluta do Butão pretendeu operar modificações profundas nas estruturas socioeconómicas do país. Estes planos quinquenais contaram com um forte apoio por parte de Nova Deli, reconhecido de forma clara, por exemplo, no preâmbulo do terceiro plano quinquenal (1971-1976) – segundo Parmanand “Development planning attempts trace back to 1959 with the assistance of the Government of India.”¹⁵⁴

Para além da intensificação das trocas comerciais e da cooperação económica entre a Índia e o Butão, através dos referidos planos quinquenais, a cooperação militar passou a ser, a partir da década de 70, um elemento cada vez mais importante para os dois países. Na verdade, após a invasão do Tibete pelos chineses em 1950 e do rumor de invasão do próprio Butão em 1959, a China entrou em conflito com a Índia por causa das suas fronteiras Himalaias de Askai Chin e Arunachal Pradesh em 1962. Mais tarde, em 1969

¹⁵⁴ PARMANAND, op. cit. pp. 194-195

e 1979, a China entrou novamente em conflito com outros seus vizinhos, respetivamente com a União Soviética e com o Vietname. Ou seja, era claro em Thimphu que um maior empenho do seu aliado de peso na região era fundamental.

A Índia aceitou de bom grado esse maior envolvimento na defesa do Butão, uma vez que era do seu interesse manter aquele Estado-tampão na sua fronteira com a crescentemente agressiva China. Envolveram-se, aos olhos de Thimphu se mostrava até algo frágil considerando a forte possibilidade da Índia se ver envolvida num conflito de duas frentes, com o Paquistão, com quem travou lutas armadas em 1947, 1965 e 1971 e com a China. Ainda assim, a opção Índia era a única salvaguarda possível do pequeno Butão.

Os dois países promoveram, então, não só uma delimitação mais clara das suas fronteiras, as quais se encontravam indefinidas e obscuras desde tempos imemoriais, como também uma revisão do Tratado de cooperação de 1949. Assim, em 1971, justamente no ano de mais um dos sangrentos conflitos entre a Índia e o Paquistão, Nova Deli e Thimphu acordaram não só num estreitar de relações bilaterais, como também na promoção de um novo estatuto internacional para o Butão. Ou seja, as duas partes concordaram em vincar a soberania internacional do Butão face à Índia, não obstante os fortes laços ainda existentes entre ambos.

Assim, aproveitando os focos internacionais na região ainda a propósito do mais recente conflito entre a Índia e o Paquistão, e que deu lugar ao nascimento de mais um pequeno Estado regional, o Bangladesh, o Butão solicitou e obteve reconhecimento como membro das Nações Unidas. Agora membro de pleno direito, o Butão rapidamente alinhou pela estratégia da Índia em termos de relações internacionais. Ou seja, o Butão veio a engrossar a fileira dos países ditos não-alinhados.

A visão da Índia relativamente às relações internacionais era, então, substancialmente diferente das demais. Na verdade, este país foi um dos principais, se não mesmo o principal país dinamizador da conferência de Bandung¹⁵⁵ e da denominada estratégia do não alinhamento. Através desta orientação, os povos de cor, os antigos colonizados, os

¹⁵⁵ Conferência de iniciativa da Índia, Birmânia, Sri Lanka e Paquistão, e que tinha como objetivo promover uma cooperação económica e cultural de cariz afro-asiático, na tentativa de fazer frente ao que na época se percebia como atitude neocolonialista das duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, bem como de outras nações influentes que também exerciam o seu poder imperialista, ou seja, promoção indiscriminada de seus próprios valores em detrimento dos valores cultivados pelos povos em desenvolvimento.

pobres deste mundo, começaram a exercer uma política concertada, formal ou informalmente, em todas as grandes questões internacionais.

Interpretando e desenvolvendo os “guiding principles” da *Carta da ONU*, e segundo Adriano Moreira “conseguram algumas declarações da Assembleia Geral que fixaram as linhas essenciais da perspectiva neutralista e terceiro-mundista¹⁵⁶”. Esta perspectiva poderia resumir-se nas seguintes traves mestras: um ressentimento ante o mundo ocidental colonizador, uma certa complacência pelas posições da então União Soviética, pese embora formalmente se afirmassem neutrais (não alinhados) na Guerra Fria, e uma legitimidade da guerra de libertação.

Com o fim da Guerra Fria, e a implosão do bloco soviético, as relações destes países ditos neutrais e não-alinhados caminharam para uma maior aproximação com o ocidente. No caso da Índia, não obstante manter o seu papel de relevante ator regional pleno de autonomia, soube tirar partido do desanuviamento internacional da década de noventa, do século passado, e aproximar-se mais do Ocidente. Não obstante, e tal como no caso da China, a visão de décadas passadas mantém-se ainda bastante presente no papel da diplomacia e das relações internacionais vistas a partir de Deli.

Assim, ao contrário do seu vizinho China, a Índia tem preferido tomar partido de uma posição de neutralidade e não envolvimento, a que quase invariavelmente arrasta o seu vizinho Butão. No entanto, a globalização e o crescimento assinalável quer da Índia quer da China (dois dos quatro países ditos BRICs), poderão demonstrar a insustentabilidade dessa posição durante muito mais tempo.

A proximidade de Thimphu e Nova Deli manteve-se sólida durante as mais recentes décadas, culminando, em 2003, com a realização de operações militares por parte das forças armadas butanesas para eliminar bases guerrilheiras da ULFA¹⁵⁷ (United Liberation Front of Assam) sediadas nas zonas fronteiriças do Butão.

¹⁵⁶ MOREIRA, Adriano - **Teoria das Relações Internacionais**. 7.ª Edição Coimbra: Livraria Almedina, 2011.

¹⁵⁷ O nordeste indiano sofreu anos de violência separatista levada a cabo por militantes, que estabeleceram bases na selva do sul butanês, a partir de onde faziam as suas investidas. As ações destes grupos foram responsáveis pela morte de mais de 20.000 pessoas no Estado de Assam na Índia. Os bodos são povos tribais constituídos por dois grupos: a força de libertação tigre e a força de libertação. Ambos lutam por um território bodo. A United Liberation Front of Assam (ULFA) é um grupo separatista formado em 1979 como o objetivo de conseguir a independência de Assam. Foram autores de inúmeros ataques, incluindo o descarrilamento de um comboio através de uma bomba, explosões de veículos indianos e em 2001 autocarros que transportavam butaneses para a Índia também foram atacados. Em 2003, o exército real do Butão expulsou os militantes do território butanês.

Em suma, desde a época colonial até aos nossos dias, verifica-se uma certa subalternização do Butão relativamente ao seu vizinho do Sul, quer na forma de Império Britânico, quer na forma do independente Estado da Índia. Não obstante, o Butão democrático procura afirmar uma posição própria e independente, pelo menos tanto quanto possível, do seu poderoso aliado indiano. É que, ao Butão é impossível fugir à sua condição de Estado-tampão entre dois gigantes regionais e mundiais. O fator China assume, pois, um papel preponderante em toda a equação das relações internacionais do Butão.

3.3.1. O Butão como *buffer-state*

Buffer-state ou Estado-tampão é um país que se encontra entre duas grandes potências rivais ou potencialmente hostis, cuja existência pensa-se conseguir evitar conflitos entre elas. A conceção de Estados-tampão faz parte da teoria do equilíbrio de poder¹⁵⁸ que integrou o pensamento estratégico e diplomático europeu no Séculos XVII.

Os Estados-tampão, quando autenticamente independentes, tendem a desenvolver uma política externa neutralista, que os distingue dos Estados satélites. Segundo os conceitos de R. Keohane¹⁵⁹, os Estados-tampão fazem parte de um sistema no qual as potências exercem domínio, enquanto que os *buffer states* têm uma influência mínima. Seguindo este raciocínio, pode-se dizer que os Estados-tampão são afetados pela lógica geral do sistema e pelas ações levadas a cabo pelas potências rivais. Para além disso, Mathinson¹⁶⁰ define os Estados-tampão como pequenos Estados independentes, situados entre duas potências ou blocos antagónicos, onde as três características principais são: a sua geografia, a sua influência na região e a orientação da sua política externa. Porém, a particularidade mais importante destes Estados é a sua localização dentro do campo de batalha dos seus vizinhos, que competem por influência na região.

A distribuição do poder neste sistema assinala que sem se saber o tamanho e o poder exato dos países em disputa e do próprio Estado-tampão, assume-se que os vizinhos gozam de maior vantagem militar que o *buffer state*. A orientação da política externa do

¹⁵⁸ Nas relações internacionais, é um sistema onde cada Estado procura manter o equilíbrio de poder nas relações que estabelece com outros, de forma a prevenir a dominação ou a hegemonia de algum Estado em particular. Tal pode explicar a situação do Butão a partir da rivalidade entre a China e a Índia.

¹⁵⁹ GREENFIELD, Michael - **The buffer state system in international relations**. pp. 3-26.

¹⁶⁰ MATHINSON, Trygve - **The functions of small states in the strategies of the great powers**. Oslo: Scandinavian University Books.

Estado-tampão obriga-o a tomar uma decisão: aliar-se a uma das potências (como é o caso do Butão, que se aproximou da Índia) ou prosseguir com uma política de neutralidade. A posição geográfica como uma possível rota de invasão representa a importância do Estado-tampão para qualquer uma das potências. Estas não se sentem geralmente ameaçadas pelas capacidades militares do Estado-tampão, antes encaradas como uma vantagem estratégica face ao rival (visível no caso Butão-Índia). É por isto que ao representar uma ameaça real, o *buffer state* pode manter uma posição de neutralidade. Da mesma forma, pode estabelecer uma aliança com qualquer umas das potências de forma a facilitar a ação militar contra o inimigo (relação Butão-Índia).

No Séculos XIX, a manipulação de Estados-tampão como o Afeganistão e regiões da Ásia Central era um elemento diplomático do "grande jogo" entre o Império Britânico e a Rússia no controlo de passagens estratégicas ao longo das montanhas que conduziam à Índia britânica.

As nações himalaicas do Nepal, Butão e Sikkim foram Estados-tampão entre os impérios britânico e chinês e mais tarde entre a China e a Índia, países que em 1962 lutaram na guerra sino-indiana, em locais onde as duas potências regionais fazem fronteira entre si. O Butão é um Estado-tampão, dado que a sua localização encontra-se no meio da China e da Índia e em alturas de conflito, mostrou-se incapaz de resolver a confrontação entre os dois impérios, podendo mesmo ter sido envolvido no problema a qualquer altura. A orientação política no Butão convergiu numa primeira fase para padrões de aliança dissimilares – China e Índia. Seria esperado que o Estado-tampão assumisse uma orientação política combinada.

Não obstante, depois de séculos de grande proximidade ao Tibete e de ténues ligações à China, a política externa do Butão passou a estar orientada para sul, primeiro com a Índia britânica e depois com a Índia independente. As tropas britânicas dentro ou nas imediações do Butão representaram um impedimento considerável aos ímpetus expansionistas chineses desde o Séculos XVIII até o início do século XX. A retirada britânica da Índia em 1947 e a substituição da Índia britânica como protetor do Butão coincidiu com a vitória militar comunista na China, em 1949. Apesar de objetivos comuns no que consiste a política externa entre os líderes chinês e indiano, os conflitos territoriais entre os dois poderes continuou a definir o Butão como um Estado-tampão. Em 1962, a guerra fronteiriça entre a Índia e a China teve sérias implicações para o Butão e poderia tê-lo envolvido no confronto. Thimphu permitiu que as tropas indianas

passassem por território butanês e alegadamente aviões chineses violaram o espaço aéreo do Butão. Paralelamente, a China teve seis divisões instaladas perto das fronteiras do Butão, Sikkim e Nepal. A China teve as suas disputas com o Butão por questões de fronteira e por várias ocasiões, em 1966, 1970 e 1979, as tropas chinesas irromperam pelas fronteiras butanesas. Em cada evento, Nova Deli procurou representar os interesses de Thimphu, protestando contra Pequim mas sem qualquer resultado. À medida que a ameaça chinesa aumentava, a Índia estava gradualmente mais envolvida em melhorar a capacidade defensiva dos indígenas butaneses, especialmente no treino e no equipamento do exército real do Butão. O quartel da equipa indiana de treino militar (IMTRAT) no Butão estava localizado no distrito de Ha, adjacente ao vale tibetano de Chumbi, onde a China mantinha grandes concentrações de tropas, muito próximas da junção das fronteiras butanesa, indiana e chinesa.

Em 1949, o tratado indo-butanês, não fazia qualquer referência à defesa do Butão por parte da Índia. Contudo, em 1958 o Primeiro-ministro Nehru declarou que qualquer ato de agressão contra o Butão seria encarado como dirigido à própria Índia. Pelos termos do tratado, o Butão tinha o direito de importar armamento, munições e outros materiais militares de e fora da Índia, enquanto o Governo Indiano considerasse que tais importações não representavam uma ameaça para Índia. O Butão comprometeu-se a não exportar armas ou qualquer tipo de equipamento militar. O Ministro da Defesa indiano fez planos para operações da força aérea na eventualidade de um ataque chinês. Sugestões para que o Governo butanês autorizasse as tropas indianas a estacionarem no seu território foram ignoradas, optando-se por construir estradas mais extensas entre os dois países.

Segundo Tanisha M. Fazal¹⁶¹, *buffer states* que estão localizados entre outros dois Estados rivais têm maiores probabilidades de morrerem. A mesma autora refere que mais de 40% da extinção de Estados eram *buffer states*. Cada rival teme que o oponente conquiste o *buffer state* em comum e consiga assim ganhar vantagem estratégica e competitiva. Enquanto ambos os rivais preferem eventualmente manter a soberania do Estado-tampão, de maneira a diminuir o risco de guerra, o medo de perder território estratégico aliado à incapacidade de confiarem um no outro, geralmente conduz à destruição do *buffer state*. Contudo, à luz de certas condições, e tal como aconteceu com

¹⁶¹ FAZAL, Tanisha - **State death: The politics and geography of conquest and occupation**. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

o Butão, a dinâmica da rivalidade pode ser mitigada significando a sobrevivência do *buffer state*.

Em relação ao Butão, explica Dorji Penjore

*“Unlike in other Himalayan regions where natural resources have been exploited for short-term economic returns, Bhutan has been able to successfully conserve and preserve its rich biodiversity. The Bhutanese people have preserved their natural environment for centuries because they have always lived in harmony with nature, and this relationship has been enforced within moral, cultural, and ecological borders.”*¹⁶²

Se as «mãos» dos dois rivais forem, metaforicamente, atadas, porque os seus recursos enfrentam constrangimentos sérios e simultâneos, ora porque conheceram outra ameaça ou porque a soberania do Estado-tampão está garantida por atores ainda mais poderosos, então o *buffer state* conseguirá escapar. Não obstante, tais condições são historicamente consideradas raras. Poderão ocorrer com a eclosão de guerras mundiais, de revoluções ou com a criação de uma nova ordem mundial. E mesmo que os *buffer states* estejam protegidos por poderosos atores, a vontade de os derrubar não desaparece. O pós 1945 dá-nos um excelente exemplo de uma super potência, os EUA, que ao patrocinar políticas contra conquistas, impediu que rivais tomassem regiões-tampão. A norma contra a conquista é uma variável interventiva que reformula a forma como os Estados procuram controlar outros semelhantes. Ao mesmo tempo, a determinante proibição de tentativa de conquista entre Estados levou à proliferação de intervenções de forma a atingir os mesmos fins outrora visados com a conquista.

3.3.2. Relação Índia-Butão: que poder de influência poderá ter a China?

¹⁶² PENJORE, Dorji, **Rapten**, Phuntsho, op. cit.

As pretensões chinesas sobre o Butão, já referidas nos capítulos anteriores, moldaram de forma inequívoca a política indiana relativamente a este pequeno e isolado Estado. A razão de base prende-se diretamente com o lado conquistador e opressor da China, que para além dos mais fracos e insignificantes Estados da região assola também nações mais desenvolvidas como a Índia. Ora, se considerarmos a localização geográfica do Butão rapidamente nos apercebemos da importância estratégica que representa quer para gigantes imperialistas, quer para meros defensores da tranquilidade e da estabilidade. Por outras palavras, o Butão funciona no imaginário como uma grande “rolha” que serve de travão às ambições territoriais chinesas, daí que seja do maior interesse indiano a manutenção da sua independência e soberania.

Contudo, e como explica Lal Babu Yadav, *“For India, Bhutan could have been a best buffer State between itself and China, so an independent and sovereign Bhutan was to be protected against all sorts of chinese offensive. But the economic back-wardness of Bhutan was the main barrier in the way of getting Bhutan prepared to erect solidly against Chinese offensive”*¹⁶³.

A necessidade urgente de uma estratégia de defesa Indiana pode ser facilmente entendida. É que a posição do Butão era de tal importância que o Vale Chumbi no Tibete, adjacente à parte noroeste do Butão, onde a tropa maciça chinesa se concentrava, distando-se numas meras 80 milhas, podia significar o fim do reino do Butão, e com ele toda a faixa norte do oeste de Bengala, ou seja, Assam e Arunachal Pradesh.

Quando a China decidiu avançar na sua marcha imperialista pelos Himalaias, colocou o Butão e os lados norte e nordeste indianos em sério perigo. Esta situação já preocupava o Governo britânico na Índia que sempre tomou em consideração a vulnerabilidade da parte norte de Assam. Contudo, o firmar de relações cordiais entre a Índia, o Butão e a China, representou dificuldades acrescidas para a Índia independente, isto porque, segundo Lal Babu Yadav, *“British India had to deal with a fiction of the chinese empire wich was weak in compararison to the mighty British empire, but the independent India was now to face a really insurgent China”*¹⁶⁴. Durante o Governo britânico, o Butão foi mais um protetorado, mas a Índia independente ao respeitar o Butão, enquanto

¹⁶³ YADAV, Lal Babu - **Indo-Bhutan relations and China interventions**. p. 83

¹⁶⁴ YADAV, Lal Babu, op. cit. p. 93.

monarquia soberana, sentiu maiores constrangimentos em estacionar as suas tropas na fronteira do país vizinho.

Perante tal cenário, a solução passaria por modernizar politicamente e economicamente o Butão, pelo que assim se explica os recorrentes esforços indianos, iniciados em 1947 nesse sentido. Modernizar significaria também o reforçar da posição do Butão, em forma de metáfora, na qualidade de Estado-tampão.

A política de domínio chinês começou com a anexação do Tibete em 1959, que não seria o único a estar debaixo dos desejos chineses. As tropas chinesas combateram os rebeldes tibetanos nas proximidades da fronteira norte do Butão. Simpatizante da causa tibetana, a Índia ofereceu exílio ao Dalai Lama. Por outro lado, e tal como o Butão, também o Tibete funcionava para a Índia como um “buffer State” nas pretensões expansionistas chinesas, pois a sua anexação significaria a ligação entre as fronteiras indianas e chinesas, ideia reforçada pela *World Politics Review*, e que nas palavras de Anuradha Sharma e Vishal Arora, “*the presence of smaller countries that are neutral, if not friendly, also serves as a buffer in the region (...)*”¹⁶⁵.

Perante a presença de tropas chinesas junto à raia, o Butão rapidamente se apercebeu da sua vulnerabilidade. Em resposta, vedou a fronteira que mantém com o Tibete, em desespero da sua própria segurança. Obviamente, a difícil decisão repercutiu diretamente no seu isolamento, mais ainda porque o principal parceiro comercial do país era justamente o Tibete. A própria China não demorou a ameaçar o Butão ao nível económico, político e militar.

A fronteira butanesa a norte é bastante vulnerável, visto que as altas montanhas estão voltadas para cinco áreas de onde o inimigo a qualquer momento pode irromper até ao centro do Butão, mesmo em períodos de invernos mais rigorosos. O apoio necessário viria do Primeiro-ministro indiano Jawaharlal Neruh, logo após os primeiros desentendimentos fronteiriços sino-indianos.

Embora o tratado de 1949 não fizesse menção à responsabilidade em matéria de defesa, as relações estabelecidas entre a Índia e o Butão subentendiam ajuda e cooperação em caso de agressão. Desenvolvimento e modernização foram as palavras de ordem e que tomaram conta do encontro, pelo que os primeiros planos de construção de novas vias de comunicação, através de estradas que ligassem diretamente a Índia ao Butão, que

¹⁶⁵ SHARMA, Anuradha; Arora Vishal - **India keeps close eye on China’s courtship of Bhutan.**

promovessem o próprio desenvolvimento interno do país, foram tidos em forte consideração. Foi perante esta possibilidade de revitalização das estruturas económica e social patrocinadas pela Índia, que as ameaças e pressões chinesas se intensificaram.

Afastando desconfianças sobre as reais intenções de cooperação, o mesmo ministro assegurou respeitar qualquer decisão tomada pelo Governo butanês, reconhecendo-lhe assim total soberania e autonomia nas suas escolhas político-estratégicas.

Em 1953, a China publicou um mapa que albergava cerca de 300 milhas quadradas de território butanês, e Segundo Debamitra Mitra “*In 1954¹⁶⁶, a virtual cartographic aggression by the Communist China was made against Bhutan through some publications of maps and books. In 1954 there was published a book *The Brief History of Modern China, in which Bhutan was termed as a lost Chinese territory.*”¹⁶⁷ A propósito desta situação, o Ministro indiano Nehru escreveu duas cartas à China (1958 e 1959) demonstrando o seu protesto.*

Da China a mensagem foi clara: o assunto em questão era do exclusivo interesse das partes diretamente afetadas (China e Butão), o que colocava a Índia numa posição de impotência. Resposta que entre a Índia e o Butão gerou grande indignação e consternação. Seguiu-se outra carta dirigida ao Ministro Chinês, onde a Índia reclamava total legitimidade de intromissão nos assuntos da política butanesa, defendendo que o Tratado de 1949 assim o previa¹⁶⁸.

Para a China, o Butão era um país independente, como refere Debamitra Mitra “*but the indo-bhutan treaty of 1949 providing for special relationship stood in the way of the Himalayan kingdom exercising its free and self-determined policy*”.¹⁶⁹ Depois de anos de subordinação, e de longas lutas pela sua libertação, a Índia não encarava com bons olhos os recorrentes ataques da China ao Butão de tal forma que em 1959 Nehru avançou com a seguinte decisão: um eventual ataque chinês à região de Sikkim e ao Butão será entendido como um ataque à própria Índia.

Note-se que a região de Sikkim foi sempre disputada pelos chineses, mas como Debamitra Mitra desmistifica “*In the Government of India Act 1935, Sikkim was*

¹⁶⁶ No entanto, segundo D. Mitra, depois de assinado o tratado sino-indiano (1954), a China não objetou as relações indo-butanesas entre 1949 e 1958.

¹⁶⁷ MITRA, Debamitra, op. cit., p. 94

¹⁶⁸ Numa das cláusulas do Tratado de Punakha (1910) tinha ficado assente que a Índia não iria intrometer-se nos assuntos internos do Butão, o que se manteve na revisão do referido Tratado a 1949.

¹⁶⁹ MITRA, Debamitra, op.cit., p. 34.

*included within the purview of the Act and was given a seat in the Council of States (Upper House) of the Federal Legislature of India”.*¹⁷⁰

No mesmo ano, a política expansionista chinesa foi mais longe ao apossar-se de oito enclaves butaneses a ocidente, que estavam há já 300 anos sob a sua jurisdição. Em jeito de justificação, é lembrado ao Governo butanês que os referidos enclaves da região do Monte Kailash, no Tibete ocidental, distavam centenas de milhas do território do Butão. Preocupados com a segurança e integridade do Governo butanês, referem Anuradha Sharma e Vishal Arora que “*the indian military has maintained a base in a Dzong (...) in Bhutan’s northern Haa district next to China’s Tibet Autonomous Region*”¹⁷¹. O caso tornou-se mais sério, quando em 1962, os serviços chineses de espionagem violaram o espaço butanês por quatro ocasiões diferentes. A China rapidamente apontou o dedo à Índia, alegando estar por trás dos rumores, com interesse único em manchar as relações de amizade que mantinha com o Butão.

A resposta bélica indiana foi quase imediata, ao colocar à disposição do Governo butanês tropas de urgência. Helicópteros mais modernos juntaram-se à força militar indiana e o Butão começou a recrutar pessoal para as milícias de patrulha dos territórios a norte e nordeste.

O período de 1963 foi conturbado, especialmente com a morte de Dorji Wangchuck, sob suspeita da influência chinesa, facto que alarmou a defesa butanesa que rapidamente recrutou jovens como força de reserva em caso de urgência.

As apreensões indianas sobre a China aumentaram exponencialmente aquando do conflito com o Paquistão, em 1971¹⁷², representando preocupações acrescidas para o Butão que, geograficamente próximo do Paquistão, temia a chegada de refugiados. De qualquer das formas, nenhum dos países decidiu retirar as suas tropas.

3.3.3. Revitalização das estruturas económicas e sociais do Butão

¹⁷⁰ MITRA, Debamitra, op. cit., 21.

¹⁷¹ SHARMA, Anuradha, Arora Vishal, op. cit.

¹⁷² Em questão estava a região de Caxemira. O Paquistão foi fortemente apoiado pela China, preparada para recorrer à força caso necessário. A aliança com o Paquistão era a oportunidade perfeita para debilitar Índia, perante incontestável superioridade bélica. O apoio de Pequim a IsLamabad diminuiu nos últimos anos, por temor ao radicalismo islâmico, cuja influência estendera-se ao Afeganistão, Cachemira e à província de Xinjiang.

As estruturas orgânicas do Butão careciam de organização, de técnicos especializados, de fundos de investimento e instituições bancárias e financeiras. A situação era de tal forma alarmista, que o Primeiro-ministro indiano pagou em 1958 uma visita ao Butão no sentido de acelerar o processo de modernização. Em 1961, a Comissão de Planeamento indiana elaborou um plano quinquenal para o Butão – Segundo Parmanand *“Development planning in Bhutan can be traced back to the year 1961, when the first 5-year Plan (1961-62 to 1965-66) was drawn up.”*¹⁷³ Refere, ainda, o autor que *“A Comissão de Planeamento é “an autonomous body comprising 17 members. It deals with national planning, coordination and mobilization of resources. Its meetings are held as and when needed. However, on an average, it meets twice a year.”*¹⁷⁴

Dessa data até 1966, o plano tomou conta das esferas económica e social do país. A primeira etapa do referido plano (1961) envolvia três premissas: o desenvolvimento dos recursos naturais em que o país era forte, a construção de infraestruturas dedicadas à investigação de recursos adicionais e por último, assegurar a provisão mínima (estruturas para atividades básicas). O plano incluía ainda uma segunda etapa (1966) referente a projetos nos setores da educação, saúde, agricultura, indústria, transportes e florestal. Durante este período, os chineses construíram uma ponte de 730 metros que atravessava o rio Tsangpo, a sudoeste do Tibete, o que significou uma séria ameaça para a Índia e para o Butão.

Durante a segunda etapa do referido plano, a animosidade entre a Índia e a China aumentou severamente, e o problema só foi controlado já no início da terceira fase do plano de desenvolvimento.

A segunda etapa do plano compreendia, então, a intensificação dos produtos agrícolas, a expansão da educação, a atenção à pecuária e à produção avícola, a extensão das comunicações (estradas, transportes) e dos serviços, e a construção de estruturas industriais para recursos minerais e florestais. A terceira etapa (1971) previa o funcionamento das empresas públicas, a mobilização de recursos adicionais para financiar os desenvolvimento do plano, refrear tendências de inflação e criar comités para a eletricidade, transportes viários e para o comércio. Foi dada especial atenção ao desenvolvimento das indústrias hortícolas, assim como se centraram esforços no

¹⁷³ PARMANAND, op. cit. pp. 38

¹⁷⁴ PARMANAND, op. cit. pp. 37 - 47

desenvolvimento de duas regiões mais pobres: Chirang, no sul do Butão e Tashingong, a este. Através da *joint-venture* Índia-Butão, juntamente com o enorme investimento no desenvolvimento dos projetos, a economia do Butão cresceu rapidamente, o que permitiu que as pessoas abandonassem o estágio primitivo em que viviam.

A quarta etapa do plano cobriu um período de 5 anos entre 1976 e 1981. A Índia comprometeu-se uma vez mais a contribuir financeiramente, mas o Butão, também teria de o fazer. Continuou-se a investir nos setores anteriormente revitalizados, mas no que se refere à agricultura introduziram-se novas técnicas para acelerar a produção do setor.

Finalmente, a última etapa do plano (1982-87) cumpriu-se uma vez mais com a ajuda monetária indiana, que contou igualmente com investimento butanês. O grande objetivo desta etapa era garantir a autossuficiência económica do país. Apesar de todo o comprometimento e esforço neste sentido, o Butão continuou dependente da Índia a nível técnico e financeiro.

3.3.4. Entrada do Butão para o cenário mundial

A primeira tentativa rumo ao reconhecimento internacional da soberania do Butão foi feita em 1962, quando o país foi incluído como membro do «Plano Colombo»¹⁷⁵, uma organização de Estados independentes. A Índia solicitou o apoio dos 19 membros para a admissão do Butão no grupo. Desde que foi aceite, o país tem recebido ajuda dos restantes membros. Outro marco na entrada do país para a comunidade internacional deu-se em 1969 como membro da União Postal Universal¹⁷⁶. O derradeiro reconhecimento internacional da soberania butanesa veio com a sua admissão nas Nações Unidas (1971)¹⁷⁷.

¹⁷⁵ Em 1951, foi elaborado o Plano Colombo, uma organização dirigida para os países do Sudeste Asiático, com intenções de reestruturação social.

¹⁷⁶ Ou UPU. Trata-se de uma organização intergovernamental ou internacional que agrupa os serviços postais atualmente de cerca de 190 países e regiões autónomas.

¹⁷⁷ É de referir que o Butão, em 2011, apelou informalmente ao Nepal para que este apoiasse a sua proposta de adesão a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em representação da Ásia.

De acordo com o diário *The Himalayan Times*, o Butão apresentou a candidatura a membro não permanente do Conselho de Segurança para no período de 2013 a 2014. O pedido de apoio do Butão terá partido do ministro da Saúde, Lyonpo Zangley Dukpa, ao seu homónimo nepalês, Shakti Bahadur Basnet, à margem da Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, que decorreu em Genebra, na Suíça, explicou uma fonte diplomática.

Em 1972, o país juntou-se à Comissão Económica e Social para a Ásia e Pacífico¹⁷⁸. Importa sublinhar que todo este processo de abertura não seria possível sem o apoio inegável da Índia (embora propaganda paquistanesa assegura-se que a Índia na verdade estava a prejudicar o Butão na conquista de um lugar nas Nações Unidas), que sempre motivou e acompanhou o Butão na luta pelo reconhecimento da sua independência e da soberania da sua monarquia. De facto, e como esclarece Lal Babu Yadav, *“To India the admission of Bhutan to the world body was never objected as it thought that bhutanese membership to U.N. would bring Bhutan fully into the focus of world, and it, however, could serve as the biggest guarantee for India against chinese threat”*.

Enquanto membro das Nações Unidas, o Butão passou a ter a oportunidade de contar com apoio técnico (e não só) da organização. Ao mesmo tempo, as portas que se abriram com os novos contactos estabelecidos permitiram ao Butão renovar a sua posição e situação perante a própria China, que sempre se manteve isolada do panorama internacional. Para o Butão, o reconhecimento da sua independência por outros Estados do mundo, incluindo a América, representava o apoio há muito esperado na causa contra a China, ou no mínimo apaziguar o clima de tensão que se vivia. Contudo, o país continuava a desenvolver a ideia de que a sua segurança só estaria realmente salvaguardada e o perigo de anexação chinesa afastado com a manutenção das relações de cooperação com a Índia.

3.3.5. Recentes relações de cooperação

Os laços económicos entre a Índia e o Butão têm sido um elemento-chave no desenvolvimento das relações bilaterais. A Índia continua a ser o grande parceiro comercial para o desenvolvimento do Butão.

Os esforços de desenvolvimento do Butão começaram nos inícios dos anos 60. A primeira etapa do plano quinquenal começou em 1961, e desde então a Índia tem estendido a assistência financeira ao Butão. Alguns dos projetos mais significativos da ajuda indiana no passado incluíram o desenvolvimento de centrais hidroelétricas, a pesquisa, análise e exploração de recursos minerais, a extensão do hospital de Thimphu,

Atualmente, o Japão e a Índia são os únicos representantes da Ásia entre os 15 membros do Conselho de Segurança, cinco dos quais com poder de veto. O Nepal já esteve representado como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas por duas vezes.

¹⁷⁸ Pertencente à comissão regional das Nações Unidas.

aumentando-se o número de camas, a construção de dez escolas, de 306 habitações e de dois centros de juventude, a renovação do Dzonga de Semtokha, o desenvolvimento dos recursos humanos, das telecomunicações e dos projetos relativos à agricultura e de todos os setores aliados. Foram também tidas em conta conexões entre as fronteiras indo-butanesas.

Mais recentemente (2008-2013), o Governo indiano injetou mais capital em cerca de 70 projetos no setor socioeconómico, como na agricultura, nos media, na saúde, na educação, na capacidade de produção energética, na cultura e na construção de infraestruturas. Em Maio de 2008, o Primeiro-ministro Manmohan Singh informou que o total do investimento com o Butão nos últimos cinco anos estaria na ordem dos 100 biliões de Rupias.

Alguns dos mais importantes projetos executados incluem a construção de um Supremo Tribunal de Justiça, o reforço dos funcionários constitucionais, como a Auditoria Real¹⁷⁹, a eleição de uma comissão anticorrupção, a renovação dos principais Dzongs, a construção de estradas mais largas e extensas e a expansão do sector terciário. O Comité de Monitorização está responsável pela implementação de vários destes projetos

3.3.6. Cooperação bilateral: os Mega projetos

A cooperação bilateral no sector hidroelétrico ficou vincada com a inauguração do projeto hidroelétrico de 60 MW em Kurichhu em Abril de 2006. Todos os seis projetos previstos foram autorizados em 2007. O Governo indiano acordou em assistir o Butão no desenvolvimento do setor hidroelétrico, e no esforço por conseguir pelo menos 10,000 MW de energia em 2020. Para o propósito, dez projetos hidroelétricos foram acordados durante o primeiro encontro “Empowered Joint Group (EJG)¹⁸⁰” que decorreu em 2009.

Dos dez projetos, dois estão em construção: Punatsangchhu e Mangedechhu. Quanto ao projeto Kholongchhu HEP, as represas de Amochhu e de Bunakha e Wangchu RoR submeteram os projetos para a aprovação governamental. Os projetos de Kuri Gongri

¹⁷⁹ A Suprema Auditoria Real do Butão está prevista na Constituição e é responsável por auditar a eficiência e a eficácia do uso dos recursos (económicos) públicos.

¹⁸⁰ *Joint venture* de gestão hidroelétrica.

HEP, Chamkharchhu-I HEP e de Sankosh foram finalizados em 2012. O Governo indiano está ainda comprometido a levar a cabo um projeto que envolve um milhão de sementes da planta Dungsum em Nganglam. Conta-se ainda com a construção da primeira ferrovia entre a Índia e o Butão.

3.3.7. Trocas comerciais com a Índia

A Índia não é apenas o principal parceiro de desenvolvimento do Butão, mas também o seu principal parceiro comercial. Existe um regime de mercado livre entre os dois países. O acordo comercial Índia-Butão, que expirou em Março de 2005, foi renovado por um período de 10 anos. Atualmente, os principais itens de exportação do Butão para a Índia são a energia elétrica (Tala, Chukha e o projeto hidroelétrico Kurichhu), os metais comuns, minerais, gorduras e óleos vegetais, bebidas alcoólicas, produtos químicos, cimento, madeira e produtos de madeira, cardamomo, frutas, batatas, produtos derivados da seda, plástico e borracha em Bruta.

As principais exportações da Índia para Butão consistem em produtos derivados do petróleo, produtos minerais, metais, máquinas, peças automóveis, vegetais, nozes, especiarias, alimentos processados e produtos de origem animal, produtos químicos, madeira, plástico e borracha. O Acordo de Comércio prevê o livre-trânsito de mercadorias entre o Butão e outros países.

São dezasseis os pontos de entrada/saída na Índia identificados no protocolo para o comércio com o Butão: Jaigaon, Chamurchi, Ulta Pani, Hathisar (Gelephu), Darranga, Kolkata, Haldia, Dhubri, Raxaul, Panitanki, Changrabandh, Phulbari, Dawki, New Delhi, Chennai e Mumbai. Destes, Kolkata, Haldia, Mumbai e Chennai são os portos marítimos, Dhubri é a rota fluvial, New Delhi, Chennai; Mumbai e Calcutá são as rotas aéreas e Raxaul constitui a rota ferroviária. Os outros são designados rotas rodoviárias.

Em 2010, as importações da Índia eram da ordem de 2930 Rupias (Crores) e constituíam 75% das importações totais do Butão. As exportações do Butão para a Índia em 2010 foram de 2600 Rupias (Crores) e representaram 90% das suas exportações totais. O comércio total em 2010 cresceu 26% a partir de 2009.

Em 2011, a Índia e o Butão prosseguiram com negociações comerciais bilaterais. Dalu LCS e Ghasuapara LCS (ambos em Meghalaya) foram escolhidos como pontos adicionais de entrada/saída para o comércio do Butão com Bangladesh. Ghasuapara LCS será usado apenas como ponto de saída até possuir as infraestruturas necessárias para que possa ser utilizado também como ponto de entrada.

Além disso, foram propostos quatro novos postos adicionais de entrada/saída para o comércio bilateral: Alta Khogla (Bengala Ocidental), Dalmore ou Birpara (Bengala oeste), Bokajuli (Assam) e Rangapani (Assam). Ficou também acordado abrir duas rotas alternativas para os parques industriais nas cidades fronteiriças de Phuentsholing (a partir da estrada de Bolan Chaupati, perto de Mangalabari no distrito de Jalpaiguri (WB) para a aldeia de Alay na fronteira perto de Toribari) e Samdrup Jongkhar (estrada de Bokajuli em Daranga -Assam- para Matanga até à propriedade industrial de Samdrup Jongkhar). Foi emitida uma declaração, permitindo acesso livre de impostos aos passageiros butaneses nos aeroportos indianos, bem como o fim de proibições para alguns itens até então sujeitos a restrições.

Várias conferências de cariz económico e comercial, feiras e exposições foram realizadas nos dois países, a fim de promover as relações bilaterais económicas e comerciais. Há uma estreita e mútua cooperação nos campos educacional e cultural. A Índia tem oferecido serviços técnicos ao Butão em diversas áreas.

Foram concedidas a 85 estudantes butaneses bolsas de estudo para licenciaturas e 77 bolsas para pós-graduações, em cada ano, em instituições de ensino superior indiano. Estas bolsas são oferecidas a estudantes que demonstrem mérito e que, portanto, sejam merecedores de prosseguir estudos na Índia. Acresce que estudantes butaneses têm sido admitidos em escolas indianas, sendo todas as despesas suportadas pelo Governo indiano.

Durante uma visita ao Butão, o Primeiro-ministro indiano Manmohan Singh anunciou a decisão de instituir a bolsa Nehru-Wangchuck para incentivar os alunos do Butão a estudar nas principais universidades e instituições do país. A concessão das bolsas já foi implementada.

Uma vez que um grande número de alunos butaneses estudam em escolas do país, e em colégios de regime privado, para facilitar este processo os Consultores da Educação indianos realizaram em 2007 um encontro em benefício dos estudantes butaneses

desejosos de prosseguir os estudos na Índia. No Butão, o colégio Sherubtse é afiliado da Universidade de Nova Deli. Cerca de 30 professores das escolas indianas são enviados para o Colégio no âmbito do Plano Colombo.

Nehru-Wangchuck, Karan Singh, presidente do Conselho Indiano das Relações Culturais e Lyonpo Minjur Dorji, Ministro da Cultura, inauguraram conjuntamente o "Centro Cultural Nehru-Wangchuck" em Thimphu a 21 de setembro de 2010.

Durante a visita à Índia do Rei do Butão, em agosto de 2003, foi criada a Fundação Índia-Butão, com o objetivo de melhorar o intercâmbio entre as populações, a educação e a cultura, não esquecendo a matéria sobre preservação do meio ambiente. Os embaixadores do Butão e da Índia são os copresidentes da referida fundação.

A Fundação patrocinou ainda um festival literário "Ecos da Montanha", organizado pela 'Siyahi', uma consultoria de alfabetização, líder na Índia e no Butão, entre 17-20 de maio de 2010. Este foi o primeiro Festival Literário Índia-Butão em que participaram os principais autores, editores e poetas de ambos os lados, incluindo personalidades de renome, como Gulzar, Chetan Bhagat, Sanjay Hazarika, Patrick French. A segunda série da festa literária "Ecos da Montanha" foi realizada no Butão entre 20 a 24 de maio de 2011.

A cooperação não se limitou apenas às trocas oficiais entre os dois Governos, a própria interação entre as populações e o estabelecer de contatos foram ampliados e diversificados.

3.3.8. Cooperação institucional: Comissões de eleição

A cooperação institucional foi formalizada através da assinatura de um memorando de entendimento entre as duas comissões eleitorais, durante a visita do Comissário Chefe Eleitoral indiano em maio de 2006. O correspondente comissário butanês visitou a Índia no início de fevereiro de 2006, em janeiro de 2010 e em maio de 2009. Várias equipas de funcionários da Comissão Eleitoral do Butão, incluindo funcionários Dzongdas e Dzongkhag visitaram a Índia para assistirem a várias eleições estaduais e municipais.

A Índia estendeu a assistência dada ao Butão, formulando as leis eleitorais do país, ao mesmo tempo que concedeu um financiamento de 47.506 mil Rupias ao Governo Real

do Butão para a aquisição de máquinas eletrônicas de voto. O Governo da Índia também forneceu helicópteros durante as eleições do Conselho Nacional, a fim de transferir funcionários e equipamentos de eleição para áreas remotas.

O memorando de entendimento para a cooperação entre as comissões eleitorais da Índia e do Butão foi renovado em 2009. Uma delegação de quatro membros da Comissão Eleitoral da Índia liderada pelo Comissário Chefe, Shri N. Gopaldaswami, visitou o Butão a propósito das eleições na Assembleia Nacional, em março de 2008. Shri Shyam Saran, enviado especial do Primeiro-ministro e ex-ministro dos Negócios estrangeiros, e Shri Salman Haider visitaram o Butão como observadores eleitorais do Governo indiano em março 2008. O Governo da Índia facilitou também a realização de um *workshop* “Monarquia Constitucional Democrática” em Thimphu para altos burocratas do Butão. A cobertura das eleições foi organizada por jornalistas dos *media* do setor público e privado do Butão, com a ajuda da Divisão de Publicidade Externa.

3.3.9. Interação entre os dois parlamentos

Os funcionários do Parlamento butanês assistiram a vários programas de formação realizados pelo Departamento de Estudos Parlamentares e Formação, do Parlamento indiano. O mesmo departamento organizou igualmente programas de orientação para os deputados do Parlamento butanês. O Presidente do Parlamento do Butão, Jigme Lyonpo Tshultim visitou a Índia entre agosto-setembro de 2008.

Durante a visita, estendeu o convite a um orador indiano. A oradora indiana, Meira Kumar da Casa do Povo (Lok Sabha), liderou uma delegação do Parlamento indiano ao Butão entre 26 e 29 maio de 2010, que incluía o líder da oposição, Sushma Swaraj. Girija Vyas, Sri Vishwa Mohan Kumar, o Secretário-Geral, e outros funcionários da Secretaria Lok Sabha também estiveram presentes. Esta foi a primeira visita de um alto-orador indiano ao Butão. Durante a visita, foi decidido constituir um Grupo Parlamentar de Amizade para promover o regular intercâmbio parlamentar. Neste seguimento, ambos os lados concordaram em assinar um memorando de entendimento sobre cooperação parlamentar. Grupos de fraternidade parlamentar foram criados nos parlamentos dos dois países. Um orador butanês visitou a Índia entre 9 e 12 julho de

2011 aquando da Conferência da SAARC¹⁸¹. O referido memorando foi assinado entre os dois lados durante a visita do Presidente do Parlamento do Butão à Índia entre 23 e 26 de novembro 2011.

3.3.10. Comunidade indiana no Butão

As fortes relações de intercâmbio entre a Índia e o Butão têm permitido que indianos trabalhem no Butão. Neste campo, estima-se que existam no Butão cerca de 37 mil trabalhadores/residentes estrangeiros, a maior parte dos quais são cidadãos indianos, excluindo trabalhadores transfronteiriços que entram e saem diariamente do Butão, e que se estima totalizarem cerca de 7000.

3.4. O papel da Índia no mundo global

Desde a civilização do vale do Indo, a Índia tem estabelecido parcerias comerciais com praticamente todos os países do sudeste asiático, além dos negócios com países como o Bahrein, Síria, Iraque, Egito e Grécia. O Budismo e o Hinduísmo têm despertado a curiosidade de pessoas espalhadas um pouco por toda a parte. À Índia chegaram influências de vários países, e, conseqüentemente, ensinamentos sobre as grandes religiões do mundo. O país tem estado na vanguarda do processo de globalização desde tempos imemoriais, mas ao mesmo tempo vem norteando o seu próprio processo de mudança.

A natureza da cultura indiana é absolutamente evolutiva: se é verdade que imprime nos outros características próprias da sua cultura, não é menos verdade que procura aprender e assimilar mais sem demonstrar quaisquer constrangimentos. Assim, não será de estranhar que uma boa parte dos estudantes, vindos das quatro principais universidades, consigam obter facilmente um emprego nos Estados Unidos. O mesmo se tem passado ao nível da produção cinematográfica, já que o cinema indiano tem tido bastante projeção e aceitação, no exterior, e a filosofia de vida indiana bastante apreciada.

¹⁸¹ Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional ou Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional, é uma organização política e económica de oito países na Ásia Meridional

A Índia tem sido uma das economias que mais cresceram no mundo nas últimas duas décadas. A partir de 1991 fez uma rutura com as políticas passadas de orientação interna e iniciou um processo de abertura ao comércio e aos investimentos estrangeiros. A resposta do crescimento surgiu uma década mais tarde, como o impacto cumulativo das reformas graduais, cujos efeitos incidiram notavelmente nos investimentos. As políticas de comércio livre e o *laissez faire* britânicos são considerados os maiores entraves ao desenvolvimento económico indiano. Da má experiência enquanto povo colonizado, o comércio livre era encarado como força do imperialismo económico, e não como um instrumento positivo para alcançar o rápido crescimento económico.

Em perspetiva, a contribuição da Índia para a economia global é, no entanto, muito menor que a da China. A economia chinesa é quatro vezes maior que a da Índia. Nos anos 80, a Índia e a China apresentavam algumas analogias, especialmente em termos económicos e os rendimentos *per capita* dos dois Estados mantiveram-se semelhantes durante três décadas.

A verdade é que a Índia iniciou a sua reforma económica vinte anos depois da China, e de forma gradual, tendo sido um processo que conheceu a passagem de diferentes partidos políticos que se foram revezando no Governo, e totalmente consentâneo com um regime democrático. O sucesso no domínio das tecnologias da informação no mundo industrializado, sobretudo nos EUA, e o desenvolvimento competitivo da mesma indústria em Bangalore, significa que os indianos emigrantes, e respetivos parceiros do referido setor, se tornaram numa importante voz na modernização da economia indiana, e no seu carácter globalmente competitivo. O setor privado tem sido uma peça fundamental no PIB do país.

A Índia reconhece a importância da interdependência na nova economia global, bem como a sua responsabilidade na reforma das instituições de administração mundial. Paralelamente, teve sempre um papel importante no processo de globalização, acrescentando-lhe, de vez em quando, novas dimensões. Daí a importância do país nas atuais mudanças globais. Ainda que pautada por contrastes, a Índia é a maior democracia do mundo, e é exemplo único de sucesso da fusão de diversidades.

Do ponto de vista económico (com uma taxa de crescimento anual de 8/9 %) é uma superpotência emergente. O crescimento da Índia fá-la ultrapassar a Alemanha no *ranking* dos países mais poderosos, estando neste momento atrás dos EUA, China e Japão. E, por conseguinte, é um raio de esperança não só para os países pobres, ou em

desenvolvimento, mas também para outros países desenvolvidos, pois funciona como uma ponte entre o mundo ocidental e o mundo oriental.

A Índia tem contribuído para a formulação de importantes normas de alcance internacional, sobretudo no que respeita a questão da soberania e acordos de paz, e, por isso, tem sido um dos principais colaboradores das Nações Unidas nas operações pela harmonia e concórdia entre países. Tal condição não é de agora, na verdade, desde a Guerra Fria a Índia foi um dos países que mais contribuiu militarmente, e foi a força que representou um grupo de 77 Estados “não-alinhados”. Ao mesmo tempo há que sublinhar que é também um país onde muitos encontram asilo, não sendo um país que origine refugiados, para além de que as leis previstas para a política dos refugiados são bastante liberais.

O desenvolvimento que alcançou nos domínios da ciência e da tecnologia da informação, valeu-lhe destaque político e poder de liderança suficientes a nível global para interferir nos assuntos de alcance internacional, ao assumir um papel importante em instituições como o Fundo Monetário Internacional e ao integrar o G20¹⁸² (contudo, persistem relutâncias em integrar a Índia no Conselho de Segurança das Nações Unidas, motivado fortemente pela tecnologia que dispõe no fabrico de mísseis). Nessa condição, a Índia desempenha um papel fundamental para que situações como o colonialismo e o imperialismo não emirjam novamente, e para que as possíveis mudanças sejam sobretudo nos países que ainda se encontram privados dos seus direitos.

Com as lições do seu passado, este país pode contribuir significativamente para a formulação de políticas de não-agressão e anti expansionistas. A Índia tem alcance suficiente para atingir tal objetivo. Resolvendo os seus problemas internos e cooperando simultaneamente com outras nações do mundo pela defesa do interesse dos homens comuns, e do bem-estar global, a Índia, poderá assumir importantes responsabilidades nesse processo. Não obstante, fica a questão: como é que a Índia poderá alcançar confortavelmente um lugar de poder no campo internacional e, ao mesmo tempo, assegurar e manter a paz e a estabilidade mundial?

Não se pode esquecer, no entanto, que o desenvolvimento da Índia concedeu-lhe um importante e relevante papel na manutenção da ordem mundial. O seu desenvolvimento a nível do armamento nuclear e o conflito que mantém com o Paquistão, considerado

¹⁸² Criado em 1999, é um grupo formado pelos Ministros das Finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo, juntamente com a União Europeia.

outra potência a nível de armamento nuclear, não podem deixar de ser tidos em conta pelas restantes potências do ocidente. Qualquer iniciativa militar por parte daqueles dois países poderá ditar a alteração ou mesmo o fim da ordem mundial, tal como é concebida. Não deixa de ser curiosa a notícia divulgada em dezembro de 2013 sobre a seguinte problemática:

“O que aconteceria se hoje houvesse uma guerra nuclear?”. E, segundo a mesma “Estudo prevê fome mundial e dois mil milhões de mortos. Seria o «fim da civilização»”. “Um confronto nuclear entre a Índia e o Paquistão provocaria uma fome à escala mundial que poderia resultar em dois mil milhões de mortos e acabar com a civilização (...).

Mesmo limitando o cenário a ataques entre Nova Deli e Islamabad, o resultado refletir-se ia na atmosfera e nas colheitas, o que acentuaria a crise nos mercados alimentares mundiais, indica-se no estudo da Organização Internacional dos Físicos para a Prevenção da Guerra Nuclear (IPPNW, na sigla original), premiada com o Nobel da Paz em 1985.

Uma versão preliminar do estudo divulgada em abril de 2012 estimava mil milhões de possíveis mortos devido ao confronto, mas hoje os especialistas admitem que essa era uma estimativa por baixo, que não tinha em conta os efeitos na população chinesa.

«Mil milhões de mortos no mundo em desenvolvimento é manifestamente uma catástrofe sem paralelo na história humana, mas se lhe juntarmos 1,3 mil milhões de mortos na China, trata-se claramente do fim da civilização», considerou o autor do estudo, Ira Helfand.

O estudo debruça-se sobre um cenário de confronto entre Índia e Paquistão devido às

tensões constantes entre as duas potências nucleares, que já se envolveram em três conflitos desde as suas independências em 1947, mas qualquer ataque nuclear teria consequências semelhantes, salientou.

«Neste tipo de guerra, haveria sobreviventes em todo o planeta mas o caos resultante acabaria com tudo o que conhecemos», afirmou.

As detonações nucleares enviariam detritos para a atmosfera que fariam reduzir em 21 por cento a produção de arroz em quatro anos e mais dez pontos percentuais nos seis anos seguintes, calculou.

A produção chinesa de trigo cairia para metade no primeiro ano após o conflito e seria sempre 30% inferior ao normal, mesmo dez anos depois.

Além da queda na produção, o aumento de preços resultante tornaria estes produtos alimentares inacessíveis a centenas de milhões de pessoas (...).”¹⁸³

Em termos de conclusão, diremos que a visão do Professor A. Moreira relativamente às relações internacionais da Índia é substancialmente diferente da visão que tem sobre as relações internacionais da China. A Índia foi um dos principais, se não mesmo o principal país dinamizador da conferência de Bandung, e da denominada estratégia do não alinhamento. Através desta orientação, “os povos de cor, os antigos colonizados, os pobres deste mundo, começaram a exercer uma política concertada, formal ou informalmente, em todas as grandes questões internacionais. Interpretando e desenvolvendo os “guiding principles” da Carta da ONU, “consequiram algumas declarações da Assembleia Geral que fixaram as linhas essenciais da perspectiva neutralista e terceiro-mundista”¹⁸⁴”.

¹⁸³ Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/503/internacional/ippnw-guerra-nuclear-estudo-india-paquistao-confronto-nuclear/1518048-4073.html> [Consul. em 11-12-2013]

¹⁸⁴ MOREIRA, Adriano, op. cit., pp. 136 e 144.

Esta perspetiva poderia resumir-se nas seguintes traves mestras: um ressentimento ante o mundo ocidental colonizador, uma certa complacência pelas posições da então União Soviética, pese embora formalmente se afirmasse neutrais (não alinhados) na Guerra Fria, e uma legitimidade da guerra de libertação. Com o fim da Guerra Fria, e a implosão do bloco soviético, as relações destes países ditos neutrais e não-alinhados caminharam para uma maior aproximação com o ocidente.

No caso da Índia, não obstante manter o seu papel de relevante ator regional pleno de autonomia, soube tirar partido do desanuiamento internacional da década de noventa do século passado e aproximar-se mais do Ocidente. Não obstante, e tal como no caso da China, a visão de décadas passadas mantém-se ainda bastante presente no papel da diplomacia e das relações internacionais vistas a partir de Nova Deli. Assim, ao contrário do seu vizinho chinês, a Índia tem preferido tomar partido de uma posição de neutralidade e não envolvimento. No entanto, a globalização e o crescimento assinalável quer da Índia quer da China (dois dos quatro países ditos BRIC¹⁸⁵), poderão demonstrar a insustentabilidade dessa posição durante muito mais tempo.

4. Relações Butão-China: que futuro?

4.1. Breve enquadramento da realidade histórica chinesa

Antes de se dar a perceber o que está na sustentação dos eventos que moldam as relações sino-butanesas, importa, para correto enquadramento da génese das dinâmicas estabelecidas, fazer uma breve incursão pela história da China, revelando os aspetos fundamentais que estão na sua base e que a consagraram como o “gigante amarelo”.

Localizada no extremo oriental da Ásia continental, a China, depois da Rússia, Canadá e dos EUA, é o quarto país mais extenso do mundo, ou o terceiro se for considerada a ilha de Taiwan. As suas fronteiras confinam a norte com a Mongólia e a Rússia, a nordestes com a Coreia do Norte, a sul com o Vietname, o Laos, o Nepal e a Índia, a oeste com o Paquistão e o Afeganistão, a noroeste com a Quirguízia e o Cazaquistão. Os 14.500 Km

¹⁸⁵ Refere-se ao Brasil, Rússia, Índia e China; países que se considera estarem ao mesmo nível de avançado desenvolvimento económico. Desde 2010, o acrónimo foi alterado para BRICS, devido à inclusão da África do Sul.

de costa são banhados por três mares: Amarelo (Nordeste), Mar da China (Oriental) e Mar da China Meridional. O país concentra um quinto da população mundial e apresenta um formidável quadro geográfico, que vai dos cumes mais altos dos Himalaias¹⁸⁶ e do grandioso planalto do Tibete¹⁸⁷, às férteis planícies costeiras, dos áridos desertos dos vales fluviais, passando por extensões de colônias de natureza geológica frágil, onde o homem soube construir, com pacientes socalcos, espaços agrícolas essenciais para a sua sobrevivência.

De grandes contrastes topográficos, climáticos e hidrológicos, a extensa China estrutura-se em sete grandes unidades geográficas: Sinkiang, Mongólia Interior, Região do Norte, Manchúria, Região Central, Região Meridional e Tibete.

O país tem também um quadro histórico não menos profundo e extraordinário, não só a partir daquela civilização que no III milénio a.C., introduziu o uso da escrita, elaborando textos e documentos que chegaram até aos nossos dias, como também, em grande parte, chegou até nós o testemunho concreto das incríveis capacidades organizativas que, há mais de 2000 anos, permitiram que o Império Celeste defendesse o seu território das invasões bárbaras, edificando, num espaço de tempo espantoso, 6.500 Km de poderosas muralhas, que constitui uma obra formidável de engenharia e de arquitetura ainda hoje objeto de incontestável admiração.

Um mundo que permaneceu durante muito tempo fechado sobre si mesmo, na sucessão de dinastias mais ou menos sensíveis ao governo do território, aos seus recursos, à arte e à cultura, às relações com o exterior, em primeiro lugar com a Europa, materializadas pela célebre viagem de Marco Polo, e depois por alternâncias geopolíticas, até à época contemporânea, quando, precisamente a China hodierna, a China da Revolução Cultural e da restauração até ao “socialismo de mercado”, é a que mais interessa na perspetiva do novo milénio. Apesar da heterogeneidade étnica e ambiental que caracteriza o imenso espaço humano e geográfico chinês, fazendo dele um universo distinto em muitos aspetos, o país apresenta um núcleo territorial e cultural (a chamada China Interior,

¹⁸⁶ Himalaia significa em sânscrito “casa das neves”. A imponente cadeia montanhosa da Ásia Central e Meridional, a mais elevada da terra, descreve um arco com 2400km de comprimento e 200km de largura média, com a parte côncava a apontar para Sul e divide-se politicamente entre o Paquistão, a Índia, o Nepal, o Butão e a China.

¹⁸⁷ Ocupa toda a China do sudoeste e estende-se por mais de 12% do território chinês; acolha, porém, pouco mais de 2.6 milhões de habitantes. Trata-se de uma imensa região que, em grande parte, pelas cotas elevadas e pela sua cintura montanhosa periférica e fechada, apresenta aspetos de total instabilidade. Pode dividir-se em duas sub-regiões: a norte e ao centro, o planalto do Chang Tang (ou do Tibete) e a Sul, as cadeias alcantiladas dos Tran-Himalaia e dos Himalaias, entre os quais se alongam vales profundos.

articulada nas bacias do Huang He e do Chang Jiang) fundamentalmente unitário do ponto de vista histórico.

Podem-se sintetizar pelo menos três constantes de fundo na história da China: a sistemática substituição das suas elites por crises revolucionárias, em consequência de revoltas populares ou de invasões; uma assinalável continuidade do sistema de poder central e periférico, graças a uma tradição consolidada de aparelhos e de quadros administrativos (mandarinato) que fez do Estado chinês um modelo burocrático *ante litteram*; e a forte capacidade por parte da civilização autóctone de assimilar civilizações exteriores (o chamado sincretismo chinês), que permitiu que a China estendesse a sua hegemonia política e cultural sobre grande parte da Ásia Oriental. Também a ocidentalização da China, tentada várias vezes pelos europeus a partir do século XVII, e que culminou com a erupção colonial da segunda metade do século XIX, foi absorvida e transformada nos decurso do século passado, numa singular forma de comunismo nacional, um dos fatores dominantes, como mais à frente se descreverá, na cena internacional do segundo pós-guerra, fazendo do antigo Império do Meio um dos pólos da política mundial também na era pós-comunista.

Antropologicamente, a China é um país compactamente mongólico: praticamente toda a sua população pertence a uma grande estirpe boreal, numericamente a mais importante do mundo. O seu antepassado é precisamente aquele *sinanthropus pechinensis*, cujos vestígios foram encontrados não longe da atual capital da China (Pequim), e tem o seu lugar de origem provavelmente na região compreendida entre a Mongólia e a planura chinesa, de onde, no discurso dos tempos, foi enxameando em todas as direções, em particular as do sul. Das variantes que os antropólogos distinguem entre os mongólicos, a mais predominante é a denominada sínica, que é característica de toda a vasta populosa planura chinesa. Outras variantes são o tungue, o calmuço, os tibetanos e o grupo európidia. No entanto, apesar da variedade étnica, segundo Samuel Huntington “*O Governo considera a China Continental o país-núcleo de uma civilização chinesa em relação ao qual todas as outras comunidades chinesas devem orientar-se*”¹⁸⁸

A língua oficial é o chinês (sínico ou han), a língua do continente asiático que tem maior número de falantes, que se costuma distinguir numa língua escrita e outra falada. Devem-se entender estes dois termos num sentido muito lato, porque a língua falada também tem a sua escrita. Depois, nas regiões de fronteira há o coreano e o cazaque, e

¹⁸⁸HUNTINGTON, Samuel P. - **O choque das civilizações e a mudança na Ordem mundial.** p. 197.

nalgunas áreas do país, também o mongol, o uígure e alguns dialetos tibetanos. As fontes oficiais chinesas distinguem, contudo, cerca de sessenta grupos étnicos-linguísticos.

4.2. China: a questão tibetana (antes de 1949)

Embora não se possa ignorar a potencial ameaça que o Tibete representou para a independência do Butão, a relação entre os dois países vizinhos foi sendo gerida sem grandes percalços. Mas, a crescente influência chinesa em Lhasa nos finais do século XVIII foi sempre motivo de preocupações e cautela por parte dos butaneses.

A situação geopolítica degradara-se mais ainda ao coincidir a expansão do domínio chinês para o Tibete com a permanência cada vez maior de britânicos no nordeste indiano. As relações entre o Butão e a China até então eram mínimas, facto que viria ligeiramente a alterar-se com o estabelecimento de chineses em Lhasa (dinastia Qing). Esta permanência encorajava o sentimento de que o Nepal¹⁸⁹, Sikkim, Tibete e Butão eram parte do império chinês. Os butaneses nunca reconheceram qualquer símbolo da soberania chinesa, e qualquer ação de ludíbrio não tinha as esperadas repercussões políticas.

Em 1792-1793, o Butão temeu uma invasão sino-tibetana. O comandante Fu Kang-an requereu assistência ao Butão na sua demanda contra o Nepal, a que Punakha recusou sem retorno de retaliações chinesas. Em Fevereiro de 1910, o Governo de Mancho (China) reivindicou direitos sobre o Butão, Nepal e Sikkim, mas nunca se pôde concluir pela subordinação.

4.3. O Butão: a questão tibetana

A posição geográfica privilegiada do Butão confere inegável importância estratégica e política à região dos Himalaias. O Butão mantém relações favoráveis com o Tibete, com

¹⁸⁹ Encostado ao coração da cadeia himalaica, na fronteira entre a Índia e a China (dois mundos divididos pelas barreiras físicas, não menos do que pelas diversidades culturais), o Nepal desenvolveu, ao longo de épocas milenárias, funções de passagem e de fronteira, sofreu invasões e colonizações e assumiu, em tempos mais recentes, papéis estratégicos mais importantes, conservando, porém, uma individualidade precisa, além dos cruzamentos étnicos e religiosos.

quem partilha tradições e interage a nível cultural e religioso. Entre butaneses e tibetanos as semelhanças são muitas, e não há dúvida que a influência tibetana foi decisiva na evolução e no desenvolvimento das estruturas sociais e políticas do Butão.

À parte da questão indiana, o Tibete é um elemento chave na análise das relações entre o Butão e a República Popular da China. Alguns aspetos ancestrais da relação entre o Butão e o Tibete sobreviveram ao longo dos tempos, marcando intensamente, e de forma complexa, as interações entre os dois países, de que não se pode dissociar os efeitos dos confrontos entre o setor dos Drukpa e o setor dos Gelugpa.

Contudo, a relação sino-butanesa é pautada por um clima de tensão e pressão várias. Com uma fronteira em comum, o Butão é um dos países vizinhos com quem a República Popular da China não mantém boas relações diplomáticas. As transações económicas e comerciais entre os dois países estiveram mesmo comprometidas e a fronteira que os une, de delimitação indefinida, fechada. Historicamente, as reivindicações chinesas sobre o território butanês surgem dependentes das pretensões territoriais tibetanas.

A política butanesa face aos refugiados tibetanos não foi, pois, desenhada de maneira a servir os interesses chineses, porém as autoridades chinesas tinham, ironicamente, razões de maior para se sentirem satisfeitos, pois o Governo real do Butão cessara qualquer tipo de contacto oficial com Dharamsala.

Surpreendentemente, o Dalai Lama, personalidade muito viajada, nunca visitara o Butão, o único estado Mahayana budista do mundo e com inegáveis ligações culturais, religiosas e históricas com o antigo Tibete. A empatia do Butão pelo Tibete moderno era também conhecida. Contudo, o Governo do Butão nunca se mostrou politicamente pró-ativo na causa tibetana no cenário internacional.

Os refugiados tibetanos foram bem recebidos no reino butanês, e as relações culturais e religiosas facilitaram a transição. O Governo butanês chegou mesmo a distribuir terras e, durante a década de 60, a comunidade tibetana prosperou no novo país. Mas, as dificuldades viriam dez anos mais tarde, com a questão dos tibetanos entre os assuntos da política interna, suspeitos de fomentarem agitações e convulsões no país.

Se por um lado respeitavam a política do Butão e as suas instituições religiosas, a lealdade tibetana recaía sobre o Dalai Lama. Para o Butão o risco do país se tornar num abrigo para os ativistas políticos tibetanos era considerável, numa tentativa de reaver as

relações com a China usando para tal o território butanês. A chegada de novos refugiados, para lá das capacidades do país e do Governo, impôs a tomada de uma posição de forma a clarificar a situação tibetana no Butão.

Em 1979, a Assembleia Nacional decidiu que os tibetanos no Butão posteriores a 1959 deveriam escolher entre a nacionalidade butanesa ou o abandono do país. Cerca de 2.300 pessoas aceitaram a primeira condição. A situação dos restantes 4.000 refugiados foi de difícil resolução. No início dos anos 80, o Dalai Lama chegou mesmo a incluir esta questão nos discursos que ia fazendo pelos países ocidentais.

Alguns membros da Assembleia Nacional sugeriram expulsar aqueles que se recusavam à cidadania butanesa, o que não era consistente com os princípios e tradições do país. De qualquer das formas, o Governo Real do Butão preferiu negociar a saída dos refugiados com a Índia, que recebeu cerca de metade dos asilados, enquanto os restantes partiram, como já anteriormente se referiu, principalmente para a Europa e para a América do Norte. Desde então, a questão tibetana deixou de constar na agenda política internacional.

4.4. O fator China nas relações Indo-Butão (1949-1962)

O Butão estabeleceu há muito relações de cooperação com a Índia, mas que saíram afetadas pela dominante e hostil China. O país foi prejudicado por migrações da China e por turbulências políticas no Tibete, que resultaram numa detioração das relações sino-indianas. Nenhum destes países são dependentes da China para bens essenciais ou para transações comerciais. A política, economia e segurança do Butão giram em torno da Índia. A China tem tentado expandir seus laços com o Butão e com o Tibete, e no passado procurou mesmo dominar as relações que aquele mantinha com a Índia.

Num jogo diplomático, Pequim abandonou orgulhos e a alegada qualidade soberana sobre o Butão. Tese corroborada por suspeitas de que a China numa tentativa de aumentar a sua influência na faixa sul dos Himalaias apoiava a ideia de uma federação na mesma região que comportaria o Nepal, Sikkim e o Butão.

Depois de consolidar o seu controlo sobre o Tibete, que consumou a República Popular da China como vizinho efetivo do Butão, tal projeto foi abandonado ao tomar

conhecimento do acordo entre o Butão e a Índia, em 1949. Facto que promoveu a imagem do Butão como estado legítimo e independente.

Em 1953 assinalou-se o interesse mútuo em melhorar a qualidade das relações entre os dois países, mas o Governo monárquico do Butão nunca tomou reais iniciativas. A eclosão de uma revolta contra os chineses no Tibete (1954-1955) teve profundas repercussões nas relações sino-butanesas, ao mesmo tempo que aumentava a tensão entre a China e a Índia, e o Governo do Butão era convidado a tomar uma posição e a abandonar o, até então, isolamento que o caracterizava.

Na verdade, o Butão estava decidido a manter-se à margem do conflito entre os dois países vizinhos, todavia a deterioração da situação vivida no norte tornou cada vez mais difícil a conservação da posição neutral face às solicitações indianas. Em 1959, a República Popular da China ocupou oito enclaves butaneses no Tibete ocidental, e no mesmo ano o Dalai Lama fugiu para a Índia pelo vale Chumbi, a leste do Butão. Ao mesmo tempo, um grande número de refugiados tibetanos começaram a afluir ao Butão, que tentou por todos os meios resistir à pressão exterior. Era do conhecimento geral a importância estratégica do país no conflito, e o rei compreendia a questão indiana, mas defendia que o Butão não era um protetorado indiano, e que o tratado de 1949 não continha qualquer cláusula relativa à defesa.

Em 1960, os soldados chineses chegaram a patrulhar a fronteira com o Butão, e a fazer mesmo incursões no território vizinho, alegando desconhecimento sobre os reais limites fronteiriços. Um ano depois, a China publicou um novo mapa que apresentava discrepâncias em relação aos anteriores, ao englobar no seu território parte do território butanês. Estas incongruências receberam a atenção da Índia, que aumentou de sobremaneira a pressão sobre o Butão, por se constituir como um setor de vulnerabilidade à segurança do sistema indiano. Vários foram os tratados de ajuda assinados pelos dois países após a cedência do Butão ao pedido de ajuda indiano.

Deste pacto nasceu o projeto para a construção de uma estrada que ligaria a Índia ao centro do Butão. Paralelamente, o exército indiano ficou encarregue de treinar o exército real butanês, incluindo-o no sistema de segurança indiano. Por esta altura, o Butão cessou as trocas comerciais com o Tibete. O embargo teve consequências na economia butanesa, fortemente dependente do mercado tibetano, vendo-se obrigado a ajustar-se à mudança global das estruturas comerciais, possíveis pela abertura da estrada

para a Índia em 1963, e que significou o fim de transações com todos os mercados tradicionais excedentes em arroz e a privação dos tecelões da lã tibetana.

Afastando o caráter intimidatório, por várias ocasiões, Pequim procurou assegurar a total ausência de intensões nefastas, revelando-se disponível para resolver, através de negociações diretas, qualquer querela sobre a questão fronteiriça que mantinha com o Butão. Ressalve-se o interesse da China em manter a Índia “ignorante” relativamente a esta matéria. E, embora o tratado indo-butanês de 1949 previsse a ação conjunta em matéria de relações externas, o Butão não considerava que o mesmo legitimasse discussões diretas e abertas com a China, remetendo o problema para as negociações sobre o assunto das fronteiras sino-indianas, que foram realizadas em 1961. No entanto, estas questões nunca chegaram a ser tratadas, já que Pequim se recusou a incluí-las nos seus diálogos.

4.5. O Butão e o conflito fronteiriço sino-indiano de 1962

A crescente tensão entre a Índia e a China resultou na guerra sobre as fronteiras em Outubro de 1962. Embora à margem do conflito, o território butanês estava contíguo ao campo de batalha, e assistiu a combates decisivos que tiveram lugar em Kameng, a leste do país. Felizmente para o Butão a guerra foi breve, as ofensivas chinesas foram decisivas e as forças indianas, rapidamente esmagadas, viram-se obrigadas a retirarem-se através de Trashigang, possessão butanesa. Unilateralmente, a China cessou fogo e abandonou o norte da principal cadeia dos Himalaias. Ainda que pouco longa, esta guerra alterou o equilíbrio do poder nos Himalaias, o que poderia ter sido a oportunidade para o Butão reavaliar alguns aspetos da sua diplomacia na região, pois ficara claro que, desde a década de 50, a influência da China no sul dos Himalaias era deveras poderosa e consistente.

A própria Índia acabou por reconhecer a soberania chinesa sobre o Tibete em 1954, mas a China, por seu turno, criticou a proximidade entre a Índia e Sikkim, ao mesmo tempo que encorajava o Nepal a abraçar uma diplomacia dualista e ambígua. Depois do conflito sino-indiano, parte da elite butanesa, especialmente na Assembleia Nacional, mostrava-se aberta e favorável ao desenvolvimento de relações diplomáticas mais harmoniosas entre a China e a Índia. Esta diplomacia partia do pressuposto de uma

relação de amizade partidária entre Nova Deli e Pequim, à imagem do modelo nepalês. Mas, o Governo real do Butão não considerava sequer esta opção: por um lado, o país, atendendo ao destino do Tibete, era bem mais sensível que o Nepal; as origens socio-religiosas partilhadas com os tibetanos e a própria história geraram receio entre os butaneses, perante a estratégia chinesa dirigida a toda a região dos Himalaias. Por outro lado, o Butão e o Nepal gozavam de diferentes relações pactuais com o seu vizinho indiano.

O Nepal havia conseguido cultivar uma imagem mais positiva no exterior mas, como os acontecimentos posteriores evidenciaram, tratava-se apenas de uma fachada com custos pesados para a política e economia do país. O Butão, que sempre criticara tal postura, recusava-se a transformar-se numa arena de competição pelo poder, preferindo prosseguir com uma abordagem mais gradual e menos dramática. Esta estratégia política assentava na crença de que Nova Deli não colocaria entraves à expansão progressiva das relações do Butão com o mundo exterior, se tal não ameaçasse os interesses e a segurança indiana.

Os eventos que se seguiram validaram a opção do Butão, que passou a integrar diversas organizações internacionais, incluindo as Nações Unidas. O apoio indiano esteve sempre presente e, ainda que pautada pela cautela, a diplomacia butanesa revelou-se mais pragmática e eficaz. No que concerne as relações com Pequim, Thimphu valeu-se do seu *status quo*, e aguardou pela melhoria das relações Indo-China para assim reavaliar estratégias políticas com este último.

Pequim começou as suas exportações para o Nepal, no final de 1980, mas recuou diante uma forte reação indiana, que envolveu o fechamento de quinze dos dezassete postos fronteiriços que dão ao Nepal praticamente livre acesso para a Índia. Foi um movimento mal calculado que indicia a imensa insensibilidade chinesa pelas preocupações de segurança indianas. O Nepal, por seu turno, tem sido nos últimos anos mais consciente e optou por adotar uma postura neutra nas questões sino-indiana

Os chineses continuam a fazer prevalecer a sua presença através da construção de estradas, do fabrico e na elaboração de outros projetos, assim como tem investido regularmente em visitas a alto nível político. Com o Butão, as negociações para resolver os diferendos fronteiriços vão acumulando-se ao longo do tempo (como se verá mais adiante). Pequim ainda não tem uma embaixada em Thimphu. É de não esquecer a

proximidade que o Governo Real do Butão tem com a Índia, tendo sido particularmente sensível aos desafios indianos face à China.

4.6. Política de ligação e percepções de segurança

Durante toda a década de 60, a abordagem butanesa dos assuntos pendentes com a China manteve-se cautelosa. De toda a parte surgiam rumores que a China construía estradas e instalações militares em áreas de fronteira e havia a forte suspeita de que o Primeiro-ministro do Butão, Jigme Dorji (1964) tinha sido assassinado com a cooperação de elementos pró-China. Com as fronteiras butanesas protegidas pela Índia, o país só podia esperar por melhores dias nas relações sino-indianas. Mas, da reserva ao pragmatismo, os dois países, Butão e China, alcançaram alguma tranquilidade e e normalização nas suas relações, designadamente quanto à questão da delimitação formal da fronteira Sino-Butanesa, com 200km de extensão.

Sem demarcações formais, os limites eram do conhecimento dos oficiais e dos locais, apenas nos territórios de maior passagem, o restante pertencia ao desconhecido e, até 1959, não havia sido assinalado qualquer interesse em demarcar o território por meio de jurisdição própria.

As pastagens de altas altitudes, localizadas nas fronteiras Butão-Tibete foram alvo de disputas. Bem para lá da natureza meramente casual, estas querelas eram impulsionadas pela China que reclamava aquelas áreas sob o pretexto de serem usadas principalmente por tibetanos. Contudo, a China mostrava-se aberta a negociações bilaterais com o Butão, que acabou por ceder até que concluísse pela inviabilidade de qualquer diálogo e até à completa normalização das relações sino-indiana.

4.7. A questão fronteiriça: sua evolução

A primeira fase de conversações sobre o problema de delimitação das fronteiras entre o Butão e a China aconteceu em Pequim, em abril de 1984. Dessa data até 2003, o Butão e a China passaram por mais dezasseis reuniões, ora em Pequim, ora em Thimphu. A última teve lugar na capital chinesa, em outubro de 2002. Do primeiro ao quinto

encontro, a delegação butanesa foi liderada pelo embaixador de Nova Deli, enquanto o lado contrário recebeu a orientação do vice Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O entendimento entre as duas partes foi gradual ao longo das diferentes fases. Mais recentemente, o envolvimento dos chefes de Governo conferiu alguma solenidade ao processo. Enquanto em Thimphu, à delegação chinesa é concedida uma audiência com o rei, o grupo butanês reúne-se com o Primeiro-ministro chinês. Os diferentes encontros espelham o caráter extenso e moroso do processo. Durante a primeira tentativa de acordo, ambos os lados foram consensuais na urgência de definir limites territoriais, tendo, assim, sido expostas e dadas a conhecer com detalhe as diferenças de posição.

Em 1996, fortes rumores espalharam a ideia de que os chineses estariam a construir estradas e a organizar operações nas áreas em discussão. O Butão expressou a sua indignação perante tais desenvolvimentos por altura da 11ª fase de negociações, em 1996. É então que a China propõe um assinado de amizade entre as duas nações. Mas, uma vez que a delegação butanesa não tinha autoridade para tal, a intenção foi adiada para 12ª ronda de conversações, em 1998. Nessa data, o Butão e a República Popular da China assinaram um tratado de manutenção de paz, ao longo das fronteiras contíguas aos dois países. Este foi um importante passo, não só para fixar definitivamente limites territoriais, como também para a melhoria das relações bilaterais, assinando-se o “primeiríssimo” tratado intergovernamental entre os dois países.

China e Butão concordaram que antes da solução dos problemas fronteiriços, o *status quo* da fronteira, precedente a 1959, deveria ser revisto e ser tido em consideração. Ao mesmo tempo, a China reforçou o respeito pela independência, soberania e integridade territorial do Butão. Os dois lados estavam, assim, prontos para desenvolver boas relações de vizinhança e de cooperação, tendo por base o princípio da coexistência pacífica.

Apesar de estudiosos fazerem crer que alguns líderes de oposição ao Governo do Butão encaravam esta nova aliança como o derradeiro golpe contra a Índia, a verdade é que nada disto pareceu provocar desconforto em Nova Deli.

Obviamente, o objetivo primeiro das conversações anuais foi encontrar uma solução para a contenda fronteiriça. Em 1959, um dos territórios em disputa foi identificado: cobria uma área de cerca 600 km² e estava localizado no nordeste do Butão, ao longo de Mac-Mahon, o que incluía a área de Tashigang. Na altura, as reivindicações chinesas

eram muito vagas e mal documentadas, tornando-se mais pormenorizadas só depois de 1962. Desta feita, na querela estavam em causa as “nove aldeias”, localizadas a oeste da margem de Nyamjang Chhu, ou seja, Khangri, Tarchen, Checkar, Jangtong, Tussu, Janghi, Dirafoo, Chakop e Kachan. A extensão exata do território em disputa não foi, no entanto, publicitada.

Só recentemente é que informação mais detalhada veio a público, através de debates na Assembleia Nacional em Thimphu, em 2002. De acordo com aquele órgão governamental, havia sobretudo quatro setores em disputa. A começar por Doklam, no oeste. A fronteira estende-se ao longo dos cumes de Gamochen a Batangla, Sinchela e para baixo em Amo Chhu. As áreas de Sinchulumpa e Gieu cobriam cerca de 180 km². A raia nesse setor começa de Langmarpo Zam até Docherimchang, seguindo-se para – Gomla, a norte, prolongando-se, ainda, para o pico de Pangkala, e depois para o rio de Dramana. A partir deste curso de água, a fronteira engloba Zingula e Gieu Gieu, estendendo-se para Lungkala. No setor central (Pasamlum), a divisória atinge o pico de Dompala a Neula. Neste último, a linha invisível demarca a região alta de Kuricchu Tshozam e, posteriormente, Genla, seguindo-se de Mela para este.

Das várias negociações, o território reclamado foi reduzido de 1.128 km² para 269 km² nas regiões do nordestes butanês. Depois de assinado o acordo provisório em 1998, o Governo chinês teve de responder rapidamente ao problema de extração de madeira em Pasamlum. O acordo ajudou ainda a atenuar o descontentamento de alguns tibetanos, alvo de castigos severos por parte da segurança fronteiriça butanesa sempre que trespassavam território butanês à procura de ervas medicinais.

A abordagem chinesa da questão dos limites territoriais com o Butão em muito foi similar à que havia desenvolvido com o Nepal, e que em tempos propôs à Índia, mostrando sempre interesse em negociar por “pacotes” territoriais e não tanto parcelarmente de setor a setor. Embora as negociações tivessem progredido, desde a assinatura do tratado de 1998, o Butão tem-se mostrado relutante em precipitar-se numa decisão definitiva, à medida que novas preocupações vão emergindo.

Durante a 14^a reunião, em 2000, o Butão reclamou a extensão da linha fronteiriça para lá daquilo que inicialmente o Governo chinês oferecera. Os três setores em causa eram Doglam, Sinchulumba e Drama. No encontro seguinte, em 2001, o negociador chinês e vice Ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, afirmou categoricamente que a

questão fronteiriça com o Butão havia deixado de constituir um problema. O Butão considerou tal posição como um considerável progresso na matéria.

Nos finais de 2001, foi comumente aceite que a discussão estava perto do fim. Contudo, no ano seguinte, o ministro butanês dos negócios estrangeiros, Lyonpo Jigme Y. Thinley, informou a Assembleia Nacional que os chineses afirmavam estar em posse de provas documentais que lhes conferiam razão na disputa territorial. Quando o Butão rogou por generosidade e clemência, a resposta chinesa foi clara: como nação que partilhava fronteiras com outros 25 países não poderia de maneira alguma abrir exceções.

Descontentes e numa tentativa de chegar a um consenso, o Governo, incluindo o Primeiro-ministro da China, questionou o Butão sobre as novas reivindicações passados tantos anos. É claro que, partindo de debates na Assembleia Nacional, o Butão continua a ter grandes preocupações no que respeita a alguns aspetos relacionados com a questão fronteiriça.

A área ocidental tem sido a mais debatida. Em causa está a urgente delimitação técnica, mas também a própria segurança do país. Para o Governo do Butão há que ter em consideração a fronteira vizinha China-Índia. Membros da Assembleia Nacional mostraram preocupações com a existência de acampamentos militares ao longo das regiões em disputa, na parte ocidental do país. Embora não haja ligação direta entre as negociações fronteiriças e o aparecimento de militares chineses, a situação é de particular importância, especialmente tendo em consideração os correntes problemas de segurança do Butão, na fronteira a sudoeste com a Índia, que provocaram alguma fúria e suspeita na Assembleia Nacional. Durante a última sessão, a assembleia expressou ainda indignação perante o carácter regular com que os tibetanos invadem as pastagens do Butão.

Depois da 16ª reunião, o lado butanês considerou que o assunto em causa era por demais complexo, pelo que ambos os lados deveriam continuar a trabalhar no sentido de uma solução. Ficou acordado contar com a ajuda de técnicos para se decidir sobre o domínio de certas áreas territoriais, cartografando tudo num mapa. Ambos os países concordaram em usar o mesmo nome para as áreas em disputa, com vista a evitar mais confusões.

Em 2002, o secretário de estado butanês conduziu uma equipa de técnicos até à China. Contudo, discussões técnicas têm-se seguido umas às outras indiciando que o problema está longe de encontrar uma solução minimamente satisfatória para ambos os lados.

Durante sua visita ao Butão, para a 20.^a ronda de negociações sobre fronteiras, Fu Ying, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da China afirmou:

"Nós (China) estão dispostos a trabalhar com o Butão para rápida criação de relações diplomáticas. A disputa de fronteira entre os dois países não cobre uma grande área. Os dois lados devem acelerar as negociações fronteiriças do espírito de compreensão mútua e de alojamento, com vista a chegar a uma solução justa e razoável e mutuamente aceitável. Isso vai contribuir para a paz e estabilidade em nossas áreas de fronteira. Estamos prontos para incentivar as empresas chinesas a expandir suas exportações para o Butão e acolher as pessoas-a-pessoa mais intercâmbios e turismo, que irá ajudar a aumentar o conhecimento mútuo e amizade entre os nossos dois povos. Acreditamos que o Butão está bem posicionado para aproveitar a oportunidade do desenvolvimento da China e da Índia e se beneficiar do grande renascimento histórico da Ásia. Maximizar essas oportunidades vai ajudar Butão abrir uma nova era de desenvolvimento".¹⁹⁰

A afirmação proferida demonstra e revela a confiança e a disponibilidade da China para resolver a disputa da fronteira com o Butão.

Por seu lado, o líder da oposição e presidente do partido democrático popular, Tsering Tobgay,

¹⁹⁰ Fu Ying, "It is time for China and Bhutan to develop bridges of Friendship and Cooperation," Kuensel Online, August 9, 2012, at: <http://www.kuenselonline.com/2011/?p=35042>.

“(…)believes that the demarcation of the boundary is a precondition for establishing diplomatic and economic ties with China. Tobgay, who represents the Haa constituency, argues that for Bhutan, demarcation of the boundary is akin to gaining a respectful place in the international comity. He also believes that the demarcation of the boundary is a precondition for a peaceful neighbourhood since, in the absence of a settled boundary, Bhutan could become a potential flashpoint for the two nuclear Asian powers - India and China.”¹⁹¹

Segundo Medha Bisht

“The question to be asked therefore is whether Bhutan is prepared to make the strategic bargain. It would not be an exaggeration to state that with huge Indian investments in Bhutan’s economy, such a choice could be difficult at least until 2020 primarily due to the nature of hydel cooperation between India and Bhutan. If China seeks to replace India, is Bhutan ready to be flooded with Chinese goods, more so when its industrial belt essentially lies in the South. Some experts claim that China has interests in the timber resources of Bhutan. Will Bhutan be ready to make a ‘green’ sacrifice, given that preservation of natural resources has been a policy priority for Bhutan”

Ora, assim sendo, parece que os assuntos referentes à demarcação definitiva das fronteiras entre o Butão e a China continua a estar presente na política externa quer da China, quer do Butão, embora ambos os países pareçam querer trata-la lateralmente e cautelosamente, dispensando maior atenção às questões de momento mais importantes – as relações comerciais e de investimento.

¹⁹¹ BISHT, Medha - Chinese Inroads into Bhutan: Diplomatic Gimmick or Strategic Reality?, 2012. Disponível em http://www.idsa.in/idsacomments/ChineseInroadsintoBhutan_mbisht_140812

4.8. O crescimento chinês: uma questão de Lógica

A China é um país milenar e fora governado por várias dinastias. Da rica e vasta história da China as opiniões dos estudiosos sobre o período a destacar não são propriamente consensuais. Contudo, se excluirmos as diversas dinastias do Império do Meio e se nos concentrarmos especificamente na China Moderna, ressaltam com maior frequência os feitos de Mao Zedong ou Mao Tsé-Tung ¹⁹² e a Revolução Cultural dos anos 60, a era de Deng Xiaoping (período de 1979 a 1984), que marca decisivamente a modernização económica da China, pela implementação de um sem número de reformas, ou ainda o período mais recente da história moderna da China, respeitante ao processo de admissão do país na Organização Mundial do Comércio, bem como ao período que antecede tal evento. Mas, e sem menosprezar a importância dos vários períodos da história da China, para falarmos em revolução económica teremos inevitavelmente que sublinhar o período histórico marcado pelo poder de Deng Xiaoping. De facto, é este preciso período que confere à China um crescimento económico inigualável, e que a consagra numa das principais economias de mercado do século XXI, cujas consequências, no que respeita a extensão do seu impacto e globalidade, são de difícil avaliação e apreciação.

Assim, e para percebermos a lógica do crescimento chinês é necessário fazer uma detalhada viagem no tempo.

4.8.1. A economia socialista de mercado – a direção de Mao Tsé-tung

Marx não ofereceu propriamente uma visão sólida no que respeita às relações internacionais. No entanto, apresentou algumas pistas quanto a essas mesmas relações.

¹⁹² Mao Tsé-tung, ou Mao Zedong, nasceu na aldeia de Shashan na China em 1893. Mao foi um dos fundadores do partido comunista chinês (1921) e conduziu o “Exército Vermelho” contra o “Kuomintang” (movimento republicano, aliado ao Partido Nacionalista Chinês), naquilo que ficou conhecido por “Longa Marcha”, tornando-se no principal líder comunista do país. Ao longo da Segunda Guerra Mundial as querelas entre comunistas e nacionalistas continuaram, tendo a guerra civil chinesa persistido até ao dia em que a China Continental foi tomada ao Japão pelos comunistas, que forçaram os nacionalistas a fixarem-se na Formosa (Taiwan), criando uma divisão no país, que ainda hoje subsiste. Em 1949 é então fundada a República Popular da China e Mao tornou-se o seu presidente. No sentido de salvar a China do atraso económico e industrial, Mao lançou em 1958 uma política que ficou conhecida por “Grande Salto à Frente”, que obteve resultados desastrosos. Enquanto plano secundário, Mao promoveu a chamada “Revolução Cultural”, perseguindo intelectuais, professores e antigos membros do Partido Comunista Chinês, acusados de estarem altamente ligados à burocratização do estilo soviético. Em 1976 Mao morre e sobe ao poder um dos seus maiores rivais: Deng Xiaoping, que ao dar um novo rumo à China não aniquilou a política ditatorial do partido único.

Assim, segundo a escola marxista, e citando o Professor Adriano Moreira, “*todas as Sociedades de classes engendram a guerra, as guerras são conflitos entre as classes dirigentes que utilizam as massas como instrumentos, pelo que é da futura sociedade sem classes que virá a solidariedade entre os povos, sendo a vitória final do proletariado o facto do qual decorrerá a paz entre as nações.*”¹⁹³.

A revolução de outubro, e a afirmação de Lenine, levou a doutrina soviética, sobretudo após a luta travada com vista à conquista do poder absoluto na Rússia, a considerar a exportação da revolução como um importante paradigma das relações internacionais. Isto é, o conflito de classes à escala global, e a subsequente paz por vitória do proletariado, teria de ser transposto para além das fronteiras soviéticas de forma a mais rapidamente se obter uma ordem global estável e harmoniosa.

Na esteira de Lenine, Trotsky advogou igualmente o alastrar da revolução. No entanto, das lutas internas do Partido Comunista da União Soviética, emergiu antes um líder com uma visão substancialmente mais moderada e cautelosa relativamente à expansão do socialismo. Na verdade, fruto da sua personalidade desconfiada, e por receio de perder o controlo dos acontecimentos, Estaline deu antes prioridade à consolidação da revolução na União Soviética, de onde, eventualmente e após consolidação, o modelo poderia então sim ser projetado para outras partes do globo.

Sucedem, porém, que com a chegada ao poder de Mao na China, esta visão até então única do campo socialista, muito por força do destino brutal de Trotsky, sofreu um sério abalo. É que, nas palavras de Adriano Moreira, “*Mao Tsé-tung sempre destacou a necessidade da violência e da ajuda das forças revolucionárias de todo o mundo*”¹⁹⁴. Assim, e não obstante a China de Deng Xiaoping ter, eventualmente, ultrapassado a China de Mao, a verdade é que o ADN diplomático e a forma de perspetivar as relações internacionais da China se manteve sempre próximo de uma visão mais agressiva, expansiva e conflituosa. Neste sentido, vejam-se as difíceis relações sino-indianas¹⁹⁵, sino-soviéticas¹⁹⁶, sino-vietnamitas¹⁹⁷ e sino-nipónicas¹⁹⁸. Isto é, a China mostra-se ser um vizinho algo conflituoso e de difícil convivência.

¹⁹³ MOREIRA, Adriano, op. cit., p. 136.

¹⁹⁴ MOREIRA, op. cit., p. 137.

¹⁹⁵ Conflito armado em 1962.

¹⁹⁶ Conflito armado de Março a Setembro de 1969.

¹⁹⁷ Conflito armado em 1979.

¹⁹⁸ Disputa sobre as ilhas Senkaku ou Diaoyu.

Com a rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial, após ter ocupado cerca de dois terços do território chinês, face ao esforço unido de comunistas e nacionalistas e depois de algumas guerras civis, ao longo de 22 anos, os comunistas do Espírito de Libertação Popular, liderados por Mao Tsé-Tung, saíram vitoriosos, proclamando-se, assim, a República Popular da China, a China Comunista (Taiwan, ou a ilha Formosa, recebeu os nacionalistas refugiados, que acabaram por fundar a República da China Nacionalista).

A China liderada por Mao era fechada, e estava isolada de muitos acontecimentos niveladores da época, tal como refere Thomas Friedman¹⁹⁹. Foi somente com o afastamento da China face à União Soviética, que finalmente se estabeleceram as primeiras ligações com os EUA, tendo assim a China entrado para a ONU em 1972, tornando-se membro permanente do Conselho de Segurança. Mao morreu em setembro de 1976, sucedendo-lhe Deng Xiaoping²⁰⁰, dando-se início assim um novo período para a economia chinesa: a sua abertura ao exterior.

4.8.2. Direção Deng Xiaoping: abertura da economia ao exterior

Foi efetivamente em 1977, com a morte de Mao e com o fim da revolução cultural, que a economia chinesa se abriu ao mundo, e como refere Federico Rampini “*bastou fazer saltar a rolha do maoísmo, que contivera infinitas energias ocultas, para permitir que o milagre acontecesse*”²⁰¹.

¹⁹⁹ FRIEDMAN, Thomas - **O Mundo é Plano – Uma História Breve do Século XXI**. p. 4.

²⁰⁰ Deng Xiaoping nasceu em 1904, em Guangan. Aos 16 anos vai estudar para França, onde se torna membro do Partido Comunista Chinês (PCCH). Entre 1925 e 1926 vive na União Soviética. Ao regressar para a China, apoia fortemente Mao Tsé-Tung e participa ativamente na Grande Marcha contra o governo de Chiang Kai-Shek.

Ao ser proclamada a República Popular da China, sob o comando de Mao, Xiaoping torna-se secretário-geral em 1954 do partido comunista e no ano a seguir torna-se membro do comité-central do partido.

Quando Mao, em 1959, é afastado do governo e Liu Shaogi torna-se presidente do país, Xiaoping é mantido líder do partido. Contudo, em 1966, Liu é destituído e Mao volta ao poder, enquanto que Xiaoping é demitido do seu cargo e é preso devido às objeções à Revolução Cultural. Na década de 70, a ala moderada do PCCH recupera importância e Deng Xiaoping reassume a sua posição junto do comité-central do partido, sendo mesmo nomeado vice-primeiro ministro.

Em 1976 é novamente exonerado, mas após a morte de Mao nesse mesmo ano, Deng torna-se Líder da China e protagoniza o processo de implantação de uma economia socialista de mercado na China, iniciando a abertura, sem abandonar o regime de partido único, ao mesmo tempo que procura uma aproximação política com o Japão e os Estados Unidos, sofrendo, por tal, a oposição dos membros da velha guarda.

Deng lidera a China até à sua morte em Fevereiro de 1997, sucedendo-lhe Jiang Zemin.

²⁰¹ RAMPINI, Federico - **O século chinês**. p. 14

O processo de reforma da economia chinesa desvitaliza o movimento de agitação política, que tem por base a luta de classes, e proclama a estabilidade e unidade, tão necessárias ao processo de modernização do país. A altamente burocratizada e planificada economia maoísta passa a ser então desprezada, enquanto o mercado começa a assumir um papel cada vez mais importante na vida económica, dando-se assim os primeiros passos para a chamada economia de mercado, ainda que sob o efeito de alguma resistência de esquerda.

Após décadas de apatia, a China, a partir de 1978 (sob o comando de Deng Xiaoping), reviu finalmente os fundamentos da sua economia, e partiu para a sua abertura face ao exterior. Para Thomas Friedman, *“Deng Xiaoping fez com que a China se abrisse para absorver muitos dos dez acontecimentos que contribuísssem para tornar o mundo plano. Ao fazê-lo tornou o seu país num desafio para o mundo inteiro”*²⁰².

Ainda que controverso, no que diz respeito à política interna, Deng foi a figura incontornável do desenvolvimento económico da China. Enquanto líder avançou com as reformas necessárias para aniquilar os efeitos negativos da Revolução Cultural e para promover o relacionamento estratégico da China com os países do ocidente e a sua afirmação no cenário mundial.

Ainda assim, o apogeu económico da China dos últimos 25 anos é de tal ordem ameaçador, que leva a falar-se do “perigo amarelo” face às restantes potências asiáticas como a Índia e o próprio Japão. Foi nesse sentido que os países asiáticos formaram em 1967 a ASEAN²⁰³ (Associação das Nações do Sudoeste Asiático), encabeçada pela Tailândia, com o intuito de assegurar o desenvolvimento da região a nível económico, social e cultural, bem como fomentar a paz e a estabilidade regionais, criando assim uma zona livre de comércio, estabelecendo com a Europa, Japão, China²⁰⁴ e Coreia do Sul acordos de cooperação.

O câmbio desvalorizado em relação aos seus competidores comerciais e o sucesso das redes de comércio estabelecidas na Zona Económica Exclusiva (ZEE) permitiram à

²⁰²FRIEDMAN, Thomas, op. cit., p. 4.

²⁰³ Fazem parte da ASEAN: Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia, desde 1967; Brunei, a partir de 1984; Vietname desde 1985; Mianmar e Laos a partir de 1997 e Camboja desde 1999.

²⁰⁴ Em Janeiro de 2007 a China e os países que formam a ASEAN assinaram um importante acordo comercial. O acordo promete facilitar a entrada dos países do sudeste asiático ao mercado chinês em sectores tão variados como os: bancário, turístico, imobiliário, sanitário, tecnologias da informação e transportes. Em 2005, segundo estatísticas da China, o volume de intercâmbios comerciais entre a China e a ASEAN cresceu cerca de 23% em apenas um ano, valor que Lu Jianren, economista da Academia de Ciências Sociais da China, previu aumentar em 20% em 2007.

China a deslocação de produtores da ASEAN, do mercado americano. Em consequência, a participação dos EUA nas exportações chinesas cresceu extraordinariamente nos anos 90, registando-se uma mudança de direção das disposições do comércio internacional.

O intuito da China com este acordo passou sobretudo por garantir para 2010 uma área de livre comércio com esses países.

A ascensão da China enquanto potência militar e industrial teve inegável impacto multidimensional nos estados da região Ásia-Pacífico, mas sobretudo consequências diretas para os seus mais imediatos vizinhos. A maioria dos países que circundam a China é afetada pela capacidade económica e militar de Pequim, sem esquecer as implicações decorrentes das políticas de defesa e posição quanto a disputas bilaterais e do uso do poder à medida que cresce e se intensifica.

O *status* conferido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, enquanto único membro asiático permanente, o rápido crescimento económico, a extensão do seu já largo mercado, o seu tamanho e privilegiada posição e localização geopolítica, permitiram à China alcançar importantes ferramentas de estratégia, influência e, por conseguinte, grande poder.

O nacionalismo assertivo da China assente numa forte convicção de autoconfiança e autonomia deriva de uma notável determinação nacional e estratégia orientada no sentido de atingir o pico do seu apogeu em todas as dimensões: económica, militar, tecnológica e político-cultural. Como explica Samuel P. Huntington, “*A história, a cultura, as tradições, a dimensão, o dinamismo económico e a imagem que a China tem de si impelem-na a assumir posição hegemónica no Extremo Oriente*”²⁰⁵. Todas aquelas esferas estão a redefinir o ambiente que se vive na Ásia global causando muitas vezes destabilizações entre uma fome de união nacional e uma contínua insatisfação nas conquistas territoriais que vai alcançando.

Por mais de um século, riqueza e poder têm sido os principais objetivos da elite chinesa, o que já vinha da liderança de Mao Zedong e de Deng Xiaoping, embora lhes sejam atribuídas diferentes perspetivas e estratégias de desenvolvimento e de modernização do país. A liderança pós-1949 esteve sempre consciente do papel do poder militar na política doméstica e internacional.

²⁰⁵ HUNTINGTON, Samuel P., op. cit., p. 269.

Esta sede de poder político e militar está intimamente ligada à autopercepção da própria fraqueza. A memória da humilhação sofrida nos séculos XIX e XX, pelas potências ocidentais, e a ocupação do seu território pelos japoneses são factos que ainda hoje custam a admitir aos chineses. A ideia de que a China fora militarmente derrotada pela Inglaterra, França e Japão antes de o ser política ou economicamente é avassaladora, e está profundamente enraizada na memória dos chineses, e alimentada pelo Partido Comunista Chinês.

O esforço pelo poder no século XX nasce desse sentimento de revolta contra a subordinação, sendo inimaginável a mais ínfima possibilidade de sujeição a tamanha humilhação perante uma irrevogável hegemonia rival. Nos anos precedentes à revolução, este pensamento foi fortalecido pela qualidade insensível dos acontecimentos durante a guerra com a Coreia, pela política de contenção imposta pelos EUA até 1972 e pelas ameaças militares americanas durante a mesma guerra.

No período da criação da República Popular da China, a força militar foi vista como garantia da independência, da segurança e da influência chinesa no mundo.

De uma perspectiva de segurança nacional, a China conheceu três grandes desafios após a Guerra Fria: construir uma força militar e competências capazes de garantir a sua soberania e reivindicações territoriais ao longo dos países que a circundam, e ir mais além se assim fosse necessário (Índia, Vietnam e Japão). O segundo desafio, capacidade de resposta da força militar face aos EUA, a superpotência e, finalmente, o terceiro desafio, garantir que a China seja parte fundamental da nova estrutura de segurança na Ásia e no Pacífico e que os seus interesses não sejam de forma alguma prejudicados.

Uma vez que as relações da China com países fronteiriços envolvem uma substancial questão de segurança nacional e as disputas sobre a soberania começam a eclodir, o campo militar passa a definir o teor das relações e da política externa, deixando menos espaço para conversações, diplomacia e flexibilidade para lidar com questões como a transferência de armas e laços de defesa. O papel dominante dos militares na afirmação da segurança nacional chinesa como um dos mais importantes elementos da agenda da política externa é um fator altamente destabilizador, pois a existência de restrições democráticas significa o uso da força e a aplicação da coerção. Vários são os Estados asiáticos que têm razões de sobra para se preocuparem e tomarem precauções.

Contudo, tal não significa que a China não dê valor à diplomacia ou às relações de cooperação com outros Estados, numa altura em que a própria precisa, como suporte do seu programa de modernização, de um ambiente onde o pacifismo impere e a segurança se mantenha intacta. De facto, nas últimas duas décadas, a China tem vindo a normalizar as relações com todos os seus vizinhos, o comércio a ser ampliado e os laços de investimento estreitados. Assinou acordos militares de confiança com a Rússia, Índia e os seus vizinhos da Ásia Central, deu início a negociações com o Vietnam, procurou resolver disputas territoriais e juntou-se ao multilateral fórum regional da ASEAN²⁰⁶. Os laços económicos e políticos que estabeleceu com toda a Ásia continuam a crescer, sendo do seu interesse preservá-los.

Sabe-se, porém, que quando a integridade da soberania do país e a identidade nacional estão em causa, a República Popular da China, prisioneira da sua cultura e nacionalismo assertivo, refugia-se na intervenção militar. Por estas razões, a China segue, na verdade, um caminho isolado por força de um lado desestabilizador ao serviço da sua máxima segurança.

Na sequência da aquisição do Tibete, a China tornou-se parte integrante do sul. O seu território faz fronteira com o Afeganistão, Paquistão (dada a ocupação de uma parcela de Jammu e Caxemira), Índia, Nepal, Butão e Mianmar. Como estados vizinhos, cada um é afetado de forma diferente, uns de forma mais positiva e outros nem tanto.

Pequim tem, ao longo dos anos, desenvolvido interesses externos, construindo laços de apoio político e militar. As relações estabelecidas, por exemplo, com a Ásia Oriental são essencialmente de ordem económica e a sul de natureza político-militar.

4.9. Butão e China: em direção à normalização?

O estabelecimento de uma nova era nos contactos formais entre o Butão e a República Popular da China tem sido um processo moroso, fortemente caracterizado pela cautela e pela suspeita, por avanços e recuos.

Em 1971 o Butão assumiu o papel do mais recente membro das Nações Unidas, mostrando desde cedo uma posição favorável à entrada da China na mesma

²⁰⁶ Associação das Nações do Sudeste Asiático, congrega diversos Estados da região da Ásia e do Pacífico e tem por objetivo promover o diálogo entre Estados e uma diplomacia preventiva para a região.

organização. A partir daqui, afluíram várias ocasiões para se cimentarem relações. Em 1974, a China, juntamente com outros países, foi convidada para a coroação do rei Jigme Singye Wangchuck, oportunidade única para o Butão firmar internacionalmente a sua posição. O convite de Thimphu assinalou a vontade de normalizar as relações com a vizinha China, assumindo que a Índia não colocaria qualquer objeção. Novas oportunidades de interação surgiram com a visita da equipa butanesa de ténis de mesa à China (1977/79). Mas, foi em 1976 que a Assembleia Nacional do Butão se mostrou confiante para discutir a questão fronteiriça e a possibilidade de negociação.

Embora os anos 70 tenham sido significativos na nova abordagem diplomática com a China, ao Butão cabia ainda ajustar a sua posição relativamente às relações sino-indianas. Um primeiro, e positivo sinal chegou em 1979, quando o Governo de Janata, em Nova Deli, procurou estabelecer uma política de mútuos benefícios, que promoveu a proximidade entre a Índia e a República Popular da China.

Thimphu rogou pela efetivação do contacto direto com a China, pedido somente promovido pelos crescentes incidentes na fronteira sino-butanesa²⁰⁷. Em 1979, a necessidade de negociação tornou-se urgente, e foi precisamente nesse ano que os líderes chineses e butaneses começaram a trocar mensagens anuais de congratulação por ocasião dos feriados nacionais. Fosse embora um protocolo, tal gesto representava um novo passo nas relações entre os dois países. Uma vez mais, Thimphu não considerava necessária a anuência formal por parte de Nova Deli. De qualquer das formas, o Governo do Butão sempre fez questão de informar a Índia das suas ações.

Incidentalmente, o anúncio oficial da intensão butanesa em prosseguir com o diálogo sobre o problema das delimitações territoriais com a China surgiu pelo ministro butanês dos negócios estrangeiros, Lyonpo Dawa Tsering, em junho de 1981, depois da visita a Thimphu do ministro indiano dos negócios estrangeiros, V.P. Narashima Rao, por sua vez antecedida pela visita a Nova Deli do ministro chinês com a mesma pasta, Huang Hua. Em 1983, o conselheiro de estado e ministro chinês dos negócios estrangeiros, Wu Xurqian e o seu homólogo do Butão, Dawa Tsering, reuniram-se em Nova Iorque, onde se promoveram as primeiras e verdadeiras ações para melhorar as relações bilaterais.

²⁰⁷ O pedido não incluía qualquer contrapartida política pró-china.

4.10. Relações bilaterais: que evolução?

Presentemente, o Butão partilha cerca de 470 km de fronteira com a China, representando perto de 44 % da extensão total do seu território. Ao mesmo tempo, ambos os países reclamam 4.500 km² de terra no território ocidental e nordeste do Butão.

Todavia, dezasseis rondas de discussão provam que, para já, o Butão e a China são capazes de manter uma relação madura. Contactos oficiais entre os dois países têm crescido através de ligações diretas e multilaterais. Debates, consultas anuais e intercâmbio de ideias têm sido constantes. As autoridades chinesas têm sido claras nos princípios básicos em que assenta a política a seguir quanto ao Butão, destacando-se o desejo de proximidade e respeito, ao mesmo tempo que se ressalva a legitimidade da soberania e independência do Butão, sob a promessa de não interferência nos assuntos internos do país.

Do lado político, as autoridades chinesas sublinham que, desde 1995, o Butão tem apoiado a China na sua defesa contra pactos anti China durante a conferência UNHR. E mesmo sobre a questão com Taiwan, Pequim tem solicitado o apoio de Thimphu.

Embora limitadas, as relações só recentemente alcançaram o espaço necessário para o seu desenvolvimento pacífico.

Durante os anos 90, a China e o Butão deram continuidade às negociações bilaterais e o assunto em discussão foram 764 Km² de terra. Desde 1994, embaixadores chineses na Índia pagavam por visitas de trabalho ao Butão, por forma a trocar pontos de vista com o rei e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a melhor forma de desenvolver relações bilaterais. Em 1995, a princesa butanesa Sonam Choden Wangchuck foi enviada como representante do Butão na quarta Conferência Mundial da Mulher, realizada na capital chinesa.

Sob acordo, ambos os países comprometeram-se a orientar as suas políticas sob cinco princípios básicos de não-agressão: mútuo respeito pela soberania nacional e integridade territorial, não-agressão, não-interferência nos assuntos internos de cada um, equidade e mútuo benefício e coexistência pacífica. Contudo, a situação fronteiriça continua à espera de resolução. Em 2007, o Governo butanês publicou um mapa revisto, que

excluía a mais alta montanha, Kula Kangri; deste avanço pouco se soube através dos *media* e da China nunca chegou uma resposta.

A Televisão inglesa BBC chegou a noticiar uma nova reunião (julho de 1997), mas um mês depois, quando os países se encontraram na capital butanesa foi divulgado que não tinham chegado a um consenso. O território em questão envolvia Doklam e o Vale Chumbi, duas áreas de grande interesse para a China, por permitirem à sua força militar uma visão de comando sob as defesas indianas, e por constarem como plataforma de lançamento para o progresso das operações ao longo do corredor Siliguri.

Em 1999, o Butão enviou uma delegação para participar nos 11º Jogos Asiáticos em Pequim. Um ano depois, o embaixador do Butão na Índia visitou a China, o que abriu espaço para outros assuntos que não somente a querela sobre as fronteiras. Outras ocasiões têm sido igualmente úteis para estreitar o entendimento mútuo nos campos religioso, cultural e político.

Em 2001, uma delegação, pela mão do secretário dos negócios estrangeiros, viajou até Pequim e outros locais na China, tal como o orador da Assembleia Nacional, que assistiu à conferência pela paz dos parlamentos asiáticos (Pequim e Chongqing 2002). Através desta oportunidade conheceu diferentes locais na China, incluindo o Tibete. Peritos butaneses têm assistido a seminários sobre segurança e desenvolvimento hidroelétrico na China. Por seu turno, técnicos chineses, a propósito da segurança e integridade do meio ambiente, têm viajado até ao Butão.

Se fizermos uso do Google Maps, o Butão dispõe agora de três áreas: o Planalto Doklam, Jakarlung and Pasamlung, assinalados a vermelho para representar os territórios em disputa. A China de hoje tem disputas sobre fronteiras com vinte e cinco dos seus vizinhos e promete não ceder a nenhum pedido por generosidade.

A 21ª negociação contou com oito membros de delegação chinesa liderada pelo vice Ministro dos Negócios Estrangeiros Liu Zhenrim e com o homólogo ministro butanês, Rinzin Dorje e teve lugar em Thimphu em agosto do presente ano, onde ficou acordado avançar com uma equipa técnica para avaliar os 495 km na área de Pasamlung, a norte de Bumthang. A equipa escolhida ainda não divulgou o seu relatório, no entanto, houve informação de que a última reunião sobre o caso fronteiro tinha sido um sucesso.

As transações sino-butanesas existem mas, no entanto, são muito reduzidas. Em 2002, as exportações-importações Sino-Butão rondavam os 637.000 dólares americanos,

incluindo 616.000 dólares americanos de exportações chinesas, mas como afiança Samuel P. Huntington: “As trocas comerciais forçam as pessoas ao contacto; não as forçam ao acordo”²⁰⁸. Todavia, a cooperação nas áreas da cultura e educação mal tiveram início, embora em 2001, a China tenha oferecido bolsas de estudo, mas os estudantes butaneses necessitam primeiramente que aprender chinês. Em 2000, os dois Governos chegaram a acordo no que respeita a continuação do cônsul honorário butanês em Macau. Não obstante, intercâmbios individuais são ainda muito residuais.

Segundo entrevista concedida por Luís Mah²⁰⁹ e publicada na Business Bhaskar, em 27 de Novembro de 2012,

“Na verdade, nos assuntos de política externa, Pequim estará muito mais preocupada com as relações que tem com os Estados Unidos do que com qualquer outro país. Um possível e renovado interesse Americano pela Ásia Oriental já tinha sido assinalado na primeira administração Obama com a sua apelidada estratégia de reequilíbrio. Muitos analistas chineses estão agora preocupados com a possibilidade de Washington tomar uma posição mais dura contra a China na Ásia após a reeleição de Obama.”

Ora, a atual orientação da política externa chinesa poderá ser também benéfica para o Butão, porquanto poderá traduzir-se num arrefecimento quanto à reivindicação pela china quanto à delimitação das fronteiras em disputa, e conseqüentemente permitir alguma paz para que o Butão continue o seu processo de desenvolvimento económico.

4.11. Que perspectivas e desafios nas relações bilaterais?

²⁰⁸HUNTINGTON, Samuel P, op. cit., p. 255

²⁰⁹ Investigador nas áreas do Desenvolvimento Global, Economia Política do Desenvolvimento, Estudos Africanos e Estudos Asiáticos.

Não há dúvidas que o processo que começou em 1984 resultou, eventualmente, no estreitamento dos laços diplomáticos entre o Butão e a China. Ambos concordam que para se chegar a um patamar de total tranquilidade, a questão fronteiriça tem de estar necessariamente sanada. O elemento Índia continuará a ser fundamental na política butanesa em relação à China. Embora a China e o Butão partilhem o interesse na normalização das suas relações bilaterais, as suas perspectivas mantêm-se, no entanto, diferentes.

A China revela-se totalmente permeável à normalização das relações com o Butão e o mais cedo possível, ao mostrar-se disposta a ultrapassar os contratempos sobre a questão fronteiriça colocados pelo seu vizinho. Do ponto de vista chinês, recuperar o intercâmbio com o Butão, é parte da estratégia geral encetada por toda a região dos Himalaias, que pode ser enquadrada no contexto global de desenvolvimento das províncias chinesas a ocidente.

A China beneficia já de boas relações fronteiriças com o Nepal. Durante a visita do Primeiro-ministro indiano Atal Bihari Vajpayee a Pequim, a China e a Índia assinaram um memorando de entendimento sobre o aumento do intercâmbio fronteiriço. Assim, ambos os países concordaram abrir interpostos comerciais na fronteira de Sikkim-Tibete no caminho de Nathu-la. Esta decisão era muito esperada, e poderá ter consequências significativas por toda a região, incluindo no vizinho Butão.

Não obstante, a China não reconheceu formalmente a incorporação de Sikkim no território indiano e a resolução da questão fronteiriça vai levar o seu tempo. Ainda é cedo para prever todas as implicações. A longo prazo, Gantkok estaria, muito provavelmente, melhor localizado do que Thimphu ou Paro, para se tornar num centro de comércio a larga escala na região.

Não se poderá, porém, ignorar o impacto que a reabertura de um interposto comercial na fronteira Sikkim-Tibete terá nas relações sino-butanesas. Historicamente, a rota comercial Kalimpong-Llasi e a sua extensão ao porto de Calcutá gerou tranquilidade no Tibete central e no norte da Índia. O Butão está na linha da frente desta rota. A reabertura da área de Yadong foi prioritária na região autónoma do Tibete, e encontra-se adjacente ao Butão, no lado este.

A região autónoma do Tibete espera um aumento de 15% nas transações ao longo da sua fronteira. Quando Yadong foi reaberta, na perspectiva chinesa, tal decisão não só

aumentaria a economia do Tibete, como alimentaria também as transações nas áreas do ocidente chinês, de que são exemplo as províncias de Qinghai e Gansu e as regiões autónomas de Xinjiang Ugyur. Presentemente, as exportações destas áreas para os países do sul asiático passam por Guangzhou ou Hong Kong.

Através de Yadong, a distância de transporte será reduzida em mais de 9.000 km. Há estradas diretas que ligam Yadong e o porto marítimo de Gandhinagar na Índia, o que facilita as importações e exportações das províncias ocidentais chinesas para o sudoeste asiático e para os países europeus. A rota comercial de Lhasa-Kalimpong é cerca de 1/3 mais pequena que o eixo de Lhasa-Kathmandu, que correntemente liga o Tibete ao sul asiático e que é geograficamente mais acessível.

Com a abertura da ferrovia de Qinghai-Tibete, é expectável que o papel de Yedong no desenvolvimento das áreas ocidentais da China seja maior. Para preparar a abertura, a Região Autónoma do Tibete planeou um investimento de seis biliões de Yuan, no melhoramento da estrada que vai de Shigatse a Yadong.

Do lado indiano, Sikkim tem exercido pressão para que Nova Deli reabra a ancestral estrada com o Tibete. A Câmara do Comércio de Sikkim espera que as exportações para o Tibete possam atingir os 10 biliões de Rupias. As transações começaram, provavelmente, de uma forma modesta. Sikkim irá comercializar essencialmente vegetais, óleos e artigos para o lar, que são de grande procura no Tibete. Esta jogada traz novas expectativas no futuro das relações comerciais Sino-Indiana e significará, potencialmente, a dinamização da economia na Região Autónoma Tibetana e no nordeste indiano.

O retomar de trocas comerciais trans-Himalaias entre o Tibete e Sikkim, não terá *a priori* consequências para o Butão, pelo menos a curto prazo. É pouco provável que o padrão comercial Butão-Tibete possa ressurgir. Como referiu Leo E. Rose em 1994 “*a whole new Bhutanese trade pattern has emerged since 1960, based upon ready access to India as both a market and a source of supply, and any change in this trade structure would be highly disruptive to Bhutan’s economy. The removal of the embargo with Tibet, therefore, would have at best a limited impact of Bhutan’s trade system, except possibly in the sparsely populated but highly strategic northern border areas*”²¹⁰

²¹⁰ ROSE, Leo E., op. cit. p. 93

Embora estas observações se mantenham válidas, a situação alterou-se desde os anos 70, principalmente, no Tibete. O caso da Mongólia, cuja economia havia sido em parte reorientada no sentido da chinesa depois do colapso da URSS, mostra que os produtos chineses podem rapidamente inundar os novos mercados.

No caso do Butão, tal padrão implicaria a construção de estradas na subdesenvolvida área fronteiriça do nordeste do Butão. A China estaria, provavelmente, pronta para financiar tais projetos, tal como fez no Nepal. Contudo, é improvável que o Butão nem chegue a considerar esta opção. De qualquer das formas, o retomar das relações comerciais com a China dará ao Butão isolado novas e promissoras perspectivas económicas. Na verdade, o Butão terá de aferir as eventuais consequências para a sua economia decorrentes da recente assinatura do memorando de entendimento sino-indiano sobre as transações entre fronteiras.

Uma vez que o número de visitantes chineses tem aumentado no Tibete, nos últimos anos, o turismo chinês no Butão poderá tornar-se interessante para a China, de tal forma que os *media* chineses têm revelado ao público (que largamente desconhecem a existência do reino) os charmes do Butão. O retomar de ligações entre mosteiros tibetanos e butaneses é outro espeto que tem revitalizado a política sino-butanesa. Como referido anteriormente, não existe uma dimensão política na relação tradicional dos tempos antigos entre os dominantes teocráticos Gelugpa no Tibete e os Drukpa no Butão. No entanto, vários intercâmbios ocorreram ao longo dos tempos, quer por via de peregrinações, quer pela questão das reencarnações que eram descobertas indiferentemente no Butão e no Tibete, sem esquecer os frequentes retiros em mosteiros e as visitas dos grandes Lamas.

À parte do embargo comercial, o encerramento da fronteira em 1962 significou igualmente um embargo religioso no Tibete. Além disso, todas as ligações familiares que existiam entre butaneses e tibetanos foram cortadas. Mas diz quem viaja até ao Butão que surpreendentemente se sente essa aproximação ao Tibete, no entanto e ironicamente, as gerações mais jovens, que nunca tiveram a oportunidade de viajar até ao Tibete, pouco conhecimento têm do seu vizinho, considerando-o meramente como uma terra estrangeira.

O intercâmbio religioso entre mosteiros, assumindo que continuaram sob o controlo da Comissão dos Assuntos Religiosos e Étnicos em Lhasa, é do total interesse da China, que assim demonstra a sua política de liberdade sobre o Tibete.

Em 2001, Dorje Lopen, segundo na hierarquia dos Lamas Drukpa, sob convite do Ministro da Cultura chinês, visitou Wutai Shan na província de Shanxi e Emei na província de Sichuan, dois locais sagrados para o Budismo. Durante a visita, o Tibete foi relegado para segundo plano. Na verdade, as relações entre o Butão e o Tibete vão bem além da questão religiosa. É de sublinhar que sobre Taiwan os dois lados partilham a mesma perspetiva. O Tibete não tem sido sequer mencionado nos comités oficiais.

O Governo Real do Butão terá de encontrar o equilíbrio em termos de comunicação, pois se de um lado existe proximidade estreita com a cultura tibetana, por outro necessita de desenvolver as relações com a China. Não há dúvidas de que a China gostaria de usar o acesso do Butão ao Tibete como uma “precaução moral” da sua própria política na Região Autónoma do Tibete. Por isso, essa vontade por parte da China deve merecer, por parte de Thimphu, de uma cuidadosa atenção.

4.12. A China na atualidade

A China integra o G-20²¹¹ juntamente com o Brasil e a Índia, desenvolvendo uma luta contra os subsídios dos países ricos às exportações agrícolas. Para manter o dinamismo do seu mercado, a China soube fortalecer as parcerias comerciais com diferentes países, tendo conseguido triplicar na última década as suas exportações. Como já foi referido, estes resultados foram possíveis, em boa parte, devido à estratégia das multinacionais que se instalaram no país, beneficiando das infraestruturas e da mão-de-obra abundante e barata.

Hoje o peso económico da China no mercado global traduz-se numa maior influência diplomática, ao lado de países como a Rússia e de alguns importantes países europeus nas discussões internacionais, de que são exemplo a Guerra do Iraque e a oposição por parte da China juntamente com a Rússia, França e Alemanha face ao conflito desencadeado pela aliança EUA-Reino Unido. Como Thomas Friedman afirma, “*Nunca*

²¹¹ Criado em 2003, o G-20 concentra um grupo de países em desenvolvimento, que negociam e atuam essencialmente no sector agrícola. Atualmente o G-20 é integrado por 23 membros: 5 da África (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbabué), 6 da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e 12 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

no mundo contemporâneo, um país emergente deteve semelhante poder para perturbar as relações das forças económicas e os equilíbrios diplomáticos e militares.”²¹²

4.13. Comparação das realidades chinesa e indiana

A China e a Índia conheceram, até cerca de 1000 a.C. uma trajetória relativamente semelhante no que toca às suas realidades políticas e sociológicas. Na verdade, ambos os espaços geográficos eram ocupados por tribos ou clãs que rivalizavam pela supremacia de determinado território, impondo os seus usos e costumes uma vez obtida a ascensão sobre o rival. No entanto, nos Séculos que antecederam o nascimento de Cristo, verifica-se uma mutação.

Em ambas as zonas onde hoje estão sediados aqueles países – embora no caso indiano com maior fulgor no norte – começam a surgir as primeiras administrações de fidelidade territorial e já não apenas familiar ou étnica. Isto é, a tribo ou o clã passam a dar lugar a uma realidade mais perto dos Estados como hoje os entendemos.

Sucedem, porém, que a forma como a Índia e a China encararam essas novas realidades foram substancialmente diferentes. É que, fruto de perfis topográficos e de distribuições populacionais diferentes, as lutas e as subsequentes destruições nunca assumiram na Índia a mesma escala que na China. Aqui, a brutalidade dos conflitos provocava sucessivas e profundas ruturas em toda a estrutura social. Em consequência, o poder do chefe da tribo, príncipe ou rei assumia um papel absolutamente fulcral.

A centralização do poder na China era vital para os interesses de soberanos e súbditos. A união em torno de uma figura forte e determinada representava a única esperança de subsistência. Esta realidade levou, inclusivamente, a uma subalternização de qualquer poder espiritual chinês à figura do poder temporal. Ou seja, nunca surgiu na China uma classe sacerdotal (e por consequência uma religião) verdadeiramente autónoma da tribo ou “Estado”.

O “Estado” não conhece limites ao seu poder. Ao contrário, na Índia, surge uma poderosa casta independente do poder temporal. Esta casta, os “varnas”, assumirá um papel de contrapoder ao chefe de tribo, príncipe ou rei. Na verdade, esta casta, ciente da

²¹² FRIEDMAN, Thomas, op. Cit.

sua situação e procurando a sua própria salvaguarda, desenvolve tradições, mistérios e crenças sistemáticas que reduz a escrito e dos quais se torna interprete. Surge assim um poder autónomo ao “Estado”. Existe, pois, um limite a esse mesmo “Estado” na Índia.

A existência deste contrapoder à afirmação do “Estado” levou a que a Índia tivesse que esperar até ao século XX para conhecer um poder central. Até então a fragmentação de pequenos reinos e autoridades jamais permitiu a afirmação de um imperador do tipo chinês. Esta realidade política pulverizada trouxe ainda outra consequência fundamental: a incapacidade da Índia se unificar atrás de uma única língua. Na verdade, nos seus vales profundos e aldeias mais remotas, coexistem, ainda hoje na Índia, dezenas de línguas diferentes.

Acresce ainda que a casta religiosa indiana, ávida de guardar para si o seu quinhão de poder, mostrou-se sempre extremamente relutante em abrir mão dos conhecimentos mais sofisticados sobre escrita e leitura em sua posse. Por outro lado, o facto da estratificação social ser tão rígida na Índia, jamais permitiu que vastas zonas da sua população tivessem qualquer acesso às tradições escritas, assim mais pulverizando e enfraquecendo a língua. Ora, a língua é justamente apontada como um dos veículos por excelência no surgimento do Estado. Língua, essa, que a administração chinesa mais centralizada soube explorar e difundir, projetando assim sucessiva e crescentemente o seu poder.

Desta forma, e citando Fukuyama, *“apesar de não ter desenvolvido neste período um Estado moderno, como fez a China, a Índia criou efetivamente as bases para um primado do Direito que viesse a limitar o poder e a autoridade do Estado, de uma forma sem comparação na China.”*²¹³ Esta realidade veio a ter consequências profundas que se manifestam ainda nos nossos dias. Dela decorre, em grande parte, não só a explicação para a forma de Governo existente quer na Índia, quer na China, como também para a forma como cada um dos referidos países interage com os seus vizinhos e como encara as suas próprias relações internacionais. Com este pano de fundo, poderemos agora estudar brevemente a forma como a China e a Índia se relacionam mutuamente, como se relacionam com o mundo e, naturalmente, como encaram o objeto deste nosso estudo.

²¹³ FUKUYAMA, Francis, - **As Origens da Ordem Política**. p. 254.

5. Conclusão: China e Índia

Desde a integração dos Estados independentes no sul da Ásia e no Tibete na órbita da soberania de Pequim, a China tem sido a protagonista na organização política e na segurança da região e, segundo Samuel P. Huntington “*excluindo o Japão e a Coreia, a economia do Extremo Oriente é, basicamente, uma economia chinesa*”²¹⁴. Contudo, como foi possível verificar, estes laços necessitam de revitalização e maior estabilização. Relações de natureza militar e políticas fortemente estratégicas dominaram a natureza dos contactos com os outros países. Trata-se da pura *real politik*, patrocinada pela fome de poder dos séculos XIX e XX, que diverge da necessidade de cooperação e estabilidade globais.

É certo que o Butão não tem explorado a possibilidade de usar a República Popular da China para equilibrar a influência indiana, o que não inviabiliza o óbvio interesse da monarquia em normalizar as relações com a China. A política butanesa sobre a China resume-se, portanto, a objetivos limitados, pelo menos a curto prazo. Assegurar o entendimento na questão fronteiriça é, como vimos, uma prioridade para o Governo Real do Butão. Neste contexto, a primeira preocupação está no encerramento destas questões, que têm todo o potencial de causar tensão na fronteira a nordeste. Denota-se que o Butão continua apreensivo no que respeita as políticas chinesas na região dos Himalaias.

Este ponto de vista parece, contudo, baseado nas próprias reservas indianas sobre as intenções chinesas. Embora não estejam tecnicamente ligadas, as discussões sobre as negociações fronteiriças sino-butanesas e sino-indianas estão politicamente relacionadas. Neste contexto, o progresso nas relações sino-indianas e o sucesso da visita do Primeiro-ministro indiano à China contribuíram para a construção de uma base de confiança nas relações. Entretanto, as conversações anuais sobre os limites territoriais e o desenvolvimento de várias interações entre o Butão e a China prepararam condições favoráveis à completa normalização das relações, assim que a situação regional o permita.

Oficiais em Sikkim têm exercido pressão sobre o Governo nacional de Nova Deli, no sentido de alterar mentalidades, atendendo à tranquilidade militar nas fronteiras sino-

²¹⁴ HUNTINGTON, Samuel P., op. cit., p. 198.

indianas, desde 1967, e à reabertura das rotas comerciais entre Sikkim e o Tibete. Considera-se em Gangtok que estas trocas comerciais ao longo das fronteiras servirão como poderoso instrumento de combate à pobreza e ao desemprego que assolam aquela região. O fim do embargo indiano ao Tibete será um passo maior, o que não se traduzirá com certeza no fim do clima de tensão entre as duas nações. Mais ainda se atendermos que Nova Deli acusa os empresários chineses de inundarem o mercado com mercadorias de baixo valor, numa altura em que o comércio transfronteiriço é agora legal. A abertura de uma “rota de invasão” numa região militarmente vulnerável é também uma das preocupações indianas. Para o Butão, todos estes fatores devem ser tidos em conta nas relações que mantem com a China, cujo grande objetivo nos Himalaias é de caráter económico e comercial. Contudo, a política a adotar será essencial, quer internamente, quer exteriormente. Se Pequim retomar a ponte de negociação nos Himalaias, toda a realidade geopolítica daquela região alterar-se-á. O Butão e o Nepal estarão na esteira estratégica encetada pelos chineses naquela região, enquanto a Índia enfrentará instabilidade e agitação política ao longo das suas fronteiras. Este último facto promoverá a tentativa de assegurar o apoio da China a Thimphu nas questões de segurança regional. Sendo um país sem litoral, o Butão não pode ignorar os benefícios que as boas relações com a China lhe trariam. Ao mesmo tempo, o pragmatismo será valioso para não corromper as relações com Nova Deli. O Butão encontra-se diplomaticamente na “corda bamba”, podendo conhecer instabilidade no futuro das relações políticas. Enquanto enfrenta um novo desafio, no desenvolvimento da sua diplomacia, o reino terá de conciliar dois objetivos: afirmar a sua identidade no panorama regional e evitar ser arrastado para a política regional dos Himalaias. O Governo do Reino do Butão está precisamente a agir nesse sentido.

Com a sempre persistente modernização da estrutura militar chinesa, a Índia e outros Estados da região precisam de se adaptar à nova realidade e garantir igual desenvolvimento²¹⁵, de forma a evitar qualquer desequilíbrio de poderes. Se as relações chinesas com a maioria dos países a sul da Ásia estão correntemente estáveis, uma alteração estratégica nas suas ambições poderá mudar o curso das coisas e construir uma nova realidade, até porque, como defende David Scott, “*there has been a sense of chinese stratagists measuring India as somewhat inferior to China on the international*

²¹⁵ A Índia tem desenvolvido a sua força militar sobretudo no sector nuclear, estratégia anteriormente adoptada pela China. Ao mesmo tempo tem conseguido fazer cerco via terra e mar aos chineses, mas sem tanto sucesso quanto os seus rivais. Esta estratégia é, no entanto, negada pelo Governo indiano.

*board, considering India as an restricted regional power within South Asia rather than a wider great power*²¹⁶”.

A Índia vê-se como a força estabilizadora da Ásia, e constitui o poder central que faz do sul da Ásia uma unidade geográfica. O seu sucesso como Estado moderno, poderoso, secular e democrático, por oposição ao feudalismo, militarismo e hegemonia, poderá promover importantes leis de paz e cooperação.

A Índia não tem aspirações de domínio pan-asiático. Contudo, o seu interesse político, económico e defensivo pode ser vital na região que engloba o Golfo, a parte sul da Ásia, o Oceano Índico, a China e o sudoeste asiático, e nas palavras de Zhang Guihong, “*an emerging India does mean a strong competitor for China South, West, Southeast and Central Asia to Indian and Pacific Oceans where theirs interests and influences will clash*”²¹⁷.

A demanda indiana por petróleo, tecnologia, novos mercados e capital, o seu vasto mercado e potencial económico e o seu poder técnico e militar, faz da Índia um importante elemento de bem-estar na Ásia. Uma Índia poderosa e próspera servirá como motor de arranque para a maior concentração populacional do mundo, a Ásia do sul. Uma Índia enfraquecida por oposição a uma China poderosa poderá servir, talvez, os interesses do Paquistão, mas não os de outros países. Alguns dos Estados mais pequenos, como o Bangladesh, Nepal, Sri Lanka, independentemente de algumas diferenças com a Índia, têm muito mais a ganhar com o rápido crescimento, prosperidade e estabilidade da Índia. Myanmar, o sudoeste asiático e os Estados centrais asiáticos ou até mesmo a Rússia, não obteriam satisfação do vácuo que uma Índia enfraquecida deixaria na região.

O que a Ásia necessita não é uma contenção da China, mas antes um real comprometimento que tenha em consideração o interesse de todos os países, o que envolveria um conjunto de laços seguros e multilaterais. Não obstante o notável desenvolvimento da China, como refere Samuel Huntington “*(...) o poder da Índia pode crescer substancialmente nos princípios do Século XXI, o conflito parece altamente provável*”²¹⁸.

²¹⁶ SCOTT, David, - **Sino-Indian Security Predicaments for the Twenty-First Century**.

²¹⁷ SCOTT, David, - **The Great Power “Great Game” between India and China: “The Logic of Geography”**.

²¹⁸ HUNTINGTON, Samuel P., op. cit., 287.

Contudo, a aterradora ideia da China vir a subordinar por completo, perante o seu apogeu económico e em nome da sua incontestável soberania, Estados e nações de todo o mundo, parece começar a perder força à medida, que o Dragão Vermelho vai dando a perceber sinais de alguns delicados problemas estruturais. Após anos de irrevogáveis certezas de que a China seria a potência dominadora, o mundo ocidental pôde recomençar a respirar de alívio a partir do momento em que alguns analistas decidiram investigar a fundo a sua estrutura interna a fim de revelar algumas das suas mais preocupantes debilidades.

De facto, os espantosos índices de crescimento que tem vindo a colher parecem ter lançado sob a Europa um género de tendência para a China. Mas até quando será capaz de nos vir a surpreender com um e outro recorde de crescimento económico? Será que as fragilidades, possivelmente escamoteadas, da China não a tornam num fictício portento económico? As opiniões não são convergentes, mas há já quem, metaforicamente falando, veja a China como uma potência com “pés de barro” ou ainda como um “tigre de papel”.

Contudo, e como ficou atrás descrito, a crise financeira que se abateu sobre a Ásia nos finais da década de 70 parece não ter afetado a China, embora não haja certezas quanto aos verdadeiros efeitos e consequências. Mas, se atendermos aos problemas com a reestruturação bancária, sendo que muitas das empresas estatais são financiadas por tais bancos, que não conseguem dar continuidade à injeção de capitais, e com os graves índices de endividamento doméstico, estará a China preparada para lidar com tais situações?

O abrandamento do crescimento económico chinês potenciou esta discussão em torno da possível crise chinesa. Através da mera especulação, as preocupações aumentam com a possibilidade de o PIB baixar, significando um alargamento da fatia de desempregados e o perigo de engrossar o mercado negro e o crime organizado. Outra questão de potencial rutura tem a ver com a sobrevalorização da moeda chinesa, com más previsões caso uma eventual crise financeira asiática coincidir com uma desvalorização abrupta da moeda.

O paraíso chinês atraiu inúmeros investidores ávidos de lucros até à altura em que perceberam que a China é sobretudo um fornecedor de mão-de-obra barata e que o verdadeiro lucro só é alcançado com a existência de um mercado francamente alargado.

Por outro lado, as *Joint Ventures* são as responsáveis pela usurpação de muitos mercados aos países mais prósperos da região, os chamados “tigres asiáticos”, ao produzirem em massa artigos a preço reduzido e de má qualidade.

Como consequência, algumas empresas e bancos de renome entraram em crises que ainda não estão resolvidas. Isto prova a dificuldade da China conseguir adaptar-se à nova conjuntura do mercado. Em consequência dos inúmeros créditos concedidos na época do optimismo regional, os bancos estatais chineses estão a enfrentar inúmeros problemas relativos a uma retração nos pagamentos, já que se vive num clima de apreensão geral e ainda de uma grave recessão no sector imobiliário

Há ainda que fazer referência à corrupção e repressão. Os sindicatos que se dizem livres não gozam verdadeiramente desse estatuto, pois há ainda muita dependência face ao Estado.

As perspectivas que tomavam como certa a hegemonia chinesa têm sofrido reveses pelas crises económicas ocorridas no Sudeste asiático, que espelharam ao mundo as fragilidades da China comunista.

Para já a estratégia chinesa passa por colecionar o apoio de nações livres e de empresas multinacionais e colaborar com as grandes forças mundiais.

Contudo e mediante tal cenário resta saber se o mundo capitalista ficará indiferente a esta crise, que embora escamoteada e afeta aos países que integram “os tigres asiáticos”, poderá ser perigosamente extensível a outras nações, especialmente se atendermos que a ela possa estar associada à perda de avultados capitais investidos no sudeste asiático por parte do mundo ocidental capitalista e assim, quem sabe, encetar uma crise mundial sem retorno.

Neste sentido, o interesse americano sobre a Ásia está no centro da agenda chinesa, temendo que os potenciais sinais de crise possam significar um esfriar de relações entre EUA e China. É por isso que, para já, a Índia nos próximos tempos passará um pouco indiferente a Pequim, pelo menos até à altura em que obtenha confortavelmente um reconhecimento global na política externa e enquanto potência económica que motivará a atenção da China sobre Nova Deli.

Se é verdade que a china deseja, por um lado, beneficiar com o crescimento económico indiano, através da consolidação das relações comerciais e investimentos entre os dois países, não é menos verdade que teme uma possível aliança indo-americana que reprima

os desígnios chineses. Todavia, o descontentamento generalizado resultante de questões internas como a corrupção, desigualdade de rendimento e diferenças regionais, poderá ser instrumentalizado pelos futuros líderes chineses em termos de política externa, como operação de cosmética sobre a verdadeira gravidade dos problemas domésticos.

Na verdade, atualmente a China encontra-se mais direcionada para os EUA, e segundo Luís Mah “(...)enquanto a Índia não receberá tanta atenção quanto os Estados Unidos, irá certamente receber maior atenção nos próximos dez anos do que até agora. Para os analistas e decisores políticos chineses, a ascensão política e económica da Índia já é amplamente reconhecida e a China gostará também de poder beneficiar o mais possível com esta ascensão.”²¹⁹

As relações bilaterais sino-indianas, no entanto, podem agudizar-se atendendo a duas questões: (1) a construção, no Tibete, de novas infraestruturas, podendo significar uma melhoria das instalações de defesa junto à raia; (2) o período conturbado que se vive no Tibete: a China vê-se compelida a vigiar as atividades do Dalai Lama e do Governo em exílio na Índia.

A retirada americana do solo afegão, em 2014, prevê a instabilidade na região Afeganistão-Paquistão. Resta saber como irá reagir a China a esta situação. Procurará aproximar-se do Paquistão ou admitirá que parte do problema está nas exacerbadas medidas de segurança paquistanesas? A não esquecer que algumas das contendidas chinesas na província de Xinjang provêm do Paquistão. Muitos dos membros separatistas islâmicos da referida província receberam preparação e treino em campos terroristas paquistaneses. Para todos os efeitos, seria para este caso concreto proveitoso para a China uma aliança com a Índia.

Perante o notório e claro crescimento económico sónico, é expectável que países menos influentes como o Nepal, Bangladesh, Sri Lanka e Butão, desenvolvam fortes relações políticas, económicas e sociais com a China. Nesta lógica, é provável que a Índia, em parceria com a China, consiga nos próximos anos dar apoio ao desenvolvimento económico do resto do sul asiático.

Sendo a Índia superior em termos de frota naval e tendo a China interesse em aumentar a sua presença no Oceano Índico, poderá surgir daqui um esforço cooperativo e as duas

²¹⁹ In Business Bhaskar, de 27 de Novembro de 2012.

marinhas passem, assim, a desenvolver exercícios conjuntos ou até mesmo a trabalharem em parceria em ações de emergência humanitárias.

Por outro lado e ainda que seja prioritário o fortalecer das relações com os EUA e outros países vizinhos da China, a Índia, não poderá descorar a política externa orientada para a China, a nível económico, militar e social. Os maiores benefícios virão de uma China estável, próspera, pacífica e amistosa.

6. Butão e o Ocidente: que posicionamento?

Perante o que supra se expôs, fica claro que, ainda que não tendo relações privilegiadas quer com os Estados Unidos da América quer com a União Europeia, o Butão só poderá ter a ganhar – ainda que indiretamente – com a perpetuação da primazia destes no cenário internacional, na medida em que sempre serão um importante contrapoder à China. Isto é, a integridade das fronteiras do Butão poderá representar um alarme definitivo no Mundo Ocidental relativamente às intenções hegemónicas da China. Assim, ainda que pouco influentes na região dos Himalaias, a União Europeia e sobretudo os Estados Unidos da América representam uma força que a China dificilmente estará disposta a enfrentar – pelo menos relativamente a um pequeno país e com pouco interesse estratégico.

No caso dos Estados Unidos da América, a influência geoestratégica é em grande parte exercida pela presença da sétima frota naval na região do extremo oriente e pelas boas relações com outras potências locais, nomeadamente a Índia e o Paquistão – ainda que mais refreadas com este último país com o perpetuar das operações no Afeganistão, o desencadear da operação “Neptune Spear” e a utilização de “drones” sobre alvos paquistaneses. A presença da sétima frota naval norte americana tem desencorajado Pequim de cumprir o seu velho sonho de unificação com a Formosa e, ainda que militarmente menos efetivo, poderá também servir para evitar qualquer outra pretensão chinesa nas montanhas do mundo. Para além destes, os Estados Unidos da América mantêm-se ainda como a mais poderosa economia mundial e um dos principais doadores para países em vias de desenvolvimento, como é o caso do Butão.

Quanto à União Europeia, o seu *hard power* é praticamente inexistente na região, com exceção das operações desenvolvidas no Afeganistão por alguns países membros. Não

obstante, a União Europeia mantém excelentes relações com a Índia, com a China e com o Paquistão – os principais atores na realidade regional butanesa. À semelhança dos Estados Unidos da América, a União Europeia é igualmente um importante doador para os países em vias de desenvolvimento. No entanto, o fator principal da política externa da União Europeia nesta região do globo deverá ser o facto de contar com a influência histórica da Grã-Bretanha. Esta influência histórica tem por hábito materializar-se na mediação de conflitos locais, na assessoria em questões económicas e no fornecimento de modelos e tecnologia capazes de permitir um desenvolvimento mais rápido.

Não obstante a existência e integridade do Butão serem do interesse do Mundo Ocidental, e obviamente também do próprio Butão, a verdade é que uma exposição excessiva deste àqueles atores internacionais poderá significar uma rutura com as tradições milenares butanesas e com os modelos de crescimento sustentado que vêm sendo implementados. Isto é, sendo certo que o Butão tem necessidade da tecnologia e da capacidade material dos Estados Unidos da América e da União Europeia não deixa igualmente de ser verdade que uma abertura demasiado rápida e profunda nesses domínios poderia levar a um desequilíbrio nas estruturas socioeconómicas butanesas, alienando imediatamente o seu povo das suas origens.

Neste sentido, a postura do Butão perante os atores do Mundo Ocidental deverá ser uma de equidistância e equilíbrio. Por um lado, poderá beneficiar do interesse destes na sua soberania perante uma China demasiado expansionista, por outro, não deverá procurar uma aproximação demasiado ostensiva de forma a não perturbar os equilíbrios regionais existentes quer com a China, quer até com a Índia. Outrossim, procurar beneficiar do desenvolvimento do Ocidente e com ele permitir um crescimento dos níveis de vida butaneses, ao mesmo tempo que são protegidas as instituições, tradições e culturas ancestrais do Butão.

De uma outra perspetiva, é possível descortinar igualmente um sinalagma correspondente na relação com os Estados Unidos da América e com a União Europeia e que se prende, justamente, com a preservação das raízes butanesas. Na verdade, por via de conceitos como o Índice de Felicidade Bruta, a harmonia entre desenvolvimento e tradição, e, sobretudo, na preservação do meio ambiente, é possível ao Butão oferecer ao Mundo Ocidental um modelo alternativo em tempos de grande desgaste e descrença relativamente ao padrão de globalização que vem sendo seguido. Este deverá ser,

conforme adiante ainda teremos oportunidade de melhor explicar, a principal força butanesa enquanto ator da ordem Mundial.

Por fim, uma palavra ainda relativamente à proximidade e semelhança cultural do Butão com o Tibete. A dissipação deste último país e da sua cultura às mãos da China provocou um imenso mal-estar no Mundo Ocidental, cujo advento das formas de vida *new age* e um certo culto da personalidade do Dalai-Lama apenas veio acentuar. Assim, quer do ponto de vista da proteção da integridade butanesa, quer do ponto de vista da aceitação e respeito pela cultura butanesa, o Mundo Ocidental está extremamente recetivo à realidade deste pequeno país dos Himalaias. Não deixa de ser irónico que a cultura tibetana, face à qual o Butão sempre demonstrou um certo complexo de inferioridade, sirva hoje como um dos seus importantes penhores e garantias de sobrevivência aos olhos da consciência Ocidental.

7. O Butão na nova ordem mundial: que futuro?

A existência de uma sociedade humana tem sempre inerente a existência de uma estrutura organizada de relações interpessoais, uma certa racionalização de recursos e capacidades, uma ordem. Os romanos, possivelmente dos primeiros povos a compreenderem e a teorizarem sobre o assunto, encontraram na fórmula de Ulpiano *ubi societas, ibi ius* a síntese perfeita dessa realidade. Onde existe uma comunidade de seres humanos, uma sociedade, existirá também um determinado direito, uma «ordem».

Esta noção é igualmente aplicável e válida à escala das maiores concentrações de homens, as sociedades. Isto é, também no relacionamento entre as próprias sociedades, e não apenas entre os humanos, se encontra um determinado ordenamento, ou pelo menos um conjunto de princípios, que norteiam esses contactos e relações. A uniformidade e vinculação a esta ordem foram obtidas, de forma mais apropriada mas complexa, através do advento do Estado-Nação europeu.

Na verdade, apenas a partir da regulação e disciplina da sociedade de primeira «Ordem» sob o primado da lei - o Estado-Nação - foi possível projetar uma sociedade de segunda ordem que reconhecesse o seu interlocutor e com ele estabelecesse relações políticas, económicas, diplomáticas ou de qualquer outra natureza, de forma estável. Pôde então falar-se de uma certa ordem internacional. Ordem, esta, que permitiu a definição dos

primeiros conceitos orientadores comuns – como por exemplo a de *jus in bello* de Hugo Grócio.

Quando o iluminismo e o modernismo europeus confluíram para a hipertrofia das grandes aventuras imperiais e o conflito à escala mundial se tornou inevitável, a ordem internacional já conhecia um desenvolvimento bastante avançado. Em vésperas da Grande Guerra, os Estados tinham já entre si um evoluído sistema de organização e contacto permanente que, porém, não lograram evitar as trincheiras da Flandres.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, e como anteriormente já se referiu, veio a ser utilizada, pela primeira vez, a noção de “Nova Ordem Mundial”.²²⁰ Na verdade, para além dos seus 14 pontos, o Presidente dos Estados Unidos da América, W. Wilson, confiante num novo paradigma das relações internacionais a estabelecer através da Sociedade das Nações, cunhou a expressão “Nova Ordem Mundial” de forma a simbolizar a rutura com o passado recente no relacionamento entre os Estados.

*“Mais do que de nova Ordem mundial, seria necessário falar de uma nova desOrdem mundial. A Ordem antiga era injusta, especialmente para os povos da Europa de Leste, que pagaram com a sua liberdade sonogada o preço da paz no continente. Esta Ordem está morta. Mas a nova Ordem não se encontra ainda estabelecida. Daí resultam as crises atuais.”*²²¹

Entretanto, a expressão tem vindo a ser utilizada sempre que uma fratura, mais ou menos pronunciada e efetiva, ganha forma. Em Yalta, e no pós-1945, os líderes mundiais puderam falar com propriedade numa nova ordem mundial, através do enquadramento pioneiro das Nações Unidas. Em 1989, com o fim da Guerra Fria e a chegada do «fim da história», novamente se falou em nova ordem mundial. O pós-11 de Setembro de 2001 foi também rotulado como uma fase de corte com o passado e de novo paradigma.

²²⁰ “O processo de construção da “Nova Ordem Mundial”, no centro do qual se encontra os grupos oligárquicos de político-financeira do Ocidente, é chamado de globalização. As vítimas deste processo são os Estados soberanos, as culturas nacionais, doutrinas religiosas, tradições económicas, as manifestações de justiça social e meio ambiente - cada variedade espiritual, intelectual e material do planeta. O termo “globalização” no léxico político habitual significa apenas “globalismo unipolar”, ou seja, não a fusão de diferentes culturas, sistemas político-sociais e económicas em algo novo, como a imposição de estereótipos ocidentais sobre a humanidade, mas uma predominância crítica de a cultura judaico-cristã em massa, o capitalismo predatório, manipuladora “democracia liberal”, a ideologia materialista e anti-ambientalista superprodução e consumismo.” Disponível em http://www.geocities.ws/mahabala_awake/nwo.html [Consul. em 03 Dez.2013].

²²¹ **Atlas das relações internacionais.** Plátano Edições, 1997.

Entretanto, os intervalos entre as ruturas têm vindo a reduzir-se e a propriedade das anunciadas novidades da ordem mundial mostram-se cada vez mais dúbias. O presente contexto de “crise das dívidas soberanas” e de diluição das fronteiras e das próprias soberanias vem merecendo da parte de alguns o duvidoso epíteto de «Nova Ordem Mundial».

No entanto, e em bom rigor, tal como já referimos, do que talvez possamos atualmente falar é de uma passagem de uma ordem internacional para uma ordem mundial. Isto é, visto o presente contexto, o que W. Wilson pretendeu caracterizar seria mais uma ordem internacional do que propriamente uma verdadeira ordem mundial.

Na verdade, em causa estava então uma compatibilização entre os interesses dos Estados e o seu respeito pela normatividade jurídica internacional. Ora, ao que hoje assistimos é a uma realidade que vai um pouco para além dessa dinâmica, uma vez que os princípios e os problemas que agora se apresentam, à escala planetária, assumem um carácter de transversalidade em relação a toda a humanidade. Isto é, em lugar de se cuidar “apenas” das resoluções dos conflitos entre as comunidades de humanos, busca-se também a solução para as questões que afetam todo planeta – tais como as questões ambientais.

Nas palavras de Adriano Moreira, *“mostra-se necessário rever o conteúdo da soberania dos Estados e o conceito de jurisdição interna. Parece evidente que um sistema de segurança coletiva não pode vigorar respeitando o conceito maquiavélico da soberania absoluta. (...) Ao mundialismo parece ter de responder-se com um institucionalismo de dimensão mundial mas, como sempre, a velocidade dos factos políticos ameaça continuar a ser superior à velocidade da mudança dos conceitos”*.²²²

Esta ultrapassagem dos factos em relação à capacidade de resposta das instituições e dos conceitos orientadores presentemente aplicáveis parece ser cada vez mais latente no mundo de hoje. É que, a emergência dos “alter-mundismos” a que se reporta Boaventura Sousa Santos²²³ poderá, por fim, levar à quebra de legitimidade do Estado-Nação como ator privilegiado na cena internacional. Esse afastamento mostra-se particularmente problemático quando consideradas as suas alternativas presentemente disponíveis. Não obstante, urge repensar a dimensão das soberanias e da sua validade em face das novas questões mundiais e transversais à humanidade.

²²²MOREIRA, Adriano, op. cit., pp. 583 e 584.

²²³SANTOS, Boaventura Sousa - **Globalização: Fatalidade ou Utopia?**

O mundo das próximas décadas conhecerá uma multiplicidade de realidades paralelas. Continuar-se-ão a registar conflitos entre os “clássicos” Estados - por sinal, crescentemente relacionados com recursos naturais cada vez mais escassos. A constituição de diversos blocos políticos e económicos não deverão ser uma garantia absoluta contra essas disputas. Para além destes conflitos entre Estados e/ou blocos, aumentarão igualmente as pressões e, eventualmente, os conflitos dos novos atores mundiais que vão desde as corporações sem rosto aos igualmente anónimos paladinos dos “alter-mundismos”. Transversal a estes paralelismos é, talvez, apenas o facto dos decrescentes recursos naturais poderem ser as principais causas de disputas, sem prejuízo da prossecução das eternas animosidades por questões culturais.

Atento a este pano de fundo da evolução e realidade moderna da ordem internacional, ordem mundial e eventual nova ordem mundial, vejamos a inserção do nosso objeto de estudo no plano internacional, e que contributo poderá oferecer face aos novos desafios globais.

O mundo no contexto da Guerra Fria apresentava-se tripartido e a essência da política da altura era vincadamente bipolar. Um grupo de sociedades democráticas, conduzidas pelos EUA, foi forçado a entrar, sobretudo a partir do bloqueio a Berlim, e, posteriormente, com a construção do muro naquela cidade, a uma competição ideológica, política, económica e até militar com os países do Pacto de Varsóvia e de ideologia comunista, lideradas pela União Soviética. Muitos dos conflitos entre estes dois blocos antagónicos aconteceram em cenários alheios, em países pobres e recentemente independentes. Embora estes embates fossem tudo menos frios, permitiram às duas superpotências nunca se enfrentarem diretamente.

A consciência desta instrumentalização, e um forte repúdio pelo seu recente passado colonizado, levou à emergência de uma terceira realidade na ordem mundial da Guerra Fria: os países ditos “não-alinhados”. Dinamizados em grande parte pela Índia recém-independente, este conjunto de Estados tentaram afirmar-se, sobretudo após a já mencionada Conferência de Bandung, numa alternativa geoestratégica para os Estados mais pobres e fracos. Não obstante, a verdade é que muitos desses países ditos não-alinhados procuraram, isso sim, jogar habilmente nos receios de cada uma das superpotências de forma a tentar obter para si os maiores dividendos sob a ameaça de aliança ao bloco contrário.

A década de oitenta assistiu ao alinhamento de um conjunto de personalidades e condições que acabariam, apenas decorrida uma década, por fazer cessar uma Guerra Fria de mais de trinta anos. De um lado, o determinado Ronald Reagan, aliado à “Dama de Ferro” Margaret Thatcher. Do outro, o reformador Mikail Gorbachov, cada vez mais distante das idosas “nomenclaturas” como Honecker²²⁴ e Ceausescu²²⁵. O bloco soviético, a demonstrar alguns sinais de atraso a partir da década de 70, é completamente ultrapassado pelo anúncio do milionário SDI - Strategic Defence Initiative da administração americana. Algo teria de mudar de forma a tentar acompanhar o ritmo avassalador das democracias ocidentais. São cunhadas as ideias de “perestroika” e “glasnost”, mas o remendo chega tarde e todo o universo comunista implode.

Este colapso, iniciado em 1989, e concluído em 1991, coloca um fim à Guerra Fria. Com o fim do bloco soviético, os EUA sagraram-se a única superpotência no mundo, embora conjunturas diversas tenham inibido esta nação de exercer uma completa hegemonia. Contudo, esta unipolaridade não se fez desacompanhada de uma multipolaridade, ainda que refreada. Para outros, porém, a humanidade chegara ao seu estado político final, através da vitória da democracia liberal do tipo ocidental, ou seja, chegara ao fim da sua própria história²²⁶.

No entanto, rapidamente se veio a descobrir que, no pós-guerra fria, as diferenças mais marcantes entre as pessoas não eram ideológicas, políticas ou económicas, eram sobretudo de índole cultural. O mundo, exausto da corrida ideológica de mais de cinco décadas, refreou a sua atenção nessa área e rapidamente (re)surgiram outras manifestações que lhe tomaram o lugar. Depressa a pergunta “quem somos nós” maniatou as mentes da altura.

As pessoas definem-se em termos de ancestralidade, costumes, tradições, história, língua, religião, valores e instituições e por conseguinte identificam-se com diferentes grupos culturais. A política é uma assinalável ferramenta no jogo de interesses, que assume não menos importância no processo de clarificação de identidades. Muitas vezes só sabemos quem somos depois de saber contra quem estamos.

²²⁴ Erich Honecker foi um político alemão que governou a Alemanha Oriental de 1976 até 1989.

²²⁵ Nicolae Ceausescu foi um líder comunista, presidente da Roménia socialista de 1965 até sua execução em 1989.

²²⁶ FUKUYAMA, Francis, op.cit.

A história formatou um novo mundo e dos dois blocos, a influência foi transferida para sete ou oito sociedades distintas. As sociedades orientais, particularmente no este asiático, começaram a desenvolver forças económicas e influência política. E à medida que o seu poder e confiança aumentam, gizam os seus próprios valores culturais, rejeitando determinantemente aqueles vindos do ocidente. Segundo Manfred Steger *“Although the term globalization can be traced back to the early 1960s, it was not until a quarter of a century later that it took the public consciousness by storm”*.²²⁷ A globalização democratizou-se à escala planetária e deixou de ser a linguagem e a ferramenta exclusiva dos países ocidentais industrializados.

Não obstante as suas falhas e assimetrias, não poderão restar dúvidas que uma certa globalização permitiu trazer melhorias substanciais a uma grande parte da população do planeta. Segundo Joseph E. Stiglitz, prémio Nobel da Economia, e estudioso atento do fenómeno da globalização

*“para alguns a resposta é simples: abandonemos a globalização. O que não é exequível nem desejável. A ela se deve o sucesso da Ásia Oriental, sobretudo as oportunidades comerciais e o maior acesso aos mercados e às tecnologias. A globalização trouxe melhor saúde, assim como uma sociedade civil ativa à escala mundial, lutando por mais democracia e justiça social. O problema não está na globalização, mas na maneira como tem sido gerida. O problema reside nas instituições económicas internacionais, o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, que ajudam a definir as regras do jogo.”*²²⁸

As potências que se distinguem são: EUA, UE, China, Japão, Rússia e mais recentemente a Índia. Contudo, existe uma multiplicidade de países de tamanho médio, outros tantos mais pequenos e, ainda a não esquecer, os países islâmicos a quem, graças

²²⁷ STEGER, Manfred – **Globalization**.

²²⁸ STIGLITZ, Joseph E. - **Globalização – A Grande Desilusão**. p. 271.

às posições estratégicas, aos elevados índices populacionais e aos recursos petrolíferos, lhes é reconhecida alguma influência no mundo. Denote-se que o poderio está essencialmente concentrado em cinco civilizações totalmente distintas.

Nesta configuração do mundo, a política local é a política étnica, a política global é a política das civilizações. Isto significa que no novo paradigma mundial possíveis conflitos não ocorrerão, talvez, entre classes ricas e pobres, mas sim entre pessoas pertencentes a diferentes identidades e culturas. Entramos na era do “choque das civilizações”, expressão cunhada por Samuel Huntington.

Assim, os confrontos na Bósnia, no Cáucaso, na Ásia central, ou em Caxemira, podiam transformar-se em guerras maiores. Nos conflitos dentro da Jugoslávia, a Rússia deu suporte diplomático aos sérvios enquanto que a Arábia Saudita, Turquia, Irão e a Líbia, cederam fundos e armas aos muçulmanos bósnios não por força ideológica ou por interesse económico ou político, mas por causa dos laços culturais.

No período do pós guerra, a cultura é ao mesmo tempo uma força de união e de divisão. E a prova é que sociedades unidas pela ideologia ou por circunstâncias históricas mas divididas a nível civilizacional (como o caso da União Soviética, Jugoslávia e Bósnia), ou aquelas sujeitas a um esforço intenso (como a Ucrânia, Nigéria, Sudão, Índia, Sri Lanka), desmoronaram.

Organizações internacionais baseadas em padrões culturais comuns, como a UE, são melhor sucedidas do que as nações que procuram transcender culturas, ao mesmo tempo, países com afinidades culturais cooperam a nível económico e político.

Durante 45 anos, a cortina de ferro era a linha que dividia a Europa. Essa mesma linha moveu-se centenas de milhas para este, e é agora a linha que separa as pessoas do ocidente cristianizado, dos povos muçulmanos e ortodoxos. A religião assume um papel importante ao potenciar diferenças culturais e são estas últimas que ditam as maiores discrepâncias no desenvolvimento económico entre civilizações. A cultura islâmica explica em larga escala o falhanço da democracia no mundo muçulmano.

O desenvolvimento nas sociedades comunistas da Europa oriental e da antiga União Soviética foi moldado pela sua identidade civilizacional. O dito socialismo científico iria alcançar não só o sol na terra, como também um novo paradigma de homem, rompendo com todos os ditos obscurantismos. Porém, “quando João Paulo II beijou o solo no aeroporto de Varsóvia, a 2 de Junho de 1979, iniciou o processo que levaria o

comunismo na Polónia, e no resto da Europa de Leste, ao seu fim. Segundo Jonh Lewis Gaddis, “centenas de milhares dos seus compatriotas aclamaram a sua entrada na cidade, gritando «Queremos Deus! Queremos Deus!»”²²⁹. Longe ia o tempo em que Estaline, numa avaliação dos poderes no Continente Europeu, perguntara acintosamente de quantas divisões de blindados dispunha a Igreja de Roma.

As nações ocidentais de herança cristã estão a fazer progressos a nível económico e no estabelecimento de políticas democráticas. As perspetivas de desenvolvimento económico e político para os países ortodoxos são incertos e para as repúblicas muçulmanas as previsões de desenvolvimento são desfavoráveis.

O ocidente foi durante anos, e continua a ser, a mais poderosa civilização. Mas à medida que o ocidente se mobiliza pela afirmação dos seus valores, e pela proteção dos seus interesses, os países não ocidentais procuram rivalizar. Os países islâmicos e ortodoxos prometem expandir as suas economias e forças militares de forma a resistirem e emergirem como força de equilíbrio sobre o ocidente. A trave mestra da política do pós-guerra fria é a interação entre o poder e a cultura do Ocidente e do Oriente.

Vastamente explorado por Fukuyama em “The end of history and the last man”, o paradigma assente na ideia que o fim da Guerra Fria significaria o fim dos conflitos e o imperar da harmonia no mundo era algo disseminado e partilhado um pouco por todo o lado.

Embora o autor apontasse potenciais conflitos no terceiro mundo, acreditava que a hipótese de um novo conflito à escala global seria improvável. Líderes políticos e intelectuais tinham a mesma opinião. O muro de Berlim tinha caído, as Nações Unidas começavam a assumir outra importância, os antigos rivais durante a Guerra Fria esperava-se que se tornassem agora parceiros e a paz seria a ordem do dia.

O fim da guerra gerou euforia e a ilusão de harmonia. E a verdade é que o mundo tornou-se diferente nos inícios dos anos 90, mas não necessariamente mais pacífico. A esperança de harmonia foi dissipada pela eclosão de conflitos étnicos e de “limpezas étnicas”, pela quebra da lei e da ordem, pela emergência de novos padrões de aliança e conflitos entre Estados, pelo ressurgimento de movimentos neocomunistas e neofascistas, pela intensificação do fundamentalismo religioso, pelo esfriar da

²²⁹ GADDIS, John Lewis, **A Guerra Fria**. p. 197.

diplomacia entre a Rússia e o Ocidente, pela incapacidade das Nações Unidas e dos EUA acabarem com conflitos locais e pelo crescimento da assertividade da China.

Atualmente, o mundo aparece, muitas vezes, imaginariamente dividido em duas partes. A mais comum separa os países ricos dos pobres. Historicamente, esta divisão económica é acompanhada pela divisão cultural do ocidente e do oriente, onde a ênfase não está tanto na capacidade económica, mas sobretudo nos valores e na filosofia de vida.

Os conflitos tendem a acontecer quando os países mais ricos tentam colonizar, ou explorar os recursos naturais dos mais pobres. Ora, com algumas exceções, a verdade é que aos países menos desenvolvidos falta unidade nacional, capacidade económica e militar suficientes para desafiar os países mais modernizados. Assim, os países ricos podem enfrentar-se numa guerra entre si, e mesmo entre países pobres de forma a melhor poder controlar esses ditos recursos.

A polarização cultural entre o ocidente e o oriente é em parte consequência do hábito de chamar os europeus de civilização ocidental. É mais fácil falar do ocidente e do resto, implicando a existência de vários Estados não ocidentais. Assim, os Estados definem os seus interesses em termos civilizacionais, isto é, cooperam e estabelecem alianças com outros Estados com culturas iguais ou semelhantes e os conflitos tendem sobretudo a acontecer com países de culturas diferentes. Os Estados definem as ameaças em termos das intensões dos outros países e a forma como essas intensões são apreendidas são culturalmente determinadas.

Enquanto os Estados continuam a assumir o protagonismo no campo das relações internacionais, não é menos verdade que não são totalmente soberanos no poder e nas funções. Nalguns casos, mais propriamente na Europa, as instituições internacionais têm substituído o papel dos Estados nalgumas funções, e com isto poderosas burocracias têm sido criadas e recaem sobre o comum cidadão.

Os líderes governamentais têm perdido controlo sobre a entrada e saída de dinheiro nos seus países, assim como sobre as ideias, tecnologia, bens e pessoas. As fronteiras entre países têm-se tornado permeáveis, o que mostra a perda da autoridade do Estado. Paradigma que explica a existência de máfias, da proliferação de armas de destruição maciça e de conflitos étnicos.

Resumidamente, o mundo está simultaneamente comprometido com um processo de união e de fragmentação. Quadro bastante redutor da realidade. Contudo, olhar para o mundo sendo capaz de identificar sete ou oito civilizações predominantes, permite-nos afastar ideias de um mundo polarizado ou à beira de conflitos.

As maiores civilizações do mundo são: sínica, japonesa, hindu, islâmica, ortodoxa e a ocidental. O termo “ocidental” é universalmente utilizado para designar uma direção ou orientação e não o nome particular de um povo, religião ou área geográfica. Mas foi a expansão do ocidente que promoveu a modernização e a ocidentalização das realidades não ocidentais, o que a torna na civilização dominante. Contudo, há poderes que parecem começar a manifestarem-se, pois os povos não ocidentais tornaram-se mais escolarizados e instruídos, e por via da difusão da tecnologia, possível pelos ocidentais, estes países têm conhecido um surpreendente desenvolvimento.

A hegemonia, cultural, militar, científica e tecnológica parece manter-se intacta para o ocidente, mas o controlo sobre os recursos dos outros países já não é o mesmo de outrora. Mediante um sem número de constrangimentos (financeiros, económicos, tecnológicos, culturais e até militares), os EUA exercem pressão sobre outros países no sentido de seguirem uma orientação que sirva os interesses americanos, quer seja pela preservação dos EUA enquanto a única superpotência, quer pela abertura dos mercados estrangeiros aos bens e serviços americanos.

O processo de globalização em muito impulsionou este processo. Desde os descobrimentos marítimos, ao Renascimento, passando pela Revolução Mercantil e pela globalização da revolução industrial, e mais recentemente a globalização tecnológica de alcance praticamente universal. O progresso tecnológico que os EUA atingiu tornaram-no a mais competitiva economia do mundo, que juntamente com a já conquistada influência a nível mundial, e embora se fale que se trata de um processo de globalização, talvez estejamos na realidade perante uma americanização do mundo. Daqui deriva uma incontornável divisão dos países do mundo, onde no topo estão os dominantes EUA, seguidos pelo Japão e a UE. Na base apresentam-se todos os outros Estados dependentes. No intervalo desta estratificação encontram-se os resistentes, China, Rússia, Índia e Brasil. Nada do que fora agora descrito é imutável e alterações podem acontecer já neste século.

O fim da guerra fria não significou, portanto, o fim de todos os conflitos pois um novo paradigma baseado na aliança entre nações de culturas análogas está a surgir.

Estabelecem-se novas afinidades ou reforçam-se as antigas, mas surgem também novos antagonismos. Estas relações ditam decididamente os padrões de comércio e a existência de cooperação económica é igualmente definida pela identificação cultural. E portanto, a grande fronteira europeia com o oriente observa-se onde a cristandade ocidental acaba e o islamismo e a ortodoxia começam.

Incontestavelmente a hegemonia e influência americana moldam o mundo, contudo internamente, os valores em que as instituições americanas se baseiam, de carácter vincadamente democrático, em nada se assemelham a ímpetos imperialistas. Paralelamente, o povo americano não se mostra favorável a qualquer tipo de sacrifício pessoal ou financeiro em nome da manutenção de um império mundial. Circunstâncias exógenas prendem-se com a recusa categórica por parte da grande maioria dos países europeus no reconhecimento dessa hegemonia. No grupo destas renitências está ainda as Nações Unidas, de visão vincadamente multilateral. Porém, os desafios maiores viriam por parte da China, da Rússia e do mundo islâmico.

A margem de interferência internacional aumentou exponencialmente, quando ao poder económico dos EUA, diretamente e via FMI, se juntaram o papel preponderante que o país tinha junto de organizações internacionais, a influência nas multinacionais americanas e a incontestável superioridade militar. Relativamente a este último aspeto, importa sublinhar que após a Guerra do Golfo, os EUA aperceberam-se que o resto do mundo assistia displicentemente às pesadas penalidades que infligiam ao país inimigo.

Nos últimos anos, e como já fora referido, outros países têm feito esforços no sentido de ombrear com os EUA. A China se conseguir manter a integridade nacional e operacional, e se preservar as altas taxas de desenvolvimento, poderá rivalizar com os EUA e passar a ser, também ela, uma superpotência. Nas palavras de Samuel Huntington, *“durante os anos 50 a China definia-se como aliada da União soviética. Depois, após a cisão sino-soviética, considerou-se a chefe de fila do terceiro mundo contra as duas superpotências, o que lhe custou caro e produziu poucos benefícios”*.²³⁰

Durante a liderança de Nixon, a China procurou figurar entre as superpotências, aproximando-se inclusive, nos anos 70, dos EUA, quando estes pareciam menos fortes.

²³⁰ HUNTINGTON, Samuel P., op. cit.

O declínio da União soviética e o aumento da força bélica americana influíram, porém, no afastamento da China nos anos 80. A partir daqui a estratégia chinesa passou por reconquistar a posição que outrora teve no século XIX e por se constituir como o pólo hegemónico na Ásia, à volta do qual todos os outros pequenos Estados deviam gravitar. A China define-se sobretudo em termos raciais. Os chineses presentes em qualquer parte do Sudeste asiático dominam as suas economias, e até a economia do extremo oriente é praticamente monopolizada pela China.

A Rússia, também está na reta de revitalização nacional instituída por V. Putin, e alcançará dentro de poucas décadas um considerável nível tecnológico. Contudo, se estas projeções não se concretizarem estes países passarão por várias crises e a estar entre os demais que se encontram na esteira da dependência.

A primeira metade do presente século promete novidades na Europa, como a integração de novos países, sobretudo da área geográfica mais carenciada e menos desenvolvida do velho continente: o leste europeu.

A tendência, dentro da UE, é de uma maior integração política e de uma política externa de defesa independente. O que poderá significar uma cisão entre o sistema económico afeto a todos os membros e um sistema político mais integrado e internacionalmente independente.

Há ainda que considerar a hipótese de países como o Brasil e a Índia, alcançarem um nível de desenvolvimento e de autonomia nacionais que os coloque no grupo dos países de maior poder. Mas se estes países, juntamente com a Indonésia, Paquistão e Nigéria, fortemente dependentes e de elevados índices populacionais, não forem capazes de se desenvolverem, enfrentarão processos disruptivos que vão abalar a suas unidades nacionais. Daqui que se perspetive para o futuro do mundo uma sólida unipolaridade americana e a existência de um regime multipolar, constituído por diferentes centros suficientemente autónomos no poder mundial.

A primeira hipótese significará uma autêntica *Pax Americana*, o segundo caso poderá gerar uma tremenda tensão internacional e os centros de poder poderão pertencer a dois pólos: EUA e China, com possibilidade de uma coexistência hostil tal como aconteceu com o caso americano-soviético. Não obstante, e atendendo ao clima de paz em que temos vivido, o mais provável será a coexistência pacífica destas duas forças de poder e instaurar uma *Pax Universalis*.

Apesar das múltiplas reformas, e do claro desenvolvimento que tem vindo a registar nos últimos anos, o Butão continua a ser um país bastante isolado e a sua influência no domínio das questões que reúnem Governos e moldam o mundo é bastante diminuta. Não será apenas a posição geográfica do país que o empurra para fora das mais importantes tomadas de decisão de alcance internacional. Se é certo o intenso esforço que o país fez no sentido do seu desenvolvimento, promovendo a democratização e a consciencialização participativa dos seus cidadãos, a revitalização económica e a luta pelo reconhecimento da sua soberania enquanto Estado de Direito, nada disto seria possível sem a presença e o apoio da Índia.

Não obstante todos os investimentos, o país necessita ainda de aperfeiçoar as suas estruturas democráticas e encontrar a verdadeira autonomia. Autores vários justificam a relação Índia-Butão na base da recíproca cooperação e solidariedade. Mas, não restam dúvidas de que o carácter desta relação é sobretudo unilateral, por uma questão de superioridade *versus* dependência.

É sabido que a soberania nacional pode ser reforçada pelo mútuo entendimento e pelo estabelecimento de parcerias. O Butão contou, no entanto, não só com o apoio indiano para a revitalização da sua economia e para a manutenção e legitimidade da sua independência enquanto país soberano. Se foi na Índia que encontrou a força única capaz de desafiar os ímpetus expansionistas da China, foi aqui também que muitas vezes se escondeu como se de um protetorado se tratasse (embora por várias ocasiões se tenha ressalvado o contrário). Prova disso é o plano quinquenal totalmente gizado pelos indianos. Nenhuma decisão relativa à dinâmica das relações internacionais butanesas passou sem a aprovação da Índia, e, mesmo nos assuntos internos, a influência do modelo indiano é inegável.

O Butão aparece encravado numa zona de maior interesse para ambos os países. Se para a China é tido como uma futura pretensão, para a Índia é o agente bloqueador necessário ao crescimento territorial e imperialista chinês. E foi com base nesta realidade que a Índia desde cedo se mobilizou em defesa do Butão. Curiosamente, apesar do Butão ir buscar as suas origens ao Tibete, com quem partilha boa parte da sua cultura e sobretudo a religião, é com a Índia com quem mais se identifica.

Partindo do passado indiano, na qualidade de país colonizado, será de esperar que por uma questão de experiência própria evite que sortes análogas atinjam os seus pares asiáticos. Mas, num mundo globalizado onde o vencedor é aquele que responde mais

rapidamente às necessidades emergentes e que cria outras novas e que, por conseguinte, dita a ordem, o caminho e a orientação mundial, a responsabilidade indiana não passará apenas por constar como força equilibradora num jogo de poderes, mas também por alcançar e garantir uma posição de poder. Não se poderá falar de um pensamento próprio da Ásia global, uma vez que as pessoas são formatadas pela sua história cultural. As nações são heterogenias apesar da relativa proximidade geográfica.

A China e a Índia conhecem, portanto, culturas bastante distintas uma da outra. Os constrangimentos resultantes do colonialismo britânico inibem a Índia de qualquer impulso imperialista. Ao invés, e apesar do atual clima de paz que se vive na Ásia, a China conhece um longo passado de conquistas e de guerras territoriais, motivo que aliás impulsionou o desenvolvimento bélico e militar do país. Na esteira destas relações mais ou menos tensas, está o Butão. Como vimos atrás, ao longo dos tempos, o conflito sino-indiano parecia eminente e a razão era justamente a existência daquele pequeno e isolado país chamado Butão. Entre avanços e recuos, a integridade nacional do Butão foi mantida à custa da posição que Índia detinha no panorama internacional.

Hoje, o problema parece sanado e apesar da supremacia económica da China em relação à Índia, são inegáveis os avanços que este último tem feito a nível de crescimento e desenvolvimento. Se não é ainda capaz de ombrear com a China, a Índia não deixa de ser um país a ter debaixo de olho, mais ainda quando a sua relevância a nível das instituições internacionais tem aumentado e garantido maior participação na resolução de problemas globais, com enfoque no setor militar.

Se o ambiente asiático é relativamente pacífico (apesar dos conflitos no sul da China), as relações China-Japão, Coreia-Japão têm tendência para se tornarem tensas, o que abre espaço para questionar o futuro daquela região e o papel que cada Estado terá caso um novo conflito aconteça.

As regras do jogo mudaram com a chamada globalização²³¹. Os EUA são a superpotência que sobretudo a China quer destronar. A Índia e os EUA têm-se

²³¹ Pode-se afirmar que “a globalização é um processo que se iniciou há mais de cinco séculos, que se aprofundou ao longo do tempo com a evolução da economia-mundo capitalista e se consolidou na era atual englobando todo o sistema económico do planeta. Ao longo do processo de globalização, em diferentes momentos históricos, as classes dominantes da Holanda, do Reino Unido e dos Estados Unidos se substituíram na liderança da economia do mundo capitalista assumindo, com o decisivo apoio de seus Estados-Nações, a hegemonia da dinâmica de acumulação do capital. Os estudos de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi demonstram a validade dessa tese. Trata-se, portanto, de um equívoco, considerar a globalização um acontecimento recente, isto é, do Século XX, e traduzi-la como

aproximado nos últimos tempos. Foi sobretudo depois dos testes nucleares indianos em 1998 que os EUA começaram a abordar a Índia especialmente nas áreas da defesa e da segurança. Em 2004 os dois países assinaram um acordo de cooperação tecnológica, que permitiu aos EUA exportarem equipamentos nucleares e espaciais. A Índia passou a ser reconhecida como parte do grupo com poder nuclear²³². Um ano depois, os dois países assinam um outro acordo de cooperação no setor nuclear, o que veio a significar um salto quântico nos laços bilaterais. Se países como a Singapura são favoráveis à relação harmoniosa entre a Índia e os EUA, outros podem encará-la com alguma apreensão.

De tal forma é importante a hegemonia americana para o mundo asiático que no contexto das relações cordiais e de cooperação entre a Índia e a China impõem-se as seguintes questões: quão crítico e imperativo é o fator EUA? Será a relação mais próxima dos EUA, com qualquer um destes gigantes asiáticos, motivador de desconfianças e consternação? Serão os EUA um catalisador de conflitos?

Se o fator EUA se revelar decisivo nos acontecimentos futuros que ditam as relações entre a China e a Índia, é de esperar que os restantes países asiáticos sofram danos colaterais, e especialmente o Butão. A história que une o Butão à Índia e os antigos desentendimentos com a China, devido à questão fronteiriça e aos ímpetos imperialistas, fazem do país um alvo a ter em consideração. Um possível ataque ao Butão significaria uma chamada de atenção à Índia, uma retaliação, um primeiro aviso.

Por outro lado, caso o desenvolvimento indiano atinja proporções assinaláveis, que a coloque ao nível dos EUA enquanto superpotência, poderá por um efeito de osmose determinar a total abertura do Butão ao mundo. Como ficou assente nas páginas

sinónimo da hegemonia mundial dos Estados Unidos na era atual." Disponível em http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/1944/2.a_globaliza%C3%A7%C3%A3o_da_economia_mundial.pdf?sequence=7 [Consul. em 09-12-2013].

²³² Note-se que em abril de 2012, a Índia testou um míssil nuclear com alcance superior a 5 mil quilómetros, suficiente para alcançar a Europa e parte da China. O míssil pode carregar ogiva de uma tonelada. O ministro da Defesa da Índia, A. K. Antony, disse que o lançamento foi "um grande marco no programa de mísseis indiano". Por seu lado, o líder da Organização de Pesquisa e Desenvolvimento de Defesa (DRDO) V. K. Saraswat foi além ao declarar ao canal de televisão NDTV: "Nós somos hoje uma potência em matéria de mísseis inigualável para a maior parte do mundo". Disponível em <http://www.dw.de/%C3%ADndia-considera-teste-de-m%C3%ADssil-nuclear-um-marco-para-a-defesa-do-pa%C3%ADs/a-15894511-1> [Consul. em 20-04-2012]. Já em agosto de 2003, as autoridades da Índia testaram com êxito o míssil nuclear Prithvi 2, cujo alcance é 350 quilómetros e capacidade para transportar uma ogiva nuclear de meia tonelada. O teste ocorreu em Chandipur, no estado de Orissa, em instalações da Organização para a Investigação e o Desenvolvimento de Defesa. O Prithvi é o primeiro míssil balístico construído na Índia e um dos cinco modelos desenhados pela DRDO no âmbito do seu programa de desenvolvimento de projéteis guiados. Disponível em <http://info.abril.com.br/noticias/ciencia/2013/08/india-faz-teste-nuclear-com-missil-de-longo-lance.shtml> [Consul. em 13-09-2013].

anteriores, o isolamento butanês é relativo, não aconteceu por acaso. O fechamento do país foi consciente. Os valores culturais, de integridade nacional falaram sempre mais alto que qualquer possibilidade de modernização. O conceito de produto interno Bruto foi substituído pelo índice de felicidade bruto, e nas palavras de Debamitra Mitra “*the concept of GNH suggests that happiness is the ultimate objective of development which is larger than development associated with GNP*”²³³. E nada disto seria possível se o país não se mantivesse à margem de mecanismos como a globalização.

Ser empurrado, pela vizinha Índia que sempre participou nas decisões do país, para uma lógica de mercado capitalista, seria destruir tudo aquilo que se defendeu e construiu ao longo dos tempos. E, como veremos adiante, significaria o fim da maior vantagem que o Butão tem em relação a todos os outros países altamente industrializados e desenvolvidos: a certeza que o país preserva praticamente intactos os seus recursos naturais e a qualidade ambiental²³⁴.

A globalização reduz toda a complexidade do desenvolvimento a um só aspeto: o económico. Por outro lado, na expansão do mercado mundial acontece de forma linear, sem limites nem condição. Aspetos como a identidade nacional, ecologia, meios de comunicação social e tecnologia, entre outros, estão subordinados à globalização económica com vista a sociedade global de mercado. Na verdade, tal como refere Joshua Karliner “*the globalization we are witnessing in the 1990s is in fact an acceleration of historical dynamics, hastened by the advent of increasingly sophisticated and rapid communications and transportation technologies, the decline of nation-state, the absence or ineffectiveness of democratic systems of global governance and the rise of neoliberal economic ideology (...)*”²³⁵

Não restam dúvidas de que a economia mundial é regulada pela liberalização comercial, própria dos países desenvolvidos. Acredita-se que o livre comércio poderá melhorar o bem-estar das populações através da otimização da alocação dos recursos, e, assim, acelerar o crescimento económico. Outro argumento defende que raros serão os países que conseguirão produzir por si só um leque tão variado de produtos quanto aquele que

²³³ MITRA, Debamitra, op. cit., p. 283.

²³⁴ Segundo o artigo “Gross National Happiness and Environmental Status in Buthan”, escrito pelo Professor de Geografia da Eastern Kentucky University David Zurick, uma sociedade feliz requer um planeamento a longo prazo, e a felicidade no futuro irá depender da forma como os recursos ambientais do país serão geridos e da mitigação dos conflitos entre valores culturais tradicionais e os estilos de vida modernos - consequência do desenvolvimento. In *Geographical Review*; Oct 2006, Vol. 96, Issue 4, pp. 657-681.

²³⁵ KARLINER, Joshua - **The corporate planet: Ecology and politics in the age of globalization.**

é oferecido pelo comércio internacional. Uma vez que o consumidor valoriza a diversidade, existiriam ganhos a nível do bem-estar, mas também ao nível da eficiência já que o produtor teria mais lucro e acesso a insumos variados.

No entanto, na sua dimensão menos positiva, a globalização é perspectivada como parte da estrutura económica mundial, o rápido crescimento do mercado internacional e investimento e o crescimento da interdependência entre as economias. Esta abordagem sublinha o declínio dos Governos nacionais na capacidade de regulação das suas economias em muitas áreas, seja por causa da necessidade de competir com os investimentos estrangeiros, seja porque têm cedido a sua autoridade, nesta área, a instituições supranacionais. A inabilidade governamental em proteger o meio ambiente é exemplo de como a globalização ameaça a soberania nacional. Nesta perspectiva, símbolos típicos da globalização incluem o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e corporações multinacionais.

Uma outra visão sobre a globalização assenta no imperialismo cultural, na vertente da cultura americana, onde o poder comercial dos Estados Unidos, apoiado pelas regras do sistema económico internacional, tende a promover a cultura e o modo de vida americano em todo o mundo, asfixiando as alternativas culturais locais. Críticos argumentam que esta cultura mundial é socialmente indesejável e ambientalmente insustentável, ameaçando a tradição e a diversidade.

Por outro lado a mesma lógica tende a focalizar-se essencialmente no consumidor, marginalizando a inclusão da exportação cultural do ocidente, como o conceito de direitos individuais, o estilo ocidental de democracia e outros valores políticos. Os maiores defensores da globalização cultural são a favor de uma difusão dos valores políticos como os direitos humanos, a democracia e a liberdade de imprensa. Estes valores são a forma de esbater os aspetos negativos da globalização económica pelo aumento dos padrões ambientais e sociais na esfera dos negócios à escala mundial.

O mundo corporativo, por sua vez, não é imune à globalização cultural. Desde os anos 80, os padrões de negócio e as normas têm convergido na direção do modelo americano, especialmente no domínio do Governo corporativo, nos direitos dos acionistas e nas práticas responsáveis. Um dos aspetos da crise asiática tem sido a pressão sentida entre as mais diversas firmas para reestruturarem e adotarem práticas de negócio ao estilo americano. Muitos líderes de negócios locais, mostram-se contudo bastante renitentes, o que os coloca no mesmo lado de outras empresas antiglobalização.

Outras críticas dão ênfase à rápida expansão do mercado mundial e investimentos e à difusão da cultura americana/ocidental. O advento do transporte motorizado, as modernas telecomunicações, meios de transportes aéreos e a internet fazem parte desta história. Os desenvolvimentos tecnológicos têm sido não só um instrumento passivo de expansão do mercado e de mudança cultural, como também um impulso primário à globalização. Mediante este pensamento, a globalização não é um fenómeno exclusivo das corporações multinacionais. Atinge ativistas, cidadãos, organizações não-governamentais (ONG) e outras organizações da sociedade civil, particularmente aquelas originárias dos países ricos. A organização não-governamental internacional Greenpeace é um bom exemplo, não só por facilmente ser capaz de aparecer em lugares de risco ambiental, mas sobretudo por mobilizar apoio internacional durante certo período de tempo.

Para **William Rees**²³⁶ e **Mathis Wackernagel**²³⁷, entre os países em desenvolvimento, o mercado global diminui os padrões de qualidade ambiental por razões de competição. O problema ecológico surge, então, associado a um mercado mais livre. O mercado livre, por seu turno, advoga o direito dos países pobres de explorarem o seu meio ambiente para ganhar vantagens competitivas no mercado global. Contudo, seja ou não a lógica de mercado globalizada a grande motivadora da poluição causada pela agricultura e pela indústria, o certo é que o mundo enfrenta uma grave crise ambiental.

Como explica Carol Atkinson

“Over the past several decades three trends have increased demands on ecosystems. First, global population has surged to over six billion people, stimulated by medical advancements that have dramatically reduced infant mortality rates and increased life expectancy. Second, unprecedented rural to urban migration has led to over half the world’s population living in cities, and the creation

²³⁶ REES, William - **The dark side of the force (of globalism)**. p. 68-82

²³⁷ BONDER, Cíntia - **Desenvolvimento sustentável como uma forma de mitigar o impacto negativo da globalização nas comunidades locais**. pp 5 - 7

*of many 'mega-cities' that lack adequate infrastructure or resources to cope with the rapid urbanization that has taken place. Third, global development is spurring dramatic increases in demand for natural resources, particularly nonrenewable resources such as fossil fuels. Changes, whether economic, ecological, social, or a combination of all three, have been rapid, profound, and in many cases, irreversible. How processes such as global warming and events such as species extinction affect ecosystems, and how these in turn affect society, are difficult to predict".*²³⁸

Um ator fundamental desta economia mundial e deste mercado global é a empresa multinacional ou corporação. Para Adriano Moreira, “*as relações das multinacionais com os Estados da sede e com os restantes tornam-se extremamente complexas, e daqui a sua importância no panorama das relações internacionais.*” Trata-se de uma realidade ainda mais fácil de apreender quando considerarmos que “por exemplo a General Motors, tendo em conta o PNB dos Estados, classifica-se em 13.º lugar entre o México e a Suécia. Os seus empregados excedem em número a população do Luxemburgo. Os ativos líquidos da Standard Oil (ESSO) ultrapassam em valor a reserva de ouro dos EUA, e a sua frota tem tonelagem superior à da Grécia.”²³⁹

As corporações moldam e são moldadas pelo capitalismo global, são o núcleo da hegemónica perspectiva de desenvolvimento, onde o crescimento económico é o principal objetivo. Joshua Karliner refere que “*As the world sails into the new millennium, there is no doubt that transnational corporations are at the helm, piloting and propelling global geopolitics and the process of economic globalization*”.²⁴⁰ A ação combinada entre corporações, Estados, comunidades, capitalismo global e ciência pode conduzir à construção social de ecossistemas de baixo valor intrínseco, explorados pelas

²³⁸ ATKINSON, Carol, Palombo, Jones, Nancy S. - **Sustainability amid globalization.**

²³⁹ MOREIRA, Adriano, op. cit., pp. 426 e 427.

²⁴⁰ KARLINER, Joshua, op. cit.

corporações com vista o lucro rápido e que são deixados ao abandono depois de passarem a representar baixo valor monetário.

Uma constelação de forças de mercado, ideológicas, políticas e corporativas leva a que estes ecossistemas sejam primeiramente valorizados, pelas poderosas elites, em termos comerciais, marginalizando as opiniões e os interesses dos ambientalistas, dos habitantes das florestas ou das comunidades indígenas. Neste quadro ideológico, os discursos contemplam os lucros comerciais e económicos em detrimento dos impactos ambientais que irão afetar as comunidades locais. Para alguns Governos e corporações, as florestas são encaradas na qualidade de *stocks*, como locais a explorar, como fontes de lucro e rendimento. Os ecossistemas passam a ser avaliados segundo o valor comercial e os valores sociais, biológicos e estéticos ignorados. No caso do Butão, apesar de nos inícios do processo de desenvolvimento do país se ter ponderado sobre o valor das suas florestas como impulsionador da economia, a verdade é que o Governo Real do Butão, percebeu desde cedo que alterações na paisagem do país, através do abate de árvores e da exploração dos recursos naturais, traria impactos consideráveis na qualidade de vida das populações locais, altamente dependentes da terra.

Todas as virtualidades que a modernização poderia trazer para o país não compensavam a potencial degradação do bem-estar dos cidadãos, o que revela um espírito governamental altamente visionário e consciencioso, ao encontro do princípio da boa governança. Tendo a integridade nacional definido o caminho para o futuro do país, é bem provável que desde cedo os sinais de progresso dos países capitalistas e industrializados fossem entendidos pelo Governo butanês como mera fraude, uma vez que para milhares de pessoas viverem no luxo e consumirem desenfreadamente, bilhões lutam desesperadamente pela sua sobrevivência. Estas pessoas têm sido forçadas a abandonar as suas terras onde antes tinham vidas modestas, mas não miseráveis, para dar lugar a barragens, *resorts*, campos de golfe e outros projetos de desenvolvimento. Projetos que são muitas vezes financiados pelo Banco Mundial e outras agências públicas de desenvolvimento. Evidentemente, o maior beneficiário é a corporação global.

Através da desregulamentação e do esbatimento das fronteiras económicas entre países, criou-se uma economia global mais poderosa e abrangente, que qualquer Governo Nacional. As forças da globalização corporativa assentam na aliança entre as maiores corporações do mundo e os Governos mais poderosos. Esta aliança é patrocinada pela

força do dinheiro e o objetivo último é transformar as economias nacionais do mundo numa economia única, global e sem fronteiras, onde as mega corporações são livres de mobilizar bens e dinheiro de qualquer parte do mundo que apareça como oportunidade de gerar lucro, sem interferência governamental. Em nome do aumento da eficiência, a aliança procura privatizar os serviços públicos e reforçar os interesses e garantias dos investidores e da propriedade privada. Aliás, e como Joshua Karliner explica, “*many corporations have more political and economic power than the nation states across whose borders they operate.*”²⁴¹

Quando a industrialização leva a que os países ultrapassem os limites das reservas nacionais em termos de recursos naturais, tendencialmente instalam-se além-fronteiras colonizando muitas vezes os recursos das sociedades não industrializadas. As consequências para estes povos foram quase sempre devastadoras. A industrialização europeia foi construída à custa das colónias na África, Ásia, América Latina. Para os EUA, esta mesma necessidade foi satisfeita através da colonização das fronteiras a ocidente, criando um impacto devastador entre as populações nativas. Esta expansão do domínio económico passou também pela América Latina e Filipinas. O Japão, um colonizador mais recente, combinou estrategicamente a ajuda, o investimento estrangeiro e o comércio para colonizar os recursos dos seus vizinhos no este e sudeste asiático.

Joshua Karliner refere

*“While ever more global in reach, these corporations home bases are quite geographically concentrated. Despite the emergence of a number of transnationals from Brazil, Taiwan, Australia, South Africa and other southern nations, power is centered in the industrialized countries of the north, where 90 percent of all transnationals are based – the so-called Triad of the United States, European Union and Japan.”*²⁴²

²⁴¹ KARLINER, Joshua, op. cit.

²⁴² KARLINER, Joshua, op. cit.

Quando apenas uma pequena porção do mundo era industrializada, as fronteiras ambientais estavam abertas à exploração através do comércio e da colonização. Contudo, a era da colonização está praticamente no estágio final. Os locais mais significativos já foram explorados e a competição por novos destinos contínua e regiões como a Indochina, Papua Nova Guiné, Sibéria, Brasil e o Butão têm de se acautelar.

Os países que consomem para lá das suas próprias capacidades controlam o processo de regulamentação da economia internacional, ajustando as normas de forma a compensar os *deficits* nacionais através da importação, sem se refletir sobre as consequências para os países que exportam. Da mesma forma, que os países ricos importam recursos quando as suas necessidades ultrapassam a sua própria capacidade de resposta, exportam também desperdícios sempre que as suas capacidades de absorção são ultrapassadas. Fábricas poluentes e respetivos aterros estão constantemente localizados nas comunidades e países mais pobres.

Na verdade, a máquina processual dos produtos que todos os dias nos chegam, é bem mais complexa do que aquela que nos dão a conhecer. Mais do que uma cadeia de fabrico dividida por cinco fases distintas (extração, produção, distribuição, consumo e descarte), há todo um conjunto de pormenores nos intervalos destes processos que nos escapam, mas que ditam inequivocamente o futuro do nosso planeta e, assim, também o nosso.

Os Governos (supostamente protetores do bem-estar dos cidadãos) servem, não raras vezes, os interesses das grandes corporações, que exploram os recursos naturais até à exaustão num planeta à beira da destruição. Os recursos naturais do nosso planeta são explorados em quantidades exponenciais e a uma velocidade superior à sua renovação. As florestas são arrasadas, a água e o ar poluídos. Este é um sistema em crise, pois o carácter linear do processo é insustentável num planeta finito. Os EUA representam apenas 5% da população mundial mas usam cerca de 30% dos recursos do planeta e produzem 30% do lixo mundial.

Os países do terceiro mundo têm sido bastante afetados por esta lógica de economia dos tempos modernos, já que as grandes corporações impõem-se em territórios que lhes são alheios, os recursos são extraídos até à exaustão e as populações nativas exploradas e mal remuneradas. Fábricas altamente poluentes são transferidas para países subdesenvolvidos para poupar a qualidade do ar dos países de onde estas corporações são originárias.

Refere Carol Atkinson

“One obvious example is the location within cities of ‘disamenities’ such as incinerators in poorer neighborhoods that may cause health problems. Another example operating at a different geographic scale is the increasing tendency for corporations to shift polluting industries to developing countries with lower levels of environmental regulation. A less obvious example relates to transportation. Vehicle emissions have been shown to trigger asthma and other respiratory illnesses.”²⁴³

A distribuição significa manter todo este processo em contínuo movimento. Os preços mantêm-se baixos, os *stocks* renovados. O real custo de produção não está espelhado no preço final, o consumidor não está a pagar por aquilo que compra. Quem paga realmente pelos produtos são as pessoas dos locais de onde os materiais (plástico, cobre, petróleo, etc.) para o seu fabrico são extraídos. Esta lógica submete o ser humano à categoria de mero produtor ou consumidor, perspectiva bastante redutora da vida e do valor humano à luz dos princípios e ideais budistas. *“Buddhism teaches respect for all forms of life and the principle of giving back to the earth what one has taken away. Buddha taught that the compassion of a tree is such that it tries to shade the woodcutter even as it is being cut”* E é por razões como esta que o Butão procurou manter-se sempre à margem das dinâmicas de mercado e das forças que moldam o mundo. Está claro que se a globalização vem quase sempre acompanhada da palavra homogeneização, é igualmente verdade que neste processo as oportunidades não são equitativas e as lógicas de solidariedade são praticamente inexistentes.

No que diz respeito à poluição mundial, nomeadamente a emissão de gases causadores do efeito-estufa, como o dióxido de carbono (CO₂), é a grande vilã do aquecimento

²⁴³ ATKINSON, Carol Palombo, JONES, Nancy S. - **Sustainability amid globalization**. Getting Started in: Sociology, 2008.

global. O Fórum Económico Internacional de Energias Renováveis (IWR) de Münster, na Alemanha, publicou em 2011 dados que acusaram um novo recorde de emissões: 34 bilhões de toneladas de CO₂ foram emitidas a partir da queima de combustíveis fósseis. Em 2010, as emissões haviam alcançado 33,2 bilhões de toneladas.

Apesar dos esforços atuais para que o aquecimento do planeta não ultrapasse os 2°C, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) apontou que, mesmo com o cumprimento de todos os acordos, o planeta ficará inevitavelmente entre 2,5°C a 5°C mais quente. O Centro de Análise de Informações do Dióxido de Carbono, entidade do Departamento de Energia norte-americano, tem uma lista consolidada com dados de 2009 em que aponta os países que mais emitem CO₂ a partir da queima de combustíveis fósseis.

A China que ultrapassou os Estados Unidos em capacidade instalada, ocupa agora o topo do *ranking* mundial na produção de energia eólica. Os parques eólicos chineses já somam 41.800 megawatts (MW) de potência. O ritmo de instalação de novos parques eólicos na China é seis vezes superior ao dos norte-americanos. Ao longo de 2010 foram adicionados mais 15.800 MW à capacidade existente, o equivalente a quatro vezes a potência eólica instalada de Portugal.

Contudo, o país encabeça a lista de maiores emissores de CO₂ do mundo: foram 8,9 bilhões de toneladas em 2011. O número representa 600 milhões de toneladas a mais do que em 2010 e supera, em mais de 50%, os valores dos Estados Unidos, o segundo colocado da lista. Eles são também expressivos na média *per capita*: a população chinesa duplicou os valores desde 1960, e hoje ultrapassa 1,3 bilhões. No país, a emissão é de 1,43 toneladas de carbono por habitante, contra a média mundial de 1,27 toneladas.

Os Estados Unidos atingiram o índice mais baixo de emissões de CO₂ desde 1992, com 1,34 bilhão de toneladas nos três primeiros meses de 2012. Um inverno ameno, com menor necessidade de aquecimento, e a substituição da matriz energética de carvão por gás contribuíram para números um pouco menores. O pico foi registado em 2004, com 1,58 bilhões de toneladas, no período homólogo. O país nunca se comprometeu com o protocolo de Kyoto e tem uma agenda particular de interesses a serem apresentados em Doha. Apesar disso, registaram-se 6 bilhões de toneladas de dióxido de carbono emitidas pelos EUA em 2011, ou seja, 200 milhões de toneladas a menos do que em 2010.

O segundo país mais populoso do mundo ocupa a terceira posição entre os maiores emissores de CO² do planeta. No entanto, o índice *per capita* é bastante inferior à média internacional. Cada indiano produz cerca de 0,4 toneladas de carbono, a menor média entre os países que ultrapassam os 50 milhões de toneladas de CO². Com um ritmo de crescimento acelerado, as previsões, no entanto, não são nada otimistas. No mesmo ritmo, o país emitiria três vezes mais em 2030. Em 2011, foram registadas emissões de dióxido de carbono na Ordem de 1,8 bilhão de toneladas.

A Rússia reduziu as emissões de carbono a partir da queima de combustíveis fósseis em quase 23%, desde 1992. Ainda assim, o país ocupa a quarta posição entre os maiores emissores do mundo, e a primeira entre as nações do antigo Bloco Soviético. Os índices *per capita* russos estão também muito distantes do ideal, com 3,3 toneladas de CO² por habitante. Em números absolutos, encontra-se uma leve variação positiva. Em 2011 houve 1,67 bilhões de toneladas em emissões, um pouco abaixo dos 1,7 bilhões de toneladas de 2010.

A Terra do Sol Nascente segue com números estáveis, sem conseguir reduzir as suas emissões, mas mantendo em 2011 o mesmo volume de 2010, ou seja, 1,3 bilhão de toneladas. No entanto, 2012 fechou com um recorde negativo para o Japão. Depois do acidente na central nuclear de Fukushima, ainda em 2011, apenas duas unidades termonucleares estão operacionais, o que aumentou a demanda por combustíveis fósseis, mais poluentes. A situação torna difícil cumprir a meta de redução de emissões em 25%, até o fim da década.

Paralelamente, anualmente várias organizações climáticas e *sites* de sustentabilidade elaboram listas dos países mais ameaçados e vulneráveis às alterações climáticas.

As Nações Unidas abordaram o tema e revelaram os cinco países mais vulneráveis às alterações climáticas. A lista foi revelada na Cimeira do Clima de Doha, no Qatar, e coloca a pressão nos países asiáticos e africanos.

Assim, o Bangladesh, o Butão, a Gâmbia, o Quênia e a Micronésia estão na *pole position* das consequências trágicas do aquecimento global, se não se fizer nada para alterar o rumo do planeta. O Bangladesh sofre, sobretudo, com o aumento da salinidade no solo, o que compromete a agricultura local e a oferta de água para consumo, o Butão tem como principal problema a mudança no regime das monções, a Gâmbia sofre com

as secas, o Quênia tem o problema das inundações e a Micronésia tem de lidar com a erosão costeira.

Algumas povoações do Butão e outras regiões dos Himalaias, que pouco contribuem para o efeito de estufa, são algumas das vítimas do aumento das temperaturas. Ao longo dos Himalaias, os lagos estão a encher-se de água devido ao degelo. A capacidade dos rios está no limite e no Butão existem 24 lagos nestas condições – refere Monirul Mirza que *“In Nepal and Bhutan, glacier lake outburst floods are becoming serious threats to human settlements”*.²⁴⁴ Em 1994 um desses lagos verteu dez milhões de metros cúbicos de água, inundou várias aldeias e matou 23 pessoas em Punakha, a 80 km de distância. Enquanto parte da água das montanhas está a ser vazada, o estreitamento dos glaciares himalaicos significará para um quarto da população mundial (Índia, China, Paquistão) uma redução significativa das fontes de água.

A atual ordem mundial em que hoje nos inserimos, em muito é, como vimos, definida pela globalização. Totalmente avessos a este paradigma, os butaneses têm concentrado esforços para não se verem envolvidos no mundo globalizado, pois sabem que a abundância de recursos naturais e a distintiva cultura e identidade nacionais estariam ameaçadas caso sucumbissem ao que Thomas Friedman chamou de “mundo plano”. O Ministro dos negócios estrangeiros butanês, Lyonpo Jigme, avança, num artigo escrito no “Open Democracy” com algumas questões:

“Para começar, o que é globalização? A globalização é uma progressão natural para um estado onde todos os males da sociedade serão removidos por meio de integração e de uma Ordem mundial justa? Ou é uma "conspiração" dos países industrializados para estabelecer e manter uma nova Ordem mundial que irá consolidar e perpetuar os interesses de uma minoria privilegiada da população do mundo? Devemos perguntar-nos porque é que os países industrializados estão entusiasmados com a globalização, enquanto os Estados em

²⁴⁴ MIRZA; Monirul Qader - **Climate Change in water resources in south Asia.**

desenvolvimento são invadidos por dúvidas e ansiedades?”²⁴⁵

O referido ministro expressa, claramente, uma posição negativa face à globalização, avançando que a definição e fundamentação da mesma emanam dos países desenvolvidos, acrescentando ainda que os principais *players* e beneficiários que impulsionam os seus processos são precisamente os países industrializados, liderados pelo G8 e pelas grandes corporações multinacionais, sediadas principalmente no Ocidente. Ao mesmo tempo, acredita que as instituições que estruturam as “regras do jogo” estão sob o controle dos países industrializados, apesar das suas estruturas democráticas. Finalmente, sublinha o agravar da pobreza em muitos países em desenvolvimento, contrastante com a crescente afluência no Ocidente.

Lyonpo Jigme no seu artigo questiona-se, ainda, quanto ao seguinte:

“Se aceitarmos que a globalização é um produto da atividade humana, como podemos controlá-la para servir o interesse do progresso humano?” A resposta estará na estimulação da reflexão e do debate, que devem centrar-se não tanto nos aspetos positivos da globalização, mas sobretudo nos aspetos menos agradáveis, tais como, a questão da segurança, em que a globalização parece ter falhado. Não conseguiu livrar a humanidade da ameaça de um holocausto nuclear, as armas e exércitos são mais proeminentes e ameaçadores do que nunca, e o desenvolvimento da indústria de armas dos países ricos à custa dos países em desenvolvimento continua a ser uma ironia gritante. Também gritante é o facto dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança se encontrarem no topo da lista de países exportadores de armas. A riqueza pode ser uma forma de obter segurança, mas parece que a

²⁴⁵ “Globalisation - the view from Bhutan”.

criação de insegurança é uma forma de buscar riqueza.”

Sobre as diferenças entre países desenvolvidos e os países pobres, o ministro considera ser vital que as pessoas se esforcem para viver de forma equitativa, pois caso contrário não poderá haver harmonia, só a colisão constante.

Assim, a humanidade aos olhos do Butão deveria evoluir para uma nova conjuntura ética, uma nova abordagem onde a partilha é soberana, ao invés de se procurar incessantemente lucrar e enriquecer a todo o custo. Em última análise, para os butaneses, a riqueza é apenas um meio para atingir a felicidade que o ser humano busca na vida. É aí que reside a filosofia por trás do objetivo do conceito de Felicidade Interna Bruta, que o país se comprometeu a prosseguir. Segundo o referido artigo, para Lyonpo Jigme, a felicidade é *“apenas um estado emocional do ser. É uma ilusão. Há algo absoluto e permanente na natureza da prosperidade? Ela também é uma ilusão. A única maneira de sustentar uma ilusão é quando a mesma é compartilhada por todos.”*

O Butão tem alertado o mundo para um suicídio económico e ambiental e tem sido reconhecido como um país em desenvolvimento que tem conseguido colocar no coração da sua agenda política as questões de conservação e sustentabilidade ambiental. O Índice de Felicidade Bruta tem sido o elemento inspiracional, enquanto princípio orientador através do qual conduzem o seu próprio destino em direção a uma sociedade mais sustentável e equitativa.

Segundo Lhamu Choki

“The principle behind the government’s development strategies is that gross national happiness (GNH) is of greater importance than gross national product (GNP), and the emphasis is, therefore, on balance, stability, and social equity. The state plays a paternalistic role in the development of the country. It is the principal actor in promoting and implementing a series of development and regulatory policy interventions. This has led to a substantial degree of success in

*health and education, physical and institutional infrastructure, and in achieving steady economic growth whilst maintaining a relatively uncompromised natural resource base.*²⁴⁶

Recentemente, a ONU adotou a abordagem butanesa para o desenvolvimento, movimento apoiado por 68 países. Um painel da ONU está ainda a considerar formas de replicar o modelo pelo mundo, revelando que as virtualidades das iniciativas butanesas são apreciadas e creditadas.

É certo que para o mundo generalizado, o Butão é um país insignificante, que se encontra à margem de todos os elementos que o moldam. Longe de ser uma superpotência, o pequeno reino dos Himalaias não deixa de registar assinaláveis índices de desenvolvimento, sempre comprometido com as suas próprias tradições e aspetos distintivos. Na verdade, se o Butão não consta como *player* na lógica globalizadora que domina o mundo de hoje, não é por não conseguir acompanhar o processo e a velocidade das dinâmicas que o acompanham, mas porque escolheu seguir outro caminho que acredita ser bem mais benéfico. Assim, não é esta ordem mundial que estranha o Butão, é antes o Butão que não se identifica com o rumo que o mundo escolheu seguir. Por conseguinte, a sua influência enquanto contribuinte para a solidez desta ordem mundial (globalizada) é diminuta, mas enquanto definidor de um paradigma alternativo, assente na distribuição sustentável e racional dos recursos, na preservação ambiental (atendendo que o mundo está a entrar em colapso) e no conceito de felicidade bem para lá do que o lucro possa oferecer, o Butão revela-se decisivo. O Butão é portanto um dos principais agentes críticos da ordem mundial, tal como hoje a conhecemos, e um grande opositor. E é na qualidade de antagonista que nasce como alternativa válida a um modelo que tanto tem colocado o mundo em perigo.

No entanto, ao contrário do que acontece com a maioria dos pequenos Estados, em que a sua política externa é deficiente, devido à fraca capacidade de agir nas relações externas²⁴⁷, em parte por falta de pessoal

²⁴⁶ CHOKI, Lhamu; RHODES, John Jigme; RAI, D. B. - **Integrating economy and environment: The development experience of Bhutan. Growth, Poverty Alleviation and Sustainable Resource Management in the Mountain Areas of South Asia.**

²⁴⁷ EAST, Maurice - **Foreign Policy-Making in Small States: Some Theoretic Observations Based on a Study of the Uganda Ministry of Foreign Affairs.**

capacitado para a área de relações externas, o que resulta na perda de controlo e assumir de responsabilidades em áreas de interesse internacional, o Butão tem demonstrado ter uma política externa bem determinada e gizada. Esse facto tem relevância já que em geral, os pequenos estados com a sua falta de capacidade de intervir eficazmente em assuntos mundiais são considerados um elo fraco no sistema global.

A sua capacidade limitada para monitorizar com cuidado os assuntos internacionais pode significar que esses estados também são mais propensos a cometer erros e causar conflitos e tensão desnecessários no sistema global. A sua incapacidade de identificar e avaliar efetivamente a evolução nas áreas que têm grande relevância pode provavelmente resultar em comportamentos muito mais voláteis e conflituosos.

A atuação do Butão no cenário internacional tem sido cautelosa, inteligente e ponderada, o que lhe tem conferido um papel importante na estabilidade da região a que pertence. O desenvolvimento das suas relações diplomáticas, comerciais e culturais vem demonstrando que, apesar de ser um pequeno Estado, o seu contributo poderá ser cada vez mais importante para evitar conflitos e tensão, designadamente entre as duas potências que geograficamente o envolvem – Índia e China. Neste sentido, sempre se poderá questionar se, à margem do seu diminuto poderio económico, o Butão não poderá ter um papel mais importante do que aquele que usualmente lhe atribuem. É que o equilíbrio que o Butão tem conseguido manter na região onde se insere tem contribuído para a posição e importância que a China e a Índia têm na nova ordem mundial. Uma excessiva dependência da Índia ou um afastamento da China poderá quebrar o ténue equilíbrio entre os dois gigantes, com repercussões a nível mundial.

Nas páginas que se seguem iremos tratar com maior minúcia os mecanismos butaneses de preservação ambiental, procurando descortinar as políticas e as medidas de sustentabilidade envolvidas, intimamente ligadas ao singular conceito de Felicidade Interna Bruta, que promove um novo caminho para a humanidade.

7.1. Butão: que políticas de sustentabilidade?

Como já atrás referimos, o papel do Butão na nova ordem mundial poderá ser definido através de três considerandos: o primeiro, o poder militar do país - apesar das transformações em curso, da tentativa de modernização do seu arsenal militar, o Butão

não tem qualquer peso na manutenção ou alteração da ordem mundial. A modernização do seu arsenal resumir-se-á a defender as suas fronteiras de eventuais entradas de terroristas ou de imigrantes ilegais; o segundo, na qualidade de *buffer state* – ao contribuir para o equilíbrio de forças entre a China e a Índia, e, conseqüentemente, para a manutenção da paz na região, o seu papel torna-se mais relevante, já que não sendo gerador de conflito nem de tensões, e assegurando a manutenção e aprofundamento das suas relações com ambos os países, bem como com os outros países vizinhos, poderá contribuir para que a nova ordem mundial siga o seu curso sem grandes sobressaltos; o terceiro, e mais importante, o papel de *case study* para as grandes potências, e não só, quanto à preservação do ambiente, proteção de recursos naturais e desenvolvimento sustentável. Como se disse, se a atual ordem mundial do ponto de vista militar pode ainda ser unipolar, com os EUA «no pelotão da frente», nas restantes áreas de interesse internacional ela é multipolar. E, deste ponto de vista, o Butão tem muito a «ensinar» aos países maiores ou menores, mais desenvolvidos ou menos desenvolvidos, do ocidente ou do oriente.

Adelino Maltez, quanto aos fatores determinantes das relações internacionais refere

“(...) seria de começar por aquilo que determinou o nascimento da geopolítica e que continúa marcante nas perspectivas estrategistas: os factores geográficos, principalmente as qualidades e os recursos dos territórios (...) mas não esquecendo o controlo das vias de passagem e do acesso ao mar. destacam-se também os recursos naturais, importantes elementos para a determinação do poder internacional, mas cumpre chamar a atenção para o facto de as riquezas naturais serem variáveis no tempo e no espaço, porque dependentes de invenções científicas e dos meios tecnológicos. (...) todos os analistas das fórmulas de poder internacional dão importância ao inventários dos recursos, nomeadamente os energéticos (...)”²⁴⁸

²⁴⁸ MALTEZ, Adelino, op. cit. p. 162

Em matéria de recursos naturais e sua gestão, o Butão tem demonstrado ser um grande ator internacional, adotando políticas de preservação e sustentabilidade.

Na verdade, o mundo já perdeu quase metade da floresta original, e a maioria desapareceu nas últimas três décadas. A desflorestação tem sido especialmente grave na Ásia tropical, na verdade, para David Gosling *“Some of the largest developing societies experience severe poverty and the escalation of environmental problems such as deforestation, the pollution of waterways and the depletion of natural resources such as mineral fuels and biodiversity.”*²⁴⁹ As florestas tropicais são uma fonte excepcional de biodiversidade, contendo entre 10 a 50 milhões de espécies. Todos os dias cerca de dez espécies são extintas. Segundo GREBEN, BETTINGEN e SIRY *“Forests not only represent many of the most diverse ecosystems on earth, they also serve as refuges for many species”*²⁵⁰ A desflorestação tem inúmeros impactos ambientais e sócio económicos, tais como a perda de madeira, de frutos e erosão do solo, o que afeta a capacidade de rendimento das culturas (e encoraja os agricultores a usarem mais pesticidas). A acumulação de sedimentos reduz a vida dos canais de irrigação, das reservas e barragens hídricas. A desflorestação está também a contribuir para alterações meteorológicas a nível local e global. Em países como a Tailândia e as Filipinas parecem surgir cada vez mais frequente inundações, deslizamentos de terra e secas. Cerca de 75 países já não têm fronteiras florestais e cerca de 96% das fronteiras asiáticas deixaram de existir. Muito do que permanece pode ser encontrado em ilhas como o Bornéu, Sumatra, Camboja.

O Butão tem uma variada riqueza de recursos naturais. A água é abundante, e as variações de altitude criam encostas íngremes que oferecem excelentes oportunidades de usar a energia da água para gerar eletricidade. Embora as quantidades exatas de depósitos minerais sejam desconhecidas, um mapeamento geológico indica a existência de carvão, calcário, dolomite, talco, mármore, gesso, ardósia, zinco, chumbo, cobre, tungstênio, e depósitos de quartzito. A ecologia do país é bastante diversificada. Cerca de 72% da terra é coberta por florestas e mais de 60% das espécies endémicas da região Leste dos Himalaias pode ser encontrada no Butão, incluindo mais de 165 espécies de mamíferos, 770 espécies de aves, 50 espécies de rododendros e 300 espécies de plantas medicinais. Cerca de 50% da área geográfica do país é protegida. Devido ao número de espécies endémicas, o Butão foi declarado um dos dez lugares mais privilegiados do

²⁴⁹ GOSLING, David L - **Religion and ecology.**

²⁵⁰ GREBEN, Donald; BETTINGEN, Pete; SIRY, Jack - **Introduction to forestry and natural resources.**

mundo para a conservação da biodiversidade e potencialmente a última oportunidade para a conservação das espécies nos Himalaias oriental, isto porque: segundo James Torsell “*Bhutan today is one of the very few remaining countries which possesses such high percentage of forests of the total land cover, and for the protected areas it also has one of the highest percentages of total land cover of any country in the world*”.²⁵¹

Apenas uma pequena porção do território butanês é usado com propósito produtivo. Na verdade, a área de terra destinada à agricultura é muito limitada e a extração de recursos é fortemente regulada. O uso da terra cultivada está predominantemente restrito aos sistemas agrícolas tradicionais, isolados, que combinam esta atividade com a pecuária e a utilização de recursos florestais. Certas terras foram convertidas em pomares e a produção de maçãs e laranjas para uso doméstico e para a exportação aumentou. Tais alterações dependem de uma utilização mais eficiente das terras agrícolas existentes, em vez do aumento da porção de terra cultivada.

O Butão, por comparação com outras regiões himalaicas, partilha inúmeras semelhanças, mas conserva algumas diferenças. O país tem sido capaz de evitar que os seus problemas atinjam proporções críticas.

Muitos dos estudiosos ocidentais que estudaram o Butão rotulam o período anterior ao Governo do terceiro rei (1952) de Butão feudal, por oposição ao moderno Butão. É geralmente assumido que o Butão foi uma sociedade feudal nos mesmos moldes que a europeia, o que não foi bem assim. Só muito recentemente é que o Butão começou o processo de modernização. Um período de obscurantismo do qual o Butão emergiu para abraçar o desenvolvimento.

No Butão nunca houve um senhor feudal. Até 1960 o Estado não intervinha nas escolhas locais sobre o uso dos recursos naturais. Mas com o aumento da legislação e do racionalismo, o uso dos recursos passou a estar altamente regulamentado.

Legalmente os agricultores perderem o direito aos recursos de propriedade comum, tais como as pastagens e florestas, a partir do momento que tais leis foram introduzidas – Segundo Lhamu Choky, “*The state maintains tight control over the national natural resource base, with the 1969 Forest Act and 1979 Land Act, defining all land not owned*

²⁵¹ THORSELL, James W. - **Conserving Asia's natural heritage: the planning and management of protected areas in the Indomalayan realm: proceedings of the 25th Working Session of IUCN's Commission on National Parks and Protected Areas.** P. 26

privately and all forests as the property of the state.”²⁵² Contudo, a ausência de recursos por parte do Estado para colocar tais medidas em vigor, a nível de monitorização e controlo, criou espaço para que alguns agricultores continuem a fazer uso dos recursos, embora com constrangimentos impostos pela lei. Por exemplo, ainda hoje na maioria das aldeias butanesas velhos hábitos continuam a ditar o acesso das aldeias às florestas.

Existe uma clara demarcação entre aldeias e povoações, através da colocação de marcos de pedra que servem não só de delimitação como também assinalam a entrada para os espíritos guardiães. As pessoas de outras aldeias não podem, portanto, recolher lenha, cortar madeira ou pastar o seu gado para lá das fronteiras. Se o fizerem são obrigadas a pagar uma compensação. No caso da pastorícia ilegal, o gado é retido até que se pague a respetiva multa que reverte para cerimónias ritualistas e para o mosteiro da aldeia.

Para o uso da floresta comunitária ou de terrenos baldios, os aldeãos pagam coletivamente um imposto ao Estado. Contudo, não podem abusar do uso dos recursos. Em certas florestas há árvores que simplesmente não podem ser cortadas ou derrubadas. O processo de extração de qualquer recurso, como o abate de árvores, não pode prejudicar a propriedade de outra pessoa.

O corte excessivo de madeira, com vista o mercado, não será permitido a não ser que toda a povoação beneficie com isso. Nalgumas alturas as pessoas fecham as florestas e durante esse período certas partes estão interditas, uma vez que se acredita que os espíritos das florestas não podem ser importunados. Curiosamente, este hábito coincide muitas vezes com o florescer de árvores e plantas e com a propagação de sementes e qualquer perturbação poderia interferir na produção e no ciclo de crescimento. Estes hábitos são muitas vezes orientados pela Divisão dos Serviços Florestais, que frequentemente permite o corte de madeira e a coleta de outros recursos por estranhos às florestas que por força do hábito passaram a “pertencer” a uma aldeia, o que gera muitos ressentimentos entre as comunidades vizinhas.

No seguimento do pensamento de Adelino Maltez, “*Em terceiro lugar, temos as forças económicas, desde as actividades expansivas à própria procura de matérias-primas, passando pelo controlo das grandes vias de comunicação (...) e pelas várias formas de associação económica, com destaque para as uniões aduaneiras.*” E, ainda, quanto aos

²⁵² CHOKI, Lhamu; RHODES, John Jigme; RAI, D. B., op. cit.

fatores determinantes das relações internacionais, acrescenta, “(...) *importa referir que todos os factores (...) estão em ligação estreita, vivem em interacção contínua, só perceptível através de uma análise estratégica, dado que as vulnerabilidades, se bem geridas, podem transformar-se em potencialidades e estas, se mal geridas, podem volver-se em vulnerabilidades.*”²⁵³

A economia do Butão é, como se viu, uma das mais pequenas e subdesenvolvidas do mundo asiático e depende largamente da agricultura e da silvicultura. Cerca de 70 % da população está concentrada nas áreas rurais e vive da agricultura de subsistência. Só muito recentemente é que o Butão se libertou do isolamento auto induzido. O período de fechamento relativo colocou o país à margem dos benefícios provenientes dos avanços científicos e tecnológicos, mas não deixou de funcionar como uma espécie de escudo face aos impactos negativos da modernização.

A liderança política é decisiva na altura de escolher o rumo a seguir na persecução do desenvolvimento de um país, e o Butão tem sido governando por líderes e monarcas responsáveis e visionários. O país tem sido capaz de manter taxas de crescimento estáveis e tem conseguido melhorar os indicadores de desenvolvimento humano. Os recursos naturais mantêm-se praticamente intactos devido à baixa concentração populacional e às duras políticas de exploração industrial.

De um século de monarquia pacífica passou-se em 2008 para uma democracia, quando Jigme Wangchuck abdicou do trono a favor do filho e anunciou o estabelecimento de um sistema político democrático. O monarca declarou que a filosofia de desenvolvimento do Butão não compreendia o aumento do produto interno bruto mas antes o alcance da felicidade bruta nacional. Esta é uma considerável e deliberada divergência em relação ao resto do mundo. A abertura ao mundo tem sido gradual, pragmática e na base da cautela, devido aos inúmeros problemas que o crescimento desenfreado e incontrolado pode trazer.

O povo butanês escolheu o seu próprio caminho, ao optar pela felicidade como veículo indispensável para alcançar o desenvolvimento. Esta visão está assente em quatro pilares fundamentais: preservação ambiental, boa governança, integridade cultural e desenvolvimento socioeconómico.

²⁵³ MALTEZ, Adelino, op. cit. p. 162

Em 1998, a Comissão Nacional do Ambiente, divulgou a estratégia ambiental nacional para o Butão, onde se clarificou que o caminho para o desenvolvimento deveria minimizar os impactos ambientais negativos. A mesma estratégia gizou três linhas de orientação: expansão hidroelétrica, aumento da auto-suficiência na produção de comida e desenvolvimento industrial moderado. Estas medidas visam a modernização do país, mas a que se juntam preocupações de cariz ambiental.

Como defende Tobgay Namgyal

“With the advent of social modernization and economic monetization, Bhutan began to address issues of financial sustainability in its national commitment to environmental conservation. Based on ancient principles of common resource stewardship, an innovative and sophisticated financing mechanism was conceived in the late 1980's in order to create an endowment to sustain the conservation of Bhutan's natural heritage.”²⁵⁴

Está provado que a degradação ambiental pode ocorrer em condições de extrema pobreza e por via da excessiva exploração dos recursos naturais. Além do mais, o valor económico, social e cultural do ambiente pode diferir de grupo para grupo. A estratégia escolhida pelo Governo butanês procura um consenso entre as necessidades de preservação ambiental e de fomento económico, através de um caminho intermédio, entendendo que a realização de tais objetivos dentro dos diferentes setores envolverá compromissos necessários.

Como apregoa Wangchuk *“Bhutan, one of the poorest countries in the region, has devoted more than 0.2 percent of total public expenditures to biodiversity conservation.”²⁵⁵*

²⁵⁴ NAMGYAL, Tobgay S. - **Sustaining conservation finance: future directions for the Bhutan trust fund for environmental conservation.** p. 49

²⁵⁵ WANGCHUK, Sangay, op. cit.

O alcance de uma modernização com sucesso requer um investimento substancial do Estado na manutenção adequada da qualidade ambiental. Ou seja, o Estado assume um papel central no desenvolvimento sustentável da nação e na regulação dos comportamentos sociais. O fator crucial das questões ambientais reflete-se na responsabilidade de cada um dos ministérios em relação à sustentabilidade e às medidas de desenvolvimento. Mais concretamente, as políticas ambientais devem reforçar as capacidades das instituições governamentais.

Como refere Adelino Maltez

“Mesmo o mais recente modelo cosmopolita salienta que os problemas ambientais, como o aquecimento global do planeta, o buraco do ozono ou as chuvas ácidas, não podem continuar a ser vistos como problemas locais, nacionais ou regionais, mas antes como problemas que afetam a humanidade como um todo.”²⁵⁶ E, continua, “Logo, os problemas ambientais têm de ser vistos numa perspectiva mais ampla, numa perspectiva intergeracional de direitos humanos, de equidade, e de justiça.”²⁵⁷

Para tal é indispensável a existência de sistemas de informação e de pesquisa, o desenvolvimento institucional e a participação popular, o estabelecimento de políticas e de legislação, cuidados na educação, monitorização, avaliação e cumprimento dos pressupostos anteriores. Através da promoção de um eficiente e inclusivo sistema de governança ambiental, decisões baseadas na informação podem ser introduzidas em conformidade com os valores ambientais da população e assim resolver potenciais conflitos.

As infraestruturas físicas e sociais ainda necessitam de melhoramentos e o estabelecimento de projetos assume especial relevância ao facilitar o processo de desenvolvimento. Além disso, enquanto mediador entre o desenvolvimento e a proteção

²⁵⁶ MALTEZ, Adelino, op. cit. p. 105

²⁵⁷ MALTEZ, Adelino, op. cit. p. 106

ambiental, a capacidade do Estado para regular ambas as atividades assume importância extrema. O Butão contou pesadamente com a assistência externa para o financiamento de projetos de infraestruturas e de desenvolvimento. A mobilização de recursos internos é essencial a fim de reduzir a dependência e aumentar a auto confiança e a promoção de um sistema sustentável. Para tal, o Governo vale-se do potencial hidroelétrico, mas será necessário reforçar a sua capacidade financeira para levar a cabo todos os projetos de desenvolvimento. O aumento da consciência ambiental e ecológica poderá aumentar o valor de alguns dos recursos naturais do Butão.

À medida que a população mundial cresceu e o desenvolvimento económico baseado na exploração dos recursos naturais se foi intensificando, algumas espécies conheceram a extinção e outras estão no limiar. Os seus habitats ou foram destruídos ou severamente fragmentados restringindo a uma pequena área uma quantidade variada de mamíferos. A expansão das áreas protegidas não devia estar confinada aos territórios nacionais, mas sim estender-se para lá dos limites uma vez que a própria biodiversidade desconhece fronteiras. A conservação da biodiversidade e da paisagem emergiu como uma prioridade global. Esta abordagem garante a estabilidade dos ecossistemas e fornece espaço para que a vida selvagem se mova dentro dos limites normais.

A proteção da natureza é considerada a prioridade principal da população e do Governo e nesse sentido, o país tem definido diversas políticas de preservação e defesa ambiental, ou seja, reconheceu a importância da manutenção da paisagem para a conservação da biodiversidade. As iniciativas de conservação indicam que o Butão está totalmente consciente dos benefícios de uma abordagem integrativa na gestão dos recursos naturais. As políticas butanesas têm sido introduzidas no sentido de unir áreas protegidas através de corredores biológicos para o aproveitamento dos benefícios decorrentes da conservação paisagística. Para James Thorsell *“The acts governing protected areas are the Bhutan forest act of 1969, the national forest policy of 1974, and the wildlife notification of 1974. River systems have further protection under the fishery rules of 1974.”*²⁵⁸

O sistema de áreas protegidas foi iniciado em 1960, e cobre quase a totalidade das regiões de norte a sul do país. Como refere, Tobga Namgyal *“In 1999, another nine percent of the country was demarcated as biological corridors linking all nine protected*

²⁵⁸ THORSELL, James W., op. cit. p.26

arepara as. Sustainable economic development policies, backed by strong environmental legislation such as the Forest and Nature Conservation Act (1995) and the Environmental Assessment Act (2000), are ensuring the enforcement of collective national commitments.”²⁵⁹

No campo internacional, o Butão é signatário dos principais acordos ambientais, e este comprometimento internacional é orientado pelas políticas ambientais nacionais e locais do próprio Butão. Uma extensa rede de dez áreas protegidas e corredores biológicos, cobrem um total de 51% do país, o que reflete o sentido de responsabilidade do Butão para com as questões de preservação ambiental. Atualmente, o país tem 72.% de área florestada e ficou definido na Constituição manter perpetuamente um mínimo de 60% da área para o efeito – segundo Tobgay Namgyal *“Bhutan's social and political commitment to conservation is manifest through a pledge by the National Assembly in 1995, to maintain in perpetuity a national forest cover at 60 percent of the country's landmass.*”²⁶⁰ A caça é completamente proibida, mas a pesca não.

As primeiras áreas protegidas no país foram estabelecidas em 1966. O rei Jigme Dorji Wangchuck, o terceiro rei do Butão e o príncipe Namgyel Wangchuck, na altura Ministro do comércio, indústrias e floresta, declararam por Ordem real que as reservas de caça da família real no sul passariam a ser as primeiras zonas protegidas do país. Em 1974, uma mudança no Governo criou novas áreas protegidas.

James Thorsell explica

“The objectives of Bhutan’s protected areas are to: maintain the ecological balance in the face of the pressure for forest exploitation; preserve forest ecosystem; preserve the landscape for aesthetic pleasure; protect wild flora and fauna for aesthetic, cultural, economic and scientific values, education and enjoyment for the benefit of present and future generations; preserve natural resources

²⁵⁹ NAMGYAL, Tobgay S. - **Sustaining conservation finance future directions for the Bhutan trust fund for environmental conservation.** p. 60

²⁶⁰ NAMGYAL, Tobgay S., op. cit. p. 60

*of wildlife reserves which form the basis for life
sustenance”.*²⁶¹

O Butão comprometeu-se fortemente com a causa ambiental. Os projetos ambientais butaneses preveem a existência de habitações dentro e à volta das áreas protegidas, ao contrário de outros conceitos. As rigorosas políticas de conservação exercem um peso bastante grande entre as pessoas que vivem nestas áreas, onde o aumento da predação da vida selvagem tem um impacto significativo nos meios de subsistência. Mas, por outro lado, as populações estão bastante ligadas à natureza, e este laço é extremamente importante para alcançar objetivos de preservação. Esta situação exigiu uma gestão integrada entre o desenvolvimento e a conservação ambiental, o que tem constado nos projetos ambientais do Butão. Neste sentido, o eco turismo pode tornar-se uma opção válida.

Na perspetiva da Biologia, o Butão alberga uma considerável variedade de plantas e espécies de animais que são exclusivos do país. As áreas protegidas estão espalhadas ao longo de nove localizações diferentes que representam várias zonas ecológicas, desde climas subtropicais no sul a alpinos no norte. Estas áreas estão ligadas por corredores biológicos que cobrem 9% das áreas numa paisagem heterogénea. A combinação das áreas protegidas e dos corredores biológicos forma o Complexo Butanês de Conservação Biológica (B2C2) – unidade de conservação, abrangendo todos os tipos de ecossistemas que existem no país.

Historicamente no Butão, o sistema de áreas protegidas foi administrado pelo Parque Nacional Jigme Dorji, que efetivamente protegeu as rochas, o gelo e a neve ao longo da inacessível fronteira a norte com a China, mas descorou na conservação da biodiversidade. Em 1995, deu-se uma reformulação radical dos sistemas de áreas protegidas com a introdução de três novas áreas que cobriam florestas de clima temperado. O Parque Nacional Jigme Dorji foi também reduzido no tamanho mas prolongado para sul de forma a cobrir importantes prados alpinos.

A dependência humana dos recursos presentes nalgumas áreas protegidas é evidente, e é um importante meio de subsistência das comunidades locais. Existem 575 famílias em

²⁶¹ THORSELL, James W., op. cit. p.27

Manas, 950 em Jigme Singye Wnagchuck, 1000 no Parque Nacional Jigme Dorgi, 136 no santuário da vida selvagem Bomdeling e 525 no santuário da vida selvagem Sakteng. Muitos dos residentes destas áreas protegidas são agricultores de subsistência, que vivem da pastorícia.

A densidade populacional é baixa, conseqüentemente a pressão sobre os recursos das áreas protegidas e nos corredores biológicos também é reduzida – Para Lhamu Choky *“The country has been able to maintain steady growth rates and achieve reasonable improvements in indicators of human development. The natural resource base remains relatively intact, the resource pressure eased by a comparatively low population-land ratio and the heavy state regulation of industrial exploitation.”*²⁶² A migração rural-urbana das áreas protegidas é muito maior do que a média nacional, uma vez que estas pessoas procuram melhores oportunidades económicas e acesso a mais serviços sociais. Contudo, aqueles que ficam são apoiados pelo Programa de Conservação e Desenvolvimento. Este programa tem como objetivo assegurar a conservação ambiental e as necessidades das famílias locais e por isso existem compensações para aqueles que decidem introduzir a pecuária nas suas vidas.

Iniciativas como esta procuram reduzir os conflitos entre as pessoas e a vida selvagem, o que ajudou a reduzir o número de mortes de animais selvagens, particularmente de tigres e leopardos. Ao mesmo tempo foram distribuídas chapas de zinco onduladas entre os residentes das áreas protegidas de forma a evitar o abate de árvores. Este programa cobriu mais de 700 casas e salvou centenas de árvores. Os habitantes dos parques geridos pelo Programa de Conservação e Desenvolvimento, com o intuito de minimizar o consumo de lenha, receberam também melhores fogões e o consumo reduziu cerca de 30%.

O Butão planeia tornar-se o primeiro país do mundo a transformar por completo o setor agrícola, ao implementar uma agricultura orgânica e biológica, proibindo o uso de pesticidas e herbicidas, e confiando nos próprios animais para conseguir fertilizantes. Em vez de se esperar que os agricultores deste pequeno reino himalaico passem a produzir menos comida, o Governo está confiante que a produção aumente substancialmente, ao ponto de se poder exportar grandes quantidades de alimentos de alta qualidade para a Índia, China e outros países. A decisão por uma agricultura

²⁶² CHOKI, Lhamu; RHODES, John Jigme; RAI, D. B., op. cit.

orgânica tem uma razão “prática e filosófica” nas palavras do atual Ministro da Agricultura e das Florestas, Pema Gyamtsho.

Este projeto não conhece um prazo, e será implementado de região em região. Na conferência anual de desenvolvimento sustentável, o mesmo ministro referiu que uma vez que o terreno butanês é montanhoso, *“quando usamos produtos químicos, não se confinam ao sítio onde são colocados, têm um impacto na água e nas plantas. A maioria das nossas práticas agrícolas é tradicional, pelo que já somos um país orgânico de qualquer das formas”*.

O ministro afirmou ainda que o futuro do Butão depende largamente de como irá conciliar alterações climáticas, com a produção de alimentos e a energia, acrescentando

“nós já seríamos autossuficientes em comida se só comêssemos o que produzimos. Mas, importamos arroz. O arroz é agora muito comum, mas tradicionalmente muito difícil de conseguir. Apenas os ricos e as elites tinham acesso ao arroz. O arroz conferia status. Agora a tendência está a reverter-se. As pessoas estão cada vez mais preocupadas com a saúde e estão a comer grãos como o trigo e o trigo sarraceno”.

No ocidente, a comida orgânica produzida é pensada na redução do tamanho das colheitas, porque de outra forma tornam-se mais suscetíveis a pestes, o que está a ser bastante criticado pelo Butão e por outras regiões da Ásia, onde os pequenos produtores estão a desenvolver técnicas para que as colheitas cresçam mais sem significar a perda da qualidade do solo. Sistemas como a intensificação sustentável da raiz, que regulam cuidadosamente a quantidade de água que as culturas precisam, bem como a altura certa de as plantar provam que a produtividade das culturas orgânicas pode ser dobrada sem necessidade de produtos químicos e sintéticos.

O referido ministro da agricultura explica que os butaneses estão a experimentar *“diferentes métodos de cultivo, usando a intensificação sustentável da raiz, mas também estamos a aumentar o tamanho da terra irrigada e a usar variedades de culturas*

tradicionais, que não necessitam de inputs e são resistentes às pestes”. Contudo, uma série de anos excepcionalmente quentes e o clima errático, deixaram duvidosos muitos dos agricultores, que não acreditam conseguirem prosseguir sem os produtos químicos.

Em Paro, uma grande região agrícola, os agricultores estão já a sentir dificuldades em alimentar as suas famílias e o Governo local diz estar a distribuir pesticidas e fertilizantes em grandes quantidades para ajudar as pessoas. E isto por causa das mudanças climáticas, do calor excessivo.

No entanto, o Butão é visto como o país que desenvolve propaganda de desenvolvimento sustentável. Mais de 95% da população tem acesso à água potável e eletricidade e 70% do país está florestado, é livre de carbono e praticamente autossuficiente em comida, e continua na busca pela felicidade coletiva. Segundo o ministro Pema Gyamtsho, *“nós não temos combustíveis fósseis, ou energia nuclear, mas somos abençoados com rios que nos dão a possibilidade de mais de 30.000 MW de eletricidade. Até agora exportamos para a Índia. A maior ameaça é no sector dos transportes. O número de carros aumenta todos os dias e temos de importar combustíveis, por isso devemos desenvolver a nossa energia”*.

7.1.2. Políticas de conservação

Segundo Jeffrey Sachs, após um encontro que juntou vários especialistas em matérias de desenvolvimento sustentável, e que teve lugar em Thimpu, após a Assembleia-Geral das Nações Unidas ter emitido uma declaração em que pedia aos países que analisassem de que forma as políticas nacionais podem promover a felicidade nas suas sociedades, uma das conclusões a que se chegou foi

“o capitalismo global representa diversas ameaças diretas à felicidade. Está a destruir o ambiente através das alterações climáticas e outros tipos de poluição, enquanto uma corrente implacável de propaganda da indústria petrolífera permite que muitas pessoas desconheçam esta situação. Está a enfraquecer a confiança social e a estabilidade

*metal, com a prevalência de depressões clínicas, aparentemente, a aumentar. Os "mass media" tornaram-se em locais de transmissão das "mensagens" corporativas. Os norte-americanos sofrem, cada vez mais, de vícios de consumo.*²⁶³

O Butão já há alguns anos começou a desenvolver políticas que íam ao encontro do pensamento espelhado nesse encontro. De facto, a lei butanesa de 1995 para a conservação da floresta e da natureza dedica dois capítulos à matéria, e diversas secções sobre as áreas protegidas e conservação da vida selvagem. A violação destas secções leva ao aprisionamento de provisões. A estratégia de conservação da natureza não aceita a redução de habitats e ecossistemas, sendo qualquer intenção neste sentido não negociável. Além disto, a Constituição do Butão (2008) dedica a totalidade de um artigo (V) à proteção ambiental.

O país deve manter pelo menos 60% do seu território coberto de floresta, e as áreas adequadas devem ser identificadas como áreas protegidas, santuários da vida selvagem e reservas naturais.

Como explica Wangchuk

*"Bhutan's socio-political conditions have been, and continue to be, favorable for the conservation of biological diversity. Royal Government of Bhutan is strongly committed to environmental conservation as reflected in various national policies and legislations. One of the most important commitments of the 1974 Forest Policy has been to maintain 60 percent of the country under forest cover, in perpetuity. This clause is now embodied in the new Constitution that was released for nationwide debate in 2005".*²⁶⁴

²⁶³ SACHS, Jeffrey D. – **A Economia da Felicidade**.

²⁶⁴ WANGCHUK, Sangay, op. cit. p. 183

A Constituição concentra disposições legais de salvaguarda ecológica contra as pressões indevidas que poderão advir do aumento futuro do número das explorações agrícolas. O Artigo 5º é exclusivamente dedicado aos assuntos ambientais: (1) Cada butanês é administrador dos recursos naturais do Reino para o benefício do presente e do futuro das gerações vindouras e é dever fundamental de todos os cidadãos contribuir para a proteção do património natural, para a conservação da rica biodiversidade do Butão e para a prevenção de todas as formas de degradação ecológica, incluindo o ruído, a poluição visual e física, através da adoção de práticas e políticas amigas do ambiente; (2) o Governo Real deverá: (a) proteger, conservar e melhorar o ambiente e salvaguardar a biodiversidade do país; (b) prevenir a poluição e a degradação ecológica; (c) assegurar um desenvolvimento económico e social ecologicamente sustentável; (d) assegurar um ambiente saudável e seguro; (3) o Governo deve garantir que de forma a conservar os recursos naturais e a prevenir a degradação do ecossistema, 60% do território deverá ser mantido sob floresta para sempre; (4) o Parlamento deverá decretar legislação ambiental que garanta o uso sustentável dos recursos naturais, a equidade intergeracional e a afirmação dos direitos soberanos do Estado sobre os recursos naturais; (5) O Parlamento poderá, por lei, declarar como parque nacional, reserva da vida selvagem, reserva natural, floresta protegida (e qualquer outra categoria ligada à proteção), qualquer parte do território.

Segundo Sangay Wangchuk, *“Conservation initiatives indicate that Bhutan is fully aware of benefits of integrative approach in management of biological resources. Policies in Bhutan have provisioned space for linking protected areas by establishing biological corridors for harnessing landscape benefits of conservation”*.²⁶⁵

A conservação não é um conceito moderno no Butão. Valores tradicionais baseados na filosofia budista de reverência por todas as coisas vivas, moldou o estilo de vida e a abordagem escolhida para alcançar o desenvolvimento necessário – segundo David Gosling *“The Buddhist traditions can help us to see that our life is inextricably bound up with the natural world and the life of animals. Whether we believe in reincarnation or not, it illustrates an attitude which is important.”*²⁶⁶

O Budismo integra em consideração na sua filosofia todas as formas de vida, isto é todas as formas sencientes num ciclo de existência organizado, onde cada ser vivo está

²⁶⁵ WANGCHUK, Sangay, op. cit. p. 178

²⁶⁶ GOSLING, David L. - **Religion and ecology**.

dependente ou é consequência de outro. Por outro lado, na nossa existência todos os seres vivos estão relacionados uns com os outros através de uma ligação cármica²⁶⁷. Devido aos nossos nascimentos sucessivos desde o momento da criação do universo, não há ser na Terra que não tenha sido nosso pai nalgum dos nossos nascimentos anteriores. Estes pressupostos filosóficos são próprios de uma das escolas budistas do Butão.

De acordo com as teorias budistas, o universo foi formado após o equilíbrio dos quatro elementos primordiais, água, fogo, ar e terra. Conseqüentemente, a força da vida depende desta harmonia. E embora este equilíbrio possa ser mantido pela acumulação de mérito, nem sempre assim é. Alegadamente, Guru Padmasambhava terá dito que "*não é o mundo que está a mudar, são as pessoas que induzem as alterações*". Através da exploração descontrolada própria da ganância, o equilíbrio dos elementos pode ser perturbado. Assim, a partir da perspectiva budista, os problemas do mundo de hoje são o resultado da cobiça indomável. Contudo, as crenças pré-budistas permanecem na cultura popular do povo como tradições. Existe uma forte crença no endeusamento da natureza – Segundo Dorji Penjore "*Traditional customary (unwritten) laws – which are based on people's faith, beliefs, traditions, and customs – exist in every community. There are no rocks, hills, mountains, forests, rivers, or lakes which are not abodes or citadels of deities, gods, goddesses, or neydag zhildag (owners of pace and land).*"²⁶⁸

A natureza é transformada numa ideia, e é ao mesmo tempo sagrada e digna de adoração. A existência de uma Ordem hierárquica destas divindades é proveniente de uma fé que se fez em paralelo com o Budismo. O Budismo é encarado segundo um nível mais elevado de disciplina, praticado em ambientes monásticos. A fé Bon é predominante nas pessoas que estão mais próximas da natureza, tais como os agricultores. Acima de tudo, a prevalência de tal fé é um dissuasor de atos de destruição.

A política de desenvolvimento oficial do Butão reflete profundamente as suas crenças. A ênfase é colocada na manutenção da ecologia na sua forma pura. Assim, todas as atividades de desenvolvimento devem ter em consideração o impacto que poderão ter

²⁶⁷ O carma ou *karma* é um importante fator no Budismo, visto como uma força que dita as circunstâncias de nossa existência. Acredita-se que a positiva acumulação de mérito, por meio de ações corretas terá repercussões favoráveis no futuro. Diz-se que o que somos agora é o resultado do que fizemos no passado e o que seremos no futuro será produto daquilo que fazemos agora. Assim, para o Butão, esta é uma motivação positiva para se ser generoso para com todas as formas de vida existentes.

²⁶⁸ PENJORE, Dorji; RAPTEN, Phuntsh - **Trends of forestry policy concerning local participation in Bhutan.** p. 25

sobre o meio ambiente. É comumente aceite que, independentemente dos ganhos imediatos, a longo prazo qualquer política que corrói a natureza acabará por ser insustentável.

A filosofia butanesa de desenvolvimento está bem expressa na declaração do monarca Jigme Singye Wangchuck “*o índice de felicidade bruta é mais importante que o PIB*”. Através do princípio em que o índice de felicidade bruta se baseia, o Butão formulou a sua visão para o futuro, Butão 2020: “*uma visão de paz, prosperidade e felicidade*”. Esta declaração está patente num documento sobre a estratégia de implementação dos planos quinquenais, onde a conservação ambiental assume um papel de destaque.

As políticas de conservação preveem a proteção dos terrenos, florestas, solos, recursos hídricos e da biodiversidade, contra a perda de solos férteis, erosão dos solos, o desmoronamento de terras e cheias, bem como o melhoramento das zonas florestadas degradadas e áreas locais, através de práticas e sistemas adequados. E ainda, a contribuição para a produção de comida, água e energia por via da interação entre a silvicultura e os sistemas agrícolas, bem como o conhecimento das necessidades a longo prazo de madeira e outros recursos florestais, através de uma gestão sustentável. Também a contribuição para o crescimento económico nacional e local, incluindo a exploração de oportunidades de exportação, mediante indústrias amigas do ambiente e criação de oportunidades de emprego estão na base dessas políticas. Como Klaus Seeland explica, “*National Park policies have become endorsements of institutional conservation strategies at the national level. They started to have relevant impact on the Himalayan region in the 1960’s and gained momentum after the United Nations conference on the Human Environment was hold in Stockholm in 1972, and the World Conservation Strategy was launched in 1980*”.²⁶⁹

O Butão é um país neutro em carbono. A neutralidade é um termo usado para demonstrar que o efeito de estufa, pelo consumo de energia (principalmente pelos transportes), pela indústria e agricultura é evitado pela nulidade de emissões de carbono. Na verdade, o Butão é um absorvente de carbono graças às densas florestas, sendo capazes de neutralizar as emissões de carbono de outros países.

Embora o consumo de energia *per capita* no Butão tenha aumentado nos últimos tempos, continuam a apostar na produção de energia limpa hidroelétrica. O país tem

²⁶⁹ SEELAND, Klaus - **National park policy and wildlife problems in Nepal and Bhutan.**

reunido esforços no seu potencial hidroelétrico que gera cerca de 40% da receita nacional. No entanto, foram tomadas medidas para garantir que tais projetos são amigos do ambiente, tanto quanto razoavelmente se possa esperar. As centrais hidroelétricas devem ter um impacto mínimo sobre o meio ambiente, conforme nos refere Debamitra Mitra “*thus water resource in Bhutan is considered as the most important resource base, which can be harnessed to a sustainable development strategy and effectively utilized for the development of the country’s other resources*”.²⁷⁰

7.1.3. Conservação e cenários de desenvolvimento

As condições sociopolíticas do Butão têm sido e continuam favoráveis à conservação da diversidade biológica. O Governo Real do Butão está fortemente comprometido com a causa da conservação ambiental, como aliás está patente nas várias leis e políticas do país – Jack Ives refere “*Bhutan has been described by many observers as a model for Himalayan cultural preservation and environmentally.*”²⁷¹ Vários são os fatores que contribuem para a prossecução desta visão: pouca população, menos de um milhão; uma ética budista que confere um importante suporte à conservação ambiental; a inclusão da conservação ambiental nas políticas de desenvolvimento enquanto um dos quatro pilares do Índice de Felicidade Bruta; a adoção de uma abordagem de conservação ambiental moderada, evitando os excessos de um protecionismo severo; a acidentada topografia butanesa que torna muitos dos locais do território inaccessíveis e por isso a salvo da degradação ambiental. Segundo Sangay Wangchuk “*In 1999, another significant addition occurred, when a system of corridors that linked the protected areas was recognized*”.²⁷²

A rede de áreas protegidas e os corredores biológicos conservam o seu estado natural e condições estáveis. Com a existência de corredores biológicos, as áreas protegidas estão devidamente ligadas por ambientes naturais. Por exemplo o Parque Real Nacional Manas, que representa um ecossistema subtropical, e é adjacente ao Parque Nacional Manas na Índia, apresenta uma temperatura idêntica à do ecossistema temperado do Parque Nacional Jigme Dorji Wangchuck. A conectividade ecológica não acontece

²⁷⁰ MITRA, Debamitra, op.cit., p. 190.

²⁷¹ IVES, Jack D - **Himalayan Perceptions – Environmental change and the well-being of mountain peoples.**

²⁷² WANGCHUK, Sangay, op. cit. p. 179

apenas numa lógica vertical, mas também numa lógica lateral através da rede de corredores biológicos. Existe uma ligação entre Jaldaka, no norte de Bengala na Índia, e Anurachal Pradesh no Butão oriental, através da reserva natural Toorsa Strict, do Parque Nacional Digme Dorji, do Parque Nacional Trhumshingla e do Parque Nacional Bomdeling.

A ligação vertical e lateral dos ecossistemas garante a fixação necessária à sua estabilidade. Como fora estudado, existe uma relação direta entre estabilidade ecológica, fragmentação habitacional, pouca população e reduzidos processos de extinção.

A rede de áreas protegidas e os corredores biológicos garantem uma passagem segura aos animais selvagens, incluindo as aves migratórias que passam do ecossistema subtropical para o alpino – refere Sangay Wangchuk que *“There are natural corridors between various ecological zones that enable free movement of wildlife to its greater habitat areas.”*²⁷³ Existem provas científicas que comprovam que quanto maior forem as áreas de floresta, melhor será para a fauna e flora. Muitos países têm-se esforçado para expandir as áreas protegidas, mas o sucesso é bastante limitado principalmente devido aos elevados índices populacionais.

A população humana a residir nas áreas protegidas e nos corredores biológicos do Butão, está dentro dos limites sustentáveis. Por lei, o uso comercial dos recursos presentes naquelas áreas é proibido. Os habitantes destas zonas podem abastecer-se com o consentimento da gestão dos parques.

Anualmente, a Sociedade de Desenvolvimento Florestal corta cerca de 53000m³ de madeira e 50000 árvores foram catalogadas para consumo rural. Os incêndios florestais são a maior ameaça à biodiversidade do Butão. Todos os anos há mais de 55 incêndios, que destroem 9.200ha de floresta. A frequência dos incêndios é maior nas florestas alpinas e subtropicais. Felizmente, a maioria destas catástrofes acontece fora das áreas protegidas. Enquanto as florestas temperadas do norte e do centro enfrentam uma potencial fragmentação devido ao desenvolvimento de atividades, é mais provável que as florestas folhosas do sul corram riscos devido ao desenvolvimento dos projetos hidroelétricos, de infraestruturas e de indústrias.

²⁷³ WANGCHUK, Sangay, op. cit. p. 180

Contudo, até agora o país tem sido bem-sucedido no desenvolvimento sustentável dos recursos, tendo sido capaz de resistir aos impulsos industriais e às necessidades consumistas de uma população crescente. Contudo, e apesar dos recursos naturais do país estarem intactos, esta realidade não pode ser tida como garantida

7.1.4. Conservação integrada e desenvolvimento de projetos

O conceito de conservação integrada e desenvolvimento dos anos 80 conheceu uma mudança conceptual na gestão dos recursos naturais ao incluir a vivência das populações locais como um fator a ter em consideração. O anterior paradigma de conservação encarava as pessoas como parte separada da natureza e opunha-se ao afastamento habitacional das zonas identificadas com vista à preservação e conservação ambiental. O Governo nepalês forçou o restabelecimento de 22.000 colonos, em 1964, aquando da construção do santuário da vida selvagem que posteriormente (1973) se tornou no Parque Nacional. Mais tarde realojaram a totalidade da população indígena do Parque Nacional de Rara.

Nos anos 90, os discursos sobre a preservação ambiental perderam força, uma vez que mostravam ser ineficazes na consolidação dos objetivos traçados. As comunidades locais tornaram-se hostis a tais abordagens, uma vez afastadas do uso dos recursos naturais e das escolhas políticas de proteção ambiental, o que mostra a importância de envolver as pessoas nestas questões, ao desenvolverem individualmente um sentimento de responsabilidade moral pela preservação dos recursos com benefícios económicos para a comunidade em geral. Este ponto de vista ganhou popularidade e motivou a emergência de outras abordagens que conciliam a conservação da natureza com as necessidades das populações locais.

Existem várias interpretações do conceito de conservação integrada e desenvolvimento. Normalmente trata-se de programas ou atividades que ligam a preservação da biodiversidade ao desenvolvimento socioeconómico local. A filosofia é que a preservação ambiental envolve os mesmos recursos que a comunidade local precisa ou que irá precisar no futuro para o seu próprio desenvolvimento. Assim, se a conservação de tais recursos está prevista no futuro, os programas de preservação precisam de acautelar o desenvolvimento das necessidades locais, cujas atividades podem colocar em risco a biodiversidade e os recursos naturais. É preciso o envolvimento de todos para

que as práticas de conservação tenham sucesso, o que traz mais vantagens que as medidas anteriores que fomentavam a expulsão das populações locais.

No Butão, a gestão da área protegida exige uma abordagem integrada, que englobe questões de conservação e desenvolvimento sem esquecer as pessoas, sobretudo aquelas que vivem com extremas carências e necessidades várias, nas dez áreas protegidas do país. Tal situação está em sintonia com o uso das ferramentas que os projetos de conservação integrada e de desenvolvimento oferecem. Promover a parceria com os residentes locais tem sido visto pelo Butão como uma forma pragmática de proteger as áreas a conservar.

Os gestores butaneses têm desenvolvido linhas de orientação assentes neste tipo de projetos, traçando os seguintes objetivos: Conservar a integridade ecológica e as áreas protegidas, através da redução da pressão nos recursos naturais; melhorar as condições de vida das populações que vivem dentro e junto às *buffer zones* das áreas protegidas e garantir oportunidades de sustento para estas pessoas; aumentar a consciencialização das populações sobre questões de conservação e melhoramento da gestão dos recursos naturais pelas comunidades locais e, finalmente, integrar serviços de desenvolvimento como uma das medidas estratégicas no planeamento da conservação da biodiversidade.

Em nome da conservação integrada, inúmeros projetos ambientais têm sido implementados no Butão, muitas vezes graças ao suporte de benfeitores. Incluem várias atividades como o desenvolvimento de infraestruturas (pontes, canais de irrigação, trilhos); intensificação da agricultura e da pecuária; fornecimento de materiais de cobertura e painéis solares; criação de turismo de base comunitária; consciencialização ambiental e bolsas de estudo a atribuir às crianças mais necessitadas.

O processo assenta em quatro pilares fundamentais: o primeiro, em que a informação é reunida de forma a identificar as áreas com potencial de desenvolvimento. Cada atividade introduzida deve preencher três condições: contribuir para o desenvolvimento socioeconómico, para a ecologia e ser sustentável; o segundo, em que o projeto é apresentado à população local e a outras partes interessadas, as atividades mais realizáveis são selecionadas e o planeamento escolhido para que ocorram é iniciado; a terceira, a da implementação, e, por último, a monitorização e a avaliação do progresso alcançado. Em todos os diferentes estádios, a gestão de cada parque deve estar à frente do programa.

7.1.5. Desastres naturais no Butão

Apesar dos esforços contínuos para conservar o que de melhor a natureza tem, o Butão tem enfrentado calamidades sem precedentes. Embora não se possa negar que há um aumento da pressão sobre o ambiente dentro do próprio Butão, os desastres naturais têm sido muitas vezes o resultado de forças maiores, que evidenciam a limitação das ações de um país. Paralelamente, dada a vulnerabilidade da natureza da localização do Butão, a única coisa que até agora tem travado a fúria da natureza tem sido a sorte e o mérito coletivo das pessoas, que no entanto vão mostrando sinais de recuo à medida que entre o povo cresce a necessidade e o desejo de mais posses. Na verdade, *explica Sangay* “*One of the most critical problems facing conservation agencies in Asia is the lack of well trained staff, including field staff, mid-level managers, and top level conservation planners administrators. This is particularly acute in Bhutan, China, Indonesia, Nepal (...).*”²⁷⁴

O Butão, como várias vezes se disse, está localizado nas frágeis montanhas himalaicas e os estudos indicam que se encontra numa das zonas sísmicas mais ativas do mundo. Embora não existam dados oficiais sobre a atividade sísmica do país, dado à sua proximidade com o nordeste indiano, que é a zona mais ativa em termos de sismos (zona sísmica de intensidade V) é comumente aceite que o Butão está entre as intensidades IV e V. Registos sugerem que quatro tremores de terra de magnitude superior a 8 na escala de Richter ocorreram em 1987, 1905, 1934 e 1950.

Sendo um país constituído por elevadas montanhas, o Butão também enfrenta a ameaça do degelo dos glaciares, a uma escala sem precedentes. Enquanto os perigos que derivam desta situação a longo prazo passam pela secagem dos rios, recurso em que o Butão tem investido fortemente, o perigo imediato é a concentração excessiva de água, o que pode levar a inundações, como, aliás, já aconteceu, e de que resultaram graves consequências para a vida e propriedade das pessoas.

O Butão é assim confrontado com graves desafios geográficos. Além do mais, com uma população crescente existe também um aumento da pressão sobre o meio ambiente, o que constitui outro fator de risco. Entre outras coisas, tal cenário conduz a padrões incertos de sedimentação e, portanto, ao aumento das vulnerabilidades. Uma das

²⁷⁴ WANGCHUK, Sangay, op. cit.

tendências mais perturbadoras no Butão é a rápida urbanização. A urbanização em si não pode ser considerada nefasta. Contudo, práticas de construção ao acaso e mal planeadas que, infelizmente, acompanham a urbanização, agravam extraordinariamente os riscos de desastres. O Butão rural, não é, no entanto, melhor a enfrentar desastres. Na verdade, a população rural tem sido a mais vulnerável e a mais afetada nos recentes incidentes. A pobreza no Butão é predominante nas áreas rurais e, como tal, as pessoas têm, por essa razão, comprometido as medidas de segurança. Não obstante, é geralmente aceite que os desastres no Butão são maioritariamente consequência das mudanças climáticas que o mundo está a enfrentar.

7.1.6. Gestão dos desastres naturais no Butão

Confrontados com catástrofes recorrentes, os desastres naturais têm merecido a atenção da maior autoridade do Butão. O quinto rei tem sido o grande impulsionador das renovadas políticas de gestão de desastres naturais. Entre outros, o monarca instituiu uma força voluntária chamada Desuup (manutenção de paz) e preparou centenas de civis para assumirem responsabilidades neste sentido em tempos de tranquilidade. Estas pessoas receberam formação e adquiriram competências em gestão de operações de resgate e de desastres, e é esperado que ponham estes conhecimentos à prova em ocasiões de emergência e calamidade nacional.

A primeira equipa profissional de salvamento nacional (NsSART) foi formalmente concebida com vinte membros, com diversas formações profissionais, que se tornaram formadores e percorrem o país a ensinar. A necessidade de profissionais especializados foi sentida durante bastante tempo, pois em situações de vida ou morte as capacidades profissionais eram a principal diferença entre uma operação bem-sucedida e o desastre. No entanto, os militares têm sido a principal força responsável pela mitigação de desastres naturais. Nos últimos tempos, os soldados butaneses têm sido mobilizados para ajudar as pessoas a reconstruírem as suas vidas no rescaldo dos desastres. A Constituição do Butão refere que *“uma pessoa tem a responsabilidade de proporcionar ajuda, na maior extensão possível a vítimas de acidentes e em termos de calamidade natural”* (art.º 8, n.º 6), tornando-se uma responsabilidade transversal a todos os cidadãos.

O Butão tem também desenvolvido mecanismos legislativos e institucionais para lidar com desastres naturais e outras situações de emergência. Inspirados na Constituição nacional, vários decretos-lei e legislação têm sido formulados não só para gerir o setor ambiental, mas também para dotar uma base de gestão de calamidades. Entre outros, a política de recursos hídricos (2003), as leis de construção do Butão (2002), a política nacional de gestão de riscos (2006) e a lei de gestão de desastres.

Ao nível institucional e multi setorial, foi criado um departamento de coordenação, sob a autoridade da Gestão Nacional de Desastres. O referido departamento foi criado no âmbito do Ministério dos Assuntos Culturais, como órgão central de coordenação, que, posteriormente sofreu ajustes a partir de uma divisão do mesmo ministério em agosto de 2008. Atualmente, através com a assistência técnica do departamento, foi criada uma rede de todas as agências relevantes tanto a nível nacional como local, de forma a responder às necessidades de prevenção e de gestão.

Um dos grandes entraves para se ultrapassar os resultados das calamidades naturais é o esforço financeiro e o custo envolvido. Assim, para o efeito, foram criados fundos de mitigação de desastres e de prevenção. Uma vez que os desastres são inevitáveis, o Governo tem concentrado energias para reduzir o impacto das tragédias, e para garantir a segurança das vidas e dos bens da população.

7.1.7. Um contributo butanês para um novo paradigma na Ordem Mundial?

Do que *supra* se expôs ressalta o enorme empenho do Butão para a conservação dos seus recursos naturais, um respeito pelo seu meio ambiente e uma ativa proteção do bem-estar da natureza. Atentas as características históricas e culturais dos butaneses, dir-se-ia que tal aproximação aos temas da ecologia surge até de uma forma natural. Na verdade, fruto de um longo isolamento ao mundo em que as revoluções industriais e tecnológicas não se fizeram sentir, este pequeno Estado dos Himalaias manteve uma ligação muito forte com a terra e com as suas tradições.

Durante muitos anos este *modus vivendi* butanês foi alvo de estranheza e incompreensão por parte dos seus pares internacionais. Com poucas ou nenhuma representação diplomáticas no exterior, o Butão era simplesmente encarado com um Estado alienado e imerso numa interminável idade feudal. Parcialmente injusta, essa visão veio a revelar,

já nos nossos dias, um autêntico alter mundismo e uma visão alternativa da forma de encarar a presença humana no nosso mundo. É que, a partir de Kyoto, a humanidade passou a ter uma maior consciência da sua ação no planeta terra, e a refletir sobre os seus impactos no meio ambiente.

Ora, é nesse contexto que a abordagem butanesa às questões da sustentabilidade, da conservação e da gestão dos seus recursos naturais ganham uma enorme importância. A comunidade internacional, há anos balanceada para um modelo de crescimento e progresso ininterrupto, imparável e insaciável, descobriu no seu seio um modelo com respostas para as angústias planetárias. O Butão é agora uma fonte de inspiração e de reconhecimento internacional na sua política ambiental e de respeito pelas suas tradições e pelo seu meio ambiente.

Sendo certo que o modelo butanês não é replicável a qualquer outro país, em particular aos países do mundo desenvolvido, não é menos certo que a seriedade com que os assuntos ecológicos são abordados merecem uma reflexão profunda por parte dos demais atores internacionais. Aqui reside, portanto, um dos principais contributos que o Butão pode oferecer à presente ordem mundial. Um contributo que, aliás, cada vez mais se revela não só importante, como também até urgente. Mesmo porque a nova Ordem mundial deixou de ter como paradigma a correlação de forças baseadas no poderio militar e económico para se estender também para as questões ambientais e à exploração de recursos naturais.

A proteção de meio ambiente e a gestão de recursos naturais de forma sustentável é de tal forma relevante para as relações internacionais, designadamente para a nova ordem mundial que levou Joseph S. Nye a escrever,

*“Na década de 1970, o ecologismo proporcionou uma nova esperança de um tipo diferente de Ordem mundial. O livro *This Endangered Planet*, de Richard Falk, sustentou que duas coisas poderiam constituir a base de uma nova Ordem mundial: a importância crescente de actores transnacionais e não-territoriais e a interdependência crescente em condições de escassez. Falk argumentou que se assistiria a uma evolução gradual de valores populistas de base,*

que transcenderiam o estado-nação. (...) maior igualdade e equilíbrio ecológico conduziriam não apenas ao reforço das maiorias nas nações unidas, mas igualmente à criação de novos regimes para gerirem os recursos mundiais em diminuição. O resultado seria o da criação de normas internacionais de paz, justiça e o equilíbrio ecológico e de um novo tipo de Ordem mundial.”

Importa, em seguida e em modo de conclusão, sintetizar todos estes contributos que o nosso objeto de estudo poderá oferecer à ordem mundial e validar as nossas hipóteses iniciais.

8. Conclusão

A ordem mundial tem-se alterado ao longo das décadas. A ordem mundial bipolar, encabeçada pelos EUA e pela URSS, e que caracterizou o período da guerra fria, deu lugar a uma nova ordem mundial de cariz multipolar ou uni-multipolar, após o desmoronamento da União Soviética em 1991.

O paradigma dessa nova ordem mundial alterou-se e inverteu-se, de forma substancial. As potências começaram a ver o desenvolvimento militar como forma de assegurar o seu poderio económico, subvertendo a política que anteriormente seguiam de assegurar o desenvolvimento económico como forma de aumentar o seu poderio militar e, assim, poder dominar o mundo. A ordem é ainda unipolar na esfera militar mas é multipolar nas outras áreas internacionais.

A nova ordem mundial encontra-se vocacionada para o desenvolvimento económico das grandes potências e não tanto para as questões de apropriação de território e espaço. É o tempo dos grandes blocos económicos. Na verdade, o poder já não reside apenas no arsenal bélico que cada potência pode utilizar contra outra, mas também que capacidade de produção e satisfação de necessidades dos seus cidadãos dispõe.

A ascensão da uma europa unida, económica, política e diplomaticamente desenvolvida contribuiu para o fim da ordem mundial bipolar, própria do pós-guerra fria, tendo-se apresentado como uma terceira potência mundial. A par disto, a emergência de países como a China e a Índia, militarmente e economicamente «efervescentes» vieram alterar a ordem mundial disputada durante tanto tempo pelos EUA e URSS.

A economia mundial caracterizada pela globalização forçou as relações interestaduais e o capitalismo expandiu-se gerando vários blocos e espaços económicos, tais como a América do Norte, a Ásia-Pacífico, a Europa e a América Latina.

Particularmente quanto ao bloco Ásia-Pacífico, realçam-se duas novas potências – China e Índia cujo poderio económico e militar cresce dia após dia, catapultando-as para um século que poderá ser o «século asiático».

Ora, numa ordem mundial em que várias são as potências que, pelo seu forte desenvolvimento económico e militar, ditam as «regras do jogo», num mundo globalizado, e por elas dominado, pouco resta aos pequenos e subdesenvolvidos

Estados, senão subjugar-se aos interesses dos poderosos ou contribuir para o emergir de tensão, conflitos localizados e de movimentos terroristas que desequilibrem a aparente paz da ordem mundial.

Ora, é nesta nova ordem mundial, em que a luta pela supremacia económica e pela exploração de recursos naturais, levada a cabo pelas principais potências mundiais – EUA, EU, China, Índia, Japão, que surge o pequeno país objeto desta tese – o Butão.

O Butão de há apenas vinte ou trinta anos atrás pouco ou nada divergia do Butão que há quinhentos anos os primeiros ocidentais (portugueses) encontraram. Nesse lapso de tempo as tradições e a cultura butanesas isolaram-se do mundo, e sobreviveram às investidas da dinâmica dinastia de Assam, ao colonialismo britânico, ao nacionalismo indiano e ao imperialismo da china comunista. No entanto, é hoje que o Butão trava a sua mais importante batalha – a luta pela sua própria identidade.

Esta batalha é travada contra um possível excesso de modernidade. É que, a partir do momento em que o país decidiu pertencer a este “mundo” e, ainda que não lhe abrindo as suas portas, mas pelo menos permitindo que espreite pela sua janela, colocou a sua identidade nacional à prova. A questão central reside na obtenção de um equilíbrio adequado de doses de modernidade que não destruam a tradição. O deslumbramento pelas luzes do mundo, numa sociedade milenarmente na penumbra, é um inequívoco risco nacional.

No entanto, este foi um risco que as elites butanesas assumiram, e quiseram implementar, de forma praticamente voluntária. Isto é, a monarquia absoluta encontrava-se solidamente instalada no poder, e sem oposição ou pressão reformista significativa, quando decidiu paulatinamente modernizar, escolarizar e democratizar o Butão.

Embora pequeno e pouco desenvolvido, o Butão tem ainda a particularidade de ser um *buffer state* entre duas grandes potências – China e Índia. Esse fator dá-lhe uma dimensão diferente de outros pequenos países. Marcado por um passado de disputa territorial com a China, de que resultou a indefinição das suas fronteiras, e a sua aproximação estratégica à Índia, o Butão encerra em si a responsabilidade de preservar a sua integridade territorial e a sua identidade nacional, a que se junta o esforço de manutenção do equilíbrio entre os dois rivais – China e Índia – como forma de assegurar paz regional que lhe possibilite o desenvolvimento socioeconómico.

Embora atualmente as preocupações da China estejam viradas para os EUA, e o desenvolvimento da Índia seja interessante para a China, como forma de criar um grande bloco económico asiático que faça frente aos EUA e à própria EU, situação geopolítica do Butão continua a ser frágil. Embora a questão da delimitação da fronteira sino-butanesa se encontre atualmente, e de certa forma, sublevada para segundo plano, nada nos assegura que a China não venha a reacender o velho conflito com o Butão.

Em todo o caso, militarmente falando, por muito menos tensas que sejam hoje as relações na região, a existência do Butão estará para sempre dependente dos interesses dos seus dois poderosos vizinhos, a China e a Índia. O país dificilmente poderá, alguma vez, deixar de representar o papel de *buffer state* entre aqueles dois gigantes asiáticos. Atualmente ainda serve esse propósito no contexto internacional, embora mais de um ponto de vista económico.

Por afinidades históricas, culturais e por uma maior garantia quanto ao respeito pela sua soberania e segurança, o Butão optou por alinhar a sua atuação internacional pela Índia. No entanto, nunca poderá perder de vista que esse alinhamento jamais deverá ser excessivo ou ostensivo ao ponto de oferecer a Pequim um pretexto para intervir. O mesmo se diga, embora numa perspetiva diferente, quanto a uma eventual aproximação à China. É que, como a rutura no fornecimento de bens e serviços em vésperas de eleições demonstrou, Nova Deli é mais do que um aliado político e económico desinteressado. O preço a pagar pela proteção da Índia poderá novamente mostrar-se bastante elevado e condicionador da livre atuação do Butão no contexto internacional.

Este difícil equilíbrio de distâncias entre os seus dois vizinhos será tanto mais complexo de gerir quanto maior for a saúde política, social e económica de cada um dos mesmos. Uma acentuada quebra no crescimento da China poderá provocar nesta a tentação de recuperar a sua velha forma de *bullying* aos seus vizinhos, de maneira a obter os seus propósitos e suster as suas dificuldades internas. Uma crise de qualquer natureza na Índia poderá levar a que este país se desinteresse pelo seu aliado Butão, e o deixe à mercê da voracidade chinesa.

É neste panorama que o Butão se tem manobrado, cautelosa e inteligentemente. Um pequeno país como o Butão, com todas as contingências apontadas, se pretender sobreviver, e se afirmar na cena internacional, terá de adotar políticas que lhe assegurem a continuidade da sua existência como um verdadeiro país.

O Butão desde cedo «acordou» para esta realidade, e se apercebeu que para quebrar o isolamento em que se encontrava e sustentar o seu desenvolvimento socioeconómico necessitava de estabelecer relações diplomáticas e comerciais com os seus países vizinhos, incluindo a China e a Índia. Neste sentido, um dos primeiros passos que o governo do Butão deu foi no sentido de integrar organizações regionais, como a SAAR, e internacionais como a ONU. O estreitar de laços diplomáticos e comerciais com os países vizinhos assegura a sua aceitação como Estado independente, e contribui para o seu desenvolvimento.

Contudo, para além da Índia e da China, muito poucas outras soluções restam ao Butão em termos de parceiros estratégicos regionais ou globais. Regionalmente, as relações com o Nepal terão tendência para uma certa distância mercê da forma como a minoria nepalesa no Butão vem sendo tratada. O Tibete, caso alguma vez obtenha a tão desejada independência, terá sempre um ascendente religioso e cultural sobre o Butão que nunca permitiu, pelo menos no passado, o estabelecer de relações firmes e saudáveis. O Bangladesh, por ser um país igualmente periférico em relação à Índia, poderia ser um bom aliado, mas para além deste facto, pouco mais une estes países.

Globalmente, as relações com a Grã-Bretanha deverão continuar a ser ensombradas, pelo menos durante os tempos mais próximos, pelo passado colonial e muitas vezes de forma agressiva. Os Estados Unidos da América, enquanto expoente máximo de um modelo frontalmente avesso ao Índice de Felicidade Bruta, poderão apenas ser um parceiro pontual e de interesse. Por sua vez, a União Europeia, por considerar que o Butão se encontra totalmente afastado da sua esfera de influência, deverá continuar a dispensar pouca atenção ao país. Em todo o caso, uma aproximação súbita a qualquer um destes atores internacionais poderá trazer o desagredo dos poderosos vizinhos da China e da Índia, aos quais o Butão se encontra “preso”.

Neste cenário de incertezas, o reconhecimento do Butão como Estado independente quer pelo ocidente, quer pelas organizações internacionais exigiu do Butão uma abertura aos modelos de governação ocidentais, designadamente a implementação de um regime democrático, respeitador dos direitos e liberdades dos seus cidadãos. O Butão substituiu a sua monarquia absoluta secular por uma monarquia constitucional, onde a Constituição reconhece, define e protege os direitos dos cidadãos, promove a participação cívica e política dos mesmos, ao mesmo tempo que limita os poderes da administração. Contudo, a democracia é um processo longo, e o Butão ainda carece de a

aperfeiçoar e modernizar. A democracia do Butão ainda se encontra num estado embrionário e tal como nas outras situações precisará de alguns anos de amadurecimento para que se possa concluir pelo sucesso do processo de democratização.

Conforme tivemos oportunidade de referir, a realidade do Butão sofreu uma profunda alteração na mais recente década. Com o advento da democracia, registou-se um notável desenvolvimento em todos os setores da sociedade butanesa. Desde o aumento do rendimento *per capita* até ao decréscimo da taxa de analfabetismo, um enorme esforço de modernização foi encetado e implementado. Nesta área, o Butão conseguiu tirar proveito de um processo que se poderá apelidar de “súbita aceleração da sua história”.

Não obstante, o modelo e as instituições democráticas levam o seu tempo até se sedimentarem e enraizarem na sociedade. Tanto mais que, no caso do nosso objeto de estudo, a democracia não foi conquistada nem reclamada, mas antes instituída, por decreto, pelo monarca absoluto do país. Prova deste facto, é a significativa diferença entre os dois principais partidos nas primeiras eleições livres do país e a influência direta de um ator estrangeiro nas segundas, a Índia.

Por outro lado, o Butão mostra ainda algumas dificuldades de convivência com a sua própria diversidade cultural. Na verdade, e como vimos, a minoria nepalesa que ainda reside dentro das fronteiras do Butão ainda sente demasiadas fragilidades no que respeita às suas liberdades, direitos e garantias. Sintoma que se mostra pouco consentâneo com uma democracia liberal, plural e madura.

Não obstante o que foi exposto, o papel do Butão na nova ordem mundial é ainda assim importante. O reconhecimento da sua qualidade de Estado independente e o poder que tem «em mãos» de manter o equilíbrio regional, quer incrementando e aprofundando as relações comerciais com a China e com a Índia, quer mantendo uma neutralidade quanto às mesmas pode contribuir decisivamente para a paz na ordem mundial, e para o desenvolvimento regional. É que um conflito entre o Butão e a China ou entre esta e a Índia trariam certamente alterações na atual ordem, por via da intervenção militar das potências ocidentais, ou de embargos económicos, por parte dos EUA e EU, o que, de resto, não interessa a nenhum dos gigantes com quem mantem fronteiras, e que aspiram à qualidade de potências económicas e futuros dominadores do mundo.

Mas então restará então, e apenas, ao Butão procurar equilibrar-se entre dois gigantes? Estará o país condenado a ser um mero *buffer state* entre as duas principais potências regionais? Terão os butaneses de sistematicamente orientar a sua política interna e externa ao sabor de Pequim e Nova Deli? Talvez não, uma vez que o seu pioneirismo numa área cada vez mais importante e visível no contexto internacional poderá ajudar a garantir um papel de destaque no tabuleiro internacional.

Na verdade, há apenas uns anos atrás, o conceito de economia verde referia-se a economias de base social, amigas do ambiente e de baixo impacto. Mas, desde o esmorecer da economia global em 2007, a economia verde passou a ter um preço na natureza, através de um conjunto de práticas controversas, tidas por “pagamentos dos serviços ecológicos”. Em vez de se reduzir a poluição e consumo, protegendo os direitos das pessoas sobre os seus territórios e promovendo iniciativas locais que preservem recursos para as gerações futuras, a abordagem está a ser feita de forma oposta: incentiva a monocultura de árvores e promove o estabelecimento de mercados especulativos na biodiversidade e florestas, que muitas vezes leva à expulsão das pessoas locais que vivem dessas terras.

Os ecossistemas significam triliões de dólares em água potável, proteção dos alimentos, terras férteis, ar limpo, pulverização e controlo de pestes. Mas tudo isto reclama a existência de infraestruturas e serviços que garantam esta lógica, e a única forma de a suportar é pagando. O Programa Ambiental das Nações Unidas, juntamente com altos defensores da economia verde, avançam que esta abordagem irá melhorar o bem-estar social e a equidade, ao mesmo tempo que reduzirá riscos ambientais e ecológicos. Mas, para as comunidades indígenas e locais, as questões que se colocam são: quem paga por isso? Pelo que é que estão a pagar? E mais importante: desde quando é que a natureza, fonte de vida, passou a estar reduzida à qualidade de provedor de serviços? Um das preocupações é que esta economia verde é um esforço global por colocar os benefícios da natureza nas mãos dos que causaram a crise económica.

O Butão entrou no século XXI apresentando de forma notável níveis de preservação ambiental únicos no mundo. Com a sua rica biodiversidade e florestas, o país desfruta de uma boa qualidade ambiental. O Governo Real do Butão comprometeu-se com essa causa ao criar o Complexo de Conservação Biológica do Butão, com o suporte em inúmeros decretos-lei, regras e regulamentações que atendem às necessidades e aspirações das populações locais e aos objetivos de um desenvolvimento sustentável. As

áreas protegidas e os corredores biológicos constituem medidas instrumentais para a manutenção da vida selvagem e para a resiliência dos ecossistemas. Devido à baixa concentração populacional, a pressão sobre os solos e os recursos existentes naquelas áreas é também reduzida. O uso de ferramentas tradicionais na gestão dos recursos, baseado nos valores budistas, e o atraso na integração nos processos globais e de desenvolvimento gradual potenciaram também a qualidade ambiental do país.

Ao impor um limite mínimo de 60% da presença de florestas, o país revela a sua grande preocupação pela preservação e integridade dos ecossistemas. Contudo, esta conservação só será possível se os países vizinhos garantirem iguais medidas de preservação e proteção. Este é um caso de entendimento mútuo e de cooperação transfronteiriça.

As iniciativas e compromissos do Butão têm-lhe valido o reconhecimento internacional pelos sucessos na preservação ambiental. Em 2005, ao quarto rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck foi atribuído o prémio “Champion of the Earth²⁷⁵”, por ter sido o arquiteto dos esforços de conservação ambiental no Butão. O país é também reconhecido como um *hotspot*²⁷⁶ biológico do mundo, tanto pela biodiversidade que concentra como pelos notáveis esforços em preservá-la - “*Two countries, Bhutan and Nepal, are in the eastern Himalayas, an area that is regarded as one of the world’s biodiversity hotspots.*”²⁷⁷

A filosofia do país é uma extensão dos valores religiosos e tradicionais, e salienta que o desenvolvimento deve englobar todas as esferas da vida. Se a modernização não for capaz de promover a harmonia, então não valerá a pena prosseguir com o projeto. O objetivo final do desenvolvimento do Butão é inequivocamente o bem-estar e a felicidade do povo, que é melhor alcançada quando existe um equilíbrio entre os vários elementos, como o desenvolvimento espiritual, a conservação do meio ambiente e da prosperidade material.

²⁷⁵ Em 2004, o Programa Ambiental das Nações Unidas criaram o Champions of the Earth, um prémio anual que reconhece notáveis líderes ambientais. Em cada ano são entregues seis prémios às personalidades distinguidas e que representam diferentes regiões geográficas. Os prémios são distribuídos numa cerimónia internacional, que publicita e encoraja o mundo a inspirar-se nos feitos apresentados.

²⁷⁶ O conceito Hotspot foi criado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers com vista a responder a um dos maiores dilemas dos conservacionistas: quais as áreas mais importantes para preservar a biodiversidade na Terra?

²⁷⁷ BRAATZ, Susan M. - **Conserving biological diversity: a strategy for protected areas in the Asia-Pacific Region.** World Bank Publications, 1992.

O Governo Real do Butão assumiu a responsabilidade pelo desenvolvimento do país, pela manutenção de um sistema estável, equitativo e sustentável. Guiado pela filosofia de maximização da felicidade nacional bruta, as políticas visam alcançar o equilíbrio das forças próprias do complexo processo de modernização. As intervenções estatais são caracterizadas por um pragmatismo e prossecução gradual dos projetos, para que o desenvolvimento do país aconteça e a sociedade consiga suportar a mudança. Programas e vários projetos foram pensados para equilibrar o desenvolvimento socioeconómico equitativo, a boa governança e a garantia de ambiente sustentável com a preservação da cultura e da herança. Procura-se claramente agilizar o processo de transformação socioeconómica, cujos objetivos traçados são temperados pela responsabilidade social, cultural e pelas boas práticas ambientais. Este tipo de gestão de desenvolvimento tem revelado sucesso e o Governo continua a receber o apoio popular.

O futuro do desenvolvimento no Butão reside na forma como as decisões são tomadas e implementadas, e, por conseguinte, na natureza das relações de poder. Para um pequeno e pouco desenvolvido país como o Butão, que começou a modernizar a sua economia há apenas 35 anos, a questão será como levar a cabo o tão necessário crescimento económico sem que tal signifique a degradação da qualidade ambiental. Embora os objetivos tenham sido alcançados, à medida que as políticas de decisão se tornam mais complexas, será de extrema importância que a sociedade se torne ativamente envolvida nas decisões que vão afetar diretamente as suas vidas. Mais ainda, existem limitações significativas no poder do Estado para implementar com sucesso as políticas.

Práticas insustentáveis resultam normalmente da excessiva ou insuficiente regulação no acesso aos recursos, promovendo uma estrutura de poder instável. Por isso, as iniciativas de descentralização terão um papel decisivo para alcançar um desenvolvimento equilibrado e sustentável no Butão. O rápido crescimento populacional e o desejo de modernização são potenciais perigos para o ambiente. Caso o equilíbrio não seja atingido, pressões futuras sobre o meio ambiente poderão ser alimentadas por um conjunto complexo de forças, provenientes tanto do setor tradicional como dos setores mais modernos.

Produto do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, os possíveis constrangimentos incluem o crescimento da população, o desemprego, a modernização da agricultura, a energia hidroelétrica, o desenvolvimento mineral, a industrialização, a urbanização, o turismo, a concorrência por terras disponíveis, a construção de estradas e o

fornecimento de outras infraestruturas associadas ao desenvolvimento social e económico. O desenvolvimento económico poderá ter impacto sobre os sistemas tradicionais, baseados nos princípios da participação e da cooperação no trabalho da terra. Neste sentido o país terá de se acautelar.

A estratégia ambiental butanesa tem encontrado sinergias na utilização de recursos, políticas, informação, legislação e na necessidade de reformas institucionais, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável. Esta estratégia pressupõe a integração das regulamentações ambientais na estrutura económica e social da sociedade. Durante a promoção do desenvolvimento económico, a preservação ambiental pode tornar-se rapidamente numa responsabilidade para o Butão. Contudo, existe o perigo do peculiar território butanês, pela qualidade do seu ambiente e pela riqueza intacta dos seus recursos naturais, ser visto por outras nações como interessante e um novo local a explorar.

Contudo, ao travar a globalização, o país preservou muita da sua herança cultural. A internet, televisão e formas de vestir ocidentalizadas foram banidas até há 10 anos atrás. O uso de sacos plásticos e o tabaco estão proibidos. O Butão permite um número anual muito limitado de turistas e o preço diário a pagar é um desincentivo. O Butão tem sido continuamente considerado o país mais feliz de toda a Ásia e o oitavo no mundo (segundo a Business Week).

Em 2007 apresentou o crescimento mundial mais rápido em termos de produto interno Bruto, conseguindo de forma assinalável manter a identidade cultural e ambiental. Num mundo dominado pela globalização, as sociedades desenvolvidas em muito beneficiam deste paradigma: as economias tornam-se fortes, o acesso à tecnologia mais avançada é maior e existem melhores cuidados de saúde. Contudo, a globalização é acompanhada por uma certa ocidentalização cultural, promove a homogeneização de práticas, de comportamentos e de ideias e a desintegração de identidades culturais, principalmente daquelas fortemente baseadas na tradição.

Não restam dúvidas de que o Butão soube equilibrar magistralmente a necessidade de desenvolvimento e a manutenção do legado cultural. Se já é surpreendentemente significativo os esforços do Estado nesse sentido, é ainda mais assinalável que o próprio povo concentre em cada um dos cidadãos este ideário. Não se tratam de meras políticas instituídas pelas altas autoridades, mas de um pensamento partilhado, no sentido da

preservação daquilo que o país tem de melhor, das qualidades distintivas e singulares. De outra maneira a conservação da integridade nacional não seria possível.

A cooperação e a participação de todos mostra-se essencial. O desapego pelas coisas materiais e o consumismo desacelerado são características que unem este povo à filosofia de vida budista. O importante é o bem-estar comum e geral, em detrimento dos índices espetaculares de desenvolvimento que muito provavelmente se alcançaria à custa da felicidade de alguns. Os agentes globalizadores defendem que a economia globalizada é mais apropriada ao aumento da riqueza, contribui mais para erradicar a pobreza e para suportar as profundas desigualdades sócio económicas. Contudo, e como foi descrito, a realidade comprova o contrário.

A globalização assente numa lógica de mercado assume um lado destruturante e corruptivo para as sociedades já de si pobres e pouco desenvolvidas. As pessoas são afastadas das suas terras, os recursos naturais expropriados, o ambiente poluído, dando início a verdadeiros processos disruptivos. Os interesses em causa são os dos grandes países industrializados e de hábitos vincadamente consumistas. As diferenças entre pobres e ricos acentuam-se e as lógicas de solidariedade escasseiam. O desafio está em impulsionar um desenvolvimento que implique crescimento económico e equidade distributiva para que todos sejam beneficiados.

Para o Butão, a identidade não está apenas relacionada com padrões culturais mas também com a qualidade de vida. Este é um país que parece estar a ser bem governado e bem administrado, onde os serviços sociais estão bem distribuídos, onde os cidadãos podem aspirar a melhor qualidade de vida, onde existe uma preocupação global pela beleza do país e sua manutenção. Se vivermos num país intacto a nível ambiental, onde as pessoas se preocupam pelo ambiente físico do sítio que habitam, onde existem serviços e oportunidades equitativas, esta poderá ser uma identidade distintiva entre os países desenvolvidos.

Num mundo onde os recursos energéticos estão à beira do fim, onde nós, meros cidadãos e pessoas comuns, assumimos um papel fundamental na prossecução e sobrevivência desta lógica de consumo, um cenário catastrófico pode estar eminente. É urgente que as pessoas desacelerem substancialmente o seu ímpeto consumista, ou os recursos naturais esgotar-se-ão, e tudo o que conhecemos será entregue à destruição. A diferença está na ação individual de cada um de nós, no agora em favor do amanhã

sustentável. E é olhando para países como o Butão que poderemos encontrar o exemplo perfeito de como garantir a sustentabilidade do nosso planeta.

A situação torna-se mais gravosa e curiosa se atendermos a que apesar da circulação praticamente ininterrupta de bens e da numerosa quantidade de serviços ao dispor dos países desenvolvidos, instituições como as americanas estão a falhar na providência de uma vida segura e decente aos seus cidadãos. Nesta conjuntura, o Butão tem a oportunidade de encontrar e firmar a sua posição, enquanto líder mundial nas questões ambientais, oferecendo com o advento do Índice de Felicidade Bruta uma alternativa aos efeitos nefastos causados pela globalização, aspecto inegavelmente formatador da ordem mundial em que vivemos.

Na função de estado tampão, o Butão serviu não só como agente apaziguador entre as duas grandes potências regionais, Índia e China, como ainda (e ainda que mantendo maior proximidade com a Índia), ao assumir uma posição neutral, conseguiu conservar, manter intacta a sua identidade nacional, demarcar-se dos seus vizinhos e distinguir-se através de um caminho escolhido por si próprio.

Valores seculares de respeito por todos os seres vivos e de apreço pelo meio ambiente, a importância de garantir preservada a correta ordem das coisas, permitiram ao Butão romper com o vigente paradigma de consumo exacerbado e com os efeitos disruptivos da globalização (de que a destruição dos ecossistemas e a degradação ambiental são exemplo). Acreditando fortemente que a felicidade e o bem-estar das pessoas são mais importantes que o desenvolvimento económico, o Butão formulou um conceito inovador, o Índice de Felicidade Bruta (que outros países mostraram forte interesse em adotar). As políticas de proteção e conservação ambiental fazem do país um dos poucos locais do mundo onde a natureza conserva o seu estado natural. O exemplo butanês nestas questões é já de tal forma acreditado internacionalmente que o país tem assumido liderança em discursos sobre os riscos ambientais de que o planeta padece e na formulação de políticas de combate a tais problemas. Numa altura em que se luta contra os graves níveis de poluição, contra a destruição dos habitats naturais e contra o aquecimento global em favor da própria sobrevivência da humanidade, há que reconhecer que o Butão foi capaz de reconhecer prematuramente o perigo e assumir uma postura combativa, tão só possível pela sua singular identidade nacional. Por estas razões, o Butão ganha cada vez mais notoriedade na qualidade de opositor a um dos aspetos mais marcantes da atual ordem mundial, a globalização, podendo vir a ser,

enquanto a história ainda é escrita, um importante *player* à escala planetária de um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade moderna: a preservação ambiental e a sustentabilidade.

Glossário

- Ashi Goram Chhoden Wangchuck: Personalidade da dinastia Wangchuck - irmã do quarto rei do Butão
- Ashi Wangmo Dechen Wangchuck: Personalidade da dinastia Wangchuck - irmã do quarto rei do Butão
- Asi Kesang Dorji: Mulher do terceiro monarca, Jigme Dorji Wangchuck e mãe do quarto monarca, Jigme Singye Wangchuck
- Bhots: Butaneses do Tibete ancestral
- Bon: Antiga religião dos nativos tibetanos que poderá preceder o próprio Budismo
- Chhokey: Língua variante da língua tibetana
- Dechencholing Palace: Palácio localizado em Thimphu
- Deothang: Cidade do sudeste Butanês, localizada no Distrito de Samdrup Jongkhar
- Doya: Tribo do sudoeste butanês
- Drupka: Ramificação do sector Kagyupa budista – os chapéus vermelhos
- Druk Desi: Título administrativo dos governantes seculares do Butão sob o sistema dual de governo entre os Séculos XVII e XIX
- Druk Gyalpo: O rei de Drukyl; título dado desde 1907 aos monarcas Wangchuck
- Drukyl/Drukpas/Drakyul: Literalmente o país dos Drukpas; nome tradicional do Butão desde o Século VII
- Dzong: Fortaleza, também usado para designar “distrito”
- Dzongkha: Língua dos Dzong; um dialeto tibetano e a língua oficial do Butão
- Dzongkhag Yapgye Tshogchung: Oficiais do governo e representantes do povo nos comités distritais
- Gewogs: Grupo de aldeias do Butão
- IFB: Índice de Felicidade Bruta
- Je Khenpo: Chefe administrativo dos monges Drukpa no Butão
- Jigme Dorgi Wangchuck: Terceiro rei do Butão (1952-1972)
- Jigme Kheser Namgyel Wangchuck: Quinto rei do Butão (desde 2006)

- Jigme Wangchuck: Segundo rei do Butão (1926-1952)
- Jigme Singye Wangchuck: Quarto rei do Butão (1971-2006)
- Kagyupa: Ou kagyü, é uma das principais escolas budistas
- Kamruppa: Antigo império que ocupava a região do agora Tibete
- Ku Tulku: Reencarnação corporal
- Lepcha: Membros de um povo tradicionalmente budista que vivem na região de Sikkim na Índia e nos países vizinhos do Nepal e do Butão
- Lhasa: Capital administrativa da Região Autónoma do Tibete, localizada no sopé do Monte Gephel, na República Popular da China,
- Lhotshampa: Em Dzongk, o termo significa “sulistas” e refere-se à minoria étnica de população nepalesa heterogénea no Butão
- Mahayana: Uma das duas principais ramificações do Budismo e termo utilizado para classificar as filosofias e práticas budistas. O Budismo Mahayana teve origem na Índia, e acredita-se estar associado a uma das mais antigas ramificações históricas do Budismo, o Mahasanghika
- Monpa: são um dos principais povos de Arunachal Pradesh, no nordeste da Índia. Atualmente são também um dos 56 grupos étnicos oficialmente reconhecidos na China
- Ngalops: Descendentes de imigrantes tibetanos que se fixaram no Oeste do Butão no Séc IX
- Ngawang Namgyal: Lama budista tibetano e unificador do Butão como um Estado-nação. Procurou criar uma identidade cultural distinta no Butão, separada da cultura tibetana, ainda que daí derivada
- Nyingma: significa "antiga". Foi a primeira escola do Budismo no Tibete (Século VII/VIII), através do mestre Padmasambhava, conhecido como Guru Rinpoche, o segundo Buda
- Nova Deli: Capital da Índia
- Pema Karpo: Quarto Gyalwang Drukpa, chefe da linhagem Drukpa do Budismo tibetano. Considerado o mais famoso de todos os Drukpas Gyalwang, o grande Lama entre todos grande Lamas. Foi professor de muitos Lamas e discípulos em todo o Tibete
- Peterhof: Conjunto de palácios e jardins, construídos por Pedro “O Grande”, a 30 km da antiga capital Russa, S. Petersburgo

- Ponlop: Governador regional. Paro e Tongsa foram os dois mais importantes
- Punakha: Cidade no centro-oeste do Butão na parte leste dos Himalaias
- Ralung: Localizada na região de Tsang no Tibete ocidental, é a sede tradicional da Ordem Drukpa do Budismo tibetano
- Shabdung: O soberano espiritual do Butão (1650-1907), apelidado “Dharma Raja”, na maioria das fontes ocidentais
- Sharchop: Termo que designa as populações de ascendência mista do sudeste asiático e do sul asiático que vivem nos distritos leste do Butão
- Sikkim: Estado da Índia
- Simtokha Dzong: Pequeno Dzong localizado a cerca de três milhas a sul da capital butanesa de Thimphu
- Songtsän Gampo: Fundador do império tibetano e personalidade que se acredita responsável pela implementação do Budismo no Tibete
- Sung-tulku: Reencarnação da fala
- Tashichhodzong: Um dos mais importantes Dzongs, localizado em Thimphu
- Theravada: É a mais antiga ramificação sobrevivente do Budismo. A palavra deriva do sânscrito *Sthaviravada* e literalmente significa "o ensinamento dos anciãos"
- Thimphu: Também conhecida por Thimpu, Thimbu ou Timbu, é a capital do Butão
- Thu-tulku: Reencarnação da mente
- Trongsa: Cidade e capital do distrito de Trongsa, situado no centro do Butão
- Tshogdu: Assembleia Nacional, estabelecida em 1953 pelo terceiro Druk Gyalpo
- Ugyen Wangchuck: Primeiro rei do Butão (1907-1926)
- Wangchuck: Poderosa dinastia butanesa. Governou o Butão desde que foi reunificado. Antes da reunificação, a família Wangchuck governava o distrito de Trongsa
- Yalta: Cidade Ucraniana

Bibliografia

1. ACHARYA, Amitav & BUZAN, Barry - **Non-Western international relations theory: perspectives on and beyond Asia**. London: Routledge, 2010. ISBN 0415474744.
2. ALCOFORADO, Fernando - **Globalização e desenvolvimento**. São Paulo. 2006, pp. 95, 97. ISBN 85-213-1315-2.
3. AHMADI, Syrus - **Geopolitics of Buffer Spaces: Characteristics of Iran's Buffer Situation Between Great Powers in the Nineteenth and Twentieth Century (AD)** – [Em linha]. [Consult. 21 fev. 2014]. Disponível na <http://www.sci-int.com/pdf/888971359-1019-1030-%20Syrus%20Ahmadi-geopolitics%20of%20Buffer%20Spaces%20-%20IRAN%2025-3-13.pdf>
4. ARDUSSI, John - **Formation of the State of Bhutan (Brug gzhung) in the 17th Century and its Tibetan Antecedents**.
5. ARON, Raymond - **Paz e guerra entre nações**. 1.^a Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002. pp. 128 e 153. ISBN 85-230-0095-X
6. ATKINSON, Carol Palombo; JONES, Nancy S. - **Sustainability amid globalization**. Getting Started in: Sociology. 2008.
7. Atlas das relações internacionais. Plátano Edições. 1997.
8. BHATTA, Chandra D - **Regional integration and peace in South Asia: An analysis**.
9. BECKER, Bertha k - **Geopolítica da Amazônia**; Garamond. São Paulo. 2006.
10. BENTO, Vítor - **Os Estados Nacionais e a Economia Global**. Coimbra: Almedina, 2004, p. 27. ISBN 9789724021522
11. BHAUMIK, SUBIR - **Ethnicity, Ideology and Religion: Separatist Movements in India's Northeast**.
12. BOUCHARD, Christian & CRUMPLIN, William - **Neglected no longer: the ocean at the forefront of world geopolitics and global geostrategy**. Journal of the Indian Ocean, Routledge. 2010, p.26-51.
13. BRAATZ, Susan M. - **Conserving biological diversity: a strategy for protected areas in the Asia-Pacific Region**. Vol. 23. World Bank Publications. 1992.
14. BRAY, John – **Ladakhi and Bhutanese Enclaves in Tibete**, Journal of Bhutan Studies. Thimpu. ISSN 1608-411X.

15. BROWN, David - **Contemporary nationalism: civic, ethnocultural and multicultural politics**, Routledge, New York. 2000. ISBN: 0415171393.
16. CABRERO, José Daniel Barqueiro e CABRERO, Mário Barqueiro - **O livro de Ouro das Relações Internacionais**. Porto: Porto Editora, 2001.
17. CHAY, John - **Korea, a Buffer State in World Politics**. ed. John Chay and Thomas Ross, Boulder: WestviewPress, 1986.
18. CHOKI, Lhamu; RHODES, John Jigme; RAI, D. B. - **Integrating economy and environment: The development experience of Bhutan. Growth, Poverty Alleviation, and Sustainable Resource Management in the Mountain Areas of South Asia**, 2000.
19. CRAVINHO, João Gomes - **Visões do mundo: as relações internacionais e o mundo contemporâneo**. Lisboa. Imprensa de ciências sociais, 2006. ISBN: 9726710936.
20. DORJI, Kinley - **Concluding Remarks: Perspectives on Bhutanese Media**. [Em linha]. [Consult. 25 out. 2013]. Disponível na <http://www.bhutanstudies.org.bt/publicationFiles/ConferenceProceedings/MediaAndPublicCulture/M-22.pdf>
21. DUVERGER, Maurice - **Os Grandes Sistemas Políticos**. Coimbra: Almedina, 1985.
22. EAST, Maurice A. - **Foreign Policy-Making in Small States: Some Theoretic Observations Based on a Study of the Uganda Ministry of Foreign Affairs**. [Em linha]. [Consult. 10 jan. 2012]. Disponível na <http://maihold.org/mediapool/113/1132142/data/east.pdf>
23. EVANS, A. Steven - **Preserving the Consciousness of a Nation: Promoting “Gross National Happiness” in Bhutan through her rich oral traditions**. [Em linha]. [Consult. 06 fev. 2012]. Disponível na http://himalaya.socanth.cam.ac.uk/collections/journals/jbs/pdf/JBS_15_06.pdf

24. EVANS, Steve - **Bhutan National Values Assessment**. [Em linha]. [Consult. 06 de fev. 2012]. Disponível na http://www.bhutanstudies.org.bt/publicationFiles/JBS/JBS_Vol118/JBS18-4.pdf
25. FAZAL, Tanisha - **State death: The politics and geography of conquest and occupation**. New Jersey: Princeton University Press, 2007. ISBN: 9781400841448
26. FERREIRA, Marcos Farias – **Cristão & Pimenta: A Via Media na Teoria das Relações Internacionais de Adriano Moreira**. 1.^a Edição. Coimbra: Almedina, 2007. ISBN: 9789724032368
27. FRIEDMAN, Thomas - **O mundo é plano – uma história breve do Século XXI**. London: Penguin Books, 2006.
28. FUKUYAMA, Francis – **The End of History and the Last Man**. [Em linha]. [Consult. 12 mar. 2012]. Disponível na <http://www.social-sciences-and-humanities.com/PDF/The-End-of-History-and-the-Last-Man-.pdf>.
29. FUKUYAMA, Francis - **As Origens da Ordem Política**, 1^a Edição. Dom Quixote, 2012. ISBN 978-972-20-4929-0.
30. GADDIS, John Lewis - **A Guerra Fria**. Edições 70. Coimbra: Almedina, 2007. ISBN 9789724413402
31. GALAY, Karma - **International Politics of Bhutan**, Journal of Bhutan Studies, p. 90. Thimpu. ISSN 1608-411X.
32. GALLENKAMP, Marian - **Between China, India and the Refugees – Understanding Bhutan’s National Security Scenario**, Institute of Peace and Conflict Studies, New Dheli, n.º 154, Set. 2010.
33. GOMES, Gonçalo Santa Clara – **O papel dos Estados Unidos Na Nova Ordem Internacional**, in Revista de Relações Internacionais nº 03, Setembro 2004
34. GOMES, Henrique - **A Nova Ordem Mundial – Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais**. Lisboa, 2009.
35. GOSWAMI, Namrata - **Escalation and de-escalation of violence in insurgencies**. New Dheli: Routledge, 2013. ISSN 0959-2318
36. GREENFIELD, Michael - **The buffer state system in international relations**. Journal of Conflict Resolution.
37. HIRATA, Johannes - **How Should Happiness Guide Policy? Why Gross National Happiness is not opposed to Democracy**. [Em linha]. [Consult. 12 mar. 2012]. Disponível na <http://www.gpiatlantic.org/conference/papers/hirata.pdf>.

38. HELD, David, - **Global transformations: politics, economics and culture**. Cambridge Polity, 2000.
39. HUTINGTON, Samuel P. – **O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial**. 4ª Edição. Lisboa: Gravidia Publicações, S.A, 2009. ISBN 978-972-662-652-7.
40. HUTT, Michael - **Unbecoming Citizens - Culture, Nationhood, and the Flight of Refugees from Bhutan**. New Delhi: Oxford University Press. 2003. ISBN 019567060-4.
41. INGALLS, Gerald L. - **Buffer States: Outlining and expanding existing theory**. USA. Chapter 12, in Chay, John and Thomas, E. Ross (edited by), *Buffer States in World Politics*: Westview Press, Inc.,1986
42. JOSEPH, S. Nye, Jr. – **Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História**. 3.ª Ed. Lisboa: Gradiva, 2011, p. 276. ISBN 978-972-662-845-3
43. KAUL, Nitisha - **Power to the People**. [Em linha]. [Consult. 10 mai 2013] Disponível na http://site.nitashakaul.com/uploads/NK_CSD_article.pdf
44. KAUL, Nitisha - **Bearing Better Witness in Bhutan**, *Economic & Political Weekly*, Setembro, 2008, p. 67.
45. KAUL, Nitasha - **Democracy in the non-West: facts, fictions and frictions**. UNDP and CBS Conference: sustaining and deepening democracy in Asia, Paro, Bhutan, 2009, ISBN 978-99936-14-61-6.
46. KHARAT, Rajesh, - **Bhutan's Security Scenario**. *Contemporary South Asia*, Routledge, 2010, vol. 13:2, p. 171-185.
47. KIRK, William - **The Sino-Indian frontier dispute: a geographical review**. *Scottish Geographical Magazine*, Routledge, 2008, p.3-13.
48. KUMAR, Ram Narayan, - **The Constitutional Monarchy and the Maoists of Nepal: Some Problems of Persuasion-by-Naming**. *Contemporary Issues and Ideas in Social Sciences*.
49. KARLINER, Joshua - **The corporate planet: Ecology and politics in the age of globalization**. University of California Pr, 1997.
50. JACQUES, Martin - **When China Rules the World: The End of the Western World and the Birth of a New Global Order**. Penguin Group US; Kindle Edition; (Kindle Locations 451-453).

51. MAILA, Joseph - **Buffer States: The Issues of Sovereignty**. In Chay, John and Thomas, E. Ross (edited by). USA. Buffer States in World Politics, Westview Press, Inc.,1986
52. MANSINGH, Surjit - **China-Bhutan Relations**. China Report, 1994, 30:175.
53. MALTEZ, José Adelino - **Princípios de Ciência Política - Introdução à Teoria Política**. 2.^a edição, ISCSP, Lisboa, 1996.
54. MALTEZ, Adelino – **Curso de Relações Internacionais**. 1.^a Edição. Estoril: Principia Editora, 2002. ISBN 978-972-8500-82-5
55. MANSINGH, Surjit - **China-Bhutan Relations**. China Report, 1994, 30:175.
56. MATHINSON, Trygve - **The functions of small states in the strategies of the great powers**, Scandinavian University Books, Oslo, 1971.
57. MATHOU, Thierry - **How to Reform a Traditional Buddhist Monarchy**, The Centre of Bhutan Studies. Thimpu. 2008, ISBN 99936 14 45 9.
58. MATHOU, Thierry - **Bhutan-China Relations: Towards a new step in Himalayan politics**. [Em linha]. [Consult. 20 mai. 2013]. Disponível na <http://www.bhutanstudies.org.bt/publicationFiles/ConferenceProceedings/SpiderAndPiglet/19-Spdr&Pgl.pdf>
59. MATTOSO, José – **A Identidade Nacional**. [Em linha]. [Consult. 13 jan.]. Disponível na <http://civilizacaoiberica.files.wordpress.com/2010/08/jose-mattoso-a-identidade-nacional-pdfrev.pdf>
60. MEDHA, Bisht - **Bhutan's Foreign Policy Determinants: An Assessment Strategic Analysis**. [Em linha]. [Consult. 12 jan. 2012]. Disponível na <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09700161.2012.628481>
61. MEHTA, Sanjeev - **Inter-Regional Variations in the Inequality and Poverty in Bhutan**. [Em linha]. [Consult. 13 fev. 2012]. Disponível na http://himalaya.socanth.cam.ac.uk/collections/journals/jbs/pdf/JBS_16_02.pdf
62. MIRANDA, Jorge – **Ciência Política – Formas de Governo**, Lisboa, 1996.
63. MIRANDA, Jorge - **Manual de Direito Constitucional – O Estado e os Sistemas Constitucionais**, Tomo I, Coimbra Editora, 5^a Edição, 1996.
64. MIRHEIDAR, Dorreh - **Fundamentals of political geography**. Tehran. The Organization for Researching and Composing University Textbooks in the Humanities (Samt), 2006, pp. 119-120
65. MITRA, Debamitra - **Indo-Bhutan Relations - Political Process, Conflict and Crisis**. New Delhi: Academic Excellence. 1st Edition. 2010. ISBN 978-81-89901-72-1.

66. Monograph 12 April 2004 - **Economic and Political Relations Between Bhutan and Neighbouring Countries**. [Em linha]. [Consult. 19 mai. 2013]. Disponível na <http://www.bhutanstudies.org.bt/publicationFiles/Monograph/mono-Ecnmc-Pol-Rel-Bt-Nghbrng.pdf>
67. MOREIRA, Adriano – **Teoria das Relações Internacionais**, 2ª Edição, Coimbra: Livraria Almedina, 1997, p. 221. ISBN 9789724046600.
68. MOREIRA, Adriano - **Teoria das Relações Internacionais**, 7.ª Edição, Coimbra, Livraria Almedina. 2011. ISBN: 9789724046600.
69. NAMGYAL, Tobgay S. – **Sustaining Conservation finance: future directions for the Bhutan trust fund for environmental conservations**. [em linha]. [onsult. 04 out. 2013]. Disponível na http://himalaya.socanth.cam.ac.uk/collections/journals/jbs/pdf/JBS_03_01_02.pdf
70. NEWMAN, David - **Boundaries, territory and postmodernity**, Frank Class, London, 1999, ISBN: 0714649732.
71. PARMANAND - **The Politics of Bhutan – Retrospect and Prospect**. Dehli. Pragati Publications, 1992. ISBN 81-7307-000-8.
72. PATTANAIK, Smruti, S. - **Nepal-Bhutan bilateral talks and repatriation of Bhutanese refugees**, Strategic Analysis, Routledge, 2008, 22:10, p. 1607-1623.
73. PATTEN, Christopher - **East and West: China, power and the future of Asia**, New York Times, 1998.
74. PENJORE, Dorji; RAPTEN, Phuntsh - **Trends of forestry policy concerning local participation in Bhutan; Policy Trend Report**. [Em linha]. [Consult. 15 de mar. 2012]. Disponível na http://pub.iges.or.jp/modules/envirolib/upload/616/attach/full_text.pdf#page=26
75. PHUNTSHO, Karma - **H.H. Khenpo Jigme Phuntsho: a Tribute and a Translation**. [Em linha]. [Consult. 11 nov. 2011]. Disponível na http://www.bhutanstudies.org.bt/publicationFiles/JBS/JBS_Vol11/v11-7.pdf
76. POMMARET, Françoise - **Dances in Bhutan: A traditional Medium of Information**. [Em linha]. [Consult. 08 jan. 2012]. Disponível na http://archiv.ub.uni-heidelberg.de/savifadok/340/1/Dances_in_Bhutan.pdf
77. POTTER, Pitman, “Buffer State”, Encyclopedia of Social Science, 3-4,1930
78. PRAKKE, Diederik - **The Buddhist Truth of Happiness Spirituality and Development – the case of governance in Bhutan**, Journal of Bhutan Studies.Thimpu. ISSN 1608-411X.

79. PRIZEL, Llya - **National identity and foreign policy: nationalism and leadership in Poland**, Cambridge University Press, United Kingdom, 1998.
80. RAMPINE, Fedrico – **O século chinês**, Editorial Presença.
81. REES, William - **The dark side of the force (of globalism)**. Vancouver: LEAD International Session, agosto 2000, p. 68-82
82. REID, Sir Robert - **India's North-East Frontier**. Journal of the Royal Central Asian Society, Routledge, 2011, p. 165-174.
83. RÉMOND, René - **Introdução à História do Nosso Tempo**. Gradiva, 2009.
84. Revista USP. N.º 26 (jun./ago 1993) - São Paulo, 1993. pp. 128 – 137
85. Revista Virtual Textos & Contextos, Nº 2, ano II, 2003, pp 5 - 7
86. RIZAL, Dhurba P - **Bhutan: decentralization and good governance**, New Delhi: Adroit Publishers. Kindle Edition. 2001. ISBN 81-87392-24-X.
87. ROSE, Leo E. – **The Politics of Bhutan**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1977. ISBN 0-8014-0909-8.
88. ROSS, Thomas, Buffer State: a Geographer perspective, in Buffer State in World Politics, ed. John Chay and Thomas Ross, Boulder: Westview Press 1986.
89. RUDZIT, Gunther - **O debate teórico em segurança internacional – mudanças frente ao terrorismo?**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, V.5, n.2, jul-dez 2005, pp. 297-323.
90. SANTOS, António de Almeida - **Que nova ordem mundial?**. Campo de Comunicação, Lisboa, 2008. ISBN 9728610785.
91. SANTOS, Boaventura Sousa - **Globalização: Fatalidade ou Utopia?**. Porto: Edições Afrontamento, vol. I, 2001. ISBN 972-36-0569-4.
92. SANTOS, Victor Marques dos, FERREIRA, Maria João Militão – **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2012. ISBN 978-989-646-064-8.
93. SCHNEIDER, Jens - **Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional**. [Em linha]. [Consult. 12 out. 2011] Disponível na <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132004000100004>
94. SCOTT, David - **The Great Power “Great Game” between India and China: “The Logic of Geography”**. [Em linha]. [Consult. 15 mar. 2013]. Disponível na <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14650040701783243>

95. SCOTT, David - **India's "Extended Neighborhood" concept: Power Projection for a rising power.** [Em linha]. [Consult. 20 fev. 2013]. Disponível na <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14736480902901038>
96. SCOTT, David - **Sino-Indian Security Predicaments for the Twenty-First Century.** [Em linha]. [Consult. 15 mar. 2013]. Disponível na <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14799850802306468>
97. SCRUTON, Roger - **O Ocidente e o Resto.** Guerra e Paz, 2006.
98. SHARMA, Anuradha & Arora Vishal - **India keeps close eye on China's courtship of Bhutan** in *World Politics Review*, Kindle Edition. 2012.
99. SHARMA, Gautam & Nagar, K. S. - **India's northern security (including China, Nepal & Bhutan).** New Delhi: Reliance Publishing House, 1995. ISBN 81-85047-02-2.
100. SINPENG, Aim - **Bhutan: The World's Youngest Democracy.** [Em linha]. [Consult. 05 dez. 2012]. Disponível em <http://www.theglobalist.com/StoryId.aspx?StoryId=6899>
101. SINPENG, Aim - **Democracy from above: regime transition in the Kingdom of Bhutan.** [Em linha]. [Consult. 08 dez. 2012]. Disponível na <http://www.bsb.gov.bt/wp-content/uploads/2013/08/2.JBS17.pdf>
102. SMITH, Anthony D. - **National Identity.** England: Penguin Books of London, 1991. ISBN 0-87417-204-7.
103. SPIRO, Peter J. - **New Global Communities, Nongovernmental Organizations in International Decision-Making Institutions.** *Washington Quarterly*, 18:1, Inverno. 1995, pp. 45-56
104. SPYKMAN, Nicholas John and ABBIE, A. Rollins - **Geographic Objectives in Foreign Policy.** *The American Political Science Review*, N.º 33, 1939.
105. SPYKMAN, Nicholas - **Frontiers, Security and International Organization.** *Geographical Review*, 32, N.º.3, 1942, p. 440
106. STEGER, Manfred - **Globalization.** New York: Sterling Publishing Co, 2009. ISBN 978-1-4027-6878-1.
107. STIGLITZ, Joseph E. - **Globalização – A Grande Desilusão.** 3ª Edição revista: Editora Terramar, 2004. ISBN 9727103286.
108. TASHI, Tshering - **Drug Gyalpo Ugyen Wangchuck's Twenty Points Proposal to the British India to Modernise Bhutan.** *Journal of Bhutan Studies*. Thimpu. ISSN 1608-411X.

109. TOMÉ, Luís José R. Leitão - **A Geopolítica e o complexo de segurança na Ásia Oriental: Questões Teóricas e Conceptuais**. Coimbra. 2010. Tese de Doutoramento
110. THORSELL, James W. - **Conserving Asia's natural heritage: the planning and management of protected areas in the Indomalayan realm: proceedings of the 25th Working Session of IUCN's Commission on National Parks and Protected Areas, Corbett National Park**. India.
111. VESENTINI, José William, - **A Capital da Geopolítica**. Editora Ática, 1996. ISBN 8508020619.
112. VESENTINI, José William - **A Nova Ordem Mundial**. 6.^a Edição: Editora Ática. 1997. ISBN 8508053363.
113. VORSTER, Shaun - **GNH, EI and the well-being of Nations: Lessons for public policy makers, with specific reference to the happiness dividend of tourism**. Journal of Bhutan Studies, Vol. 27, Thimpu, winter 2012. ISSN 1608-411X.
114. WACKERNAGEL, Mathis, REES, William - **Our ecological footprint – reducing human impact on the earth**. Gabriola Island: New Society Publishers, 1995.
115. WALCOTT, Susan M. - **One of a kind: Bhutan and modern challenge, National Identities**. [Em linha]. [Consult. 17 mai. 2012]. Disponível na <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14608944.2011.585633>
116. WALCOTT, Susan M. - **Bordering the Eastern Himalaya: Bounderies, Passes, Power Contestations**. [Em linha]. [Consult. 22 de mar. 2012]. Disponível na http://libres.uncg.edu/ir/uncg/f/S_Walcott_Bordering_2010.pdf
117. WANGCHUK, Dorji - **Media in the New Political Order**, Media and Public Culture.
118. WANGCHUK, Sangay - **Maintaining ecological resilience by linking protected areas through biological corridors in Bhutan**. [Em linha]. [Consult. 05 out. 2013]. Disponível na http://www.tropecol.com/pdf/open/PDF_48_2/05%20Wangchuk.pdf
119. WANGYAL, Sonam B. - **A Cheerless Change: Bhutan Dooars to British Dooars**. [Em linha]. [Consult. 24 jan. 2012]. Disponível <http://www.mtnforum.org/sites/default/files/publication/files/6437.pdf>
120. WIGHT, Martin - **Power Politics**. Ed. Hedley Bull and Carsten Holbraad, London: Leicester University Press, Royal Institute of International Affairs, 1995

121. YADAV, Lal Babu - **Indo-Bhutan relations and China interventions**. 1st Edition. New Delhi: Anmol Publications PVT LTD, 1996. ISBN 81-7488-218-9.
122. ZACARIA, Fareed - **The post-American world and the rise of the rest**. London: Penquin Books, 2009. ISBN: 0141038055.
123. Data.worldbank.org
124. www.nsb.gov.bt

Anexo I – Tratado de Sinchula

Treaty between His Excellency the Right Honourable Sir John Lawrence, G.C.B., K.S.I., Viceroy and Governor-General of Her Britannic Majesty's possessions in the East Indies, and the one part by Lieutenant Colonel Herbert Bruce, CB, by virtue of full powers to that effect vested in him by the Viceroy and Governor – General, and on the other part by Samdojey Deb Jimpey and Themseyrensey Donai according to full powers conferred on them by the Dhum and Deb Rajahs, 1865.

ARTICLE I There shall henceforth be perpetual peace and friendship between the British Government and the Government of Bhutan.

ARTICLE II Whereas in consequence of repeated aggressions of the Bhutan Government and of the refusal of that Government to afford satisfaction for those aggressions, and for their insulting treatment of the officers sent by His Excellency the Governor-General in Council for the purpose of procuring an amicable adjustment of differences existing between the two states, the British Government has been compelled to seize by an armed force the whole of the Doars and certain Hill Posts protecting the passes into Bhutan, and whereas the Bhutan Government has now expressed its regret for past misconduct and a desire for the establishment of friendly relations with the British Government, it is hereby agreed that the whole of the tract known as the Eighteen Doars, bordering on the districts of Rungpoor, Cooch Behar, and Assam, together with the Taloo of Ambaree Fallcottah and the Hill territory on the left bank of the Teesta up to such points as may be laid down by the British Commissioner appointed for the purpose is ceded by the Bhutan Government to the British Government forever.

ARTICLE III The Bhutan Government hereby agree to surrender all British subjects, as well as subjects of the Chief of Sikkim and Cooch Behar who are now detained in Bhootan against their will, and to place no impediment in the way of the return of all or any of such persons into British territory.

ARTICLE IV In consideration of the cession by the Bhootan Government of the territories specified in Article II of this Treaty, and of the said Government having expressed its regret for past misconduct, and having hereby engaged for the future to restrain all evil disposed persons from committing crimes within British territory or the

territories of the Rajahs of Sikkim and Cooch Behar and to give prompt and full redress for all such crimes which may be committed in defiance of their commands, the British Government agree to make an annual allowance to the Government of Bhootan of a sum not exceeding fifty thousand rupees (Rupees 50,000) to be paid to officers not below the rank of Jungpen, who shall be deputed by the Government of Bhootan to receive the same. And it is further hereby agreed that the payments shall be made as specified below:

On the fulfillment by the Bhootan Government of the conditions of this Treaty Twenty Five Thousand Rupees (Rupees 25,000).

On the 10th January following the 1st payment, thirty five thousand rupees (Rupees 35,000)

On the 10th January following, forty-five thousand rupees (Rupees 45,000)

On every succeeding 10th January, fifty thousand rupees (Rupees 50,000)

Anexo II – Tratado de Punakha

Whereas it is desirable to amend Articles IV. and VIII. of the Treaty concluded at Sinchula on the 11th day of November, 1865, corresponding with the Bhutia year Sing Lang, 24th day of the 9th month, between the British Government and the Government of Bhutan, the undermentioned amendments are agreed to on the one part by Mr. C. A. Bell, Political Officer in Sikkim, in virtue of full powers to that effect vested in him by the Right Honourable Sir Gilbert John Elliot-Murray-Kynynmound, P.C., G.M.S.I., G.M.I.E., G.C.M.G., Earl of Minto, Viceroy and Governor-General of India in council, and on the other part by His Highness Sir Ugyen Wangchuck, K.C.I.E., Maharaja of Bhutan.

The following addition has been made to Article IV. of the Sinchula Treaty of 1865.

"The British Government has increased the annual allowance to the Government of Bhutan from fifty thousand rupees (Rs. 50,000) to one hundred thousand rupees (Rs. 100,000) with effect from the 10th January, 1910."

Article VIII. of the Sinchula Treaty of 1865 has been revised and the revised Article runs as follows: –

"The British Government undertakes to exercise no interference in the internal administration of Bhutan. On its part, the Bhutanese Government agrees to be guided by the advice of the British Government in regard to its external relations. In the event of disputes with or causes of complaint against the Maharajas of Sikkim and Cooch Behar, such matters will be referred for arbitration to the British Government which will settle them in such manner as justice may require, and insist upon the observance of its decision by the Maharajas named."

Done in quadruplicate at Punakha, Bhutan, this eighth day of January in the year of our Lord one thousand nine hundred and ten, corresponding with the Bhutia date, the 27th day of the 11th month of the Earth-Bird (Sa-ja) year.

Anexo III – Druk Gyalpo Ugyen Wangchuck’s Twenty Points Proposal to the British India to Modernise Bhutan

To His Excellency the Viceroy of India. (Through the political Officer, Gangtok, Sikkim)

1. I take the liberty of asking Your Excellency’s warm interest in the welfare of my country of Bhutan and laying before you certain proposals for its development in the hope that I may gain help from the Government of India towards their realization.

2. Bhutan is at present a poor and a backward country. Until recent years it suffered frequently from internal struggles which depopulated and ruined the country. Now that peaceful times have come and a stable hereditary Government has been established under the protection of the British Government, there has arisen an ever-growing desires for closer political and trade relations with India for the progress on the lines of civilized countries.

3. The first great barrier to be removed is the ignorance of my people. Until seven years ago, there was, outside of the monasteries, no knowledge of reading or writing among the people. In 1914 I sent 45 boys to be taught at Kalimpong (with the summer session at Haa in Bhutan) and in 1915 started a School at Pumthang [Bumthang] in which Hindi and English are taught. Of the 45 boys who went to Kalimpong, 33 have passed the Middle School standard and 4 of them will appear for the University Entrance examination in 18 months time. The boys have proved themselves to be apt pupils. At Pumthang [Bumthang] School 8 of the pupils have reached the 6th standard.

4. The problem now faced is how best to utilize these lads for the development of Bhutan. A number of openings suggest themselves to me as urgent. There is a great need of medical knowledge to relieve suffering, to deal with these epidemics which have frequently decimated the population and to help towards a lower general mortality. I should therefore, like to see at least two of the lads trained as Doctors.

5. The prosperity of Bhutan depends largely in its animal and for their care and protection, it would be well that two of the lads should pass through a Veterinary

College. During the last few years the cattle in large tracts of the country were practically exterminated by rinderpest.

6. For initiating a system of general education among the people at large it is desirable that a few of the lads should get a thorough training in the science and methods of training and for this 6 lads might be deputed who would afterwards take charge of a Training School for primary Teachers in Bhutan and conduct schools at various centers in the country.

7. The real basis of prosperity of the country is agriculture (including stock raising and dairying) and practically the whole population is engaged in it. It is in a backward state. I believe that if the modern methods, which I have heard are employed in many other countries, were adopted, much could be done to improve the crops and the animals (cattle, sheep, goats, pigs, horses and mules). If three of the lads could get a scientific and practical course of training in agriculture and dairying (including cheese making), they might do much to introduce improved methods and to teach people through demonstration farms.

8. There is weaving in a primitive style of cotton and wool and eri silk in the country and there is also the manufacturer, on a small scale of art cloths which have been admired beyond Bhutan. Two lads could be profitably be trained in improve methods of weaving and in developing the indigenous art fabrics. Another might learn tanning of skins which is now done in the most primitive fashion.

9. Bhutan has great forest which if worked on good lines should in time produce considerable revenue to the country and be a benefit to India. At present they product hardly any revenue and those adjoining the plains of India have been largely destroyed through the absence of supervision and ignorance of the proper methods of conservation. I should like to have 4 of the lads trained at a School of Forestry.

10. There are Minerals in Bhutan but hitherto there has been no careful survey and no successful attempt has been made to deal with them on a large scale. If one of the lads were trained in mining so that he could be able to conduct a thorough mineral survey of the country, there might be much fruit from his labours.

11. One great obstacle to the development of the country is the absence of good roads. It takes a coolie with a burden from 7 to 10 days to struggle up from the south frontier to the healthy zone in middle and northern Bhutan. The journey from the east to west in

that same zone takes about 21 days, over a succession of valleys and the high mountain ridges which separate them. To prepare for the provision of better communication, two of the lads might go to college to be trained as Civil Engineers, and it would be well if they too could get knowledge of hydroelectricity. In the great rivers of Bhutan which flow from the snowy ranges down to the plains – the Toorsa, Rydak, Sunkos, and Manas – as well as in the smaller rivers, there is unlimited power to be utilized for the development of the country and for the use of industries in India, and it would be of first important to India as well as Bhutan to have men able to take advantage of this power.

12. A Printing is a necessity for carrying on the organization of the country under the new conditions and of supplying the necessary educational apparatus. Two lads might be trained to run a press.

13. The above represent what seems to me to be the most pressing outlets for the lads who have been so far educated and I believe that they could do a great work in organizing a new era in Bhutan. My petition to Your Excellency is that you should generously provide for their training in India. You have their institution for their training and if you will graciously undertake this great work for us, will you confer on me personally and on my country a great boon.

14. We ourselves are able to do little. Bhutan through rice, in promise for the future is now very poor. There is little or no money in the country. We are still in the shortage of barter. Revenue is paid in kind. Unless we get your help at the present stage, Bhutan must remain in its backward state for many years to come.

15. If you will undertake this work for us, I would make this request that our Bhutanese lads during their time of training should be kept as simple as possible for if they are pampered there is the danger that they would be unfitted for the simple life of their native land on their return.

16. I do not know exactly what will be the exact cost of the training of the 25 lads I have suggested. A rough estimate has been given to me as follows:

1 - To carry them on to the Entrance stage Rs.10,000.00

2 - To give them a University or Professional training Rs. 10,000.00

3 - To give a small outfit to enable them to make a start with their various departments in Bhutan: e.g. outfits for two Hospitals and a Veterinary Dispensary; Plant for two

Demonstration farms and Diary; Equipment for weaving School, Tannery and Printing Press; Mining Survey and Civil Engineering apparatus; and Furnishing for Chief Schools, Rs. 65,000.00

TOTAL Rs. 130,000.00

17. If Your Excellency will meet the cost, I shall do my best to supply satisfactory lads for training. The cost would be spread over a considerable number of years say from 7 to 10 years.

18. I have still another-and if possible still more important-petition to present Your Excellency. At present time Bhutan receives an annual subsidy of Rs. 1, 00,000.00 from the Government of India. This sum is by way of compensation for the Bengal and Assam Duar and the Kalimpong Sub-Division of the Darjeeling District annexed after the Bhutan war of 1865. I would respectfully suggest that the amount of the subsidy should now be increased. I would urge that the Rs. 1, 00,000.00 has much less value now than when the sum was fixed. It is I believe not unreasonable to plead that the subsidy should be at least trebled to make up for the great fall in the purchasing power of the rupee and to meet the growing demands of the State. For example, a large proportion of the subsidy is spent on imported cloth to cloth the officials and sepoy and now the cloth costs three times what it did seven years ago.

19. I also ask Your Excellency's consideration of the growing revenue received by the Indian Government for the rich Districts of the Dooars and Kalimpong in respect of which the subsidy was granted. I have no grudge against the Government because of the annexation. We now in Bhutan see that it was the result of our own ignorance and high handedness at a time when the country was torn by internal factions, and we have no legal claim to make. But I should be most grateful if the Indian Government could see its way to give to Bhutan some share of the prosperity of the land which formerly belonged to her in the shape of an increased subsidy and by doing so to help her make a fair start in a new career in conjunction with and under the protection of the British Government. I need hardly remain Your Excellency that the prosperity and stability of Bhutan are no small importance to the welfare of the north-eastern frontier of India.

20. By undertaking the training of our first lads to be educated along modern lines and by giving them an equipment for beginning their work in Bhutan, Your Excellency will set us on the way towards a new and more hopeful national future. By increasing our

subsidy, you will enable us to carry on the work which you will have begun and which will requires an ever increasing expenditure until the various resultant enterprises themselves can produce their natural fruits.